



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO:

O que pensam os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da Cidade do Rio Grande, RS

Lurvin Gabriela Tercero Reyes

Prof. Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

Ficha catalográfica

T315r Tercero Reyes, Lurvin Gabriela.

A reforma do ensino médio: o que pensam os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da cidade do Rio Grande, RS / Lurvin Gabriela Tercero Reyes. – 2019.
192 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande/RS, 2019.

Orientadora: Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.

1. Reforma do Ensino Médio 2. Lei 13.415/2017 3. Políticas Públicas 4. Currículo I. Gonçalves, Suzane da Rocha Vieira II. Título.

CDU 37.014.3(816.5RG)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU

LURVIN GABRIELA TERCERO REYES

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO:
O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DA ESCOLA ESTADUAL
AUGUSTO DUPRAT DA CIDADE DO RIO GRANDE, RS**

RIO GRANDE

2019

Lurvin Gabriela Tercero Reyes

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO:
O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DA ESCOLA ESTADUAL
AUGUSTO DUPRAT DA CIDADE DO RIO GRANDE, RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Currículo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

RIO GRANDE

2019

Lurvin Gabriela Tercero Reyes

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO:
O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DA ESCOLA ESTADUAL
AUGUSTO DUPRAT DA CIDADE DO RIO GRANDE, RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, aprovada pela comissão de avaliação abaixo assinada:

Prof^ª. Dr^ª. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves– FURG
(Orientadora)

Prof. Dr. Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer – FURG

Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva– UFPR

Prof. Dr. Mauro Augusto Burkert Del Pino–UFPEl

Rio Grande, março de 2019.

DEDICATÓRIA

À memória do meu pai, nele encontrei a fortaleza em momentos difíceis.

A minha mãe e irmãos pelo apoio constante.

Às vozes dos jovens de bairros periféricos que tem tanto para dizer e poucos espaços para serem ouvidos.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Profa. Suzane Vieira Gonçalves, por sua paciência, flexibilidade, por compartilhar seus conhecimentos nas aulas e orientações deste trabalho.

Aos professores Mauro Del Pino, Luiz Felipe Hecktheuer e a professora Monica Ribeiro, que compuseram as bancas em que este trabalho foi submetido, contribuindo enormemente com o seu desenvolvimento.

Aos docentes e estudantes da FURG, especialmente do PPGEDU, pelos momentos de reflexão oportunizados nas aulas, obrigada por compartilhar seus conhecimentos e experiências.

Um especial agradecimento à Professora Monica Ribeiro pelo acolhimento e as proveitosas tardes de estudo no Grupo de Pesquisa do Observatório do Ensino Médio da UFPR, agradeço também à PROPESP pelo financiamento para realizar essa missão de estudo e pela disponibilidade e presteza em ajudar sempre que se fez necessário.

Agradeço à professora Flávia Pinheiro Gonzales, Marta Freitas e demais professores de Ensino Médio na Escola Dr. Augusto Duprat, por sua prestativa atitude no desenvolvimento desta pesquisa no seu local de trabalho.

A todos os estudantes secundaristas que participaram neste estudo, suas experiências e essências enriqueceram este trabalho.

Ao Professor Dr. René Antonio Noé, incansável incentivador, cujo estímulo muito devo, me deu forças e energia positiva para sair do meu país na procura dos meus sonhos.

Quero agradecer também à CAPES e à OEA, pelo apoio financeiro para a realização deste mestrado.

Na esfera familiar, agradeço a minha querida mãe Rina Reyes, meus irmãos Franklin, Keilyn e Carolina Tercero, que sempre acreditaram e incentivaram-me a trilhar os caminhos do estudo.

Os meus bons amigos Carolina Dupont, Franco Rojas, Carmen Sobalvarro e Henry Castro, por sempre encontrar sua voz amiga nos momentos mais felizes e difíceis desta jornada.

Enfim, a todas as pessoas de um jeito ou outro colaboraram para a culminação deste trabalho, minha sincera gratidão.

RESUMO

Esta dissertação investigou as percepções dos estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Augusto Duprat localizada na cidade do Rio Grande, RS, sobre as mudanças que vão ocorrer nesta etapa do ensino a partir da Reforma do Ensino Médio em curso no Brasil. O estudo se encontra inserido na linha de pesquisa: Políticas Educacionais e Currículo, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. A Lei nº 13.415/2017, que instituiu a referida Reforma, altera e revoga alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, revoga a Lei nº 11.161 de 5 de agosto de 2005 sobre a oferta obrigatória da língua espanhola, altera as Leis Trabalhistas e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Para uma compreensão mais ampla sobre esta etapa do sistema educativo brasileiro, discute-se as mudanças mais significativas que tem acontecido com o Ensino Médio a partir da promulgação da Lei de Bases e Diretrizes da Educação em 1996, chegando em sua concepção como última etapa da Educação Básica. Se apresenta também uma análise das alterações que a Lei nº 13.415, foco desta pesquisa, representa para a Educação tomando como base de análise os aspectos a saber: arranjos curriculares para o Ensino Médio, educação técnica e formação docente e parcerias com o setor privado. No campo empírico, os esforços se focaram em quatro aspectos: os principais meios de comunicação pelos quais os estudantes tomaram conhecimento da reforma, analisando sua influência na percepção sobre as mudanças; as mudanças no currículo, as condições da estrutura física e organizativa da escola que propiciam ou não a reforma e a possibilidade da reforma de preparar melhor para o ingresso na universidade ou para o trabalho. Para tanto, foram realizados grupos focais e aplicados questionários com 61 estudantes secundaristas. Na análise dos dados produzidos constatou-se que os professores se constituíram como a principal fonte de informação dos estudantes e as propagandas oficiais a segunda. Os alunos expressaram seu descontentamento a respeito das propagandas, considerando que estas oferecem informação enganosa e incompleta. Não concordam com a determinação de dispor de português e matemática como únicas disciplinas obrigatórias nos três anos de EM, de igual forma discordam da proposta de tornar uma porcentagem do ensino a distância, afirmaram que atualmente o ensino é precário e que essas disposições iriam fragiliza-lo ainda mais. Nas falas identificou-se também, uma associação da retirada de disciplinas como filosofia e história com as intenções do Estado de controle sobre a população. Enquanto as condições físicas e organizativas da escola para a implementação da reforma os estudantes manifestaram que existe uma relação direta entre os insumos escolares, a qualidade do ensino e o desempenho escolar; acreditam que os recursos públicos destinados ao ensino são insuficientes para garantir a ampliação da jornada escolar e o atendimento em itinerários formativos. A respeito da dualidade do ensino, consideraram que as mudanças que a reforma implica promoveriam uma profissionalização compulsória e a diminuição das possibilidades de ingresso no Ensino Superior, situação que também delimitaria suas possibilidades de desenvolvimento social, forçando-os a formar parte de um contingente de mão de obra não qualificada para ser inserida no setor produtivo.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio; Lei 13.415/2017; Políticas Públicas; Currículo

ABSTRACT

This dissertation investigated the perceptions of middle school students at Dr. Augusto Duprat State School located in the city of Rio Grande, RS, in relation to the changes that will occur in this level of education by the Reform of high school education ongoing in Brazil. The study is placed on the line of research: Educational Policies and Curriculum, of the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Rio Grande-FURG. Law No. 13.415 / 2017, which instituted this reform, modifies and repeals some articles of the Law on Guidelines and Bases of Education (Law No. 9.394 of December 20, 1996) it regulates the Fund for Maintenance and Development of Basic Education and of the evaluation of Education Professionals, it revokes Law 11,161 of August 5, 2005 on the mandatory provision of the Spanish language, alters Labor Laws and institutes the Policy to Promote the Implementation of Schools of secondary education in Integral time. For a broader understanding of this stage of the Brazilian educational system, it is discussed, the most significant changes that have occurred in the Middle Education since the promulgation of the Law of Bases and Guidelines of Education in 1996, arriving in its conception as the last level of elementary and high school Education. It is also presented an analysis of the alterations that Law 13.415, focus of this research, represents for the Education taking as basis of analysis the aspects to know: curricular changes for the elementary and high school Education, technical education, teacher training and alliances with the private sector . In the empirical field, efforts focused on four aspects: the mainstream media through which students became aware of the reform, analyzing their influence on perceptions of change; changes in the curriculum, conditions of the physical and organizational structure of the school that propitiate or not the reform and the possibility of reform better prepare for college admission or for work. For this, focus groups were conducted and questionnaires were applied to 61 students. In the analysis of the data produced it was found that the teachers were constituted as the main source of information of the students and the official propaganda in the second one. The students expressed their disappointment with the propagated ones, considering that they offer misleading and incomplete information. They do not agree with the determination to have Portuguese and mathematics as the only mandatory subjects in the three years of high school education, they expressed the same about the proposal to realize a percentage of the learning at distance, stating that at nowadays the school is precarious and that these provisions would weaken it even more. It was also identified, an association of the withdrawal of disciplines like philosophy and history with the intentions of the State of control over the population. Regarding to the physical and organizational conditions of the school for the implementation of the reform, students stated that there is a direct relationship between school supplies, quality of teaching and school performance; they believe that the public resources allocated to education are insufficient to guarantee the extension of the school day and attention in training routes. On the duality of education, they considered that the changes that the reform implies would promote a mandatory professionalization and the reduction of the possibilities of admission in Higher Education, a situation that would also limit their possibilities of social development, forcing them to be part of a contingent of hand of a work not qualified to be inserted in the productive sector.

Keywords: High School Reform; Law 13.415/2017; Public Policy; Curriculum

LISTA DE SIGLAS

ABRAPEC: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências
AEC: Associação de Educação Católica
ALAB: Associação de Linguística Aplicada do Brasil
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE: Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
CEB: Câmara de Educação Básica
CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDES: Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEE: Conselho Estadual de Educação
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CENPEC: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF: Constituição Federal
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONFENEN: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONIF: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CRE: Coordenadoria Regional de Educação
DCNEM: Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
EAD: Educação a Distância
EEM: Escola Estadual de Ensino Médio
EM: Ensino Médio
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ESC: Escola
ESP: Escola sem Partido
EST: Estadual
ETEC: Escolas Técnicas Estaduais
FAETEC: Fundação de Apoio à Escola Técnica
FATEC: Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo
FENEP: Federação Nacional das Escolas Particulares
FINEDUCA: Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORUMDIR: Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FURG: Universidade Federal do Rio Grande
FVC: Fundação Victor Civita
GCUB: Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IEE: Instituto de Estudos Empresariais
IF: Instituto Federal
IFET: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IMil: Instituto Millenium
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
MG: Minas Gerais
MP: Medida Provisória
NTE: Núcleo De Tecnologia Educacional
OEA: Organização dos Estados Americanos
OMS: Organização Mundial da Saúde
ONG: Organização não Governamental
OPS: Organização Panamericana da Saúde
OREALC: Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe
PAEC: Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola
PISA: Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PL: Projeto de Lei
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNCEM: Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PNE: Plano Nacional de Educação
PPP: Projeto Político Pedagógico
ProEMI: Programa Ensino Médio Inovador
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMED: Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI: Programa Universidade para Todos
PT: Partido dos Trabalhadores
SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
S/D: Sem data
S/P: Sem número de página
SEMTEC: Secretaría de Formación Media y Tecnológica

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINEPE: Sindicato do Ensino Privado
SESI: Serviço Social da Indústria
SESC: Serviço Social do Comércio
SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SMED: Secretaria Municipal de Educação
SISU: Sistema de Seleção Unificada
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNES: União Nacional dos Estudantes
UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Categorias de Análise.....	34
Quadro 2 Distribuição do Espaço Físico- Escola Dr. Augusto Duprat	35
Quadro 3 Organização dos Grupos Focais	38
Quadro 4 Participantes da Pesquisa	40
Quadro 5 Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1996/2001.....	51
Quadro 6 Taxas de Escolarização Líquida e Bruta do Ensino Médio – Região Sul e Nordeste – 1991/2000.....	51
Quadro 7 População Residente de 15 a 17 anos. Brasil – 2005 – 2017	64
Quadro 8 Escolarização bruta e taxa líquida anual do Ensino Médio.....	64
Quadro 9 Estudantes na rede privada de ensino, por grandes regiões, segundo o curso frequentado (%)	67
Quadro 10 Classificação das classes sociais segundo o IPEA	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de matrículas na Educação Profissional por rede de ensino Brasil – 2008-2017.....	67
Gráfico 2 Percentual dos anos iniciais, dos anos finais e do Ensino Médio por recurso disponível na escola – Brasil 2016	97
Gráfico 3 População de 4 a 17 anos que não frequenta escola – Brasil 2015	102
Gráfico 4 Instituições de Ensino Técnico populares entre os estudantes	104
Gráfico 5 Faixa etária e sexo dos participantes da pesquisa	109
Gráfico 6 Alunos que trabalham segundo o ano de matrícula.....	110
Gráfico 7 Carga horária semanal de atividades laborais	111
Gráfico 8 Nível de conhecimento que os estudantes têm sobre a Reforma do Ensino Médio	113
Gráfico 9 Condição dos estudantes em relação à leitura dos documentos oficiais	114
Gráfico 10 Opinião sobre a não obrigatoriedade da maioria de disciplinas que conformam o currículo atual.....	120
Gráfico 11 Opinião sobre a proposta de tornar o 40% da carga horária a distância	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 EEEM Dr. Augusto Duprat, Rio Grande	35
Figura 2 Estrutura dos Códigos do Grupo Focal.....	39
Figura 3 Código dos participantes de entrevista aberta.....	41
Figura 4 Sujeitos do Escola Sem Partido	77
Figura 5 Sujeitos individuais e coletivos das reformas em curso no Brasil.	80
Figura 6 Distribuição Geográfica do Programa Jovem do Futuro – Instituto Unibanco.....	81
Figura 7 Evolução da carga horária do Ensino Médio	94
Figura 8 Distribuição da Carga Horária – Ensino Médio Diurno.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Justificativa	20
Problema de pesquisa e objetivos	27
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS	32
1.1 Sobre a pesquisa de ordem qualitativa	32
1.2 Sobre o lócus da pesquisa.....	34
1.3 Sobre os participantes da pesquisa	36
1.4 Sobre as técnicas de produção de dados.....	37
1.5 Análise de conteúdo como ferramenta para análise de dados.....	42
2 ENSINO MÉDIO APÓS O REGIME DITATORIAL: AVANÇOS E DESAFIOS.....	43
2.1 Constituição Federal de 1988: Garantias e Direitos Educativos.....	43
2.2 Tramitação e Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	47
2.3 Ensino Médio a partir da década de 1990: políticas e ações.....	50
2.4 Do governo Lula à Medida Provisória 746/16.....	56
2.5 Evolução na expansão do Ensino Médio	63
3 LEI Nº 13.415/2017: O QUE VISA REFORMAR	70
3.1 Golpe de 2016 e suas relações com o conservadorismo.....	71
3.2 Agenda conservadora: propostas e ações.....	75
3.3 Da MP nº 746/2016 à Lei nº 13.415/2016	78
3.4 Alterações na LDB: reorganização da estrutura curricular.....	87
3.5 Financiamento da Educação e as parcerias público-privadas.....	99
4 O QUE DIZEM OS JOVENS ESTUDANTES.....	107
4.1 Os jovens e seus sentimentos em torno ao atual Ensino Médio	108
4.2 Meios de informação e construção do conhecimento.....	113
4.3 Mudanças no currículo.....	119
4.4 Insumos escolares em relação as condições físicas e organizativas da escola	129
4.5 Reforma e dualidade do Ensino Médio.....	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	158

INTRODUÇÃO

O homem através do tempo tem estabelecido sistemas de organização social que lhe ajudaram na execução de ações necessárias para atingir o bem comum e sobreviver. Nesse percurso temporal, encontrou formas de conservar seus saberes, seus princípios e fundamentos de geração em geração, - denominado cultura no sentido mais amplo. Nos seus inícios por meio da convivência e eventualmente por vias mais esquematizadas como a educação monástica ou religiosa.

Poderíamos dizer assim, que a educação como ação humana é uma atividade social tão antiga quanto a própria constituição de uma sociedade minimamente organizada; esta é diferente da escolarização que tem suas origens com os processos de industrialização, a meados do século XVIII e XIX.

Com a Revolução Industrial, surgiram novas formas de atividade econômica, mesmas que demandaram cada vez mais obreiros, atraindo uma grande quantidade de pessoas para as cidades, dado que elas albergavam às indústrias. Surge assim, a intensificação da urbanização, fato que conduziu à escolarização das massas que deviam ocupar os postos no sistema produtivo industrial. A preparação eficiente para o trabalho se torna no fim da escolarização, com métodos de ensino dirigidos à uniformização das pessoas, e ao ensino de destrezas específicas e úteis para a execução de determinada função dentro da distribuição do trabalho industrial.

Nos Estados Unidos, Bobbitt em 1918 e Tyler mais adiante, em 1959, definiriam um currículo que permitisse transformar o sistema educacional para um modelo de organização econômico. É assim como Tomás Tadeu da Silva expõe:

O modelo de Bobbitt estava claramente voltado para a economia. Sua palavra chave era “eficiência”. O sistema educacional deveria ser tão eficiente como qualquer outra empresa econômica... tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos de obtê-los de forma precisa. (2005, p. 23)

Surge então a transposição de conceitos associados à eficiência do processo industrial para a formação humana como os objetivos, conteúdos, metas, metodologia, recursos e avaliação.

Com a constituição dos sistemas educativos para as massas, na sociedade moderna, foi preciso definir quais conhecimentos seriam reproduzidos, portanto, a seleção de aspectos

técnicos e culturais se tornou a base do currículo e posteriormente as políticas curriculares para sua concretização.

A partir destas definições surgem novos campos de análise, assim como tendências e correntes de pensamento para fazê-lo. No estudo das teorias do currículo uma das questões básicas é: o que eles ou elas devem saber? Para além de aspectos relacionados a uma educação para a vida ou utilitarista, as teorias discorrem sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade (SILVA, 2005). Estes aspectos agregam complexidade à noção de currículo, entendendo uma teoria como uma representação da realidade. Nesse sentido, a importância destes estudos não se centra em definir o termo “currículo”, mas em conhecer as teorias e discursos inseridos nele, em outras palavras a função social do currículo.

Do ponto de vista das teorias críticas, o currículo não é apenas uma simples seleção de fatos, fenômenos, conteúdo a serem ensinados, ele representa um campo minado de disputas que refletem uma luta de forças ideológicas e de poder, guiadas por questões sociológicas, políticas e epistemológicas. O currículo é resultado de uma seleção de conhecimentos, aptidões e processos orientados pela intencionalidade de formar um cidadão para determinada sociedade, transformar a pessoa em executora de ações que assegurem a continuidade da ordem social e econômica estabelecida.

A escola através do currículo converte-se num dos órgãos responsáveis pela reprodução dos componentes econômicos do sistema capitalista (força de trabalho, meios de produção), segundo o filósofo francês Louis Althusser (1983, p. 43, 44) a escola não reproduz somente estes componentes, ela, junto com outros aparelhos do Estado como a Igreja, a família, o sistema jurídico, político, sindical, midiático e cultural são os responsáveis de também pela reprodução dos componentes ideológicos do sistema produtivo capitalista. O autor argumenta que a escola é o aparelho ideológico central porque atinge a toda a população por um período prolongado de tempo. (SILVA, 2005).

Ainda discutindo a questão da reprodução dos componentes ideológicos na escola, Althusser se pergunta o que se aprende na escola? Para ele, além dos elementos da “cultura científica” ou “literária” diretamente funcionais nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores) a escola também ensina:

As “regras” dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de

respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a «bem falar», a «redigir bem», o que significa exactamente (sic) (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a «mandar bem», isto é, (solução ideal) a «falar bem» aos operários, etc. (1983, p.21)

Os estudos do currículo também possuem uma abordagem histórica, já que o conteúdo, as práticas curriculares e os componentes ideológicos vão evoluindo de acordo com as condições contextuais e sócio-históricas que justifiquem a seleção de conhecimentos que tornem os sujeitos “ideais” para reproduzir a cultura dominante de um determinado momento histórico.

Nessa perspectiva, a formação humana integral que “abrange a vida humana em sua globalidade” (BRASIL, 2013, p.18) é desvalorizada e até apagada por uma formação que capacita o indivíduo para o desempenho de funções específicas que assegurem a permanência do sistema produtivo. Passando a ensinar conhecimentos básicos, limitados e utilitaristas, dentro dos quais ensino de letras e matemáticas ocupa uma posição hegemônica, portanto, outras áreas como as artes são desvalorizadas, o desenvolvimento de aptidões físicas, além dos conhecimentos e práticas reflexivas provenientes da filosofia ou sociologia.

Nesse sentido, se torna importante o estudo das propostas educacionais que chegam no chão da escola. O estudo delas nos possibilita problematizar algumas questões, dentre elas Sonia Kramer propõe:

Algumas perguntas que precisam ser formuladas e discutidas, bem como é necessário buscar as respostas. Dentre outras, sugiro as seguintes questões: Quem produziu a proposta? Como foi produzida? Quais os participantes dessa produção e em que condições a proposta foi elaborada? [...] os fundamentos teóricos da proposta curricular são explicitados? Qual a concepção subjacente ou explícita de infância, homem, educação, conhecimento, cultura? Que áreas do conhecimento baseiam a proposta e qual o enfoque privilegiado? Há coerência na abordagem entre os objetivos arrolados e as ações previstas? Há coerência entre essas bases teóricas e as reais condições de implementação da proposta? Como foram trabalhados esses referenciais junto aos profissionais “elaboradores” da proposta? [...] E os leitores da proposta em questão? Que tipo de texto encontrarão? Qual a aposta que ele contém? (1997, p. 24, 25 e 28)

Voltando ao foco deste estudo, a Reforma do Ensino Médio, instituída através da Medida Provisória nº 746/2016 e convertida na Lei nº 13.415/2017, é uma política educacional de caráter curricular, mas não limitada a ele, pois também objetiva suavizar as fronteiras entre o público e o privado na Educação Básica, afetando, por sua vez, o trabalho e a formação docente. A Reforma do Ensino Médio faz parte de um projeto político societário que vai ao encontro de outras medidas como a Proposta de Emenda Constitucional nº 241, transformada na Emenda Constitucional nº 95/2016 (que congela o orçamento para Saúde e Educação por 20

anos), a Reforma de Previdência Social (PEC nº 287/2016) que cria novas regras de tempo de contribuição e idade para a aposentadoria, o PL nº 867/2015 Projeto de Lei Escola sem Partido que fere a liberdade de ensino promulgada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como o Projeto de Reforma Trabalhista e a militarização das escolas. Para compreender melhor, através deste trabalho se apresentará estes e outros aspectos relacionados à tramitação e aprovação da Lei nº 13.415/2017.

Justificativa

Um trabalho de pesquisa não se trata somente de assuntos relacionados ao âmbito acadêmico e profissional, também é um reflexo dos interesses do pesquisador ou pesquisadora no âmbito social, ideológico, político e até pessoal, onde são envolvidas suas experiências anteriores e as inquietações surgidas delas, a bagagem sócio emocional com que ele ou ela carrega, assim como suas aspirações futuras.

Nesse sentido, nesta seção apresento a justificativa, motivações e interesses que me instigaram a realizar esta pesquisa no âmbito das políticas públicas. Nela, estão sintetizados os eventos que atravessei em distintas etapas, e que foram importantes para a minha descoberta pessoal, acadêmica e profissional. Experiência que me motivaram a sair do meu país, Honduras, para realizar meus estudos de Pós-Graduação no Brasil, como bolsista da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com o apoio da Divisão de Temas Educativos do Ministério de Relações Exteriores de Brasil e a Organização Panamericana da Saúde (OPS/OMS), sob o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA-GCUB).

Além desses aspectos, apresentam-se o problema de pesquisa e os objetivos que o estudo visa realizar.

Existem algumas perguntas que me inquietaram desde o começo da pesquisa e continuaram durante o processo inteiro: Por que realizar uma pesquisa na área das políticas educacionais, principalmente sobre currículo? Que problematizações possibilitaram os resultados de uma pesquisa nesta área? Por que o Ensino Médio como foco? Por que neste momento histórico específico? Que contribuições pode trazer este estudo? Resultado destas questões apresento nas seguintes páginas a importância deste estudo para o campo educativo, assim como os interesses acadêmicos e pessoais que me trouxeram até estas discussões.

Esta pesquisa surge neste campo de estudo específico pelo interesse no âmbito das políticas públicas, reconhecendo seu impacto nas práticas cotidianas das escolas e na

constituição do tipo de sociedade que politicamente interessa-se construir. Nesse sentido, a formulação de projetos legislativos representa um embate de forças e ideologias políticas guiadas pelos interesses econômicos e de poder que predominam em determinada sociedade.

Em função dos embates políticos envolvidos na questão educacional, é importante mapear os argumentos apresentados neste cenário de debates porque elas revelam as dinâmicas do campo educacional brasileiro. Isto permitirá identificar os discursos estruturados a partir das posições filosóficas e ideológicas dos atores e autores das propostas que estão no foco do embate, as suas percepções e conceitos de educação, formação humana, fins do Ensino Médio, entre outras.

Entender esses embates, as suas causas e consequências para a sociedade em geral e para os grupos diretamente afetados se torna um motor que mobiliza meus interesses. A esse respeito, Silva (2008, p. 33) explica que “O estudo das reformas educacionais é relevante, pois permite elucidar a que vêm, quais as intenções manifestas e não manifestas, seus limites possibilidades e contradições. Permite dimensionar, inclusive, seu alcance quanto aos prováveis impactos que causará sobre a cultura escolar”.

Uma política pública, seja ela no âmbito da saúde, ambiente, previdência, ou educação, entre outras varia de acordo com os seus fins e características, uma política educativa pode ter por exemplo um caráter autoritário, imposto e prescritivo ou pelo contrário, pode ser vaga, pode estar inserida no plano das possibilidades, mas tanto num caso como no outro, estas características representam sentidos e intencionalidades. Portanto, uma política geralmente vai acompanhada de uma certa estratégia para sua realização, quer dizer, linhas de força com tendências a políticas de indução ou ações que “assegurem” a intervenção do Estado por meio das mudanças prescritas.

Dado que a Reforma ao Ensino Médio (Lei nº 13.415) ainda não foi implementada nas escolas e considerando que as prescrições oficiais não se consolidam de forma espelhada na escola (SILVA, 2008) o estudo visa por um lado, analisar esse plano de possibilidades em relação aos impactos, efeitos e consequências no que se refere à mercantilização da educação, às parcerias público privadas, ao sentido da integralidade do Ensino Médio, à dualidade do EM, ao financiamento da educação e as condições reais da maioria das escolas públicas brasileiras e por outro as percepções dos jovens sobre essas mudanças. Para a análise do documento da reforma, é dizer, ao *discurso instrucional* (BERNSTEIN, 1996), vamos buscar os níveis de análise propostos por Louis D' Hainaut na sua obra Educação Dos fins aos Objetivos. Segundo o autor a análise de uma política educativa pode efetuar-se em dois níveis:

1. No nível das intenções declaradas que se podem encontrar em textos e análises de documentos oficiais, de discursos políticos ou de ensaios.
2. No nível da realidade que podemos conhecer pela análise das decisões e a observação dos fatos. (D' HAINAUT, 1980, p.23)

O autor argumenta também que a extração das intenções, dos textos que as contêm, pode fazer-se com a ajuda das técnicas de análise de conteúdo, de maneira a obter uma síntese das intenções tão objetiva e tão válida quanto possível. Agrega a sua vez que, em certos casos os textos podem ser bastante claros para que o recurso a estas técnicas seja indispensável. (D'HAINAUT,1980)

Nesse sentido, é importante para o nosso estudo problematizar as intenções manifestas e, também, as não manifestas sobre a Reforma do Ensino Médio. As primeiras por meio dos documentos oficiais e as expressões públicas dos intelectuais da dita reforma e seus defensores, em forma de entrevistas, falas em audiências públicas e outros. As segundas, baseado em alguns fatos que serão discutidos em breve.

No que se refere ao primeiro nível, ou seja, as intenções declaradas; temos a exposição de motivos da MP nº 746, onde o então Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho, que assumiu o cargo no mandato do presidente interino Michel Temer em maio de 2016, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, expressa em 25 itens as razões para submeter a proposta de alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), entre elas se destacam as seguintes:

1. Desde a criação da LDB em 1996 tem se adotado uma série de medidas para o Ensino Médio, no entanto, a sua função social, prevista no art. 35¹, não atingiu os resultados previstos.
2. As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, criadas em 1998 e alteradas em 2012, permitem a possibilidade de diversificar 20% do currículo, mas os Sistemas Estaduais de Ensino não conseguiram propor alternativas de diversificação, uma vez que a legislação obrigava o aluno a cursar treze disciplinas.
3. Que o currículo de Ensino Médio é extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI.

¹ “O referido artigo prevê que o Ensino Médio deverá consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como formar indivíduos autônomos, capazes de intervir e transformar a realidade. ” (BRASIL, 2016, p. 1)

4. O elevado número de jovens encontra-se fora da escola e aqueles que fazem parte dos sistemas de ensino não possuem bom desempenho educacional.
5. Somente 58% dos jovens estão na escola com a idade certa (15 a 17 anos). Do total de matriculados, 85% frequentam a escola pública e, destes, por volta de 23,6% estudam no período noturno.
6. 41% dos jovens de 15 a 19 anos matriculados no Ensino Médio apresentaram péssimos resultados educacionais.
7. Queda no desempenho em matemática e língua portuguesa, segundo a comparação dos resultados do SAEB entre 1995 e 2015.
8. A pesar das políticas de universalização da educação, 58% dos jovens de 15 a 17 anos não estão na escola.
9. O IDEB do Ensino Médio no Brasil está estagnado, apresentando o mesmo valor (3,7) desde 2011.
10. O atual Ensino Médio não favorece a aprendizagem nem o desenvolvimento de competências, pois, as treze disciplinas obrigatórias não são alinhadas ao mundo do trabalho.
11. Para justificar a urgência de uma Medida provisória em matéria educativa o documento estima que a população jovem brasileira atingira seu ápice no período de 2003 a 2022, havendo depois disso, uma queda projetada em 12,5 milhões de jovens, por outro lado, tem um aumento de 3% anual na taxa de crescimento da população idosa, portanto, este seria o momento mais importante para agir e qualificar à população.
12. Em torno de 20% da população de jovens de 15 a 24 anos não estudam e não trabalham.
13. 16,5% dos jovens ingressam no ensino superior e 8% cursam educação profissional, ou seja, aproximadamente 75% da juventude torna-se invisível para os sistemas educacionais brasileiros e não consegue sequer boa colocação no mercado de trabalho.
14. Alinhamento das premissas da proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef.
15. Brasil é o único País do mundo que tem apenas um modelo de Ensino Médio, com treze disciplinas obrigatórias. Em outros países, os jovens, a partir dos quinze anos de idade, podem optar por diferentes itinerários formativos no prosseguimento de seus estudos. (BRASIL, 2017)

Depois de apresentar os desafios desta etapa do ensino, o texto (que não indica as fontes para a maioria dos dados apresentados, com exceção do Centro Brasileiro de Análise e

Planejamento (CEBRAP), com o apoio da Fundação Victor Civita² (FVC) no que se refere ao sentido da escola para os jovens de baixa renda e ao INEP em relação aos péssimos resultados educacionais) propõe mudança nos aspectos a seguir:

- A flexibilização do Ensino Médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular.
- Ampliação progressiva da jornada escolar, conforme o Plano Nacional de Educação, e limita a carga horária máxima de mil e duzentas horas para Base Nacional Curricular Comum, com autonomia dos sistemas estaduais de ensino para organização de seus currículos, de acordo com as realidades diversas.
- Ofertar um Ensino Médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida, a medida torna obrigatória a oferta da língua inglesa, o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos desta etapa, e prevê a certificação dos conteúdos cursados de maneira a possibilitar o aproveitamento contínuo de estudos e o prosseguimentos dos estudos em nível superior e demais cursos ou formações para os quais a conclusão do Ensino Médio seja obrigatória.
- Criar a Política de Educação em Tempo Integral de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio de escolas estaduais, que apoiará a implementação da proposta baseada em mais tempo de aula, como também numa visão formativa apoiada nos quatro pilares de Jacques Delors. (BRASIL, 2017)

Por outro lado, temos as intenções não manifestas diretamente, que são demonstradas por diversas ações por parte das instâncias governamentais, tais como:

1. A tramitação de um Projeto de Lei (nº 6.840/2013), que visava a reforma do EM, quebrando a concepção de EM concebida nas DCNEM/2012.
2. Imposição de uma Medida Provisória para assuntos educativos, ato que nem durante a Ditadura Militar foi realizado para uma mudança radical em uma das etapas educativas.
3. A desconsideração do quadro geral do Ensino Médio atual, a necessária discussão com a comunidade escolar, as pesquisas já desenvolvidas na área, as condições de trabalho dos docentes e infraestrutura existente hoje nas escolas.

² Organização parceira do instituto Unibanco, recebe financiamento para realizar pesquisas de temas relacionados à gestão educacional, Ensino Médio e juventudes (PERONI, CAETANO E LIMA, 2017)

4. Os argumentos de urgência do MEC em relação à necessidade de uma Medida Provisória para abordar uma Reforma Curricular e de financiamento do EM.
5. A promulgação de uma Medida Provisória para educação como vista como um meio antidemocrático e autoritário, principalmente no contexto de sua publicação: um mês depois da troca de Governo, pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.
6. Realização de audiências inviabilizadas, com a participação de entidades representativas do empresariado e a ausência das entidades de representação civil.
7. Excessiva propaganda que basicamente prometia aos jovens um ensino mais atrativo, a oportunidade de escolher “o que quer ser” (quando as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários formativos).

Além destes argumentos, alguns autores afirmam que a reforma é produto de um golpe civil, jurídico e midiático, sendo publicada num contexto social e político desequilibrado (FRIGOTTO, 2016; RAMOS, 2016; FERREIRA, 2017; SILVA e FERRETI e, 2017; SIMÕES, 2017; LINO, 2017; AMARAL, 2017; MOURA e LIMA FILHO, 2017; GONÇALVES, 2017). Outro aspecto a destacar é a rapidez no processo de tramitação e aprovação da Lei de reforma, que por sua natureza como Medida Provisória não contou com um processo de socialização adequado, onde a opinião da comunidade educativa e acadêmica como pesquisadores das distintas universidades do país eram escutadas, como vinha ocorrendo historicamente no país, a exceção da época da ditadura militar.

Os pressupostos anteriormente apresentados, representam uma realidade que merece ser discutida e estudada em profundidade, tanto nos aspectos que afetaram a formação dos jovens, principalmente de Escolas Públicas, assim como no significado destas ações para a democracia e a materialização de direitos. Portanto, esta pesquisa está situada no âmbito das políticas públicas educativas, tomando como base a legislação brasileira assim como teóricos do campo das políticas públicas.

Há que se destacar, a existência de alguns aspectos de caráter pessoal que me induziram a realizar esta pesquisa, compreendo que as escolhas no âmbito acadêmico e profissional, estão estreitamente ligadas a minhas experiências pessoais. Gimeno Sacristán aponta à importância de refletir sobre a prática:

Quase impossível a coexistência da reflexão sobre a prática enquanto se atua. [...] o distanciamento nos permitirá utilizar toda a cultura para racionalizar as ações, que é o que dá sentido à educação e à formação do professorado. (SACRISTÁN apud CARABETTA, 2010, p. 581)

Assim, com o distanciamento apropriado que esta escrita oportunizou sobre minhas experiências como estudante, professora e agora pesquisadora, me instiguei a mim mesma a refletir sobre as questões.

A primeira tem a ver com a importância da educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Conhecendo por experiência própria os esforços que as famílias de baixa renda - que representam um número significativo nas nossas sociedades - fazem para acessar e permanecer na escola com a esperança de superar as dificuldades. Sendo que, a educação pública em muitos casos representa a única possibilidade de superação e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Segundo, o papel que os professores desempenham, não como grupo social organizado, nem como produtores de saberes por meio de suas práticas, senão como fonte de inspiração de muitas crianças e jovens. Foi uma dedicada professora, que desde a quinta série motivou a uma menina de origem camponês a continuar com seus estudos, e cumprir seu sonho de se tornar professora, hoje esta dissertação não estaria sendo lida.

Terceiro, destacar a importância do empoderamento dos jovens na vida política da sociedade, instiga-los a compreender as relações de poder que de uma maneira ou outra afetam suas vidas e a de seus pares. Lição que aprendi como delegada do movimento estudantil, apoiando as lutas sociais durante o golpe de Estado sofrido no meu país em 2009, isto somado às experiências como diretora no estágio final do curso de magistério, despertaram o interesse pelas práticas diretivas, ao tempo que era testemunha das carências do sistema educativo, da corrupção que impera na maioria das instituições estatais, questão que impede o desenvolvimento do país inteiro. Esta experiência, me levou a refletir sobre meu rol na sociedade, me provocou um anseio de reconstrução pessoal, que me torne num agente de mudança para a realidade de meu país.

Devo reconhecer que a escrita deste pequeno texto reflexivo, ajudou a me reconhecer nesses sujeitos que pretendo pesquisar, principalmente porque são esses sujeitos que se posicionam passivamente nos processos de toma de decisões em matéria educativa, mas que ao tempo, eles mesmos são os encarregados de materializar as políticas educativas. Daí a importância da socialização das propostas reformistas antes de serem aprovadas, visando à geração de um sentimento de pertencimento e identidade no ideário dos atores participantes.

Levar uma política educativa do plano abstrato no qual elas estão inseridas para a realidade e contextos da escola, é o verdadeiro reto para a sociedade em geral e especificamente para os atores envolvidos neste processo. Nos termos de Barbosa e Machado em Dourado

(2017) a luta pela efetividade da Lei (no caso o Plano Nacional de Educação) continua sendo o epicentro das disputas da política educacional.

Além disso, esta escrita possibilitou o encontro de ainda mais motivação e proximidade a este estudo sobre a Reforma do Ensino Médio, que embora não esteja diretamente relacionada com meu país, não quer dizer que se afasta da realidade latino-americana, onde são impostas leis sob uma visão totalmente mercantilista do ensino, enxergando os países em desenvolvimento como uma fábrica de produção de mão de obra que alimente o sistema produtivo.

Problema de pesquisa e objetivos

A Lei nº 13.415 aprovada em 16 de fevereiro de 2017 e foco desta pesquisa, é resultado da Medida Provisória nº 746 emitida em setembro de 2016. A referida lei forma parte estratégica de um projeto político societário que começou a ser tramitado junto com outras medidas legislativas, a partir do golpe parlamentar, jurídico e midiático da Presidente eleita democraticamente Dilma Rousseff em agosto de 2016. Por sua natureza jurídica a conversão da Medida Provisória nº 746/2016 na Lei nº 13.415/2017 se deu sem participação de grupos organizados da sociedade no prazo de 147 dias. Na redação final da Lei reza como ementa o seguinte texto:

Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a consolidação das Leis do trabalho - clt, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a política e fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

As mudanças que esta reforma carrega para a Educação Básica em geral e para o Ensino Médio no específico, tem sido abertamente rejeitadas por boa parte da comunidade acadêmica, diante distintos manifestos e declarações. Um dos principais atores na resistência é o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, criado no início de 2014 com vistas a atuar junto à Câmara dos Deputados na interlocução sobre o Projeto de Lei nº 6.840/2013. Posteriormente, participou ativamente da resistência à reforma com a publicação pela MP nº 746.

O Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio é composto por entidades do campo educacional, dentre elas ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica), FINEDUCA (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

É importante destacar que a rejeição não foi exclusivamente por grupos acadêmicos ou associações educativas, parte da população brasileira em geral se manifestou em contra nas redes sociais principalmente; diante esse cenário muitas escolas foram ocupadas no país inteiro, totalizando ao redor de 1400 escolas de Ensino Médio que exigiam a revogação da Medida Provisória nº 746. Apesar de todas as manifestações da população brasileira o Governo da República continuou com o processo de aprovação da medida legislativa que finalmente foi aprovada no Senado em fevereiro de 2017 com 43 votos a favor e 13 em contra.

Por outro lado, se levantou uma campanha a favor da reforma ao Ensino Médio, realizada pelo Governo Federal através do MEC. As propagandas do “novo Ensino Médio” foram apresentadas em vários meios de comunicação social e continuaram a ser divulgadas com mais ênfase durante o processo de aprovação da MP nº746, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

Desde antes da publicação da MP nº 746, alguns renomeados professores como Guiomar Namó de Mello, assim como representantes e defensores do setor industrial (ROITMAN e RAMOS, 2011; SCHWARTZMAN, 2016) publicaram artigos e documentos discutindo a necessidade e urgência de realizar uma reforma ao EM, sob os pressupostos que logo foram sinalados na exposição de motivos da MP.

O MEC investiu também em publicidade paga a famosos jovens youtubers brasileiros como Lukas Marques e Daniel Molo. Segundo Portinari e Saldaña, para o diário a Folha do São Paulo “o governo Michel Temer pagou R\$ 65 mil para o canal *Você Sabia* falar bem da reforma. Comandado por os dois jovens, o canal no YouTube conta com 7,1 milhões de assinantes” (2017, S/D). Mas eles não foram os únicos “influencers” das redes sociais que se pronunciaram em favor da reforma, o jornal continua a relatar que segundo afirmações do MEC outros quatro canais do YouTube foram contratados pelo governo ao custo total de R\$ 295 mil. Basicamente, neles se explica à população quais seriam essas mudanças e como viria a favorecer à educação

brasileira com frases como “Se eu tivesse que fazer o Ensino Médio e soubesse dessa mudança eu ficaria muito feliz” ou “Você aí que quer trabalhar com história, não vai ficar perdendo tempo com célula”.

Cabe destacar, que na maioria destes vídeos faz referência às problemáticas que adoecem o sistema educativo, principalmente o EM: as baixas qualificações em provas internacionais como a PISA e o desinteresse dos jovens pelo próprio aprendizagem, e como contraponto a estas problemáticas, asseguram que esta reforma viria melhorar o acesso e universalização do EM. Por outro lado, não fazem menção alguma às mudanças relativas ao FUNDEB, ao ensino técnico profissionalizante ou as parcerias público-privadas que a lei condiciona.

Além delas, a estratégia publicitaria do Governo Federal através do Ministério de Educação (MEC) que possivelmente atingiu ao maior número de pessoas foram os anúncios transmitidos na televisão, canais de Youtube, e redes sociais. Estes anúncios começaram ser divulgados entre novembro e dezembro de 2016, quando a MP estava em discussão no Senado e na Câmara de Deputados, nos anúncios é pregada principalmente a liberdade de escolha que os itinerários formativos iriam oferecer e a possibilidade de um ensino dedicado aos interesses e vocação de cada estudante, no vídeo em questão, é possível observar vários jovens afirmando que a partir da reforma eles iriam fazer o que seus ensejos permitissem, desde jornalista até designer de vídeo games. Ao final do vídeo, como outro meio de validar e fundamentar as mudanças, são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em novembro de 2016, onde afirmam que o 72% da população brasileira aprova a dita reforma, ao tempo que expõem como lema: “Novo Ensino Médio: quem conhece, aprova”, convidando à população em geral a visitar o site do MEC e se informar sobre a reforma.

Depois das críticas a estas propagandas qualificadas de enganosas, já que a liberdade de escolha que a Lei previdência está baseada na escolha de um itinerário formativo (Art. 36) e não na eleição de uma carreira específica, como expõem os comerciais do Ministério de Educação, além disso, a Lei estabelece que as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários formativos, a obrigatoriedade é de no mínimo um por escola e dois por município, somado a isso temos a opção do itinerários formativos integrados, que não pratica teria semelhança com o Ensino Médio atual.

Com tudo isto, o Ministério de Educação elaborou outros comerciais, neles se apresentam diversos jovens geralmente em ambientes escolares, que discutem entre eles as mudanças principalmente curriculares, entre elas se fala sobre a existência de uma Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) e que a carga horária estaria dividida entre a BNCC e os itinerários formativos, enumerando cada um deles. Outro aspecto a destacar dos comerciais é a mudança no lema, que passou de “Novo Ensino Médio, quem conhece aprova” a “Agora é você quem decide o seu futuro”, se referindo a possibilidade de escolha de um itinerário formativo.

Justamente estas afirmações despertaram o interesse de pesquisa por representar o lema da Reforma do Ensino Médio, ou novo Ensino Médio como é chamado. Deste modo, formulamos como problema de pesquisa: “No que se refere às mudanças propostas pela Reforma do Ensino Médio instituída através da Lei 13.415/2017, o que pensam e conhecem sobre ela os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da Cidade do Rio Grande, RS?”

Para responder ao problema de pesquisa, propusemos como perguntas de pesquisa: Qual o conhecimento que circunda nos estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat em relação à reforma do EM? Onde obtiveram esse conhecimento? Qual o papel das propagandas pregadas pelo Governo Federal e dos professores na constituição desse conhecimento? Eles aprovam ou reprovam as mudanças propostas e porquê?

A partir do exposto anteriormente determinou-se como objetivo da presente pesquisa de investigar a percepção dos estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Augusto Duprat, localizada na Cidade do Rio Grande, RS, em relação as propostas de reforma a esta etapa de ensino promulgadas a partir da Lei nº 13.415/2017; e como objetivos específicos:

- a) Identificar os principais meios de comunicação pelos quais os estudantes tomaram conhecimento sobre a Reforma do EM, analisando sua influência na percepção sobre as mudanças.
- b) Analisar as percepções dos sujeitos de pesquisa enquanto às condições reais da estrutura física e organizativa da escola que propiciam ou não as mudanças propostas.
- c) Estudar a opinião dos participantes da pesquisa em relação à possibilidade do “novo EM” de preparar melhor para o ingresso na universidade ou para o trabalho.

Objetiva-se que os resultados deste estudo contribuam nas discussões sobre a organização e melhor implantação da proposta de Reforma ao EM na cidade do Rio Grande, RS, proporcionando um material que reflete as vozes dos sujeitos que vivenciarão essas mudanças, suas necessidades em quanto escola pública de periferia.

Organização do trabalho

O presente trabalho está organizado em 4 capítulos, a saber:

Capítulo 1: Caminhos Metodológicos - Neste capítulo se descrevem os pressupostos metodológicos que embasam e orientam este trabalho de pesquisa, assim como os processos de produção e análises de dados.

Capítulo 2: Ensino Médio após regime ditatorial: avanços e desafios. – Aqui visamos compreender a caracterização do Ensino Médio como parte da Educação Básica, a partir da análise e discussão de 20 anos (1996-2016) de políticas dirigidas a esta etapa de ensino, portanto, se condensam os principais avanços e desafios que atravessou o Ensino Médio desde a promulgação da LDB até a publicação da MP nº 746 em setembro de 2016.

Capítulo 3: Lei nº 13.415/2017: O que visa reformar - Ao longo deste capítulo é analisada a LDB e suas alterações com a Lei nº 13.415 de 2017, que reforma o Ensino Médio. Foram analisadas as questões relacionadas com as mudanças nas matrizes curriculares para o Ensino Médio, a educação técnica profissionalizante, assim como as parcerias com o setor privado e o financiamento da educação com as mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Capítulo 4: O que dizem os estudantes - Analisaram-se os depoimentos dos estudantes secundaristas, os dados foram organizados segundo os objetivos da pesquisa, que por sua vez se materializaram em 4 categorias a priori: Meios de informação e construção do conhecimento, mudanças no currículo, condições físicas e organizativas da escola e a reforma e dualidade do Ensino Médio

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

Nesta seção são apresentados os pressupostos metodológicos que orientam o presente estudo, os caminhos descritos percorrem as abordagens que conduzem o estudo e os instrumentos que utilizados na coleta e interpretação dos dados.

Para atingir os objetivos do estudo foi escolhida uma metodologia com abordagem qualitativa. Realizou-se análise de conteúdo dos dados produzidos a partir de grupos focais, da aplicação de questionários a todas as turmas da Escola Estadual Dr. Augusto Duprat assim como os dados obtidos de uma entrevista com a Presidente e Vice-Presidente do grêmio estudantil da mesma escola. A partir da análise de esses dados se pretendeu conhecer as percepções destes estudantes sobre a reforma educacional que está ocorrendo nesta etapa de ensino.

No momento de produzir os dados as mudanças propostas pela reforma em menção, já estavam aprovadas, porém, não tinham sido implantadas nas escolas, dado que a lei prevê que esta etapa de ensino será reformulada num prazo de 5 anos a partir da publicação da lei, quer dizer em até 2022.

Segundo declarações de Wisley Pereira coordenador do Ensino Médio do MEC, em entrevista realizada em agosto de 2018 pelo jornal Valor Econômico, se espera que no ano de 2019 ao redor de mil públicas brasileiras apliquem as mudanças do “novo Ensino Médio”, no entanto, o entrevistado ressaltou que delas, 30% que corresponde a 270 escolas teriam melhores condições para sua implementação no primeiro semestre de 2019. Estas escolas são as se aderiram ao Programa de Fomento à Implantação de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral.

1.1 Sobre a pesquisa de ordem qualitativa

A metodologia de ordem qualitativa nas Ciências Sociais, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009, p.21), trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque essa realidade possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores

e atitudes. Tudo isso corresponde às relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operações variáveis:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Nesse sentido, a pesquisa vai-se desenvolver sob as experiências individuais subjetivas dos participantes, visando compreender os sentidos que eles têm atribuído às mudanças propostas para o Ensino Médio e como esses sentidos se mobilizam e concretizam em práticas cotidianas dentro da escola e fora dela, estes últimos materializados nas suas aspirações e sua visão do mundo fora dos muros escolares.

Com base nesses fundamentos, é pertinente os aportes de Bogdan em Triviños (1987, p. 128-130), quem assinala cinco características fundamentais a essa classe de atividade inquisitiva (pesquisa qualitativa):

- 1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.
- 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva.
- 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.
- 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.
- 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Portanto, esta pesquisa se localiza no campo dos estudos descritivos indutivos, a respeito Moraes e Galiazzi (2014, p.23) argumentam que: “O método dedutivo, é um movimento do geral para o particular, implica construir categorias antes mesmo de examinar o corpus. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa”. Neste caso, os documentos oficiais se tornam na base para a determinação das categorias de análise.

Assim, escolheu-se quatro categorias a priori, “caixas” nas quais as unidades de análise ou significado foram colocadas ou organizadas (BARDIN, 2011), estas categorias por corresponder aos objetivos de pesquisa resultam relevantes e significativas para o nosso interesse. A análise das categorias é desenvolvida no Capítulo 4 sobre os resultados de pesquisa, a continuação (Quadro 1) se apresenta uma descrição de cada uma:

Quadro 1 Categorias de Análise

Categorias	Subcategorias	Definição
Meios de informação e construção do conhecimento	Fontes de informação	São definidos os meios pelos quais os estudantes tomaram conhecimento sobre a Reforma, e partir disso determinar que aspectos das mudanças conhecem e qual é a sua opinião respeito a elas.
	Papel das propagandas publicitárias	
Mudanças currículo	Disciplinas obrigatórias	Aprofunda-se nos sentidos que os estudantes lhe outorgam à reforma. Discorre sobre o que eles conhecem e opinam sobre as mudanças relacionadas ao currículo
	BNCC e itinerários formativos	
	Educação a Distância	
Condições físicas e organizativas da escola	Dependências e serviços pedagógicos	Nesta seção foram analisadas as opiniões dos alunos em relação às condições reais da escola e como estas condições afetariam positiva ou negativamente a implementação das mudanças.
	A escola e o Ensino Médio em Tempo Integral	
	Condições atuais do trabalho docente e possíveis efeitos perante a reforma	
Reforma e dualidade do Ensino Médio	Preparação para o trabalho	A dualidade do Ensino Médio é uma temática amplamente abordada no que se refere aos estudos desta etapa do ensino. Baseados na análise da Lei nº 13.415/2017 e nos argumentos de vários pesquisadores da área e do estudo do contexto no qual a Lei foi aprovada, se perguntou aos estudantes sua opinião respeito as possibilidades que a reforma poderia oferecer de formação para os jovens.
	Preparação para o Ingresso na universidade	

Fonte: Elaboração da autora, 2018

1.2 Sobre o lócus da pesquisa

No desenvolvimento da pesquisa se obtiveram dados da Escola Estadual de Ensino Médio Augusto Duprat, pertencente à 18ª Coordenadoria Regional de Educação e localizada na Vila Militar, nas proximidades ao centro da cidade.

Segundo dados obtidos do Projeto Político Pedagógico (PPP) 2007-2009, documento disponibilizado pela escola no momento da pesquisa; “a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Augusto Duprat iniciou suas atividades no dia 08/03/1965 como Grupo Escolar Anexo ao Brigadeiro José da Silva Paes”, (ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT, 2009), consagrando-se como escola de 1º Grau completo até o ano de 1987.

Figura 1 EEEM Dr. Augusto Duprat, Rio Grande



Fonte: figura ilustrativa, produzida pela autora em visita à escola

Em outubro de 1986 foi inaugurado em parceria com a Marinha do Brasil e o Governo do Estado, o prédio onde funciona atualmente a escola e a partir do ano de 2003 se conseguiram os recursos orçamentários para ampliação da estrutura escolar, passando então, a integrar o Plano de Expansão do Ensino Médio.

Depois de concluídos os projetos expansionistas, se formaliza a transformação da escola para Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Duprat, diante o Decreto nº 43.996 de 31 de agosto de 2005.

Atualmente, a escola oferece Matrícula no Ensino Médio. Possui as seguintes dependências segundo os dados obtidos do Site da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul: Laboratório de Informática, Biblioteca Escolar, Serviço de Cozinha e Refeitório, Banco do Livro, Círculo de Pais e Mestres, Secretaria, Serviço de Orientação Educacional, Serviço de Supervisão Escolar e Conselho Escolar. Acerca do espaço físico e dependências o PPP declara que a área total da escola é de 13.711 m² dos quais 1.758,5 m² se encontram construídos e distribuídos assim:

Quadro 2 Distribuição do Espaço Físico- Escola Dr. Augusto Duprat

ÁREA TOTAL	ÁREA CONSTRUIDA	
13.711 m ²	1.758,5 m ²	
Prédio acadêmico	Salas de aula	14
Anexo Administrativo	Salas de Administração	05
Quadra de Esportes	Sala de Áudio-visual	01
Área de Recreação	Refeitório/cozinha	01

	Laboratório de informática	01
	Laboratório	01
	Biblioteca	01
	Espaço de múltiplas atividades	01

Fonte: (ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT, 2009)

No que se refere aos fundamentos da escola, encontramos no PPP uma perspectiva democrática participativa e crítica. Nele se assumem os pressupostos das teorias crítico-reprodutivistas, reconhecendo a escola como centro de duas funções básicas contribuir para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa (Projeto Político Pedagógico com base em Saviani). A principal função da escola, no sistema Capitalista, é o enraizamento do ideário da burguesia, segundo expresso no PPP da escola.

Além destas posições, a escola expressa um compromisso pelo cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE, em relação ao acesso e universalização do Ensino Médio e o investimento na formação de professores, o documento expõe que no período de 2004-2009 “a escola passou a investir na Formação dos professores focalizando as teorias críticas da educação” (ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT, 2009).

1.3 Sobre os participantes da pesquisa

Para os propósitos desta investigação utilizou-se uma amostra na qual os participantes deviam cumprir com um perfil ou ter características semelhantes, uma vez que intenção estava centralizada nas situações de um grupo social específico.

Para a escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, baseou-se no exposto por Triviños:

A pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica, fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc.), o tamanho da amostra (1987, p.132).

Embasados nesses pressupostos, decidiu-se atingir toda a população estudantil no Ensino Médio da escola, para obter uma visão mais ampla das opiniões sobre as mudanças que vai trazer a reforma. Embora o principal requisito foi encontrar-se matriculado no Ensino Médio, também se considerou outras características, a saber:

- Encontrar-se matriculado ou matriculada no Ensino Médio na Escola Dr. Augusto Duprat, Rio Grande, RS.
- Ser estudante do EM regular ou técnico.
- Faixa etária não menor dos 12 anos.
- Assinar o Termo de consentimento esclarecido.

Também utilizou-se uma entrevista com os integrantes do Grêmio estudantil. Sendo identificados na transcrição de dados por meio códigos com nomes de cidades gregas para salvaguardar sua identidade, sendo assim:

Corinto - Presidente do Grêmio Estudantil

Delfus - Vice-Presidente do Grêmio Estudantil

1.4 Sobre as técnicas de produção de dados

O pesquisador orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo (TRIVIÑOS, 1987), e que ao longo da pesquisa alguns pressupostos metodológicos podem mudar, dependendo de variáveis associadas ao tempo e aos sujeitos da pesquisa. Seguindo essa linha de pensamento apresentamos as técnicas metodológicas adotadas neste estudo:

-Grupo focal

A técnica de grupo focal consiste na obtenção de dados a partir da interação grupal entre as pessoas que representam o objeto de estudo e o pesquisador (IERVOLINO, PELICIONE, 2001). Esta técnica vem ganhando espaço como fonte de informação na pesquisa principalmente a partir dos anos 1970 e 1980, em áreas como a comunicação, avaliação de materiais diversos ou de serviços, em estudos sobre recepção de programas de televisão, em processos de pesquisa-ação ou pesquisa intervenção (GATTI, 2005), no entanto, na área de ciências sociais obteve popularidade aproximadamente a finais da década do 1990.

Nos grupos focais resulta importante a comunicação efetiva entre o pesquisador e os participantes, assim como entre o grupo de participantes, a respeito Gatti (2005) expressa que:

A pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações [...] O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar. (p.9)

Ainda na fase de planejamento foram determinados os principais elementos sobre a organização das reuniões de conversa. Segundo Sônia Guedes Gondim no processo de pesquisa com grupos focais essas decisões metodológicas dependem dos objetivos traçados, pois:

Isto irá influenciar na composição dos grupos, no número de elementos, na homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, status social etc.), no recurso tecnológico empregado (face-a-face ou mediados por tecnologias de informação), na decisão dos locais de realização (naturais, contexto onde ocorre, ou artificiais, realizados em laboratórios), nas características que o moderador venha a assumir (diretividade ou não-diretividade) e no tipo de análise dos resultados (de processos e de conteúdo: oposições, convergências, temas centrais de argumentação intra e intergrupal, análises de discurso, lingüísticas etc.). (GONDIM, 2003, p.153)

Baseando nesses argumentos, e com os propósitos de atingir toda a população escolar matriculada no Ensino Médio, obtendo informações que refletissem o pensamento e o sentimento de cada turma, o nível de análise é o indivíduo no grupo e a unidade de análise, no entanto, é o próprio grupo (GONDIM, 2003, p.151). Sendo assim, se ofereceu a possibilidade de expressão a cada aluno sem distinguir entre elementos associados ao gênero, idade, ou status social, entre outros. De este modo, se organizaram 4 grupos de foco, um por cada turma, conforme Quadro 3:

Quadro 3 Organização dos Grupos Focais

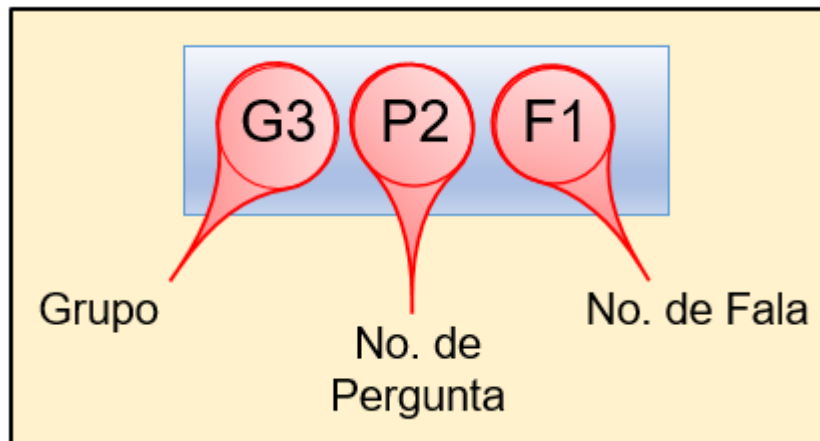
Data	Grupo		Número de participantes
28/08/2018 (antes do recesso)	Segundo ano, turma 221	G3	16
28/08/2018 (depois do recesso)	Primeiro ano, turma 212	G2	8
29/08/2018 (antes do recesso)	Primeiro ano, turma 211	G1	20
29/08/2018 (depois do recesso)	Terceiro ano, turma 231	G4	11

Fonte: Elaboração da autora, 2018

As reuniões foram organizadas, com a colaboração da Coordenadora Pedagógica desta etapa ensino. Sendo realizada uma seção de conversa com cada turma dentro da sala de aula; para maior conforto dos participantes e para facilitar o contato visual entre todos, se dispuseram as cadeiras em círculo (DIAS, 2000). É importante destacar que dos 61 estudantes que decidiram participar da pesquisa diante o preenchimento do questionário, 55 optaram por formar parte das discussões nos grupos focais, representando esta quantidade um número significativo de estudantes interessados na discussão.

Para a transcrição dos dados produzidos nas conversas, se utilizaram códigos que representam cada fala dos estudantes, para maior compreensão se exemplifica um código a seguir:

Figura 2 Estrutura dos Códigos do Grupo Focal



Fonte: elaboração da autora

Como é possível observar os códigos referentes à transcrição das conversas dos grupos focais, estão estruturados segundo o *Grupo*, entenda-se a turma, na ordem ascendente; a *pergunta* que apesar de ter um roteiro previamente estruturado, a ordem dos questionamentos foi variante em cada grupo, pois as perguntas foram realizadas de acordo com o ritmo de conversa de cada um deles e finalmente a fala que se refere a cada uma das respostas que foram registradas de forma individual.

-Questionário fechado

Logo após a aplicação do teste piloto dos questionários, o instrumento de coleta de dados foi aprimorado, tomando em conta às sugestões da banca de qualificação, se reconfigurou um questionário com perguntas de caráter fechado, facilitando as respostas dos jovens, e, por conseguinte, a obtenção dos dados.

Em relação ao questionário válido para a produção de dados; eles foram aplicados na Escola Estadual Augusto Duprat, da cidade do Rio Grande, RS, com 61 estudantes que aceitaram participar do estudo, assinando, portanto, um termo de consentimento livre e esclarecido, assim garantiu-se que as questões éticas com pesquisa qualitativa fossem asseguradas. Foi escolhida a técnica de questionário, por apresentar vantajosa para a pesquisa, pois permitiu o registro de informações de um grande número de pessoas; garantindo que as opiniões sejam expressas de forma escrita, portanto sem a influência do pesquisador.

Além das perguntas relacionadas com a reforma do EM, o questionário conteve perguntas de caráter geral, mesmas que segundo Triviños (1987, p. 137) servem para “caracterizar um grupo de acordo com seus traços gerais (atividades ocupacionais que exercem na comunidade, nível de escolaridade, estado civil, etc.)”, este tipo de perguntas permitiram no momento da análise de dados fazer relacionamentos entre os resultados obtidos; por exemplo a porcentagem de estudantes que leram a Lei segundo sua faixa etária, a porcentagem de participantes que estudam e trabalham segundo o ano de matrícula ou se existe uma diferença significativa entre as respostas obtidas dos participantes femininos ou masculinos.

Para a tabulação e análise estatística dos dados foi utilizado o Programa Microsoft Excel, software que resultou de utilidade para a organização da informação, entrada de dados e elaboração de gráficos e correlações entre variáveis.

Assim como estabelecido no termo de consentimento livre e esclarecido, as identidades dos jovens participantes da pesquisa permanecem no anonimato, razão pela qual se utilizaram códigos para a identificação de cada questionário. Estes códigos foram elaborados a partir da letra “E” correspondente a “Estudante”; dos números Romanos “I”, “II” e “III” correspondentes ao ano de matrícula dos participantes, sendo:

I – Primeiro ano

II – Segundo ano

III – Terceiro ano

Além destes elementos o código consta de números em ordem ascendente que representam a quantidade de estudantes que responderam o questionário, organizados assim:

Quadro 4 Participantes da Pesquisa

Alunos	I ano	II ano	III ano	Total
Códigos	EI01-EI30	EII01-EII19	EIII01-EIII12	61
Quantidade	30	19	12	

Fonte: Produção da autora

-Entrevista aberta

No decorrer da pesquisa sentiu-se a necessidade de procurar dados complementares através de uma entrevista aberta com dois membros ativos do Grêmio Estudantil, acreditou-se que um roteiro altamente estruturado truncaria o discurso natural dos estudantes, portanto, optou-se por um formato flexível das questões, nas palavras de Alves e Silva (1992) neste tipo de entrevista:

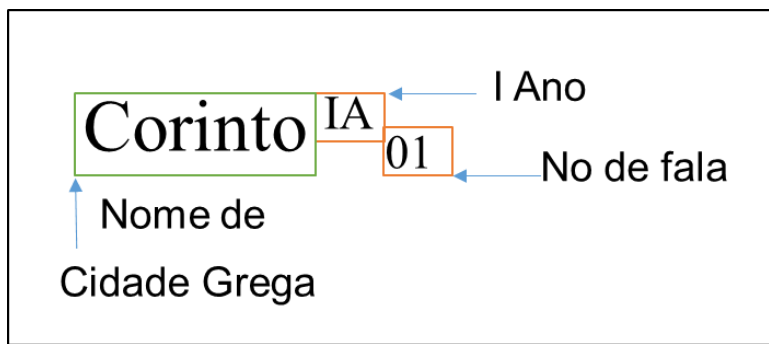
A seqüência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a "evocar ou suscitar" uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos. (1992, p. 64)

Para os fins éticos e organizativos, os estudantes receberam códigos de identificação conforme figura 5:

Corinto^{IA}₀₁: Vice-Presidente do Grêmio

Delfos^{IA}₀₁: Presidente do Grêmio

Figura 3 Código dos participantes de entrevista aberta



Fonte: elaboração própria

Este instrumento de coleta de dados não estava previsto no planejamento inicial, portanto, surgiu no campo de pesquisa ao observar a relevância que esta organização possui na escola e sua forte influência nos estudantes. Outro aspecto a destacar é que a presença de Grêmios Estudantis nas escolas rio grandinhas não é frequente, segundo declarações da Coordenadora Pedagógica da Escola, a EEEM Dr. Augusto Duprat é uma das quatro escolas de todo o Município do Rio Grande que possui um Grêmio.

-Análise de documentos oficiais

Esta pesquisa está inserida nos estudos sobre políticas públicas em educação, portanto contempla uma revisão e análise de variados documentos oficiais relacionados com o objeto de estudo, entendendo análise documental como um conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, a sua consulta e referência (BARDIN, 2011 com base em CHAUMIER, 1988).

Deste modo, tanto na fase de pre-análise como na exploração do material e no tratamento dos resultados foram utilizados documentos legislativos em forma de Leis, Decretos,

Emendas constitucionais, Medida Provisória e o Projeto Político Pedagógico 2007/2009 da EEEM Dr. Augusto Duprat.

1.5 Análise de conteúdo como ferramenta para análise de dados

A análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa qualitativa como na quantitativa, cada uma delas com diferentes orientações, como já foi exposto anteriormente este trabalho é de ordem qualitativa, portanto, vamos definir análise de conteúdo como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2011, p. 15).

Para desenvolver o método segundo Bardin (2011), são necessárias três etapas básicas: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

Na etapa de pré-análise se organizou o material, em outras palavras, se tomaram decisões enquanto aos instrumentos de produção de dados e se elaboraram os questionários (prova piloto e o instrumento final) e o roteiro do grupo focal visando a todo momento o cumprimento dos objetivos de pesquisa. Depois das revisões correspondentes os instrumentos foram preenchidos pelos estudantes tomando em conta a regra de não seletividade (BARDIN, 2011). Do mesmo modo, estabeleceu-se o primeiro contato com os documentos escolhidos para a análise como os documentos legislativos.

Na etapa de descrição analítica Bardin propõe um estudo aprofundado do material que constitui o corpus, orientado este, em princípio, pelos referenciais teóricos. Os procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são básicos nesta instância do estudo. Finalmente, na fase de interpretação inferencial é importante acentuar que não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos, senão na interação dos materiais (documentos oficiais ou não, e ainda das respostas dos instrumentos de pesquisa). Aqui aprofundou-se a análise objetivando a desvendar o conteúdo latente que das respostas dos questionários e sua articulação com os outros documentos de pesquisa. Isto abriu outras perspectivas, sem excluir a informação estatística, que serviu para descobrir algumas tendências das características do fenômeno social analisado (TRIVIÑOS, 1987).

2 ENSINO MÉDIO APÓS O REGIME DITATORIAL: AVANÇOS E DESAFIOS.

A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida.

Cicero

Os fenômenos educativos por sua natureza social se tornam também históricos, e, nesse sentido, é de supor que toda investigação em educação trabalhe necessariamente com a historicidade de seu objeto. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2006, p.167). Nesse sentido, no presente capítulo visamos compreender a caracterização do Ensino Médio como parte da Educação Básica, a partir da análise e discussão de 20 anos (1996-2016) de políticas dirigidas a esta etapa de ensino, portanto, se condensam os principais avanços e desafios que atravessou o Ensino Médio desde a promulgação da LDB até a publicação da MP nº 746 em setembro de 2016.

Partimos a análise no contexto da volta à democracia (após mais de duas décadas de ditadura militar no Brasil) no qual se reestruturou a Constituição Federal em 1988 e sua posterior Lei de Diretrizes e Base da Educação, porém, isso não significa que o processo não esteve cheio de embates sobre o projeto societário e o rumo que daí adiante tomaria o país.

Destacamos também que durante este período o Ensino Médio foi foco de várias políticas e reformas parciais, o que representou instabilidade na implementação das mesmas, pois, além da intrínseca complexidade que representa uma política o lapso entre uma proposta e outra foi curto, portanto, não se pode determinar com certeza o logro ou fracasso de muitas delas. No que diz respeito à ampliação do acesso ao EM, os últimos anos demonstram que ocorreram grandes avanços, embora ainda não se conseguiu universaliza-lo, como se evidencia nos dados correspondentes à evolução das matrículas do EM desde a década de 1990 até o 2017. Procurou-se prestar especial atenção na relação destes dados com o desenvolvimento do interesse do capital privado em profissionalizar esta parcela da população.

2.1 Constituição Federal de 1988: Garantias e Direitos Educativos

O Brasil teve uma das ditaduras militares mais longas da América Latina, começou na década de 1960 e acabou apenas em 1985. Esta época foi marcada por atos baseados na censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. A esse respeito Aranha aponta que:

Com o golpe militar de 1964, desapareceu o estado de direito. Emudecidas as assembleias após expurgos e a dissolução dos partidos políticos, foram criados outros dois, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), evidentemente manipulados pelo poder. (2006, p.317)

No que se refere ao nosso foco de estudo, uma das políticas de maior alcance foi a Lei 5.692/71, oficialmente denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, necessária na visão do Governo para dar conta do acelerado crescimento da indústria brasileira que nas palavras do próprio Presidente da República Emílio G. Médici o Brasil vivia o milagre econômico (MACARINI, 2005). O processo de aprovação da lei teve um processo gestatório lento, embora impermeável a debates e à participação da sociedade civil (CARNEIRO, 1998).

Esta lei previa uma reestruturação do ensino, ampliando a educação obrigatória de quatro para oito anos. “Aglutinou o antigo Primário³ com o Ginásial” (ARANHA, 2006, p. 318). Por outro lado, o 2º Grau sofreu uma transformação radical, passando a ter como principal alvo a profissionalização. Em curto e médio prazo, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Para isso, o currículo foi modificado da seguinte forma:

Semelhante à proposta da Lei nº 13.415/2017, o currículo constava de uma parte de educação geral e outra de formação especial da habilitação profissional, atualmente determinada por Itinerários Formativos. Esta última devia ser programada conforme a região, oferecendo sugestões de habilitações correspondentes às três áreas econômicas: primária (agropecuária), secundária (industrial) e terciária (serviços). Além disso, como matérias obrigatórias foram incluídas Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião (esta era obrigatória para o estabelecimento e optativa para o aluno) (ARANHA, 2006, p. 318)

No ano de 1982, o Governo Militar aprovou a Lei nº 7.044/82, esta alterou a lei anterior revogando a profissionalização do ensino de 2º grau, as principais razões do fracasso estiveram relacionadas ao financiamento insuficiente para cobrir as demandas dos sistemas de ensino, faltavam professores especializados, as escolas não ofereciam infraestrutura adequada aos cursos (oficinas, laboratórios, material), sobretudo nas áreas de agricultura e indústria (ARANHA, 2006).

³ O ensino primário na Lei nº 4.024/61 (LDBEN de 1961) era composto de quatro séries anuais. O Ensino Médio era compreendido por dois ciclos – ginásial de quatro séries e colegial de três anos. Na Lei nº 5.692/71 funda-se o primário e o ginásio, formando o ensino de 1º grau (1ª–8ª série) e o 2º grau, o antigo colegial. (VALÉRIO, 2007)

Com a queda da ditadura militar em 1985 o país atravessou um período de redemocratização, surge a necessidade de uma nova Constituição (1988) e posteriormente uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) mesma que permanece vigente até nossos dias, com várias alterações ao longo dos destes 20 anos, assim, como um significativo número de normas e dispositivos legais que proporcionaram um novo impulso à legislação educacional nacional (SAPIO, 2010).

A tramitação e aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988 teve uma dinâmica confrontante entre conservadores e progressistas, embora a Comissão Afonso Arinos⁴ e a Assembléia Nacional Constituinte estivesse composta na sua maioria por conservadores, os resultados do documento final foram tendentes a resultados razoavelmente progressistas.

Enquanto aos avanços em relação à garantia de direitos a CF de 1988 estabelece no Artigo 6 a educação como um direito social, junto à saúde, alimentação, moradia, previdência social, ao trabalho, entre outros. Por outro lado, no Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, da Educação, Artigo 205 preserva a Educação como direito de todos e dever não exclusivo do Estado, já que a Lei atribui o dever à família também em colaboração com a sociedade. Outro aspecto relevante é a procura da educação como um dispositivo para o desenvolvimento pleno da pessoa, que dizer, na integralidade de todas suas dimensões, incluindo o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Artigo 206 a CF manifesta os princípios bases para ministrar o ensino no país, a saber:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006⁵)
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade.

⁴ O Presidente José Sarney, pelo Decreto nº 91.450, de 18.7.1985 constituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida também por Comissão Afonso Arinos, ou, pejorativamente, Comissão dos Notáveis. (LIMA, 2013)

⁵ Na redação original expressa “valorização dos profissionais do ensino” abrangendo assim todos os níveis e modalidades do sistema educativo sendo alterado para os “profissionais da educação escolar” com a Ementa Constitucional nº 53, de 2006. Além disso, a atribuição de piso salarial profissional foi retirada deste artigo e adicionado no inciso VIII deste mesmo Artigo.

VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988)

Estas disposições constitucionais resultam muito importantes na conjuntura nacional atual, onde se tem na agenda política projetos de Lei como a Escola sem Partido, que atenta contra a liberdade de aprender e ensinar, a liberdade de divulgar o pensamento e o pluralismo de ideias que deve estar no centro de uma educação democrática e de qualidade. Além do mais, no que se refere à garantia de padrão de qualidade é necessário o investimento do Poder Público, situação que resulta desafiante a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, transformada na Emenda Constitucional nº 95/2016 que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal com o intuito de limitar o crescimento das despesas públicas primárias da União voltadas para saúde, educação, obras, segurança, previdência pelo prazo de até 20 anos.

Na sequência, no Artigo 208 a Lei estabelece o dever do Estado com a Educação, que na redação original determinava o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, incluso para os que não tiveram acesso na idade própria. No entanto, foi em 2009 com a Emenda Constitucional nº 59 que o Ensino Médio passa a forma parte da Educação Básica, embora a Lei não define a Educação Básica por etapas, senão pela faixa etária, assim estabelecida:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 I - Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)*
 II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) [...]*
 VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)* (BRASIL, 1988. Grifos no original)

Deste modo, a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica se prescreve para as crianças e jovens que consigam se manter na “idade certa” até o final do Ensino Médio. Salva-guarda no que se refere à oferta gratuita, mas não obrigatória, dos que não tiveram acesso na idade própria.

Outro aspecto a destacar é a universalização do Ensino Médio que ainda constitui um desafio para a educação nacional, a CF estabelece uma progressiva expansão, no entanto, não estabelece prazos para sua concreção, sendo assim que depois de mais de vinte anos desde sua

promulgação, no Brasil temos cerca de 1,3 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, enquanto outros 2 milhões estão atrasados, conforme dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados em maio de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para finalizar este segmento, vamos destacar o Artigo 210 e o Artigo 214, o primeiro trata sobre os conteúdos mínimos, mesmos que são determinados para o Ensino Fundamental, estabelecendo que devem ser fixados de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Por outro lado, o Art. 214 prevê o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

2.2 Tramitação e Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, resultou de um amplo debate após a aprovação da Constituição Federal de 1988 e uma nova legislação para o período democrático.

O contexto de elaboração e aprovação da LDB foi longo e muito debatido, onde as forças ideológicas progressistas e neoliberais tiveram um forte embate pela luta na organização de uma nova sociedade brasileira pós-ditatorial, no que diz respeito às forças progressistas representados por mais de 30 entidades acadêmico-científicas, sindicais e populares, principalmente organizados no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), por outro lado, forças liberal-conservadoras que defendiam um projeto educacional neoliberal, privatista e flexível para atender as demandas da sociabilidade capitalista, representados por entidades como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) e a Associação de Educação Católica (AEC), entre outras (NÓBREGA E CARNEIRO, 2016).

Os debates eram intensos, pois, mais do que uma lei, segundo Nóbrega e Carneiro (2016) estava em questão:

A construção de um projeto de sociedade.... No embate ideológico entre essas forças são definidos fins, estratégias e conteúdo da educação nacional. Educar para qual sociedade, para que e a favor de quem são questões fundamentais (p. 409).

Na mesma linha de pensamento Saviani (2016) expõe que a atual LDB surgiu da iniciativa da comunidade educacional, mesma que estava fortemente organizada para segurar o cumprimento da Constituição de 1988. O mesmo autor assinala que no processo de tramitação, o projeto de lei passou por diversas vicissitudes, onde o documento reformulado em longas discussões com a intervenção de organizações educativas e sociais foi relegado, introduzindo assim, numa manobra antidemocrática por parte do MEC: o substitutivo Darcy Ribeiro que finalmente iria constituir-se na atual LDB, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

O Projeto original idealizado pelo deputado Octávio Elísio (PSDB), submetido à Câmara de Deputados em dezembro de 1988, estava organizado em dez títulos e continha 68 artigos, no que respeita ao Ensino Médio, determinava uma orientação explícita e direta para o trabalho, tendo como princípio educativo a politécnica. Nas palavras de Dermeval Saviani:

No Ensino Médio já não basta com dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. (1998, p. 39)

Em 1989 surge um Grupo de Trabalho na Câmara de Deputados que designa como relator a Jorge Hage (PSDB), quem demonstrou competência, tenacidade e capacidade de trabalho para integrar no substitutivo 7 projetos completos sobre as diretrizes e bases da educação, 17 projetos tratando aspectos específicos da LDB, 978 emendas de deputados de diferentes partidos, além de incontáveis sugestões de diversas fontes e locais (SAVIANI, 1998). Além destas atividades, se realizaram audiências públicas com cerca de 40 entidades e instituições, se promoveram seminários temáticos com especialistas para discutir assuntos polêmicos referentes à Lei. O extenso texto resultante constava de 172 artigos, distribuídos em 20 capítulos.

No texto, o Ensino Médio ocupava o Capítulo X, abrangendo 5 artigos (Art. 51 ao Art. 55). No Artigo 51 se consolidava o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica; diferenciando-se do projeto original de Octávio Elísio principalmente nos objetivos determinados para esta etapa assim:

I - o aprofundamento e a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental.

II - a preparação básica do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento superior.

III - o desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e criativo.

IV – a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina científica. (SAVIANI, 1998, p. 89)

Um aspecto que chama a atenção é o conteúdo do Art. 53, que assegurava aos alunos a integralidade da Educação Básica, associando a educação geral com uma educação tecnológica e politécnica, além disso, determinava mediante a ampliação da carga horária global do Ensino Médio a inclusão de objetivos adicionais de educação profissional.

Enquanto o substitutivo Jorge Hage se tramitava na Câmara de Deputados, no Senado surgiam propostas alternativas, uma delas foi o antes mencionado Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, quem “valeu-se do momento político turbulento que afastou o presidente Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992 (processo de *impeachment*), para acelerar a aprovação de seu projeto de LDBEN no Senado” (DANTAS, 2017, p. 10)

Saviani relata que o referido projeto tinha uma concepção e um conteúdo inteiramente diverso do projeto construído sobre uma concepção de democracia participativa e em tramitação na Câmara, segundo o autor foram omitidas várias questões relevantes entre elas:

O “Sistema Nacional de Educação” e o “Conselho Nacional de Educação”, com uma organização básica limitada a um primário de 5 anos e um ginásio também de 5 anos e com retorno do exames de madureza [...] o Poder Executivo ficava livre para formular a política educacional segundo as conveniências dos círculos que lhe são próximos, sem nenhum mecanismo de controle por parte da sociedade organizada. (SAVIANI, 1998, p. 128)

Desde o segundo bimestre de 1992 até fevereiro de 1996, se mantém no Senado um vai e vem entre os dois projetos, nesta data é aprovado no Plenário do Senado o projeto conduzido por Darcy Ribeiro com a assessoria do MEC. O Projeto retornou à Câmara dos Deputados para finalmente ser aprovado em dezembro de 1996.

Seja por seu caráter sintético, seja por conveniências políticas, desde sua promulgação até meados do 2016 (sem tomar em conta a MP nº 746) a LDB teve 40 mudanças e alterações em forma de lei e decretos.

Desse modo, no interior dessas 40 leis, habitam 178 mudanças inclusive com alterações das alterações. São 47 Decretos regulamentadores. Se somarmos as leis (40) com os decretos (47) temos um total de 87 alterações. Se tomarmos o conjunto das alterações processadas pelas 40 leis mais os decretos, teremos uma soma de 225 alterações.

Uma tal quantidade de alterações (87), praticamente 89% do texto, conquanto possível em qualquer lei, é indicativa de que algo poderia ter sido melhor redigido na versão original. Mas se considerarmos as 178 alterações legais com o seu impacto sobre os artigos, teremos 193% de mudanças.

São mudanças de toda a ordem: acréscimo de componente curriculares, ampliação da obrigatoriedade, introdução de dias comemorativos, redefinição da educação profissional, conceituação de profissional da educação, entre outros. (CURY, 2016, p. 12)

Entre as últimas, destaca-se a promovida a partir da Medida Provisória nº 746 e convertida logo na Lei nº 13.415 de 2017, que reforma o Ensino Médio, implica severas mudanças na LDB, principalmente nos aspectos a saber: as matrizes curriculares para o Ensino Médio, educação técnica e formação docente, assim como as parcerias com o setor privado e o financiamento da educação com as mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), elementos que serão discutidos no Capítulo seguinte.

2.3 Ensino Médio a partir da década de 1990: políticas e ações

O Ensino Médio é uma das etapas educacionais mais complexas do sistema educativo por várias razões, por um lado temos a multiplicidade de variáveis que envolve, em termos de acesso, universalização e organização curricular; e por outro mais complexo ainda encontramos os princípios sob os quais se constitui esta etapa do ensino, caracterizada ao longo da história como uma etapa de disputas no que se refere a uma formação propedêutica do indivíduo ou como preparação para a vida produtiva.

Principalmente a partir da década de 1990, tanto no Brasil quanto em outros países da região, as diretrizes curriculares para a Educação Básica (e conseqüentemente as condições para o trabalho e a formação docente) obedecem as disposições de organismos multilaterais que na procura de uma nova ordem econômica mundial, incluíram a implacável introdução da lógica neoliberal na lógica da formação humana, e da gestão governamental em geral, flexibilizando as relações trabalhistas, assinando tratados de livre comércio e diminuindo os gastos públicos através de distintas estratégias, a parcerias com o setor privado são umas das mais notórias.

Para entender a origem destas medidas nos remontamos a 1989 com a formulação do Consenso de Washington, que “balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990.” (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003). Sob o pressuposto de que as políticas sociais conduzem a escravidão e à liberdade de mercado à prosperidade (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003 baseados em HAYEK, 1987), os países se

abriram à globalização, vinculando-se aos mecanismos do capital internacional, onde, para gerar maior lucro os direitos sociais adquiridos durante as políticas de bem-estar social, deveriam ser extintas de um a um.

Para materializar este ideário, os organismos internacionais e regionais (criados pelos primeiros) passam a intervir e tecer as formulações em distintas áreas da gestão governamental. Assim, a início da década a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declara o Brasil junto com Bangladesch, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão dentro do grupo conhecido como E9. Esta iniciativa surge pela necessidade de melhorar os índices analfabetismo nos países que possuem mais da metade da população mundial. No início da década de 1990, o Brasil possuía 18.682 milhões de analfabetas de 15 anos ou mais, isto representa o 19.7% da população total nessa faixa etária (94.891 milhões), já para 1996 os índices tinham-se reduzido para o 14.7% distribuídos geograficamente assim:

Quadro 5 Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais - 1996/2001

Unidade Geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: INEP, 2003 baseados em dados do IBGE, Pnads de 1996, 1998 e 2001

No Ensino Médio a situação era ainda mais crítica, pois segundo dados do INEP (2003) a escolarização bruta nacional para esta etapa do ensino, em 1991 era do 40,8%, no entanto, a escolarização líquida era de apenas do 17,6%.

Superar a diferença entre as regiões geográficas do país, tem sido e continua sendo um dos grandes desafios em termos de acesso e qualidade. Para o caso, se apresentam no Quadro 6 a escolarização bruta e líquida do Ensino Médio da região sul e nordeste do país – 1991/2000:

Quadro 6 Taxas de Escolarização Líquida e Bruta do Ensino Médio – Região Sul e Nordeste – 1991/2000

Regiões Geográficas/Taxas de Escolarização	1991	1994	1998	2000
Sul				
Escolarização Bruta	45,0	55,7	77,0	82,6

Escolarização Líquida	24,0	30,5	42,8	47,1
Nordeste				
Escolarização Bruta	27,8	32,6	45,4	56,7
Escolarização Líquida	8,4	10,3	14,2	16,7

Fonte: INEP (2003, p. 26)

Observe-se uma tendência crescente na escolarização a partir da década do 1990. No entanto, a diferença entre regiões é notória e alarmante, especialmente no que se refere ao Nordeste em relação ao resto do Brasil. No início da década, a diferença entre a região Sul e o Nordeste era de 17,2 p.p percentuais na escolarização bruta do EM, e de 15,6 p.p percentuais na escolarização líquida. Já no quadriênio de 1994 a 1998, no Sul a escolarização bruta de um pulo de quase o 20%, no entanto no Nordeste foi de aproximadamente o 5%. Podemos dizer que de modo geral, na década de 1990 se teve um aumento significativo na escolarização líquida do EM, tanto no Sul quanto no Nordeste a década acabou com o dobro na matrícula do que no início da década do 1990, no entanto a diferença entre estas regiões continua sendo abismal.

Com este cenário, chega ao Brasil a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, convocada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNESCO e pelo Banco Mundial (Conferência de Jomtien, Tailândia – 1990). A conferência pautou como compromissos das nações:

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da Educação Básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças. (UNICEF, 1990, p. 3)

Para a sua efetivação surgiram amplas reformas que segundo Gomide (2011) abrangeram a política, a legislação, o financiamento, o currículo, o planejamento e a gestão educacional, fundamentado no discurso de que a educação conduziria os países periféricos à sociedade globalizada.

Para consolidar estas ações orientadas por um discurso sobre o acesso à educação e o fortalecimento das alianças se introduziram “novas propostas” com “novos atores”, baseados num dos princípios pregados na Conferência: a educação como responsabilidade de todos, portanto, sob influência de todos os agentes da sociedade. Fundamentando esta premissa trazemos um trecho da Declaração, onde se afirma o compromisso da comunidade mundial com o desenvolvimento da educação nos países carentes:

Países industrializados ou em desenvolvimento compartilham um interesse comum pela Educação Básica; por isso mesmo, a cooperação internacional poderá aportar valioso apoio aos esforços e ações nacionais e regionais, no sentido de implementar

um enfoque mais amplo da Educação para Todos. Tempo, energia e fundos destinados à Educação Básica constituem-se, talvez, o mais importante investimento que se pode fazer no povo e no futuro de um país; há uma clara necessidade e um forte argumento moral e econômico apelando à **solidariedade internacional** para que se proporcione cooperação técnica e financeira aos países que carecem dos recursos necessários ao atendimento das necessidades básicas de aprendizagem de suas populações. (UNICEF, 1990, p.15 grifos nossos)

Diante a alocação de solidariedade internacional, de compromisso, envolvimento e financiamento de todos os agentes possíveis se conseguem acordos de cooperação internacional com entidades governamentais, privadas, voluntárias ou filantrópicas. É assim que através da Declaração de Educação para Todos, se abrem novas oportunidades de investimento privado na educação. O Art. 9 que trata sobre a mobilização de recursos expõe que:

Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, **será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários.** (UNICEF, 1990, p. 5 grifos nossos).

A partir da época se acentuam ações que podem ser chamadas de Filantropocapitalismo (BISHOP e GREEN, 2009) com o investimento de capital privado nos serviços públicos como a educação, permeando também em outros bens mercado desejáveis como a saúde e previdência, estabelecendo por sua vez novas formas de parcerias público-privadas.

No que se refere à formação dos indivíduos, incluído os professores, as agências internacionais ditaram diretrizes que permitiram uma preparação baseada no desenvolvimento de competências para um mundo em constante transformação incentivados por princípios como a flexibilidade, competitividade, excelência, desempenho, eficiência, autonomia e equidade. Mais tarde, em 1996 a UNESCO disseminaria outro documento produzido por Jacques Delors, formulando propostas de ação para a educação do novo milênio. O documento pregava a educação do indivíduo por competências sob quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser, estes pilares chegaram até a se constituir como políticas educativas em diferentes países da região, a esse respeito Gomide explica que:

[... tais concepções foram fortemente utilizadas nas práticas educativas e até mesmo, integraram a normatização legal, estando disseminadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento aprovado no Brasil em 1997. Na reunião realizada em Havana, em 2002, a UNESCO aprovou o quinto pilar denominado aprender a empreender, cujos princípios fundamentam as políticas e práticas pedagógicas da atualidade. (2011, p. 4582)

Da mesma forma que nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, o fundamento curricular baseado em competências e na formação do indivíduo para a satisfação do mercado de trabalho esteve também presente nas DCNEM de 1998. Embora estas mudanças tiveram forte impacto da formação da juventude brasileira, não constituem as únicas medidas dirigidas ao Ensino Médio, pois, nestas suas décadas, foi foco de variados projetos e reformas importantes de trazer a luz.

Com o fim de concretizar essas propostas, na época surgiram as seguintes políticas e ações dirigidas ao Ensino Médio:

- *ProMED e ProEP (1997 - 2000)*. - A criação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (ProMED) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (ProEP), ambos de âmbito Nacional, está associada a dois motivos: o primeiro é a necessidade de continuidade de atendimento ao alunado concluinte do Ensino Fundamental, que pelos compromissos e esforços realizados na década de 1990 tinha aumentado aceleradamente, passando de 1.133.246 em 1991 a 2.648.638 no ano de 2000 (INEP, 2003, p. 22), conforme aos dados apresentados na síntese do Programa, baseados em dados do INEP de 1995 ao 2000:

Enquanto a população crescia a taxas de 1,3% ao ano, as matrículas no Ensino Médio apresentaram um incremento de 57,3% (contra 13% no ensino fundamental). Entre 1998 e 1999, as escolas de Ensino Médio brasileiras receberam 11,5% novos alunos. (MEC, 2000)

O segundo argumento está relacionado à reforma prevista no Decreto nº 2.208/97 que separou a Educação Profissional do Ensino Médio, estabelecendo este como pré-requisito para a Educação Profissional, determinando que “o ensino técnico seja ofertado de forma complementar, paralela ou sequencial e separado do Ensino Médio regular” (MELO e DUARTE, 2011, p. 233)

O ProMED foi uma iniciativa da Secretaria de Ensino Médio Tecnológico do MEC, destinado a impulsionar a expansão e melhoria desta etapa do ensino. O Programa contemplava um orçamento de US\$ 220 milhões, destes US\$ 110 milhões corresponderiam a um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a contrapartida de também US\$ 110 milhões à União, dos quais US\$ 39,3 milhões provenientes do Tesouro Nacional e US\$ 70,7 milhões dos Estados e do Distrito Federal.

No âmbito curricular o Programa visava desenvolver atividades cujas metas assegurassem que os objetivos e princípios das DCNEN e dos PCNEM norteiem os currículos desenvolvidos pelas escolas. Além disso, contava com as metas de:

Equipar progressivamente as escolas de Ensino Médio com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências e kit tecnológico, para recepção da TVEscola;
 Produzir um curso de Ensino Médio a distância;
 Criar, nos três próximos anos (que constituem a primeira etapa do programa), 1.600.000 novas vagas;
 Melhorar os processos de gestão dos sistemas educacionais das Unidades Federadas;
 Redefinir a oferta de Ensino Médio, com a criação de uma rede de escolas para jovens.
 (MEC, 2000, p. 6)

No caso da Educação Profissional, o ProEP buscava implantar um novo modelo de Educação Profissional, que propicie a ampliação de vagas, a diversificação de oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da tecnologia moderna (MENEZES e SANTOS, 2001).

Garcia (2014) avalia ambos programas; a autora afirma que as propostas não foram formatadas para dar respostas aos problemas inerentes ao Ensino Médio, como a descontinuidade como etapa da Educação Básica e as dificuldades relativas aos procedimentos de planejamento e execução dos recursos via convênios. Finalmente, o ProMED passou em 2007 a contemplar exclusivamente projetos na rede pública estadual de Ensino Médio das regiões Norte e Nordeste.

- *Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM (1998)*. Criado em 1998, o ENEM visava avaliar o domínio de competências pelos estudantes concluintes do Ensino Médio, a participação era voluntária. O exame recebeu então cerca de 157 mil inscrições. Em 2001, os alunos de escolas públicas passaram a ter isenção do pagamento da taxa de inscrição, portanto, o número de participantes foi superior a 1,6 milhão. (MEC, 2015).

Em 2004 a nota do ENEM passou a ser critério de participação dos candidatos a bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni), lançado naquele ano e assim eventualmente a nota do exame seria utilizada a partir de 2013 para concorrer a bolsa de estudos do programa Ciência sem Fronteiras. No 2009 foram tomadas medidas governamentais que estimularam o uso do ENEM não apenas como um processo de avaliação do Ensino Médio, mas como forma de acesso ao ensino superior no Brasil. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) passou a operar em larga escala no processo de alocação dos candidatos às vagas. Atualmente, o ENEM tem se convertido numa política de acesso à educação superior, ganhando cada vez mais espaço, tanto assim, que para muitas universidades se tornou no único mecanismo de ingresso relegando os antigos vestibulares.

- *O Plano Nacional de Educação (2001)*. - A CF e a LDB preveem a elaboração de um Plano Nacional de Educação, com duração decenal, portanto, em 2001 foi aprovada a Lei Nº 010172, de 9 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras

providências, a sua elaboração ficou subsidiada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) diante a Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995.

O PNE 2001-2010 estabeleceu para o Ensino Médio metas um tanto ambiciosas no que diz respeito ao tempo. As metas estavam orientadas à ampliação da oferta, consolidação do enfoque curricular por competências das DCNEM/1998, melhorar o desempenho escolar, reduzir a evasão e repetência, entre outros como:

- Melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados nos Estados.
- Assegurar, em cinco anos, que todos os professores do Ensino Médio possuam diploma de nível superior, oferecendo, inclusive, oportunidades de formação nesse nível de ensino àqueles que não a possuem.
- Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o Ensino Médio, compatíveis com as realidades regionais.
- Adotar medidas para universalização progressiva das redes de comunicação, para melhoria do ensino e da aprendizagem. (BRASIL, 2001)

Em relação aos avanços do PNE 2001-2010 para o Ensino Médio, Brandão (2001) qualifica o cenário como “pouco animador” (BRANDÃO, 2011, p. 203). Uma vez que segundo nas avaliações de 2009:

O número total de matrículas, ao invés de aumentar, decresceu, indicando que não mais da metade dos jovens entre 15 e 17 anos não estão cursando o Ensino Médio, efeito também associado às baixas taxas de conclusão e qualidade do ensino fundamental. (2014, p. 157)

A avaliação realizada por Acácia Kuenzer é ainda mais desalentadora, para ela foi uma década perdida para o Ensino Médio (KUENZER, 2010, p. 861), pois, a partir de 2007 as matrículas começaram a decair, chegando a uma redução de 8.4% no período de 2000-2008.

2.4 Do governo Lula à Medida Provisória 746/16

Nos anos posteriores, nos Governos de Luiz Inácio Lula e Dilma Rousseff, que ainda que inseridos na lógica neoliberal, a educação seguiu outros rumos orientados por uma visão ideológica e política que poderia se chamar de civil democrática. Fizeram-se esforços por encarar a educação como um processo de educação cidadã, centrando se na abertura de vagas para estudantes das classes desprivilegiadas e nos incentivos para sua permanência no sistema educativo.

Assim, uma das primeiras ações do Governo Lula foi realizar um diagnóstico da situação real do Ensino Médio e da necessidade de sua ampliação e universalização. A Estratégia foi realizada, através de dois eventos: O Seminário Nacional de Ensino Médio: Construção Política e o Seminário Nacional da Educação Profissional: - Concepções, Experiências, Problemas e Propostas. Lembrando que na época o ensino profissional possuía condição de modalidade complementar, paralela o sequencial ao Ensino Médio regular, portanto, no Seminário da educação profissional se manteve uma disputa por projetos diferentes de sociedade, no qual “estiveram presentes mais de 1.500 pessoas, representando 417 instituições da sociedade e órgãos do governo” (SEMTEC/MEC, 2004), segundo Garcia (2014) uma parcela defendia a permanência do Decreto nº 2.208/97, nesse campo estava o Sistema S, as instituições privadas e também uma parte significativa dos Centros Federais de Educação Tecnológica⁶ (Cefet) que como parte da rede federal inicialmente eram contra a “Reforma do Ensino Médio”, que separou o Ensino profissional do Ensino Médio, realizada pelo governo Cardoso, mas que para o 2003 tinham cambiado de posição pelos benefícios conquistados no mesmo período.

Por outro lado, no debate se encontrava a outra parte da rede federal e uma parcela da rede estadual e professores das universidades que apontavam as contradições em relação ao projeto de sociedade que se começava a delinear (GARCIA, 2014).

O resultado dos debates foi a revogação do Decreto nº 2.208/97 e conseqüentemente a aprovação do Decreto nº 5.154/04, incorporado à LDB pela Lei nº 11.741/08. Segundo documento elaborado pelo MEC através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e dirigido à sociedade, o novo decreto relativo ao Ensino Médio em sua relação com a educação profissional recebeu a contribuição de 26 instituições, entre as quais outros órgãos do governo, e 4 pesquisadores diretamente vinculados como o tema.

O Decreto nº 5.154/04 readmitiu ao conjunto das escolas médias no país a possibilidade de integrar o Ensino Médio à educação profissional, além disso:

Reintroduziu a articulação entre conhecimento, cultura, trabalho e tecnologia, com sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, cultural, política e

⁶ Modelo de instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizando-se por ministrar cursos técnicos nas áreas industrial e de serviços. (MENEZES e SANTOS, 2001)
São responsáveis por ofertar educação profissional, através de seus diferentes cursos e programas, inclusive cursos superiores vinculados à área tecnológica e mesmo cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, além do Ensino Médio.

científico-tecnológica, buscando a superação da dualidade entre cultural geral e técnica. (GARCIA, 2014, p. 49-50)

Embora a retomada da integração no Ensino Médio, representou um avanço (GARCIA, 2014), a prática não conseguiu o efeito esperado, pois, as experiências foram limitadas em termos qualitativos e quantitativos. Nas redes estaduais de ensino, a oferta da educação profissional era secundarizada em razão da prioridade que a legislação nacional lhe atribuiu. A integração foi promovida principalmente por meio de parcerias com o setor privado ou de programas piloto nos quais se destacaram a insuficiência ou inexistência de quadros próprios, configurando uma situação de provisoriedade e precariedade. (MELO e DUARTE, 2011)

As autoras continuam apresentando outras políticas, entre elas as realizadas em 2007, no segundo governo de Lula, destacadas por serem políticas dirigidas à educação profissional, com ênfase na melhoria deste tipo de ensino segundo as suas palavras. Assim, diante o Decreto nº 6.095/2007 e a aprovação da Lei nº 11.892/2008, começa-se um processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) ao se constituírem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e a reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Para Turmena e Azevedo (2017) com a criação dos IFs o Estado:

Atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra, objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro. (p. 1073)

No âmbito do decreto em menção, os IFET são caracterizados com instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (Art. 01, § 2º). A construção dos IFs se deu em três fases de expansão, a primeira entre 2008 e 2010 totalizando 38 institutos, na segunda e terceira fase de começando em 2011 e culminando em 2014 se atingiu um número significativo de 580 campus espalhados por todo o país, no entanto, atualmente, são 644 campus, com mais de um milhão de estudantes matriculados e cerca de 70 mil servidores, entre professores e técnico-administrativos (CONIF, 2017), embora a matrícula nos IFs seja restrita e seletiva (via prova de seleção ou análise do histórico escolar), é indiscutível o seu papel na expansão e acesso à educação técnica profissional de qualidade durante os últimos dez anos.

De forma geral, o Governo Federal através do MEC realizou significativos avanços entre os anos de 2005 e 2012, em relação ao conceito de Educação Básica, se criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que passou a atender a toda a Educação Básica, incluindo o Ensino Médio e Educação Infantil nos programas que até então só atendiam o Ensino Fundamental de acordo com o extinto Fundo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Outro ganho importante veio com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que determinou a “Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009), além disso, a Emenda nº 59 garante o atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Diante destas determinações, se aprova a Lei nº 11.947/09 que estende ao Ensino Médio e aos jovens e adultos que estudam de forma supletiva o direito à merenda e ao transporte escolar; a Resolução nº 38 do FNDE/2004 define o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e prevê a universalização deste para os alunos do EM público de todo o país.

Ainda com os esforços, em 2009, tanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como os indicadores do PNAD mostraram resultados desalentadores:

Em 2009, o Ensino Médio contou com quase 30 mil alunos a menos que em 2008. A queda foi de 0,3%. A matrícula correspondeu a apenas 50% dos jovens de 15 a 17 anos – idade escolar correspondente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009 mostrou a existência de 1,4 milhão de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. O Censo Escolar da Educação Básica registrou em 2009 um total de 8.280.875 estudantes cursando o Ensino Médio regular, 4.577.517 matriculados na educação de jovens e adultos e 837.011 na educação profissional. O Ensino Médio integrado à educação profissional representava apenas 17% das matrículas do ensino profissional e o ensino profissional integrado representava apenas 12% do total de matrículas do Ensino Médio. (MELO E DUARTE, 2011, p. 238)

Portanto, com o intuito de melhorá-los, no mesmo ano, o Ministério da Educação apresenta aos Estados o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) contemplado no plano do aprimoramento da qualidade do ensino, que “na primeira fase do programa, aderiram dezessete estados brasileiros, além do Distrito Federal, abrangendo o total de 357 escolas e 296.312 alunos, o que representa 3,7% do número de matriculados no Ensino Médio em todo o território nacional.” (MELO e DUARTE, 2011, p.236)

O programa propôs liberar recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para promover inovações pedagógicas-curriculares nas escolas públicas, abrindo a possibilidade de ampliação da jornada escolar e da reorganização curricular, de modo a superar a fragmentação do conhecimento, reforçando-se a flexibilização do currículo e desenvolvendo uma articulação interdisciplinar, por áreas de conhecimento, com atividades integradoras definidas com base nos quatro eixos constitutivos do Ensino Médio – trabalho, ciência, tecnologia e cultura. (GARCIA, 2014).

Desse modo, foram definidas algumas condições iniciais básicas para orientar os projetos das escolas:

- a | Carga horária mínima de três mil horas;
- b | Centralidade na leitura como elemento basilar de todas as disciplinas, privilegiando-se, nessa prática, a utilização e a elaboração de materiais motivadores, assim como a orientação docente;
- c | Estímulo às atividades teórico-práticas desdobradas em laboratórios de ciências, matemática e outros que apoiem processos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento;
- d | Fomento de atividades de artes para promover a ampliação do universo cultural do aluno;
- e | Mínimo de 20% da carga horária total do curso em atividades optativas e disciplinas eletivas a serem escolhidas pelos estudantes;
- f | Atividade docente com dedicação exclusiva à escola;
- g | Projeto Político-Pedagógico implementado com a participação efetiva da comunidade escolar e organização curricular articulada com os exames do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médio. (MOEHLECKE, 2012, p. 45)

Já em 2011, o ProEMI foi reestruturado com o intuito de induzir a implementação das DCNEM (GARCIA, 2014) que estavam em processo de aprovação no Conselho Nacional de Educação. Para Moehlecke (2012), as DCNEM-2012⁷ não trouxeram novidades em relação à organização curricular do Ensino Médio, mas se destacaram na:

Mudança na linguagem e nos referenciais teóricos presentes no documento aprovado, indicando uma sintonia entre o texto das novas diretrizes e as principais críticas realizadas às antigas diretrizes. (MOEHLECKE, 2012, p. 54)

As DCNEM de 2012 rompem com a ideia da subordinação da educação ao mercado de trabalho, muito presente nas antigas diretrizes por meio da ênfase na necessidade de flexibilização do currículo e na avaliação baseada em competências e habilidades, na sua concepção o trabalho é um princípio educativo na “perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção

⁷ Aprovadas pela Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012

da sua existência” (PARECER CNE/CEB Nº: 5/2011). Além do mais, elas definem o trabalho junto com a ciência, a tecnologia e a cultura como uma das dimensões integradoras do EM.

A flexibilização do currículo utilizada nas antigas diretrizes e materializado no aumento dos componentes curriculares é substituído pelo termo “diversidade” que segundo Moehlecke (2012):

Parece surgir no texto das novas DCNEM como uma tentativa de acomodação de duas concepções distintas de currículo e da própria identidade do Ensino Médio. No parecer das DCNEM-2011, o desafio de se encontrar uma especificidade para o Ensino Médio não está mais na superação de dicotomias – como a formação para o trabalho versus a formação para o ensino superior – por meio da construção de um currículo unificado, mas sim pela afirmação de uma multiplicidade de significados e trajetórias possíveis de serem construídas ao longo do Ensino Médio. (p.55)

Falando na identidade do Ensino Médio, ao longo de diversas políticas essa discussão tem remarcado uma dualidade, seja delimitada por tênues linhas ou em termos diretos, como os propostos pela reforma Capanema na década de 1930. Muito pelo contrário, as diretrizes de 2012 determinam o Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, como direito de todos considerando então, o jovem como sujeito de direito, o que implica investir na sua formação humana e lhe dar condições formativas e conceituais para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho, para cidadania, para a vida (PARECER CNE/CEB Nº: 5/2011).

Com a aprovação das DCNEM, discussões em relação às mudanças nas bases, finalidades e modos de organizar o EM estavam sendo gestadas na Câmara de Deputados, com a criação em 2012, de uma comissão especial encargada dos Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), mesma que finalmente gerou um Relatório que se iria tornar no PL nº 6.840/2013.

Dentre as proposições do Projeto de Lei de nº 6.840/2013 estão: O Ensino Médio diurno em jornada de tempo integral com no mínimo 7 horas diárias; a meta a universalização do tempo integral em até 20 anos e no final do décimo ano, com 50% das matrículas em 50% das escolas; a proibição de acesso ao ensino noturno para menores de 18 anos, em até três anos a contar da aprovação da Lei; o Ensino Médio Noturno com duração de 4.200 horas com jornada diária mínima de três horas e com o mesmo conteúdo curricular do ensino diurno; para o Noturno propõe ainda que até 1.000 horas possam ser integralizadas a critério do sistema de ensino; organização curricular em quatro áreas de conhecimento: linguagem, matemática, ciências da natureza e humanas com prioridade para Língua Portuguesa e Matemática; no terceiro ano os estudantes escolheriam uma dessas áreas/ênfases chamadas de opções formativas; a obrigatoriedade de inclusão de temas transversais ao currículo: empreendedorismo, prevenção ao uso de drogas, educação ambiental, sexual, de trânsito, cultura da paz, código do consumidor, e noções sobre a Constituição Federal; incentivo, no último ano do Ensino Médio, da escolha da carreira profissional com base no currículo normal, tecnológico ou profissionalizante; que as avaliações e processos seletivos que dão acesso ao ensino superior sejam feitas com base na opção

formativa do aluno (ciências da natureza, ciências humanas, linguagens, matemática ou formação profissional); que a formação de professores seja feita por áreas do conhecimento. (SILVA, 2016. p. 9-10)

Muitas das propostas do Projeto de Lei 6.840/2013 foram retomadas na formulação da MP nº 746/2016, e outras retiradas e agregadas na sua conversão a Lei. Isto indica que o chamado “novo Ensino Médio”, não é tão novo como a mídia apresenta para a população brasileira. Continua relatando SILVA (2016, p. 12) que, “A intenção de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que ela legisla sobre as finalidades e modos de organização do Ensino Médio coloca o PL nº 6.840/2013 em posição diametralmente oposta à das Diretrizes Curriculares homologadas em 2012”, isto porque as diretrizes em menção foram formuladas sob intensos debates, com a participação de um Grupo de Trabalho, identificado como Coletivo Social (BERNARDIM, 2013 em SILVA, 2016).

As DCNEM de 2012 lograram enfrentar o reducionismo das DCNEM de 1998 que estavam circunscritas ao discurso empresarial da necessidade de submissão da escola às necessidades imediatas de formação para o mercado de trabalho.... Consideram a juventude em sua multiplicidade e diversidade e amplia o sentido e finalidade da sua formação que, para além do preparo técnico ou propedêutico, almeja a condição de uma formação humana integral, isto é, completa, crítica e autônoma. (SILVA, 2016. p. 8)

Observe-se, o curto espaço temporal entre a aprovação das DCNEM sob a Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012 e a criação na Câmara de Deputados da Comissão destinada à reformulação do Ensino Médio apresentado nessa Casa Legislativa por Reginaldo Lopes (PT/MG), no dia 18 de fevereiro de 2013 e aprovado o 05 de março do mesmo ano.

As DCNEM de 2012 mantiveram-se vigentes (e sem avaliação dos resultados) por seis anos, já que como estabelecido na Lei nº 13.415/2017 as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio foram homologadas em 20 de novembro de 2018 em Brasília, pelo Ministro da Educação Rossieli Soares, depois do documento ser aprovado no início do mesmo mês pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Cabe retomar que uma das últimas políticas aprovadas no Governo Rousseff foi o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, este estabeleceu como meta 3 universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Embora a taxa líquida de matrícula para o Ensino Médio tem aumentado, projeta-se que, a mesma, passe de 68,4% em 2017⁸ para 85% em 2024,

⁸ IBGE, Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

o que representa um desafio no contexto da implementação da Reforma ao Ensino Médio e da EC 95, que limita o orçamento destinado à educação brasileira.

Na seguinte seção vamos apresentar os efeitos das políticas realizadas durante estes governos (2005-2017) em termos de atendimento à população de 15 a 17 anos e da matrícula no Ensino Médio.

2.5 Evolução na expansão do Ensino Médio

Segundo dados do INEP (2003, 2005), de 1991 a 2004 as matrículas no Ensino Médio passaram de 3.772.698 milhões para 9.169.357 milhões de matrículas, a estatísticas referentes à matrícula líquida indicam um aumento do 26,8% neste período; sendo que a taxa de matrícula líquida passou de 17,6% em 1991 para o 44,4% em 2004. Esses jovens que nunca acessaram ao Ensino Médio é que passam a ser disputados pelo empresariado e pelos agentes de governo.

Conforme já foi apresentado, segundo dados do INEP a taxa média de crescimento anual, entre 1991 e 1999, foi de 9,5%. No entanto, nos primeiros cinco anos da década do 2000, o crescimento foi de apenas 3,4% ao ano, sendo que, a partir de 2006, são registrados índices negativos nas matrículas a pesar da relativa estabilidade na população residente de 15 a 17 anos entre 2005 e 2017 como apresentado no Quadro 7.

Em 2006, a queda da matrícula no EM foi de 1,3% (124.482 matrículas), embora tenha havido um crescimento na oferta da modalidade educação profissional de 5,3% (aumento de 37.427 matrículas). O movimento observado também revela diferenças regionais, a saber:

Queda de 4,5% na Região Sudeste e de 0,6% na Região Sul e, por outro, crescimento de 2,2% na Região Norte, de 0,9% na Região Nordeste e de 2,1% na região Centro-Oeste. (INEP, 2007)

Segundo Corbucci (2009) a queda nas matrículas produziu perplexidade nos meios acadêmico e governamental, uma vez que o número de jovens nesta faixa etária fora da escola ou estagnados no Ensino Fundamental é significativo. Portanto, a taxa de frequência líquida para nível de ensino se encontra longe de atingir as percentagens desejadas. Além disso, o autor argumenta que:

Esta involução das matrículas vai de encontro ao que determina a Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), acerca da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio. (CORBUCCI, 2009, p. 7)

Nos Quadros 7 e 8 são apresentados os dados correspondentes:

Quadro 7 População Residente de 15 a 17 anos. Brasil – 2005 – 2017

Ano	População de 15 a 17 anos
2005	10.646.814
2007	10.425.000
2010	10.353.865
2015	10.638.000
2017	10.673.000

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Síntese de Indicadores 2005, 2007, 2015; Censo Demográfico 2010; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2016) a população residente de jovens de 15 a 17 anos no Brasil em 2015 era de 10.638.000 e a taxa de escolarização era de 85%. Dentre estes jovens, 1.593.141 estão fora da escola, 1.863.158 encontram-se no ensino fundamental e 83.663 são analfabetas (PNAD/IBGE, 2016). Ressaltando que a faixa de 15 a 17 anos corresponde à idade regular de frequência ao Ensino Médio segundo a LDB, regulamentada diante a EC nº 59 de 2009 que estabelece a escolarização obrigatória no país para a população dos 04 aos 17 anos de idade. Neste sentido, apesar da melhoria dos indicadores de acesso e permanência de jovens na escola nos últimos 20 anos, a garantia do direito ao Ensino Médio segue como uma questão não resolvida pelas políticas públicas educacionais, persistindo o desafio da sua universalização, com qualidade social.

Quadro 8 Escolarização bruta e taxa líquida anual do Ensino Médio Brasil 2005 – 2017

Ano	Escolarização bruta	Escolarização líquida (%)
2005	9.031.302	45,3
2006	8.906.820	47,1
2007	8.369.369 ⁹	48,0
2008	8.366.100	50,4
2009	8.337.160	50,9
2010	8.358.647	47,3 ¹⁰
2011	8.401.829 ¹¹	51,6
2012	8.377.942	54,0
2013	8.314.048	55,1
2014	8.301.380	56,3

⁹ Dados em vermelho indicam uma redução considerável na matrícula.

¹⁰ Dado extraído do IBGE Censo Demográfico 2010 (p.72), pois a Pnad não é realizada em anos de Censo Demográfico.

¹¹ Dados em azul denotam um aumento significativo dos dados em relação ao ano anterior.

2015	8.076.150	56,9
2016	8.133.040	68,0
2017	7.930.384	68,4

Fonte: Até o ano de 2012 - IBGE – Pnad. De 2013 a 2017 MEC/INEP/Censo Escolar 2018 e 2010 IBGE, Censo Demográfico 2011

No Quadro 8 podemos apreciar uma dinâmica oposta na matrícula bruta em relação à taxa de matrícula líquida, por um lado se apresentou uma constante redução nas matrículas brutas, (a exceção de 2011 com um aumento de 43.182) embora na época se intensificaram as novas vagas no Ensino Médio Profissionalizante. As maiores quedas nas matrículas foram registradas nos anos 2007 e 2015. Em relação à matrícula de 2006 em 2007 o Ensino Médio teve uma queda de 537.451 matrículas, do mesmo modo, em 2015 se registraram 225.230 matrículas menos que em 2014.

Para o ex-presidente do INEP, Reynaldo Fernandes¹², a queda nas matrículas do Ensino Médio não denota, necessariamente, aumento da evasão escolar (se referindo as matrículas registradas em 2009). Em sua avaliação, o resultado reflete a redução da repetência, que implica a melhoria no fluxo escolar, e a diminuição na taxa de natalidade brasileira a partir dos anos de 1980. (ALENCASTRO, 2009)

A esse respeito, o INEP explica nos resultados finais do Censo Escolar 2006 divulgados em fevereiro de 2007, que:

De modo geral, as mudanças identificadas na oferta de Educação Básica podem ser associadas ao momento de reorganização por que passa o sistema de Educação Básica no Brasil. Um primeiro aspecto a ser destacado é a proposta de organização do ensino fundamental em 9 anos. Tal iniciativa vem provocando uma transferência da matrícula de crianças de 6 anos da educação pré-escolar para o ensino fundamental, o que gera uma queda de matrícula naquela etapa, e uma necessidade de adequação da oferta do ensino fundamental às novas demandas. Em segundo lugar, as características da divisão de atribuições e competências entre os entes federativos continuam a reforçar o processo de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental, observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta educacional. Nessa reorganização, os estados responsabilizam-se definitivamente pela oferta de Ensino Médio e de educação profissional e os municípios encarregam-se da oferta de educação infantil e de ensino fundamental. (INEP, 2007)

No entanto, para Corbucci, (2009) a explicação da queda nas matrículas associada à insuficiência da oferta de vagas pelo poder público pela divisão de atribuições entre entes

¹² Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no período do 30 de setembro de 2005 ao 21 de dezembro de 2009.

federativos, é frágil, pois esta redução não foi comum a todas as Grandes Regiões brasileiras. Portanto ele identifica como uma das possíveis causas da redução das matrículas a adequação idade-série. Isto iria se observar no aumento da Taxa de escolarização líquida como observado no Quadro 9.

No que respeita à taxa líquida de escolarização para a faixa etária de 15 a 17 anos, como se evidencia no Quadro 9 se manteve uma tendência crescente passando de 45,3% em 2005 para 68,4% em 2017.

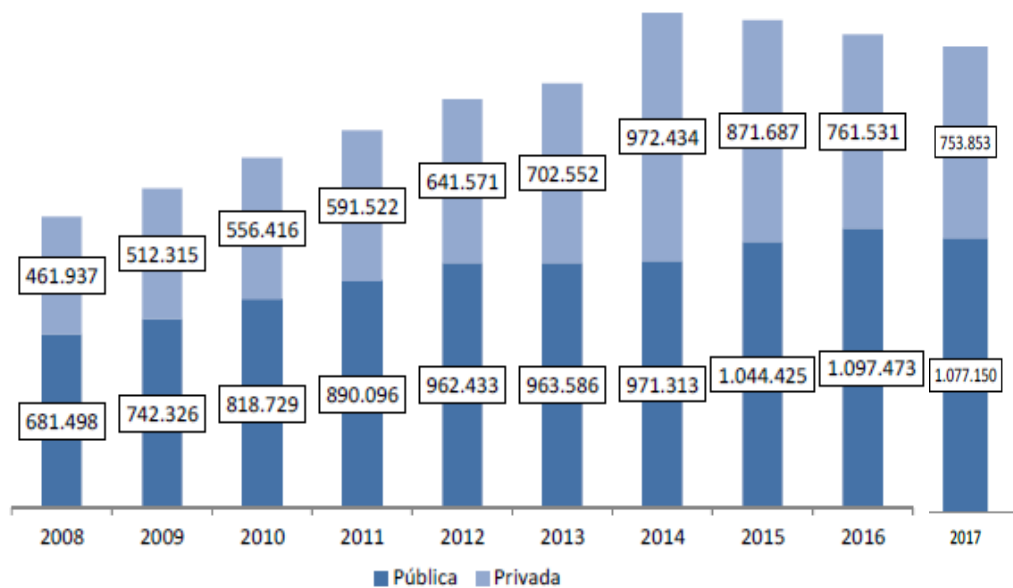
Desse modo, em 2016 registrou-se um aumento significativo passando de 56,9% em 2015 para o 68,0% em 2016. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016):

Para o grupo etário de 15 a 17 anos, o ideal seria estar frequentando o Ensino Médio, porém apenas 68,0% estava na idade/série adequada. Entre as mulheres dessa faixa etária, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao Ensino Médio (73,3%) foi maior do que a observada entre os homens (63,1%). Entre as pessoas brancas, essa taxa foi 75,7%, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 63,0%. A Meta 3 do PNE também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao Ensino Médio seja elevada para 85% até o final da vigência do Plano. (p.6)

No entanto, a matrícula na Educação Profissional¹³ tem aumentando, atingindo o ápice em 2014 com 1.943.747 matrículas, incluída a rede privada e pública (Gráfico 1). De 2014 a 2017 as matrículas têm diminuído principalmente na rede privada, onde se teve uma queda de 218.581 matrículas o que representa o 22,47%, por outro lado, as matrículas nas instituições públicas se tem mantido sem alterações significativas desde 2015.

¹³ Inclui curso técnico concomitante e subsequente, integrado ao Ensino Médio regular, normal/magistério, integrado à EJA de níveis fundamental e médio, Projovem Urbano e FIC fundamental, médio e concomitante.

Gráfico 1 Número de matrículas na Educação Profissional por rede de ensino Brasil – 2008-2017



Fonte: INEP-Censo Escolar: Notas Estatísticas, 2016 e 2017

No que se refere à Rede de Ensino Privada, segundo dados do Censo Escolar 2017, divulgados pelo INEP em janeiro de 2018, esta rede possui cerca de 970 mil alunos, tendo uma participação de 12,2% na matrícula total de Ensino Médio. “Se comparados a 2016, houve uma redução de 1,2 p.p. no percentual da rede privada no Ensino Médio regular” (IBGE, 2018, p.5)

Quadro 9 Estudantes na rede privada de ensino, por grandes regiões, segundo o curso frequentado (%)¹⁴

Curso frequentado	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação	2016	2017	Variação
Creche e pré-escola	27,0	26,1	→	21,2	18,8	→	31,8	30,7	→	25,4	25,3	→	24,9	23,9	→	27,5	25,7	→
Ensino fundamental regular	16,6	16,3	→	8,8	8,5	→	17,8	17,4	→	19,1	19,0	→	13,0	13,0	→	16,7	16,0	→
Ensino médio regular	14,2	13,0	↓	8,2	7,0	→	11,4	10,3	→	17,7	15,9	→	13,9	14,5	→	13,7	13,3	→
Superior - Graduação	74,3	74,2	→	68,5	65,6	→	66,2	67,4	→	79,5	79,4	→	75,3	74,5	→	73,4	74,3	→
Especialização, mestrado e doutorado	67,1	71,9	↑	70,4	75,9	→	65,5	68,7	→	65,4	73,2	↑	70,2	72,7	→	69,2	68,9	→

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017 (2018)

¹⁴ As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ou nível de confiança de 95%.

Como observado no Quadro 9 é possível afirmar que o Ensino Médio é um nível ofertado em sua maioria pela rede de ensino pública, nesse sentido, as mudanças propostas pela Lei nº 13.415/2017 vão afetar direta e principalmente aos jovens matriculados nestas escolas nas distintas regiões do país.

O Quadro 9 oferece também uma visão geral da rede privada nos diferentes níveis educativos, é evidente que contrário à Educação Básica, o ensino superior é majoritariamente ofertado por instituições privadas, com 74,2% das matrículas na graduação e 71,9% na pós-graduação em 2017.

Com o mercado da educação superior monopolizado, o interesse do empresariado nacional e internacional está se focando na Educação Básica, nesse sentido a Lei nº 13.415/2017 representa a viabilização legal para concretizar a privatização de uma parcela da Educação Básica.

Grandes corporações são encarregadas da oferta do Ensino Superior no Brasil, a Kroton Educacional é uma das principais, ela conta com 125 campi em operação em todos as regiões do país somente para a oferta deste nível de ensino, já que ela atua tanto na educação a distância como na básica.

A partir de 2016, com a ascensão do conservadorismo ao poder e da abertura de mercados no setor público, o interesse de grandes corporações tem aumentado. Nesse sentido, a Kroton educacional qualifica o Brasil como “o maior mercado de Educação Básica da América Latina [...] e o quinto maior mercado do mundo no Ensino Superior”. (KROTON EDUCACIONAL, 2014), no seu site oficial, a Companhia assegura que o Ensino Superior do país ainda possui um alto potencial de crescimento, dado o baixo nível de penetração deste mercado quando comparado a outras nações.

Recapitulando, como demonstrado nas estatísticas sobre a matrícula no Ensino Médio dos últimos 12 anos; de modo geral se observou um movimento decrescente a partir de 2006, que segundo o INEP (2018) se deve à redução do número de concluintes do Ensino Fundamental que se matricularam no Ensino Médio e ao aumento do número de concluintes do Ensino Médio e um elevado percentual de evasão (11,2%).

Além disso, esta etapa de Ensino se caracteriza por um reduzido número de matrículas pertencentes à rede privada (970.000 em 2017), dos quais o 77,7% pertencem à educação

técnica profissional. Segundo a OECD¹⁵ “O Brasil tem concentrado esforços no desenvolvimento e na promoção da educação profissional como uma forma de elevar as taxas de conclusão do Ensino Médio e de facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho” (2018, p. 4). Ainda assim, as estatísticas indicam que um reduzido número de estudantes do EM se encontram matriculados no Ensino Profissional, “Em 2016, apenas 9% dos estudantes do Ensino Médio no Brasil estavam matriculados na educação profissional, índice consideravelmente inferior à média OECD de 44%” (OECD, 2018, p. 4). Isto resulta relevante no que tange ao interesse do empresariado na constituição de um EM com caráter profissionalizante, ofertado principalmente por instituições privadas, em vista das carências da rede pública para atender a demanda deste tipo de ensino.

Para compreender o conjunto de ações que se vem desenvolvendo desde há alguns anos, e que levaram à aprovação da Lei de reforma ao EM, mostramos um breve histórico sobre os acontecimentos mais relevantes no que respeita à formulação e tramitação de dita Lei nas casas legislativas.

¹⁵ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) é um fórum internacional que promove políticas públicas entre os países mais ricos do planeta, isto é, que apresentam os mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Auxilia no desenvolvimento e expansão econômica das nações integrantes, proporcionando ações que possibilitem a estabilidade financeira e fortaleçam a economia global. Atualmente, os países-membros são: Irlanda, Estônia, Áustria, Austrália, Bélgica, Islândia, Polônia, Dinamarca, Alemanha, França, Finlândia, Coreia do Sul, Luxemburgo, Canadá, República Tcheca, Países Baixos, Estados Unidos, México, Noruega, Reino Unido, Chile, Portugal, Japão, Suécia, Suíça, Eslováquia, Eslovênia, Turquia, Espanha, Grécia, Nova Zelândia, Hungria, Israel, Itália e Letônia. Em maio de 2007, o Conselho da OCDE, reunido em nível ministerial, convidou a fortalecer a cooperação com o **Brasil**, a Índia, a Indonésia, a República Popular da China e a África do Sul por meio de programas de "Envolvimento Aprimorado". (OCDE, Membros e parceiros. Disponível em <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>

3 LEI Nº 13.415/2017: O QUE VISA REFORMAR

Eu não aceito que a ética do mercado, que é profundamente malvada, perversa, a ética da venda, do lucro, seja a que satisfaz ao ser humano.

Paulo Freire

Neste capítulo, procuramos verificar as alterações na Lei de Diretrizes da Educação Básica de 1996 a partir do proposto na Lei nº 13.415 de 2017 e discutimos alguns dos seus possíveis efeitos para a Educação Básica. Antes disso, consideramos importante empreender uma exposição do contexto político-social e as relações de interesse que influenciaram a aprovação de dita lei.

A Proposta de Reforma do Ensino Médio, denominado pelo governo de “novo Ensino Médio” representa uma mudança na estrutura pedagógica e curricular das escolas, mas, além disso, articula o controle do empresariado sobre a formação da força de trabalho, ao elaborar e participar na aprovação de políticas dirigidas à formação da juventude, para tal fim os empresários se organizaram através de duas entidades coletivas o “Movimento Todos pela Educação” e o “Movimento Todos pela Base”; a lei constitui também regras para a abertura do mercado da Educação Básica no que respeita à oferta de ensino técnico-profissionalizante, infraestrutura para Educação a Distância (EAD), abertura do mercado de assessorias para o Governo e as escolas implantarem a reforma, para este fim o Plenário aprovou o 17 de abril de 2018 uma operação de crédito externo da União para o Ministério da Educação (MEC), no valor de até US\$ 250 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Deles US\$ 29 milhões serão destinados à assistência técnica para capacitação do Ministério da Educação e das secretarias estaduais de Educação. (SENADO FEDERAL, 2018)

Além destes aspectos, a Lei nº 13.415/2017, propõe uma reforma técnica-disciplinar dos processos educativos, isto quer dizer que, ela modifica a dinâmica do Ensino Médio para uma lógica concorrencial pela disputa na oferta dos itinerários formativos. Desta forma, ela faz parte de um conjunto de dispositivos legais que legitimam a apropriação por parte de setores privados da sociedade dos fundos públicos.

3.1 Golpe de 2016 e suas relações com o conservadorismo

Em 2016, o Brasil vivenciou uma quebra na ordem constitucional com a privação das funções de uma presidente eleita democraticamente. Longe de um *golpe clássico*¹⁶, Dilma Rousseff foi foco de um golpe judicial, parlamentar e midiático em agosto de 2016, essa ação desencadeou uma onda de conservadorismo no país junto com uma ampla rejeição dirigida ao Partido dos Trabalhadores. Embora, ainda exista um debate sobre a nomenclatura que deveria receber o afastamento da presidente, é de fato, que os motivos que levaram à sua deposição não se justificam, conforme Braz (2017) manifesta:

Uns acham que é um *golpe branco*; outros que é um *golpe institucional* — um misto do modelo hondurenho (que depôs Zelaya em 2009 com o aval da Suprema Corte) e paraguaio (que depôs Lugo em 2012 com o aval do Legislativo). No Brasil, a deposição da presidente adicionou mais ingredientes: contou com aval da Suprema Corte, do Legislativo, de parte ativa do Judiciário, da PF, com o apoio militante da nata do empresariado nativo, e, especialmente, dos oligopólios da mídia que agiram não como um “quarto poder”, mas como se fossem o primeiro poder, pautando todos os outros. (p. 89. Grifos no original)

O término do primeiro mandato de Rousseff ocorreu com uma acentuada crise econômica, que não afetava somente o Brasil. Tal fato, prejudicou sua candidatura para a reeleição. Em 2014, depois de eleições, com uma grande disputa contra seu adversário Aécio Neves do PSDB, Dilma Rousseff toma a presidência num contexto um tanto crítico para o país. As negativas de sua parte para abordar a crise econômica que atravessava o país a partir de uma agenda de austeridade. O empresariado e partidos políticos de direita se articularam para construir propostas conservadoras alinhadas ao programa de trabalho do seu oponente na campanha eleitoral e promoveram com apoio da mídia uma crise política que levou ao seu afastamento, por meio de um processo de impeachment.

Como parte da estratégia de direita, a juventude representada principalmente pelo Movimento Brasil Livre¹⁷ (MBL) assumiu um papel importante nos protestos pró-

¹⁶ Ao contrário de um golpe clássico, o afastamento de Dilma Rousseff se desenvolveu sem rupturas institucionais significativas. Ocorreu dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia. (BRAZ, 2017. p. 89)

¹⁷ O Movimento Brasil Livre (MBL) surge em 2014, liderado por Kim Kataguiri. Suas propostas se baseiam na liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas. Segundo a reportagem de 2016, de Marina Amaral, “A nova roupa da direita”: o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações

impeachment, quem recebeu o apoio de uma porção da classe média brasileira, assim como da denominada “nova classe trabalhadora”. Sobre este termo, a filósofa Marilena Chauí explica que:

Houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego e elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos.

De modo geral, utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado e da sociologia, costuma-se organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critério a renda, a propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; já no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22,5 milhões. A expansão verdadeiramente espetacular, contudo, ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão tem levado à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, de que teria surgido uma nova classe média no país. (CHAUÍ, 2013, S/P)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados da PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as classes sociais são classificadas de acordo com as faixas salariais e são representadas pelas letras: A, B, C, D e E. O instituto contabiliza as classes levando na conta o número de salários mínimos que entram na renda, da seguinte forma:

Quadro 10 Classificação das classes sociais segundo o IPEA

Categoria/Classe Social	Renda Mensal
Classe social A	+ de 20 salários mínimos
Classe social B	De 10 a 20 salários mínimos
Classe social C	De 5 a 10 salários mínimos
Classe social D	De 2 a 5 salários mínimos
Classe social E	Até 2 salários mínimos

Fonte: elaboração da autora, com base nos dados do IPEA, 2013

ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network, conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (a Receita Federal americana). Isso sem contar as despesas com os fellowships e os cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações “liberais ou libertárias” que compõem a rede. (AMARAL, 2016, p. 45)

Segundo as estatísticas apresentadas pela autora supracitada, em 8 anos (2003-2011) ao redor de 32,7 milhões de pessoas passaram de perceber de 0 a 5 salários mínimos para obter uma renda mensal de mais de 5 salários mínimos, levando em consideração que em 2011 o salário mínimo se encontrava em R\$ 545,00. Ainda mais impactante, são os 39,6 milhões de brasileiros que chegaram a obter uma renda mensal de entre R\$ 5,450 a R\$10,900 per mês. Dado importante no que se refere à evolução da desigualdade social, classificada em termos de aumento da renda e acesso aos bens de consumo.

Perto da mesma faixa temporal, de 2002 a 2012, como detalhado na Tabela 1, o IPEA mostrou que:

As pessoas mais pobres foram bastante beneficiadas: enquanto a renda média dos 40% mais pobres aumentou 6,4%, ao ano, o aumento para os 5% mais ricos foi de 2,4%, ao ano. Essa evolução foi bastante diversa daquela ocorrida na década anterior: no período 1992-2002, o crescimento da renda dos 5% mais ricos da população superou aquele dos 40% mais pobres (2,87, ao ano, contra 2,55% respectivamente) (IPEA, p. 10)

Tabela 1 Renda domiciliar per capita por estratos da população

Estrato	Média (R\$)			Variação Anual (%)		
	1992	2002	2012	1992/2002	2002/2012	2011/2012
Décimos						
1	32,12	48,33	91,71	4,17	6,61	14,05
2	80,83	107,04	204,93	2,85	6,71	10,60
3	122,63	156,65	290,59	2,48	6,37	9,32
4	169,43	209,22	380,01	2,13	6,15	8,95
5	222,14	275,75	483,07	2,19	5,77	8,66
6	290,53	357,67	602,30	2,10	5,35	8,10
7	378,29	462,98	730,53	2,04	4,67	6,88
8	510,48	638,27	952,54	2,26	4,09	7,34
9	776,56	983,49	1350,09	2,39	3,22	6,45
10	2163,56	2853,57	3631,89	2,81	2,44	8,34
Especiais						
1% mais ricos	6.217,01	8.133,86	10.891,49	2,72	2,96	16,11
5% mais ricos	3.070,02	4.075,25	5.178,37	2,87	2,42	9,43
40% mais pobres	101,25	130,31	241,81	2,55	6,38	9,87

Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 1992, 2002, 2011 e 2012.

Nota: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores em R\$ de 2012.

Embora, a determinação de uma classe social não se reduz simplesmente ao aumento da renda, ela constitui uma característica marcante, desse modo, como observado nas estatísticas,

a partir do aumento da renda mensal, surge no Brasil uma nova classe social, que segundo Jessé Souza (2010), emergiu da “ralé brasileira” (formada pela massa de trabalhadores pobres, que vivem nas condições mais precárias) portanto, situada acima dela, mas abaixo das classes alta e média.

Respeito aos outros aspectos que determinam uma classe social, o supracitado autor se refere:

As classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida. (SOUZA, 2010. p. 45)

Dito de outro modo, o que diferencia uma classe de outra é o estilo de vida e a visão prática de mundo, não o poder econômico e o padrão de consumo. Por isso, é que a “nova classe trabalhadora” não pertence à classe média, nem deveria se denominar “segunda classe média”, uma vez que diferem no que respeita à herança imaterial recebida, geralmente transmitida a partir da convivência e dos esquemas existentes no ambiente familiar.

Se bem, Chauí (2016) denomina este grupo social como uma nova classe média, concorda com Souza (2010) em que:

Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico. (CHAUÍ, 2016, p.18)

Dado que este grupo social não pertence aos extremos do núcleo definidor capitalista, se encontra também fora do núcleo do poder político: “não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante) nem do poder social da classe trabalhadora organizada” (CHAUÍ, 2016. p.18). Portanto, sua falta de identidade ideológica, por dizer assim, a levou a absorção ideológica da classe dominante.

Como consequência, a *nova* classe social em discussão, se caracteriza pela não identificação com a classe denominada de “ralé brasileira” ou de categoria “E-D” da qual saiu, incluso se opõe a programas sociais e as políticas de conciliação de classes. Como atestou na sua participação majoritária nas manifestações de 2016 em favor do golpe do Estado.

3.2 Agenda conservadora: propostas e ações

Poder-se-ia dizer que uma agenda de viés conservador começou a ser planejada a partir de 2015 com a publicação do receituário neoliberal “Uma ponte para o futuro”, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, junto com o PMDB, partido de Michel Temer, Vice-presidente da Nação no momento, mas executor do programa posteriormente, ao assumir a presidência da República. Trata-se de um programa destinado à adequação do Estado a ações orientadas à superação da crise econômica brasileira, este documento representa uma reorganização da hegemonia política brasileira, que objetiva salvaguardar o fundo público diante a redução do gasto social e melhores condições para o investimento de capital com uma “verdadeira abertura comercial” como é denominado no documento.

Para concretizar estas ações, era necessária a reorganização das instituições estatais, a respeito Harvey (2008) explica qual é o papel do Estado dentro da lógica neoliberal:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. **O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais** e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2008, p. 12. Grifos nossos)

Nesse sentido, o programa em questão, sugere em primeira instância, a aprovação de leis e ementas constitucionais mais compatíveis com suas propostas, assim expressado: “Essas reformas legislativas são o primeiro passo da jornada e precisam ser feitas rapidamente, para que todos os efeitos virtuosos da nossa trajetória fiscal prevista produzam plenamente seus efeitos já no presente”. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES e PMDB, 2015, p. 16). E, que outro mecanismo mais rápido do que a adoção de Medidas Provisórias? Assim, este recurso legislativo iria se tornar recorrente na administração Temer.

A forma de medida provisória tem muito a ver com o conteúdo da política e com seus objetivos. Como já foi dito, não se fez a ruptura para trocar pessoas, mas para mudar o direcionamento de políticas que impactam, diretamente, na própria organização do Estado e da sociedade brasileiras. [...] Nesse processo, a educação tem um papel central, especialmente pela comum vinculação que fazem dela ao desenvolvimento econômico. (STEIMBACH, 2018, p. 112)

A primeira ação lançada via Medida Provisória foi a nº 727/2016, convertida logo na Lei nº 13.334/2016 trata sobre o **Programa de Parcerias e Investimentos - PPI** “destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização” (BRASIL, 2016), cabe salientar que esta medida junto à MP nº 726/2016 (que transformou a estrutura governamental) foram dadas com data 12 de maio de 2016, dia em que o Senado Federal decidiu afastar a Presidenta Rousseff e o Vice-Presidente Temer assumir a Presidência interinamente, pelo que não é suposição afirmar que tais medidas já tinham sido planejadas.

Logo depois, no dia 24 de maio é pronunciada a Proposta de Emenda Constitucional assinalada com o nº 241(PEC nº 241/2016), e logo convertida na EC nº 95, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal" (NRF) (BRASIL, 2016). Nela se propôs, o estabelecimento por 20 anos de um teto para o crescimento das despesas primárias¹⁸, dado pela taxa de inflação do ano anterior, o que significa um congelamento delas em termos reais, podendo assim que o gasto efetivo em saúde, educação, assistência social e previdência, possa ficar abaixo do que era antigamente exigido pela CF.

Segundo Paulani (2016) a PEC nº 241/2016, visa pôr fim ao o que se chama ali de “eternização dos programas estatais” e a eliminação do crescimento automático das despesas do Estado. Por outro lado, Nelson Amaral (2017b) alerta sobre as consequências do NRF sobre o cumprimento das metas do PNE (2014-2024), que de modo geral, para sua concretização é preciso elevar o volume de recursos financeiros destinados à educação. Portanto, a PEC nº 241, vem de encontro do estabelecido na meta 20, sobre o financiamento das metas do PNE, a qual declara que: até 2024 deveriam ser aplicados recursos públicos equivalentes a 10% do PIB na educação brasileira, o que significa quase que dobrar o volume de recursos financeiros.

Outras das propostas que estão alinhadas com o projeto conservador, a Reforma de Previdência social (PEC nº 287/2016) que cria novas regras de tempo de contribuição e idade para a aposentadoria, prevendo a desvinculação das pensões do salário mínimo e aumentando da idade mínima e do tempo de contribuição. Por outro lado, o PL nº 867/2015 Projeto de Lei Escola sem Partido (ESP), provavelmente representa o ápice da agenda conservadora na

¹⁸ Despesas primárias são aquelas que ocorrem com o pagamento de pessoal e encargos sociais, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, pessoal terceirizado, material de consumo, aquisição de equipamentos, material permanente, construções, aquisição de imóveis etc.

assim, a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) promoveu junto ao ESP o 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, em 2014, embora esta organização não assuma uma posição oficial de apoio ao movimento, tem trabalhado em parceria com ele. Da mesma forma, o Sindicato do Ensino Privado (SINEPE) organizou uma palestra com o tema “Ideologização nas escolas: o abuso da liberdade de ensinar”, de Miguel Nagib, em maio de 2015, em Porto Alegre. (PERONI, CAETANO E LIMA, 2017)

É importante destacar a participação do Movimento Brasil Livre (MBL), que como foi dito anteriormente, segundo Amaral (2016), é uma organização vinculada e financiada pela Atlas Network, uma rede de fundações de direita, com sede nos EUA. Sobre esse assunto, Lee Fang (2017) explica o *modus operandi* da Atlas Network, segundo o autor ela oferece subvenções a novos *think tanks* e cursos sobre gestão política e relações públicas, patrocina eventos de *networking* no mundo todo e, nos últimos anos, tem estimulado libertários a tentar influenciar a opinião pública por meio das redes sociais e vídeos online. Desse modo ela se encontra ligada a diversos institutos nacionais e internacionais, entre eles o Cato Institute, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Liberal, Instituto Mises Brasil e o Instituto Millenium (IMil).

3.3 Da MP nº 746/2016 à Lei nº 13.415/2016

No dia 15 de setembro de 2016, o Ministro de Estado da Educação José Mendonça Bezerra Filho, submete ao Poder Executivo, uma proposta de alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O documento com vistas a “dispor sobre a organização dos currículos do Ensino Médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016), foi acompanhado por um sólido discurso de motivações para a implementação da reforma, assim, a Exposição de Motivos, se compõe de 25 itens que abordam brevemente o contexto do EM após LDB, logo apresenta alguns dados sobre os “péssimos resultados educacionais no EM” e finalmente as propostas para reverter essas estatísticas.

Foi possível identificar um discurso híbrido, por um lado, no item 2 o documento afirma o EM como parte da Educação Básica, reconhecendo sua função social - como estabelecida no Art. 35 da LDB – de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como formar indivíduos autônomos, capazes de intervir e transformar a realidade. No entanto, por outro lado, prescreve a fragmentação do currículo e “a flexibilização

do Ensino Médio, por meio da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular”. (BRASIL, 2016)

No documento, é possível perceber também, uma visão da educação diretamente associada ao crescimento econômico, assim como, o interesse na satisfação do empresariado. Deste modo, no item 4, expõe que “Atualmente o Ensino Médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que **não dialoga com a juventude, com o setor produtivo,** tampouco com as demandas do século XXI.” (BRASIL, 2016 *grifos nossos*).

Somado a isso, no item 13, afirma que o baixo desempenho dos estudantes é um reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas **habilidades e competências**, pois as treze disciplinas atualmente obrigatórias não são alinhadas ao mundo do trabalho. No item 17, o texto discorre sobre sua preocupação com o baixo percentagem de jovens que cursam algum tipo de educação profissionalizante (8%), e no 16 sobre a parcela de jovens de 15 a 24 anos que se encontram fora do mercado de trabalho e da escola, grupo que alcança o 20% segundo os dados apresentados.

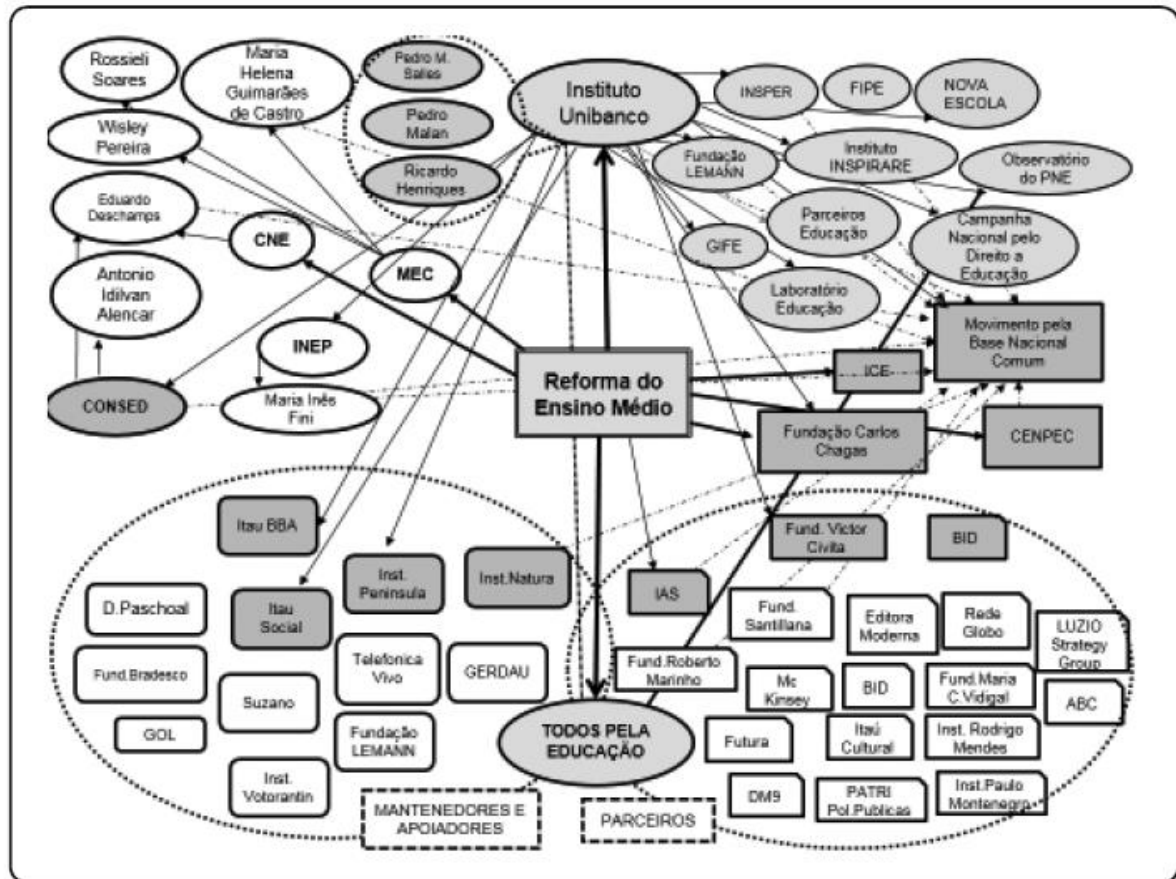
No entanto, a justificativa da urgência na implementação da reforma via Medida Provisória resulta um tanto inquietante, pois, segundo o Ministro tem a ver com fatores demográficos da população jovem, já que segundo os dados expostos no texto se estima que no período de 2003 a 2022, a população jovem brasileira atinja seu ápice, alcançando por volta de 50 milhões dos habitantes. A partir disso, inicia-se uma queda projetada em 12,5 milhões de jovens, razão pela qual não haverá garantia de um contingente significativo de população economicamente ativa.

Do mesmo modo, nesse mesmo período a taxa de crescimento da população idosa caminha em torno de 3% ao ano, ou seja, serão esses jovens que entrarão no mercado de trabalho nas duas próximas décadas, razão pela qual se mostra urgente investir para que o Brasil se torne um País sustentável social e economicamente.

No entanto, a Reforma do Ensino Médio, não surge somente da preocupação do Ministério de Educação em melhorar os índices educativos e tornar o Ensino Médio um nível preparatório para ingressar no mercado de trabalho; no processo de construção da proposta estiveram envolvidos distintos sujeitos coletivos e individuais, representantes de institutos e fundações responsáveis pelo investimento social de grandes empresas nacionais e internacionais, estas fundações mantem uma rede de parcerias (Figura 7) entre pares, organismos multilaterais e instituições financeiras ligadas ao mercado de capitais como o Banco

Mundial e o BIRD, bem como movimentos nacionais tais como Todos pela Educação e Todos pela Base Nacional Comum.

Figura 5 Sujeitos individuais e coletivos das reformas em curso no Brasil.



Fonte: Caetano, 2017 em Peroni, Caetano e Lima, 2017.

Para compreender os relacionamentos e como são utilizadas as influências políticas na rede apresentada na figura 6, apoiados nas pesquisas de Peroni, Caetano e Lima (2017). Os autores identificam ao Instituto Unibanco (IU) como um dos principais sujeitos por traz da Reforma do Ensino Médio e outras políticas orientadas a mudanças no sistema educativo; este instituto opera com uma série de instituições através de parcerias público-privadas. Sua principal estratégia é a implantação do programa Jovem de Futuro nas redes públicas de Ensino Médio, distribuídas conforme figura 8.

O Jovem de Futuro, por meio de parceria com as secretarias estaduais de Educação, oferece diferentes instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão das escolas e das redes de ensino, como assessoria técnica, formações, análises de dados e o apoio de sistemas tecnológicos especialmente desenvolvidos para ele.

melhoria da educação pública, com os parceiros: Folha de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas e Insper.

d. Fortalecimento institucional, para fortalecer a rede de organizações da sociedade civil e atores relevantes no campo da educação: Consed, Campanha pelo Direito a Educação, Gife, Parceiros da Educação, Laboratório da Educação, Movimento pela Base, Todos pela Educação.

e. Qualidade do Ensino Médio, para o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de instrumentos, recursos pedagógicos e de gestão, formação e tecnologias para a melhoria da qualidade do Ensino Médio: Fundação Lemann, Nova Escola, Inspirare, Inep, Observatório do PNE (Todos pela Educação).

f. Fomento, para viabilizar práticas com potencial de replicabilidade, atuando com fundos independentes de direitos e justiça social e instituições de pesquisa, por meio de um arranjo institucional de coautoria e colaboração, para identificar, monitorar, avaliar iniciativas e produzir conhecimento: Fundação Carlos Chagas, Baobá, Elas, UFScar.

g. Ação com juventudes, com o objetivo de contribuir para que os jovens adquiram novas perspectivas, desenvolvam seu potencial e possam transformar a realidade em que vivem, criarem conexões com outras instituições para realizar ações com as juventudes: Enem no Futuro (Rede Globo), CBN (Rede Globo). (UNIBANCO, 2017 em PERONI, CAETANO E LIMA, 2017 – grifos nossos).

Como fica evidenciado, a construção do projeto social conservador, se encontra fortemente ancorado a distintas organizações que se encarregam de produzir as propostas, articular e movimentar a população para o apoio das mesmas, assegurar sua aprovação nas casas legislativas com o forte grupo de deputados e senadores ligados à causa, sem mencionar as posições estratégicas na direção das instâncias governamentais como o Ministério de Educação (José Mendonça Filho²⁰ em 2016 e 2017 seguido de Rossieli Soares em 2018 e Maria Helena Guimarães de Castro²¹ como Secretária Executiva) e no INEP (Maria Inês Fini²² de 2016 a 2019).

Desde a publicação da Medida Provisória nº 746 em setembro de 2016, foram muitas as manifestações contrárias por parte de alguns setores da sociedade civil organizada como sindicatos, entidades, associações de pesquisa e organizações que lutam por uma educação de qualidade no Brasil, tal o caso do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio e os movimentos estudantis como o Movimento Secundaristas em Luta. Inclusive, se pronunciaram

²⁰ Como governador de Pernambuco ampliou o programa de escolas de tempo integral no Estado e atuou na expansão do Ensino Técnico, é a favor da alfabetização acelerada apresentando em 2013 o Projeto de Lei (PL) nº 6.275/2013 que visava estabelecer aos seis anos a idade máxima para alfabetização de alunos da rede pública de ensino. Foi coordenador do comitê *Impeachment Já*. (NOVA ESCOLA, 2016)

²¹ Exerceu esse mesmo cargo, em 2002, durante o governo FHC. Defensora da implementação de políticas meritocráticas ou de responsabilização na educação, isto é, pagamento de bonificação para escolas e professores de acordo com o cumprimento de metas de desempenho dos alunos, cujo conteúdo está alinhado aos projetos dos grupos privados. (PERONI, CAETANO E LIMA, 2017)

²² Atuou entre 1996 e 2002, no governo FHC (no Inep), tendo participado da criação e implementação do Enem e na SE do estado de São Paulo onde foi responsável pelas avaliações e bonificação aos professores. (PERONI, CAETANO E LIMA, 2017)

entidades associadas ao Governo como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal. Estas entidades se manifestaram diante a resolução, publicação e disseminação de cartas de repúdio e notas abertas, onde assumiram sua posição respeito as mudanças propostas.

A maioria das entidades concordam em que existe uma necessidade real em reformar o EM (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ANPED, Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, Fórum Nacional de Educação); mas, que a utilização de uma medida provisória para tratar um tema tão sensível e complexo representa um ato incompatível com um regime democrático (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão , ANPED, Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, Cenpec, CNTE, UBES, ANDES –SN, ABRAPEC, ALAB) desconhecendo não só os estudos e pesquisas sobre Educação Básica, Ensino Médio, formação técnico-profissional e as juventudes, produzidas pelas associações acadêmicas brasileiras ao longo das últimas décadas, senão também, ignorando as práticas, conhecimentos e experiências de professores e estudantes. (ANPED, UBES, Fórum Nacional de Educação, ABRAPEC, ALAB).

Somado a isso, afirmam que a MP fragiliza o princípio do Ensino Médio como direito de todo cidadão a uma formação plena para a cidadania e o trabalho, abre canais para a mercantilização da escola pública (ANPED, CNTE, ANDES –SN, ABRAPEC).

Outro ponto de atenção aborda a preocupação sobre a falta de indicações na proposta para sanar os déficits de aprendizagem dos estudantes que ingressam no Ensino Médio, e os desafios na articulação dos anos finais de Ensino Fundamental com a continuidade do Ensino Médio. (Cenpec)

Paralelamente a estas manifestações, diversas publicações acadêmicas em forma de artigos, dossiês e publicações em eventos se produziram e continuam sendo produzidos em torno à temática, alguns deles apontam que a reforma contraria a concepção de Educação Básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre os argumentos também é colocado que a reforma atende aos interesses do mercado de trabalho sob a influência de órgãos internacionais como o Banco Mundial, (ARAUJO e COSTA, 2016, BASTOS, 2016; FRIGOTTO, 2016; FERREIRA, 2017; FERRETI, RIBEIRO E SCHEIBE, 2017; GONÇALVES, 2017; SIMÕES, 2017; MOLL, 2017; AMARAL, 2017; LIMA, 2017), além de favorecer uma profissionalização compulsória (LINO, 2017). Somando a isso, consideram que a Reforma do Ensino Médio contribuirá para o aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que permitirá a coexistência de dois tipos de escola, uma atendendo a classe média/alta e outra escola para os pobres, este destinada para formação de mão de obra. (FRIGOTTO, 2016;

CUNHA, 2017; FERREIRA, 2017; LINO, 2017; KRAWCZYK E FERRETI, 2017; GONÇALVES, 2017; RIBEIRO E SCHEIBE, 2017; LINO, 2017)

Além destes pareceres, a Reforma do EM também é qualificada como produto de um golpe civil, jurídico e midiático, principalmente por ser imposta sob Medida Provisória.

Para entender melhor estas críticas, é importante retomar a concepção e função deste recurso jurídico-executivo. Segundo o Artigo 62 da Constituição da República uma Medida Provisória pode ser adotada pelo Presidente da República em caso de “relevância e urgência”, além disso expressa que as Medidas Provisórias têm força de lei ao tempo que determina que podem ser interditas no que se refere a:

I - relativa a:

- a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b) direito penal, processual penal e processual civil;
- c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;
- d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º²³;

II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. *(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)* (BRASIL, 1988, Art.62)

Além disso, este instrumento produz efeitos imediatos, mas depende da aprovação do Congresso Nacional para sua conversão em lei e tem um prazo de vigência de 60 dias prorrogáveis uma vez por igual período.

Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. Neste caso, a Câmara só pode votar alguns tipos de proposição em sessão extraordinária. (CAMARA DOS DEPUTADOS, S/D²⁴)

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPEd), quem forma parte do Movimento em Defesa do Ensino Médio, promulgou um dia depois da publicação da MP nº 746, uma Nota Pública intitulada “Medida Provisória do Ensino Médio; Autoritária na forma e equivocada em conteúdo”, com a qual concordamos e, onde asseguram que:

²³ Art. 167.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

²⁴ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>

É inegável a necessidade do debate sobre as melhores formas e conteúdos de enfrentamento das dificuldades históricas e estruturais desta etapa da Educação Básica. O que foi determinado pela MP não dialoga com os estudos e pesquisas sobre Educação Básica, Ensino Médio, formação técnico-profissional e as juventudes que os associados da ANPED e outras associações acadêmicas brasileiras realizaram ao longo das últimas décadas.

A MP parece desconhecer também que existe toda uma vida de práticas, conhecimentos e experiências de professores e estudantes e que esses são sujeitos de direitos e não apenas consumidores de políticas governamentais. (DIRETORIA DA ANPED, 2016, p.2)

Tais manifestações referem-se ao desconhecimento das ações que vinham sendo feitas por representantes de distintas organizações educativas, entre as que podemos citar: a ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação); CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação) e ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), entre outras.

Diante um contexto agitado com a publicação destas medidas – MP nº 746 e PEC nº 241 principalmente – começam a surgir protestas de grupos organizados da sociedade civil, entre elas, as ocupações. As ocupações de espaços públicos representaram um reflexo da inconformidade da população respeito à imposição de medidas autoritárias contra as conquistas sociais estabelecidas na CF de 1988.

Tecnicamente as ocupações de instituições secundaristas de ensino tinham começado em 2015, com a ocupação de centenas de escolas Ensino Médio e do Fundamental II da Rede Estadual de São Paulo, as quais entraram em luta contra a “Reorganização Escolar” imposta pelo governo estadual de Geraldo Alckmin.

Durante seis semanas, entre setembro e novembro de 2015, os alunos foram às ruas centenas de vezes para protestar contra as medidas da “reorganização”, às vezes com a participação de pais e professores. Pelos levantamentos realizados, que não foram exaustivos, houve mais de 163 protestos. Ocorreram manifestações em pelos menos 63 cidades do estado, com protagonismo intenso do interior e em todas as regiões da cidade de São Paulo. No final de novembro, a intensidade das ocupações aumentou e atingiu uma média de oito escolas ocupadas por dia. No total, mais de 200 escolas foram ocupadas durante o processo (CAMPOS; MEDEIROS e RIBEIRO, 2016 em MORAES E XIMENES, 2016, p. 1080)

Incentivados pelas ocupações de São Paulo, no primeiro semestre de 2016, estudantes, professores e Secretaria de Educação do Estado de Goiás, lutavam contra a gestão privatizada

das escolas proposta por Marconi Perillo²⁵ (PSDB). Por outro lado, No Rio de Janeiro, estudantes e professores lutavam contra os cortes do Luiz Fernando Pezão²⁶ (PMDB). No Ceará, o abandono da educação por parte do governo de Camilo Santana²⁷ (PT) foi o que incitou a revolta estudantil. No Rio Grande do Sul, educadores e estudantes lutaram juntos contra o governo Sartori (PMDB), e ocuparam mais de 150 escolas em defesa da educação pública.

Assim, quando promulgada a PEC nº 241, a MP nº 746 e o PL Escola sem Partido, começou uma nova onda de ocupações, originadas em outubro de 2016 no Paraná, rapidamente se estenderam pelo país inteiro.

O que todas estas experiências -em distintos estados- tiveram em comum, além da mostra da displicência por parte dos Governos Estaduais respeito à manutenção da educação foram os ataques –muitas vezes fazendo uso da violência- para desarticular os movimentos, assim como, o papel da mídia, em minimizar a importância da luta empreendida e de qualificar as ações de estudantes e professores como criminosas.

Apesar do ambiente de protestos e ocupações estudantis em 19 estados, se manifestando contra as políticas adotadas pela administração Temer, o Congresso instalou no dia 19 de outubro, uma Comissão Mista destinada a apreciar a medida provisória. O texto recebeu 568 emendas e sofreu duas ações contrárias à sua tramitação no Supremo Tribunal Federal.

No entanto, a MP nº 746 começou a ser discutida pela Comissão mista no dia 1º de novembro, em audiência pública com representantes do governo e profissionais da Educação. O senador Pedro Chaves (PSC-MS), escolhido como relator do texto, afirmou que se realizariam duas audiências públicas por semana, durante o mês de novembro, contabilizando, portanto, 8 audiências públicas em total.

Nas audiências públicas foram convidados para apresentar suas posições e argumentos em defesa ou em contra da proposta os representantes do Governo (MEC, CNE, INEP, Secretários de Educação), representantes do empresariado ou entidades relacionadas com os interesses liberais (Instituto Unibanco, Universidade Estácio de Sá, Unicesumar, Mozart Neves Ramos – Ayrton Senna, Movimento Todos pela Educação, Simon Schwartzman – Instituto Millenium), também contaram com a presença de representantes de movimentos em

²⁵ Governador de Goiás quatro mandatos (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e de 2015 até 2018). Em outubro de 2018 foi preso, acusado pelo Ministério Público Federal de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

²⁶ Governador de Rio de Janeiro no período de 2015 a 2019. Pezão foi preso pela Polícia Federal na manhã de 29 de novembro de 2018 alvo da Operação Lava Jato, razão pela qual o vice-governador assumiu o governo interinamente.

²⁷ Governador de Ceará nos períodos 2015-2019, reeleito para o mandato 2019-2023.

defesa da educação pública como o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representantes de movimentos estudantis (União Nacional dos Estudantes e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) entre outros, a lista completa dos convidados pode ser conferida no Apêndice 1 desta dissertação. Nas audiências públicas ficou evidenciada a disputa hegemônica pelo projeto formativo da juventude brasileira, a vitória do empresariado ficou visível no documento final: uma reforma que defende uma visão economicista e pragmática do ensino contra uma proposta do Ensino Médio como direito.

No dia 30 de novembro, a comissão mista aprovou o parecer do senador Pedro Chaves (PSC-MS) sobre a MP nº 746 com 16 votos e 5 em contra. Já o 7 de dezembro, o texto-base foi aprovado em plenário por 263 votos favoráveis contra 103 – e três abstenções. (DRECHSEL, 2016). Deste modo, a Medida Provisória nº 746 publicada o 22 de setembro de 2016, tornou-se na Lei nº 13.415/2017 o 16 de fevereiro do 2017, 147 dias depois da sua publicação.

Para abordar de forma mais integral as mudanças que implica a Lei nº 13.415/2017 para a Educação Média brasileira, a continuação apresentamos uma análise sobre o conteúdo da proposta e as alterações na LDB relacionadas à reorganização da estrutura curricular incluindo a ampliação do turno integral, as parcerias com o setor privado, mesmas que também estão relacionadas com a formação docente e o financiamento do EM com as alterações que a Lei nº 13.415 de 2017 faz no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

3.4 Alterações na LDB: reorganização da estrutura curricular

Ao analisar o texto da Lei nº 13.415/2017, é possível deduzir um movimento em direção a uma proposta de formação mais delimitada, contrariando o entendimento de educação no seu sentido mais amplo, promovido pela LDB de 1996, que segundo Carneiro:

O termo educação tem um sentido abrangente. Fala-se em educação formal, educação não-formal, educação continuada, educação à distância, educação ambiental, educação sexual, etc. Sob o ponto de vista legal, educação tem, quase sempre, sentido limitado. Na legislação anterior²⁸, por exemplo, era sinônimo de ensino, seja de ensino regular, seja de ensino supletivo. Portanto referia-se, sempre à educação formal. Embora a lei estatuisse que poderia ser dada no lar e na escola, de fato, a ação educativa verdadeiramente “certificada” pelos cânones legais era aquela encorpada na modalidade ensino. (1998, p.31)

²⁸ Refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (Lei nº 5.692/71)

Embora a Lei nº 13.415/2017 proponha, inicialmente, que os currículos considerem a formação integral do aluno, determinados conhecimentos científicos permanecem mais valorizados do que outros, havendo, com isso, maior ênfase em determinadas áreas.

As disciplinas que se mantem privilegiadas por considerar-se obrigatórias segundo a Lei nº 13.415/2017 são Matemática e Língua Portuguesa, o restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, ficando a critério dos Sistemas de Ensino a organização de seus currículos considerando as características particulares de seu entorno, os itinerários formativos e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC do Ensino Médio foi aprovada em dezembro de 2018, sob intensos protesto e manifestações contrárias de professores, que conseguiram inclusive cancelar algumas das cinco audiências públicas previstas pelo CNE entre maio e agosto de 2018.

Em relação à BNCC surgem várias questões que tentaremos responder, entre elas: o que é a BNCC? Sob quais pressupostos legais e pedagógicos está embasada? Quais concepções de ensino, de aprendizagem, de formação a suportam? Por que a necessidade de uma BNCC se já se tem diretrizes curriculares de EM?

Então, a noção da Base Nacional Comum Curricular surge com a MP nº 746 convertida na Lei nº 13.415/17. Ela prevê que os currículos de Educação Básica estejam compostos por uma Base Nacional Comum para os estudantes do país todo e, no Ensino Médio além da Base, por itinerários formativos, que detalharemos mais adiante.

Na redação original da LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9, já rezava que cabe à União:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996)

Razão pela qual em 1998, aprovaram os Parâmetros Curriculares e as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estes documentos pregavam um ensino baseado em competências e nas pedagogias do “Aprender a aprender” promovidas pela UNESCO na década de 1990.

No entanto, em 2012 as DCNEM foram atualizadas, portanto, no momento da aprovação da reforma ao Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), o país contava com Diretrizes Gerais da Educação Básica, assim como Diretrizes para cada etapa: Educação Infantil, Fundamental e Médio. As DCNEM/2012 representaram um importante avanço para o EM,

especialmente no que se refere a sua identidade definida pela “superação do dualismo entre propedêutico e profissional” (BRASIL, 2013, p. 171).

O Documento das Diretrizes acentuou a importância da configuração de um modelo que ganhe uma identidade unitária para esta etapa e que assuma formas diversas e contextualizadas da realidade brasileira, tomando em contas as diferentes juventudes e as dimensões de formação humana, entendidas como a inter-relação do **trabalho** no seu sentido ontológico como princípio educativo, da **ciência e pesquisa** como princípio pedagógico, **tecnologia** e da **cultura**.

Estas Diretrizes orientam-se no sentido do oferecimento de uma formação humana integral, evitando a orientação limitada da preparação para o vestibular e patrocinando um sonho de futuro para todos os estudantes do Ensino Médio. Esta orientação visa à construção de um Ensino Médio que apresente uma unidade e que possa atender a diversidade mediante o oferecimento de diferentes formas de organização curricular, o fortalecimento do projeto político pedagógico e a criação das condições para a necessária discussão sobre a organização do trabalho pedagógico. (BRASIL, 2013, p. 155)

Eis, a pergunta por que há necessidade de um novo documento para dirigir a Educação Básica no país, principalmente porque a BNCC começou a ser tramitada em 2014, somente dois anos depois da aprovação das DCNEM/2012? A resposta possivelmente seja porque as DCNEM/2012 não conversavam com as propostas do “Novo Ensino Médio”, que volta as concepções pedagógicas baseadas em competências das DCNEM/1998 e atendem aos interesses empresariais de preparação de mão de obra barata.

Em vista disso, as últimas ações do Governo Temer, foi a aprovação acelerada da “Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017”, através da Resolução CNE/CEB nº 03/2018 em novembro de 2018 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com 18 votos a favor e duas abstenções (RESOLUÇÃO Nº 4, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018).

A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental já havia sido homologada desde dezembro de 2017 pelo Ministro de Estado da Educação Mendonça Filho. Esta ação representa uma evidente desarticulação entre as etapas da Educação Básica, principalmente no que se refere ao Ensino Médio, pois, além do fato de propor um ensino fragmentado para o EM, tanto o documento de BNCC proposto inicialmente, quanto a versão final homologada pelo CNE mostra características no conteúdo e na estrutura, completamente diferentes da Base Curricular de Ensino Fundamental, a que se caracteriza por um forte tecnicismo e sobrecarga de conteúdo ao contrário da BNCC de EM que é marcada por um profundo esvaziamento curricular.

Continuando com a discussão das disciplinas consideradas suplementares, tal é o caso das disciplinas de Educação Física e Arte, contempladas como obrigatórias na redação original da LDB de 1996, de acordo com o Art. 26 da Lei nº 9.394/1996:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular **obrigatório da Educação Básica**, sendo sua prática facultativa ao aluno:
 I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
 II – maior de trinta anos de idade;
 III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
 IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
 V – (vetado);
 VI – que tenha prole. (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003. Grifos nossos).

A Lei nº 13.415/2017 altera este artigo, rezando que a educação física é obrigatória para o Ensino Infantil e Fundamental, olhando o Ensino Médio como uma etapa isolada da Educação Básica. A mesma dinâmica aconteceu com o ensino das artes, que no Art.26 – § 2º da LDB (Redação dada pela Lei nº12.287, de 2010), era constituído como um componente curricular obrigatório dos níveis de Educação Básica, mas na Medida Provisória nº 746/2016 a obrigatoriedade foi limitada aos níveis de Educação Infantil e Fundamental, logo na redação final da Lei nº13.415 se estabeleceu como **componente curricular**, ficando assim sua redação:

Capítulo II – Educação Básica

Art. 26 – § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da Educação Básica. (BRASIL, 2017)

No caso das línguas estrangeiras podemos observar que foi limitada a liberdade de escolha das comunidades outorgada em 1996 para a imposição do ensino de língua inglesa. Considerando importante tomar em conta que Brasil é um país diverso e com múltiplas realidades, e que além disso, geograficamente está inserido em um contexto latino-americano hispano falante, razão pela qual resulta útil o ensino de espanhol como vinha sendo feito antes da implementação desta disposição legal. Para maior clareza segui a redação do Art. 26 – § 5º da LDB 1996 que trata das Línguas Estrangeiras:

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (Lei nº 9.394/1996)

O Artigo anterior foi totalmente reformulado pela MP nº 746/2016, estabelecendo que “No currículo do ensino fundamental, será ofertada a língua inglesa a partir do sexto ano” (BRASIL, 2016). Na redação final da Lei nº 13.415, se manteve a mesma disposição; na análise deste artigo é possível observar uma ambiguidade na composição dele, já que estabelece o ensino de língua inglesa para o Ensino Fundamental, podendo-se interpretar como facultativo até o final dessa etapa do ensino, sem atingir o Ensino Médio; além disso, não explicita sua obrigatoriedade como na redação anterior mesma que garantia a oferta de uma língua estrangeira desde o quinto ano (quinta série na redação da Lei).

No que se refere à Seção IV do Ensino Médio, a LDB teve as maiores alterações, observando que este artigo não foi reformulado na MP nº 746, todas as alterações tiveram lugar pela Lei nº 13.415, de 2017. O conteúdo do Artigo 35 que conceitua ao Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, se manteve intacto; o artigo em menção também estabelece as IV finalidades desta etapa de ensino, nestes itens a Lei define claramente que o EM: i) consolida conhecimentos anteriormente adquiridos, ii) prepara o cidadão produtivo, iii) implementa a autonomia intelectual e a formação ética; e, iv) contextualiza os conhecimentos.

Na LDB foi incluído um novo artigo 35-A que vincula a BNCC aos direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio. Este novo artigo está composto por 8 parágrafos nos seguintes termos:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26²⁹, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º Os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2017)

²⁹ Estabelece que as etapas da Educação Básica devem ter uma base nacional comum e uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Na análise deste artigo e seus primeiros quatro parágrafos é possível vislumbrar algumas observações como o fato que a parte diversificada dos currículos do EM vai ser definida a critério dos sistemas de ensino, enquanto a BNCC terá obrigatoriamente **estudos e práticas** de educação física, arte, sociologia e filosofia, o anterior é uma notável contradição ao o estipulado no Art. 26, parágrafos 2º e 3º, respeito à obrigatoriedade do estudo das artes e educação física é limitado à Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Enquanto ao ensino da língua portuguesa e da matemática de forma obrigatória nos três anos do Ensino Médio, alguns autores identificam uma dinâmica baseada na produção de mão de obra para alimentar os sistema produtivo capitalista, assim como a influência de organizações internacionais como o Banco Mundial, que trabalha sob a premissa da incorporação da educação à ideologia da globalização, como estratégia do capital para, por meio de seus organismos interestatais operar as ações dos modos de produção e assegurar a reprodução do sistema capitalista nos países periféricos. (BASTOS, 2016). Na mesma linha de pensamento Silva e Ferreti, estabelecem a hipótese que na formulação da MP nº 746:

Foram acatadas as sugestões dos intelectuais orgânicos à construção de uma ordem social articulada aos interesses dos grupos que foram favorecidos pelo *impeachment* e que hoje ocupam os órgãos e as instâncias de poder. Nesse sentido, esses intelectuais e suas proposições são considerados como partes constitutivas da disputa por hegemonia. (2017, p.393 grifos no original)

Por outro lado, o Governo Federal ao apresentar a exposição de motivos e as justificativas para a proposta de reforma curricular enfocam em torno de quatro situações, respaldadas em estudos de várias organizações algumas delas de caráter internacional como o Programa Internacional de Avaliação de alunos:

O baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular com trajetória única para o conjunto de estudantes, cuja carga compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e que seria a responsável pelo desinteresse e fraco desempenho; a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); o fato de que menos de 17% dos alunos que concluem o Ensino Médio acessam a educação superior, e que cerca de 10% das matrículas estão na educação profissional como justificativa para a introdução do itinerário “formação técnica e profissional”. (SILVA e FERRETI, 2017, p.393-394)

O fraco desempenho dos estudantes é o principal motor das mudanças, segundo o Governo, portanto a publicidade para obter a aprovação da reforma por parte dos jovens do país

está orientada nessa linha de pensamento, argumentando que a partir da sua aplicação eles terão a liberdade de escolha no currículo, mesmo que vai permitir-lhes se desenvolver na área (itinerário formativo) de seu agrado e maior potencialidade. Para a Professora Jaqueline Moll a chamada liberdade de escolha vai se materializar em opções disponíveis, já que a mesma Lei, estipula que a oferta dos itinerários formativos estará na disposição dos sistemas de ensino e das características do contexto, somado a isso as DCNEM/2018 estabelecem a garantia de oferta de mais de um itinerário formativo por município, o que se traduz na oferta de pelo menos dois, situação que reduz consideravelmente a “possibilidade de escolha” pregada pelo Governo. Continuando o estudo do Art. 35, Lei, nº 13.415/2017, do 5º ao 7º parágrafo:

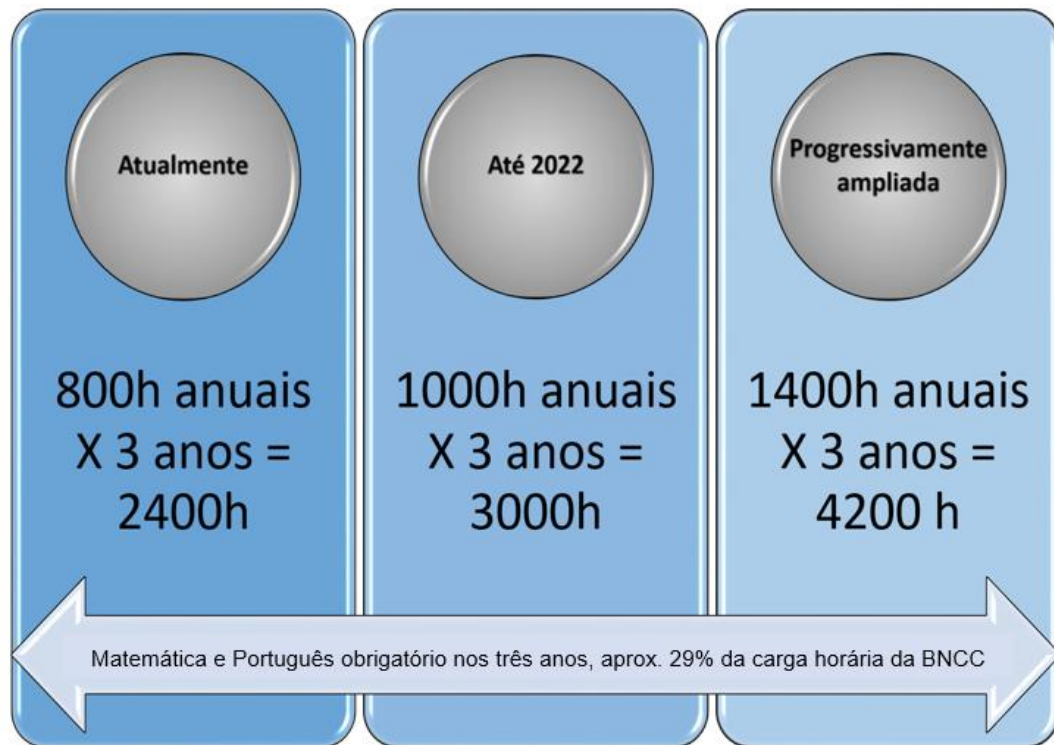
§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do Ensino Médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o Ensino Médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017)

No que se refere ao aumento da carga horária, as DCNEM/2018 regulamentam no Capítulo II das Formas de oferta e organização que o Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar; além disso, estabelece como apresentando na Figura 9, que no Ensino Médio diurno, a **duração mínima é de 3 (três) anos**, com **carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas**, tendo como referência uma carga horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos **200 (duzentos) dias** de efetivo trabalho escolar; que a carga horária total deve ser **ampliada para 3.000 (três mil) horas** até o início do ano letivo de 2022 e **ampliada progressivamente para 1.400 horas** anuais. (BRASIL, 2018. Grifos nossos)

Figura 7 Evolução da carga horária do Ensino Médio



Fonte: elaboração da autora.

Segundo um relatório elaborado pelo Instituto Unibanco, em 2016, a carga horária de Língua Portuguesa era de 404 horas e a de Matemática de 368 horas nos três anos de Ensino Médio, o que corresponde ao 15% e 14% da carga horária total respectivamente (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Sendo que a Lei determina estas duas disciplinas como obrigatórias nos três anos de EM além da obrigatoriedade da oferta da Língua inglesa³⁰ e que a carga horária da **BNCC não poderá superar as mil e oitocentas horas (1.800h)**, portanto, dessas 1800h estabelecidas para o ensino dos conhecimentos base para todos os jovens brasileiros, eles terão 522 horas para o ensino exclusivo de português e matemática, restando assim 1.279 horas para contemplar todos os demais componentes curriculares da BNCC.

Outra questão de importante destaque, se refere as atividades realizadas pelos estudantes como parte da carga horária do Ensino Médio, segundo as DCNEM/2018 podem considerar-se as aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, **participação em trabalhos voluntários** e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes;

³⁰ A lei estabelece o inglês como um estudo obrigatório, mas não regulamenta de que forma será ofertado, portanto, não se pode determinar a carga horária.

assim como podem ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino.

Segundo o numeral XV do Art. 17 das Diretrizes as atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% da carga horária total no EM regular, até 30% no Ensino Médio noturno e 80% na modalidade de educação de jovens e adultos; podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte pedagógico e tecnológico – digital ou não. (BRASIL, 2018)

Em outras palavras, a Lei por um lado aumenta a carga horária, mas, por outro institui uma alta percentagem para que essa carga horária seja efetivada a distância, e ainda mais agravante, possivelmente ofertada por instituições parceiras privadas ou não.

No quesito da ampliação da carga horária, ela constitui ainda uma questão não regulamentada, pois, embora com a Lei nº 13.415 foi instituída uma Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, não se garante sua permanência por ser uma política de caráter pendurado a lei, que prevê o perpasso de recursos pelo prazo de 10 anos, quer dizer, que depois deste prazo as escolas têm que dar manutenção ao programa por se mesmas.

Outro aspecto de oportuna sinalização respeito à carga horária, é a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, o qual por se só não representa um indicador proporcional a qualidade educativa, nesse processo estão envolvidas diversas variáveis relacionadas principalmente ao financiamento da educação, a contratação de professores, ao acondicionamento dos centros educativos com laboratórios, áreas de refeições, assim como áreas de práticas físicas, esportivas e culturais, além disso:

Sem a perspectiva de formação humana integral, claramente explicitada na flexibilização curricular, que retira áreas importantes do currículo obrigatório, a mera ampliação do tempo não configurará a perspectiva de escolas de tempo e formação humana integral.

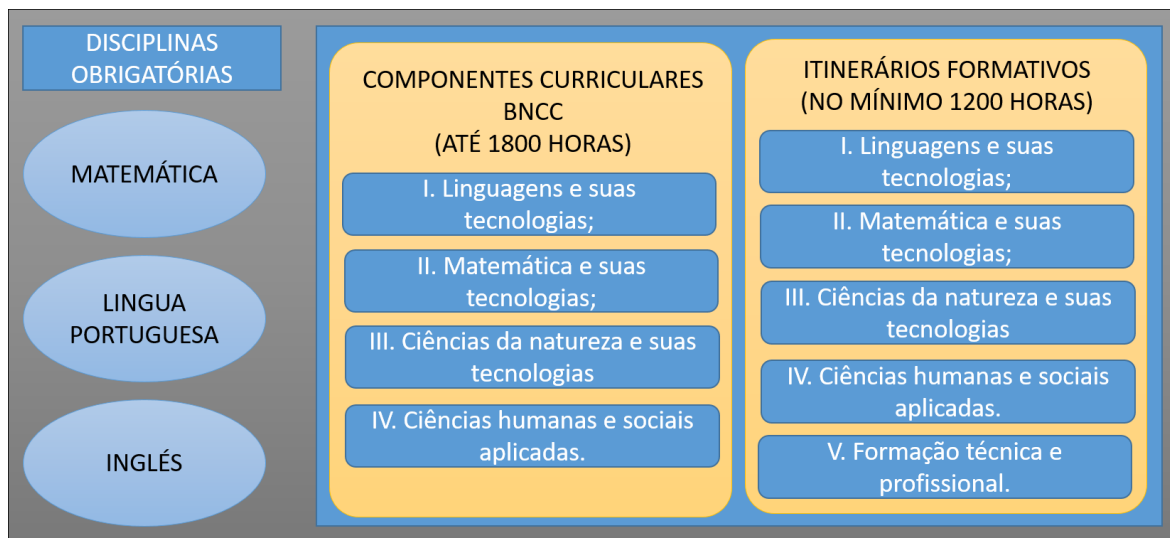
Alongar a régua do tempo para ampliação da jornada escolar, sem redimensioná-la, não muda efetivamente os resultados do processo educativo, nem tampouco garante a permanência dos estudantes nos bancos escolares. (MOLL, 2017, p. 70)

Seguindo a sequência da lei, o Artigo 36 aborda os itinerários formativos a luz das diretrizes ou linhas de procedimento, é importante destacar que a leitura deste artigo deve estar articulada com os artigos 24 e 25, que abordam a configuração do Ensino Médio (Figura 10):

Art. 36. O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - Formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Figura 8 Distribuição da Carga Horária – Ensino Médio Diurno



Fonte: Elaboração da autora.

À primeira vista, têm-se a impressão de que, dados os itinerários e a ampliação do tempo integral, as possibilidades e caminhos foram ampliados, havendo a abrangência proposta inicialmente pela LDB³¹, favorecendo também a autonomia do aluno para escolher sua formação. Contudo, essa percepção de valorização integral se corrompe ao observarmos o §8 do Art. 35-A da Lei nº 13.415/2017, no qual discrimina-se quais as expectativas que o aluno do Ensino Médio deve cumprir para que seja considerado “integralmente formado”:

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

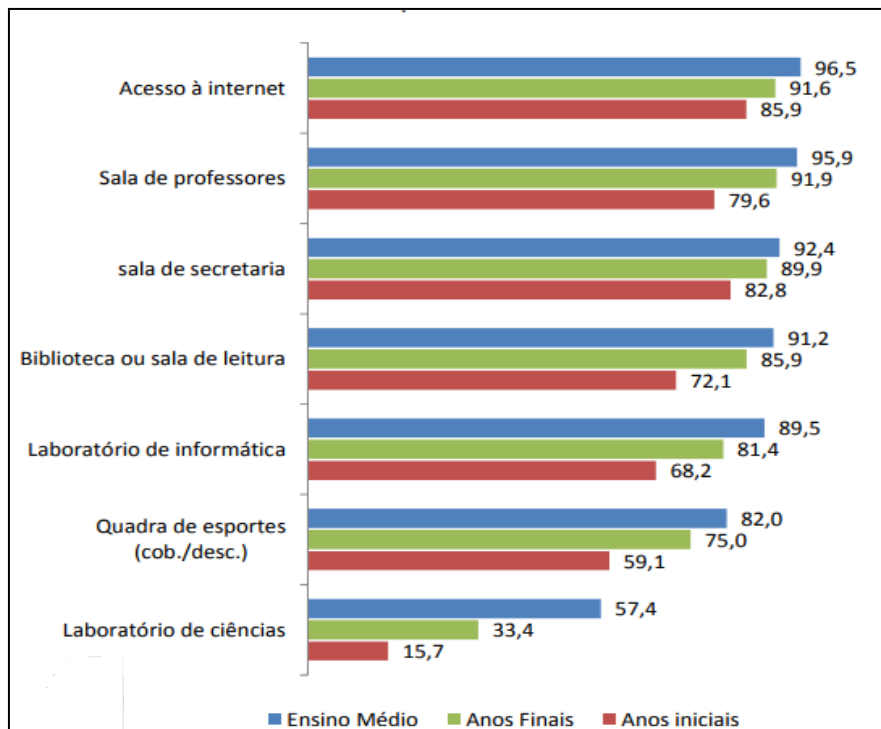
- I – Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II – Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2017).

³¹ Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 1996)

Em outras palavras o não cumprimento das seguintes disposições (realização de provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line) poderia ser identificada como uma formação carente e incompleta, situação que resulta intrigante principalmente no que se refere à capacidade de bens adquiridos, a continuação se apresenta o gráfico 2, que compara os anos iniciais, finais de Ensino Fundamental e o Ensino Médio em relação aos recursos disponíveis na escola:

Gráfico 2 Percentual dos anos iniciais, dos anos finais e do Ensino Médio por recurso disponível na escola – Brasil 2016



Fonte: Censo Escolar 2016, INEP.

Embora a percentagem de escolas que contam com acesso a recursos educativos seja consideravelmente alta (96% de acesso à internet, 89,5% laboratório de informática, 91,2% a biblioteca) isto não significa que os alunos têm acesso a esses recursos. Pois, na maioria de escolas públicas de EM carece de atualização ou manutenção do equipamento; tal o caso da escola Augusto Duprat, lócus desta pesquisa.

Ao relacionar os parágrafos 7º e 8º do Art. 35-A da lei, observamos uma aparente contradição, já que este expõe que a formação do aluno deve ser integral, mas ao final do Ensino Médio o aluno deve apenas mostrar-se apto em determinadas áreas, em detrimento das demais.

Sem ser a primeira vez que os interesses políticos e pessoais dos “tomadores de decisões” são anteposto ao bem-estar da população, fazendo um breve histórico por distintos

momentos ao longo da educação brasileira notamos que esta etapa de ensino tem sido marcada por distintos interesses, passando de ser exclusiva para a elite na época da colônia portuguesa, profissionalizante durante a ditadura militar servindo aos interesses capitalistas, de formação mais humanística a partir de 1996 com a LDB e atualmente voltando de novo para um ensino mercantilista e profissionalizante.

Na redação original da LDB o artigo 36 pregava por um modelo de currículo adequado aos novos conteúdos tecnológicos e não apenas nos processos produtivos tradicionais, além disso, introduziu diretrizes destacando a educação tecnológica, compreensão do significado da ciência, arte, processos históricos, sociais e culturais, ou seja, patrocinava uma educação que estimulasse o pensamento crítico dos estudantes, além de uma profunda articulação com o Ensino Fundamental, evitando-se a descontinuidade da aprendizagem, (CARNEIRO, 1998). Sendo assim como ficou a antiga redação, agora revogada:

Art. 36. O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008) (BRASIL, 1996)

Os parágrafos existentes neste artigo foram todos modificados e outros foram acrescentados, o § 1º tinha a seguinte redação:

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de

Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008). (BRASIL, 1996).

De acordo com a Lei em vigência este paragrafo passa a vigorar da seguinte maneira:

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

I – (Revogado);

II – (Revogado).

Deixar a critério de cada sistemas de ensino a organização dos itinerários formativos é uma faca de dois gumes, por um lado atende as demandas e condições sociais, culturais, ambientais e produtivas de cada região, mas pelo outro lado atenta conta o princípio de liberdade de escolha que está sendo pregado pelo Governo, principalmente no que se refere ao Itinerário Formativo IV sobre a formação técnica e profissional, já que para mantê-la é preciso de um forte investimento em corpo docente qualificado e infraestrutura adequada.

Sem estas condições a formação técnica profissionalizante ficaria num estado de fraqueza semelhante ao da década de 1970, durante a ditadura militar, onde a realidade das escolas de 2º Grau ficou com as mesmas características anteriores. Contribuindo para que as escolas de 2º grau estaduais, da rede pública, decaíram na qualidade, por não terem sido alcançadas pelo Estado ditatorial com o incremento de verbas. Ao contrário, o Estado afastou-se do Ensino Fundamental e do ensino de 2º grau quanto ao seu financiamento e melhoria de suas condições gerais de funcionamento ao direcionar-se para o sistema privado, visando evidenciá-lo e de forma sutil, reforçá-lo. (ALVES, 2010).

3.5 Financiamento da Educação e as parcerias público-privadas

Outro aspecto para estudo tem a ver com o financiamento da educação; na LDB, o financiamento da educação é abordado no Título VII, “Dos Recursos Financeiros”, compreendendo os Artigos 68 a 77. Esta seção discute brevemente sobre as fontes e a vinculação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento da educação no Brasil. O artigo 68 especifica as fontes de recurso para a educação:

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:
I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
III - receita do salário-educação³² e de outras contribuições sociais;
IV - receita de incentivos fiscais;
V - outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996)

Em 1996 foi criado o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996) no âmbito dos Estados e do Distrito

³² Segundo o Art. 212, parágrafo 5º da Constituição Federal, o salário-educação é uma contribuição social devida pelas empresas à educação.

Federal, este foi responsável pela redistribuição dos recursos federais, estaduais e municipais destinados ao Ensino Fundamental (antigo 1º grau) partilhando-os automaticamente entre os Governos Estaduais e Governos Municipais de acordo com o número de alunos matriculados em cada região de ensino. O Fundef foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar (MENEZES, 2001). EM 2006 O FUNDEF deixou de vigorar para dar passo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, a principal modificação é referida à distribuição dos recursos proporcionalmente pelo número de matrículas no **ensino básico**, é dizer, desde a educação infantil até o Ensino Médio, e não somente no Ensino Fundamental, como no FUNDEF.

A Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 faz uma alteração no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com a finalidade de aumentar o investimento na modalidade técnica e profissional do Ensino Médio, em consonância com as diretrizes de organização estabelecidas no artigo 36 da LDB (BRASIL, 1996). Além disso, os recursos do FUNDEB podem se dirigir para qualquer outra instituição, incluindo-se privadas, desde que autorizada a atuar no Ensino Médio público pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), disposição também estabelecida na nova redação da LDB (Artigo 36, parágrafo 8). A última alteração referida ao financiamento da educação, encontrasse no Artigo 13 da Lei nº 13.415, onde é instituída no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; como já foi dito, esta política prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do Ensino Médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, o chamado compromisso segundo a Lei deve conter:

- I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
- II - metas quantitativas;
- III - cronograma de execução físico-financeira;
- IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas. (BRASIL, 2017)

Isto quer dizer que, somente poderão acessar os recursos financeiros da Política de Fomento aquelas escolas que tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral a partir do dia 16 de fevereiro de 2017 e que possuam atualizado o projeto político-pedagógico conforme determina o art. 36 da LDB sobre as mudanças curriculares, também é determinado

no Art. 14 que será dada prioridade às regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do Ensino Médio. A pergunta que fica no ar é: o MEC terá disponibilidade financeira para transferir recursos necessários para desenvolver as ações de implantação e atendimento em tempo integral das escolas de Ensino Médio, seguindo as diretrizes estabelecidas pela reforma?

Além do exposto anteriormente, o Artigo 36 declara a disposição dos sistemas de ensino, possibilitar ao alunos concluintes cursar mais um itinerário formativo, de acordo com as vagas na rede, também deixa a critério dos sistemas de ensino a oferta de formação técnica e profissional, estabelecendo no § 8º que para as escolas ofertar este tipo de formação seja na própria instituição ou em **parceria com outras instituições**, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino. Além disso, a formação em menção deverá considerar vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou ambientes de simulação e a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade, este tipo de modalidade é atribuído no parágrafo 10 do Art. 36, nos seguintes termos:

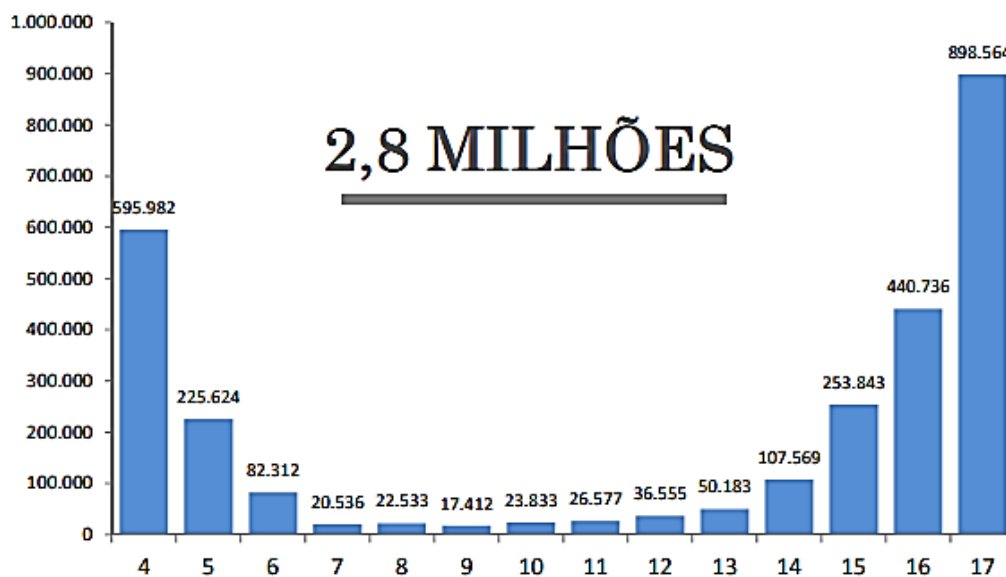
§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o Ensino Médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica. (BRASIL, 2017).

A concessão de certificados de qualificação sem ter finalizado os estudos do EM poderia implicar a possibilidade de eles não concluírem o EM, e conseqüentemente não reduzir os altos índices de jovens que estão fora da escola e os que precocemente são inseridos no mundo do trabalho, seja como aprendizes ou mão de obra barata.

Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2015 o 43,7% dos jovens brasileiros em faixa etária escolar declararam exercer algum tipo de trabalho remunerado em suas rotinas cotidianas, muitos deles desertando dos sistemas de ensino.

O gráfico a seguir apresenta a população na faixa etária de 4 a 17 anos que não frequenta a escola, podemos observar uma tendência em curva ascendente, onde a partir dos sete (7) anos de idade a porcentagem de crianças e jovens fora da escola apresenta um crescente, situação que é abruptamente agravada a partir dos quinze anos (253.843), com um aumento de mais do 50% em relação aos jovens de 14 anos (107.569).

Gráfico 3 População de 4 a 17 anos que não frequenta escola – Brasil 2015



Fonte: Pnad - 2015 em Censo Escolar, 2016

Respeito ao § 6º, inciso I, sobre a incorporação de experiências de trabalho no setor produtivo na trajetória escolar Jaqueline Moll expressa:

Outro aspecto peculiar e preocupante diz respeito a *inclusão da experiência de trabalho no setor produtivo* como parte do tempo educativo e do currículo escolar. A rigor, as experiências de inserção dos jovens pobres em atividades produtivas não têm respondido a demandas formativas, pois, se assim fosse, todos os jovens, independentemente de classe social, deveriam ter essa inserção como parte de sua trajetória escolar. Corre-se o risco de que a referida inclusão diminua, ainda mais, o tempo de escola, pois, dificilmente, com a inexistência de uma intencionalidade na articulação da experiência de escola e trabalho, os saberes laborais comporão os projetos pedagógicos das escolas. (2017, p. 70).

A formação técnica no Ensino Médio é uma modalidade de ensino que historicamente tem sido objeto de controvérsias e disputas, a cada novo governo mudam as políticas destinadas a formação profissionalizante sobre tudo no que respeita às orientações políticas divergentes. No último ano a demanda da educação profissional cresceu na rede pública, segundo o Censo (2016) a matrícula na educação profissional cresceu 5,1% no último ano, porém no mesmo período a da rede privada caiu 12,6%. Totalizando 1.9 milhão de matrículas nas duas redes, isso equivale ao 23% dos estudantes do Ensino Médio, das quais o 41% pertence à rede privada; reforçando estas estatísticas em pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), afirma-se que o jovem brasileiro tem a seguinte perspectiva sobre o ensino técnico no país:

Para 49,9%, ele é considerado bom ou ótimo. Outros 33,1% consideraram essa modalidade regular, ruim ou péssima.

Além disso, 76,1% dos jovens entrevistados consideraram o ensino técnico importante para conseguir o primeiro emprego e 79,5% afirmaram que ele é muito importante para o futuro profissional. (SENAI, 2016. S/P)

É pertinente ressaltar que o SENAI, é uma instituição de ensino técnico que pertence ao chamado Sistema S. Segundo acordo realizado no ano 2008, pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, este sistema passou a estar inserido no conjunto de iniciativas do Ministério da Educação para a educação profissional e tecnológica (Ministério de Educação³³, S/D). Esta instituição junto com outras nove, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), só por citar algumas delas, vão-se beneficiar economicamente com o perpasso de fundos públicos para instituições privadas que ofereçam ensino técnico.

No que se refere ao ensino técnico profissionalizante, a LDB não possuía uma seção dedicada exclusivamente para esta modalidade de ensino, foi a partir da alterações incluídas pela Lei nº 11.741, de 2008, que a Seção V-A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, passa a vigorar com disposições como a ratificação da preparação geral para o trabalho e a habilitação profissional a ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de Ensino Médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional, disposição já estabelecida na Lei nº 9.394/1996. Além disso, dispor de duas formas de desenvolver a mesma, a primeira delas articulada com o Ensino Médio e a segunda subsequente, que são cursos destinados a quem já concluíram o Ensino Médio. Quando a educação profissional técnica estiver articulada com o Ensino Médio, pode ser feita das seguintes formas:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

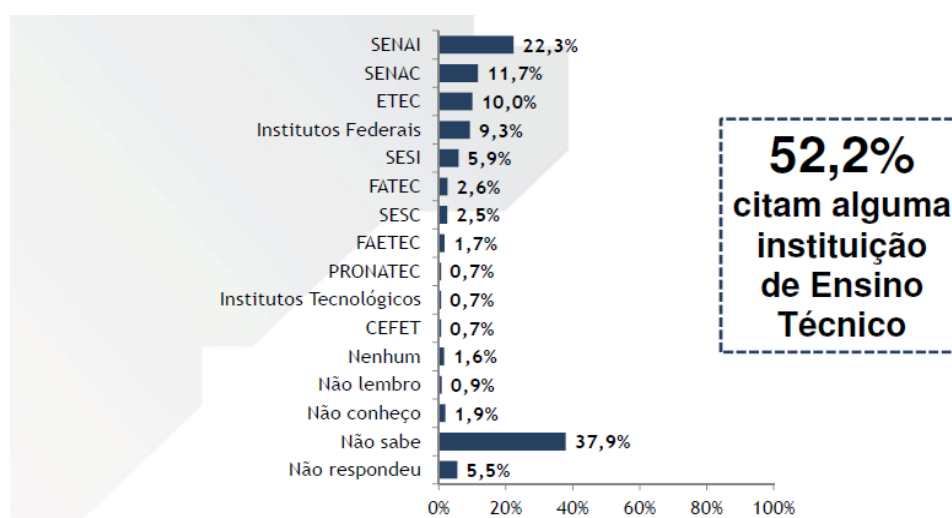
c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

(BRASIL, 2008)

³³ . Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32261> Acesso em 24 de abril de 2018.

Logo após as alterações legislativas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou no dia 16 de julho de 2008 o Projeto de Lei nº 3775/2008 que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. Além destes institutos atualmente funcionam outras instituições em qualidade de convênios de intercomplementaridade habilitadas pela Lei, entre as mais populares pelos estudantes segundo pesquisa do SENAI, é possível citar:

Gráfico 4 Instituições de Ensino Técnico populares entre os estudantes



Pergunta: Na sua opinião, quais são as principais Instituições de Ensino Técnico no Brasil? (Estimulada e única)

Fonte: dados obtidos de pesquisa do SENAI, 2016

Convém destacar que, o 37,9 % dos estudantes entrevistados³⁴ afirmam não conhecer nenhuma instituição de ensino técnico, isto possivelmente devido aos dados que apontam que 80,2% deles não fizeram nem estão fazendo algum curso técnico, para finalizar é importante destacar que desses estudantes que não fizeram curso técnico 50,9% dizem pretendem fazer algum curso de ensino técnico.

Outro assunto de importante ênfase é a formação de professores como um aspecto medular do sistema educativo, legalmente esta formação está orientada para os profissionais da educação, ou seja, abrange não somente os professores de sala de aula, senão também, os administradores escolares, planejadores da educação, supervisores de ensino e orientadores educacionais, conforme realizam-se alterações legislativas a formação de professores evoluiu, com ações materializadas nos planos e projetos propostos pelo MEC, a esse respeito Carneiro expõe que:

³⁴ Foram entrevistados 2.002 jovens, com idade entre 13 e 18 anos.

O ideal é que se tenham docentes com formação avançada para atuar num nível de educação onde são definidos os valores e as condições básicas para o aluno apreender o conhecimento mínimo e laborar a visão estratégica imprescindível a compreender o mundo, intervir na realidade e agir como sujeito crítico (1998, p. 150)

Seguindo esta linha do pensamento, convém destacar que o notório saber estipulado em Lei nº 13.415, coloca em risco não só a valorização da carreira docente, senão também a formação integral do aluno, isto porque a questão pedagógica está sendo vista como um assunto menor, privilegiando ao domínio de conteúdo, sob o pressuposto que para ensinar basta saber ou ter conhecimento em determinada área de estudo. O notório saber é um termo utilizado para qualificar, neste caso, uma pessoa ou profissional que não realizou estudos de licenciatura numa área que faculte para o ensino, e que por isto mesmo, não possui um título de licenciado, mas possui conhecimentos equivalentes.

Portanto, cada sistema de ensino poderá reconhecer diferentes profissionais para ministrar os conteúdos referentes à área técnica e profissional do Ensino Médio, sem exigência de uma formação em licenciatura; esta faculdade é exclusiva para profissionais que atuem nesta modalidade de ensino, como é expressado claramente no Art. 61, nos seguintes termos:

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são

V - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, **exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36.** (BRASIL, 2017)

A carreira docente não está sendo ameaçada somente pela contratação de profissionais com notório saber para dar aula, também a própria preparação de professores teve algumas alterações com a nova redação da Lei de Diretrizes, mesma que exclui as universidades como entidade vital para a formação docente, isto não significa que a LDB em 1996 habilitava só as universidades para este fim, já que no texto original de 1996, falava-se dos institutos superiores de educação, como homólogos às universidades para realizar esta missão.

Os institutos superiores de educação são instituições de caráter profissional que objetivam a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da Educação Básica. Para Carneiro, em 1998 estas opções formativas, eram enxergadas como uma via alternativa muito interessante para o desenvolvimento de processos formativos conceituados do professor, na data encalhados segundo ele, por falta de visibilidade da parte das Faculdades de

Educação. Por outro lado, Valente (1999), manifesta que a pretensão de se formar professores à parte da universidade não é uma ideia original de Darcy Ribeiro³⁵, nem fazia parte de suas propostas educacionais em décadas anteriores à redação da LDB, segundo a autora essa postura política surgiu pela influência de experiências internacionais realizadas por países, que alertaram de não cometer falhas como a atribuição da função de formar professores aos centros universitários, faculdades integradas e faculdades, já que isto iria a possibilitar a inferência de ter a legislação permeado a compreensão da necessidade de um real compromisso para com a formação de professores, para esclarecer melhor, segue o Artigo 62 e suas alterações:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, **em universidades e institutos superiores de educação**, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

Atualmente, o artigo 62 foi alterado, observe-se que o texto anteriormente salientado foi tirado da redação, ou seja, a Lei somente estabelece que a formação de professores para atuar na Educação Básica deve ser feita em nível superior, mas não exige que seja realizada dentro de uma universidade ou instituto superior de educação, situação que gera incerteza, sobre o rumo da formação de professores para esta etapa de ensino.

Como síntese, neste capítulo tentamos apresentar as mudanças que são propostas pela Lei de Reforma ao Ensino Médio e os possíveis efeitos para a formação dos jovens brasileiros e para o trabalho docente. Espera-se que este estudo sirva de base para a análise das falas dos estudantes, identificando o que eles sabem sobre as propostas de mudança, como obtiveram o conhecimento e se concordam com elas.

³⁵ Antropólogo, educador, escritor e político brasileiro, quem foi o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no governo Fernando Henrique (1996).

4 O QUE DIZEM OS JOVENS ESTUDANTES

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros.

Eduardo Galeano

Em vista do investimento das propagandas reformistas em colocar como slogan do Novo Ensino Médio as frases: “Quem conhece, aprova” e “Agora é você quem decide o seu futuro”, decidimos consultar aos estudantes se de fato aprovam as mudanças propostas pela reforma, e mais do que isso, explorar o que conhecem sobre ela.

Conforme explicado no Capítulo I da Contextualização do estudo, segmento metodológico; nos propusemos como objetivo de pesquisa investigar a percepção dos estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Augusto Duprat, localizada na Cidade do Rio Grande, RS, em relação as propostas de reforma a esta etapa de ensino promulgadas a partir da Lei nº 13.415/2017; e como objetivos específicos:

- d) Identificar os principais meios de comunicação pelos quais os estudantes tomaram conhecimento sobre a Reforma do EM, analisando sua influência na percepção sobre as mudanças.
- e) Analisar as percepções dos sujeitos de pesquisa enquanto às condições reais da estrutura física e organizativa da escola que propiciam ou não as mudanças propostas.
- f) Estudar a opinião dos participantes da pesquisa em relação à possibilidade do “novo EM” de preparar melhor para o ingresso na universidade ou para o trabalho.

A partir dos objetivos, se estabeleceram quatro (4) categorias *a priori*; mesmas que constituíram a base dos instrumentos de produção de dados (Apêndice 2 e 3) e, portanto, na base empírica deste estudo.

Tabela 2 Categorias a Priori

Categorias	Subcategorias
Meios de informação e construção do conhecimento	Fontes de informação
	Papel das propagandas publicitárias
Mudanças no currículo	Disciplinas obrigatórias
	BNCC e itinerários formativos
	Educação a Distância

Condições físicas e organizativas da escola	Dependências e serviços pedagógicos
	A escola e o Ensino Médio em Tempo Integral
	Condições atuais do trabalho docente e possíveis efeitos perante a reforma
Reforma e dualidade do Ensino Médio	Preparação para o trabalho
	Preparação para o ingresso na universidade

Fonte: Produção da autora

Diante o exposto, este capítulo apresentará a caracterização dos jovens participantes da pesquisa e problematizará os depoimentos sobre a avaliação que realizam do atual formato curricular do Ensino Médio. Em seguida, continuamos com as discussões e análises dos pressupostos teóricos e os dados empíricos produzidos a partir das transcrições dos quatro grupos focais que serviram de principal fonte de obtenção de informação -embora não a única- dentro da temática pesquisada: as percepções dos estudantes secundaristas em relação as mudanças propostas pela reforma denominada “novo Ensino Médio”.

4.1 Os jovens e seus sentimentos em torno ao atual Ensino Médio

Este estudo empírico tentou compreender o universo das percepções e opiniões dos jovens de uma escola pública urbana. Nesta pesquisa, os jovens são entendidos também como estudantes, mas não definidos somente por esse atributo. Contudo, já que a pesquisa se desenvolveu num ambiente escolar, com o intuito de conhecer sua percepção como jovem estudante em torno à temática investigada, neste texto analítico, recorrentemente vamos nos referir a eles como estudantes secundaristas.

Silva (2014) nos alerta do erro comum de enquadrar a juventude exclusivamente pelas características cronológicas, portanto, como uma etapa intermediária entre a infância e a vida adulta. Geralmente, para este estágio da vida humana são atribuídas arbitrariamente características de rebeldia ou sublevação da ordem estabelecida, mas é inevitável não reconhecer que estas características não são assumidas exclusivamente pelos sujeitos jovens.

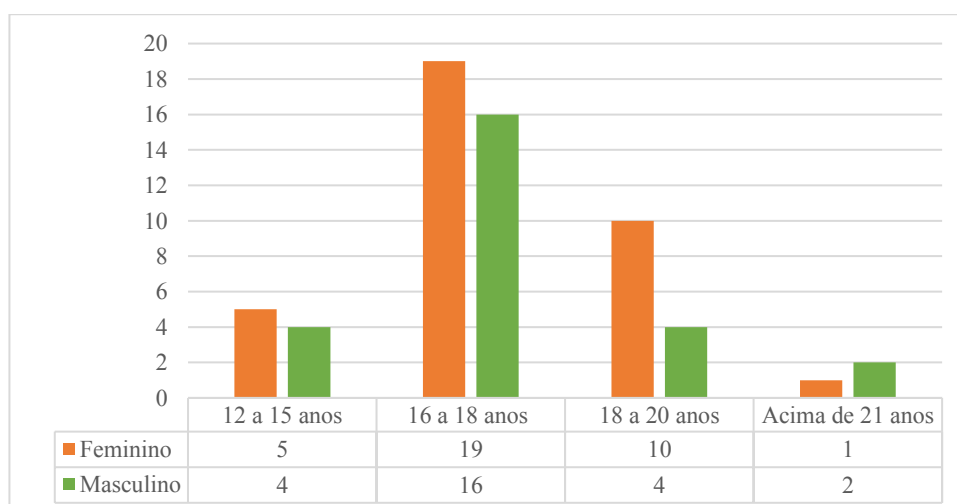
Destaca-se que a condição juvenil, ou seja, juventude como grupo que possui ou não posturas intrínsecas, não pode ser caracterizado por qualidades que se manifestam universalmente do mesmo jeito. Assume-se, portanto, a existência de múltiplas juventudes, determinadas a partir das condições sócio-históricas (DAYRELL, 2007). O fato de os jovens possuírem biografias originais, como qualquer outro grupo social, não retira a necessidade de estarem inseridos em processos de socialização que possibilitem se tornarem sujeitos sociais

(CARRANO, 2007). Nesse sentido, a escola se estabelece como uma das principais instituições encarregadas desse processo.

Diante da premissa da existência de múltiplas juventudes, a pesquisa não se preocupou com a representação numérica dos sujeitos a partir de categorias como sexo, ano de matrícula, renda, cor, credo, etc., em lugar disso, optou-se por considerar como possíveis participantes a os estudantes matriculados no Ensino Médio que tivessem a vontade de se envolver na pesquisa, através da assinatura do termo de consentimento. Assim, as sessões de trabalho foram organizadas segundo as orientações da Coordenação Pedagógica e a disponibilidade dos professores para oferecer um espaço para concretizar as atividades. No final, decidiu-se aplicar os questionários no mesmo dia e organizar as reuniões dos grupos focais em dos dias posteriores, conseguindo abordar dois grupos por dia. Desta forma, no primeiro dia de campo se aplicaram 61 questionários a estudantes de 1º, 2º e 3º ano. Nos dois dias posteriores tivemos as jornadas de conversas nos grupos focais. Contudo, dos 61 estudantes secundaristas que preencheram o questionário, 55 optaram por participar nas discussões grupais. Além deles, foi entrevistado dois membros do Grêmio estudantil.

Todos os estudantes participantes da pesquisa, estão matriculados no Ensino Médio regular, no turno da manhã. Enquanto à faixa etária em relação ao sexo dos participantes, segue o Gráfico 5 detalhando os dados:

Gráfico 5 Faixa etária e sexo dos participantes da pesquisa



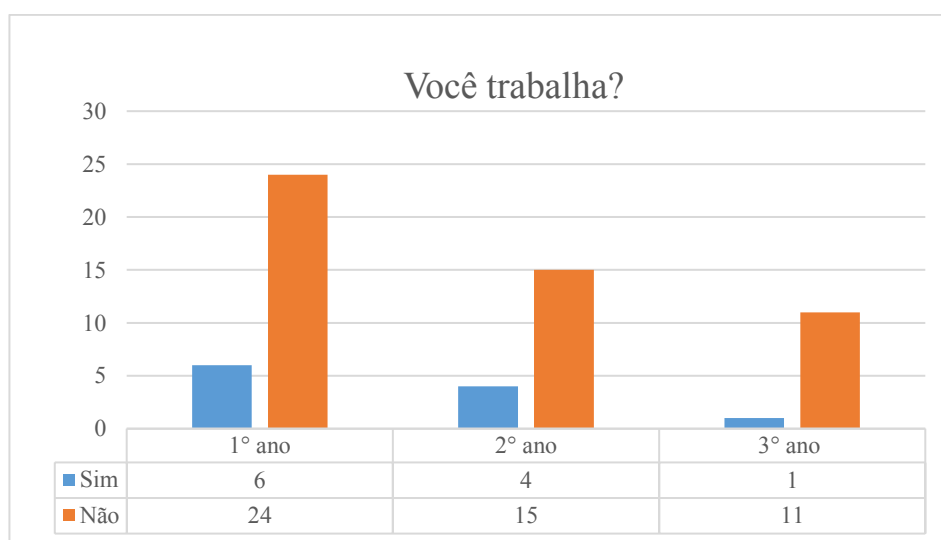
Fonte: produzido pela autora

Podemos observar que a maioria dos estudantes se encontram na faixa etária de 16 a 18 anos, o que representa um indicativo positivo em termos de acesso ao EM, pois encontram-se

a idade apropriada, como estabelecido na LDB diante a EC nº 59/2009 é de 15 a 17 anos, e maioria dos estudantes encontram-se nessa faixa. Contudo, o 27,8% dos estudantes se encontram acima do estabelecido, 14 deles entre 18 e 20 anos e 3 acima de 21 anos. Também destacamos que o 57% dos participantes da pesquisa pertencem ao sexo feminino e 43% do sexo masculino, apresentando uma pequena diferença.

Em relação aos estudantes secundaristas que realizam atividades laborais, encontrou-se que 11 deles, o que corresponde ao 18% do total, desenvolvem este tipo de atividade, como se apresenta no seguinte Gráfico, 6 deles se encontram matriculados no 1º ano, 4 no 2º ano e somente 1 no terceiro ano.

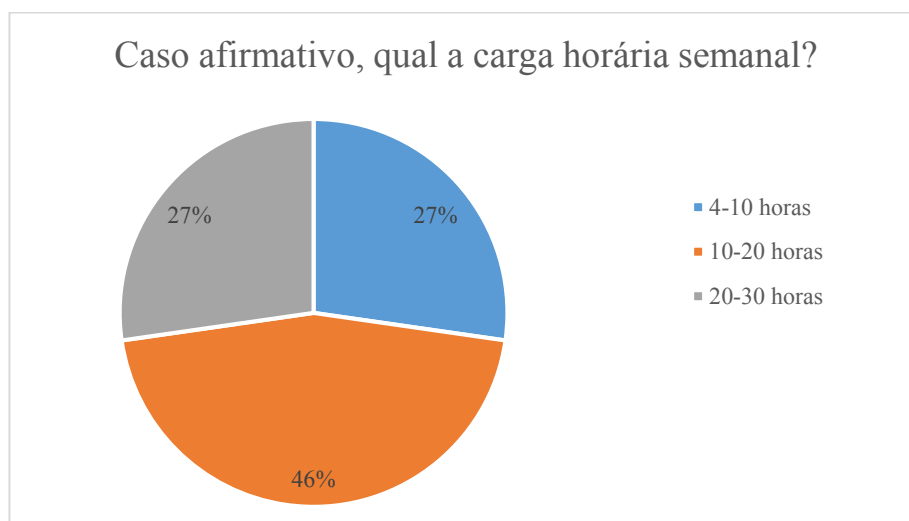
Gráfico 6 Alunos que trabalham segundo o ano de matrícula



Fonte: produzido pela autora

Em termos percentuais, o 46% dos estudantes que trabalham declararam ter uma carga horária dentre 10 a 20 horas, o 27% trabalha de 4 a 10 horas e os 27% restantes afirmam trabalhar até 30 horas semanais. Por enquanto, não vamos analisar como afetaria a ampliação da carga horária ou a implementação do Ensino Médio em tempo integral para estes estudantes que trabalham, pois mais adiante é realizada uma discussão sobre a temática.

Gráfico 7 Carga horária semanal de atividades laborais



Fonte: elaborado pela autora

Muitos estudiosos e pesquisadores de educação concordam em que o Ensino Médio é uma etapa do Sistema Educativo que precisa ser revista, desde o 2011 é possível encontrar textos ligados ao Movimento Todos pela Educação de autores como Mozart Neves e Isaac Roitman, expondo os grandes desafios da educação brasileira e como solucioná-los desde uma perspectiva curricular flexibilizada, já que segundo os autores, “o ensino médio é constituído por uma overdose de disciplinas e tem alta taxa de evasão, talvez por não ser atrativo.” (ROITMAN, 2011, p. 71).

Por outro lado, alguns pesquisadores de cunho progressista como Nora Krawczyk (2011), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) concordam com a reestruturação, apostando a uma formação integrada. No entanto, Frigotto agrega que “o problema não está na necessidade de que se reveste a maior parte dessas ações e políticas, mas, sim, na forma de sua gestão e na concepção que as orientam” (2011, p. 244).

Em outras palavras, em vista da qualidade de ensino oferecida à escola pública brasileira, é evidente a necessidade de reformar o atual ensino, mas não se trata de impor políticas autoritárias, sem a devida socialização com os pesquisadores da área, gestores da educação, professores e estudantes, possivelmente não vai atingir os resultados esperados, pois possivelmente se encontre uma forte resistência na escola. Como argumentado por Sacristán (2013), existem 3 tipos de currículo, o prescrito ou oficial que chega nas escolas através das instancias hierárquicas de poder, o currículo oculto, que representam todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA, 2005) e finalmente o currículo real ou

em ação, determinado pela proposição de um plano ou texto público e pela soma dos conteúdos e ações que são empreendidas nas escolas (SACRISTÁN, 2013, p. 26). Quer dizer, que de alguma forma, quem tem o verdadeiro poder sobre as mudanças que de fato se concretizam nas escolas, são o conjunto de gestores e professores que se encontram em contato direto com os estudantes.

Com o intuito de conhecer a percepção dos estudantes em torno à atual carga curricular de 13 disciplinas, considerada na Exposição de Motivos da MP nº 746 como excessiva e uma das causas da evasão e do baixo desempenho escolar no EM, solicitou-se aos estudantes expusessem suas opiniões a respeito.

Verificou-se que 3 dos 4 grupos expressam que a carga horária atual de 13 disciplinas é muito cansativa, sendo as estratégias pedagógicas adotadas pelos professores uma das causas: *“é cansativo porque muitas vezes o professor chega aqui e fala, fala e fala e fica só nisso..., e a gente não pode falar um pelo, porque mandam a gente calar a boca, a gente tem que escutar e pronto, acabou [G1P14F3]”*, *“Ficamos dentro da sala de aula, a gente pode aprender fora dela também. [G3P15F5]”*.

Outro aspecto recorrentemente destacado é a falta de recursos que a escola possui para desenvolver o ensino, a respeito disso foi expressado que o mundo está em constante evolução, no entanto, o ensino continua sendo retrógrado e tecnicista, isto não se refere exclusivamente as estratégias pedagógicas, pois além disso, os materiais e a estrutura escolar não proporcionam espaços para um ensino diversificado com aulas práticas e uso de laboratórios.

O mundo tá evoluindo, tecnologia, tudo está evoluindo. E tu está aprendendo sempre no básico, tipo isso daqui é o básico: “coloca no quadro o que eles precisam, e escrevam no caderno”, e depois no caderno tanto faz, tu vai trabalhar e pronto. [G3P15F6. Grifos nossos]

A mesma forma que os nossos pais e avôs estudaram, a gente está estudando, mesmo hoje em dia a gente vê mais tecnologia e a gente ainda assim não tem recurso, porque o governo tem dinheiro para que tenha recurso, mas não disponibiliza. [G3P15F7]

É aquela coisa, tipo tudo se parece a antigamente, quando um carro de antigamente não é o mesmo carro de hoje, só o ensino é o mesmo método de antigamente, entende? E o meio avaliativo das escolas é algo que é injusto porque é a mesma coisa que mandar um macaco competir com um peixe para ver quem sobe numa árvore. [G1P13F3]

Deriva-se destas falas um aspecto complexo que merece atenção. O fato dos alunos se sentirem cansados da escola não se deve somente as estratégias pedagógicas tecnicistas e a falta de recursos escolares, independentemente destes aspectos, eles expressaram se sentir pressionados num sistema que constantemente os faz sentir incompetentes, que não aprecia as diferenças individuais e que não corresponde com a realidade escola fora.

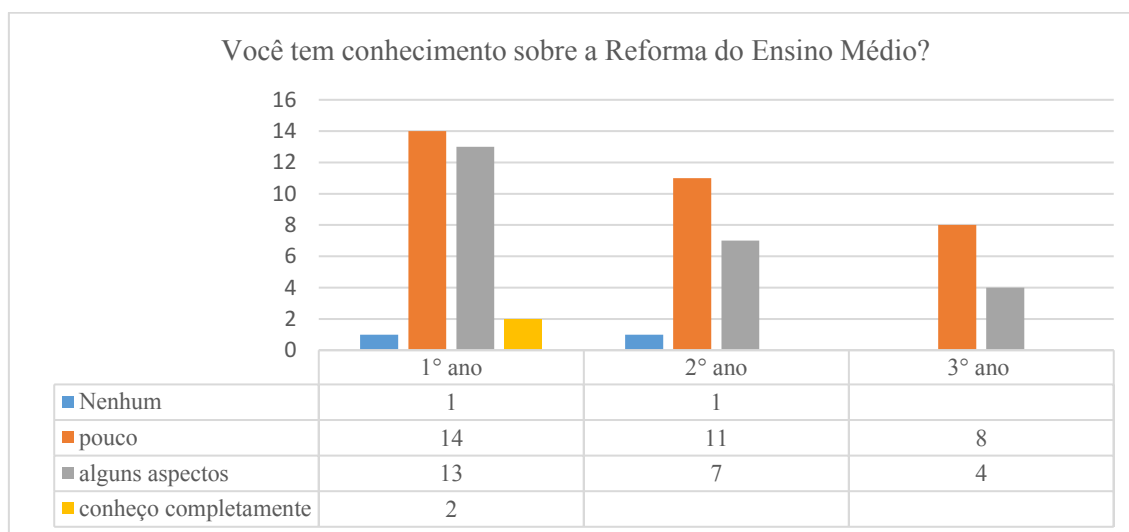
4.2 Meios de informação e construção do conhecimento

Começamos a análise desta categoria pela necessária definição da noção de construção do conhecimento. Para Werneck (2006) o conhecimento se constrói a partir da interação social, quer dizer, não é possível que cada um, construa seu conhecimento de modo totalmente pessoal e independente, sem vínculo com a comunidade científica e com o saber universal, isto nos leva a considerar outro fator importante nesse processo: as fontes de informação.

Entendemos que o conhecimento que será abordado nas falas dos estudantes parte de um conhecimento empírico, ligado ao fazer em que pouco se conceitua e muito se apreende pela experiência e pelo senso comum; uma modalidade de conhecimento altamente influenciada pelo imaginário social e pelas interpretações ideológicas. Contudo, “a medida que o sujeito atinge o nível de desenvolvimento necessário para a compreensão com a ajuda de elementos externos, o outro, o livro, o professor, a TV, a Internet apropriam-se do novo saber organizando-o a seu modo” (Werneck, 2006, p.178), estes novos saberes são o foco desta pesquisa, em outras palavras, visa-se a analisar a apropriação conceitual que os estudantes secundaristas têm efetuado em relação às mudanças ligadas à Reforma do Ensino Médio, partindo de seu conhecimento empírico e da influência exercida pelas fontes de informação.

O primeiro movimento de indagação teve o intuito de identificar a consideração pessoal de cada estudante em torno à temática pesquisada, portanto, a forma de exploração se perguntou aos estudantes secundaristas: “Você tem conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio? ”, os resultados da pergunta se apresentam no gráfico 8.

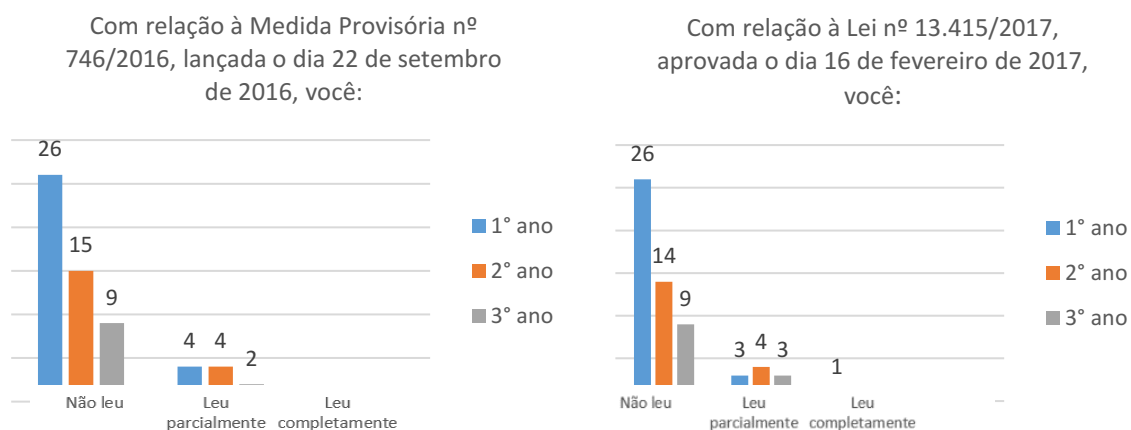
Gráfico 8 Nível de conhecimento que os estudantes têm sobre a Reforma do Ensino Médio



Fonte: Produção da autora

Observemos no gráfico 8 que por um lado, da soma de estudantes somente dois que apontam ter total desconhecimento da reforma e, no oposto dois também consideram que a conhecem completamente. De acordo as declarações dos questionários, o padrão em todos os grupos indica que uma grande parte deles não leram os documentos legislativos (MP nº 746/2016 e Lei nº 13.415/2017) como se apresenta na seguinte comparação de gráficos. A pesar disso, os estudantes afirmam conhecer alguns aspectos das mudanças que ocorreram, o que quer dizer que o que sabem foi porque escutaram na mídia ou porque os professores lhes falaram sobre.

Gráfico 9 Condição dos estudantes em relação à leitura dos documentos oficiais



Fonte: Produção da autora

O segundo movimento baseou-se na identificação dos meios ou fontes pelas quais os estudantes obtiveram o conhecimento sobre as mudanças propostas pela reforma, analisando a possível relação entre esses elementos e o que de fato conhecem (tabela com o resumo no Apêndice 4). No início se partiu do pressuposto de que a ampla divulgação midiática oficial que a reforma teve, influenciou na construção das representações que os estudantes teriam sobre a reforma, quer dizer que a hipóteses inicial estava ligada à aprovação da reforma por parte dos estudantes, seduzidos pelo discurso de protagonismo juvenil, liberdade de escolha e diminuição de disciplinas. Contudo, esta premissa foi impugnada no transcurso da pesquisa, pois como se detalha na tabela 3 a principal fonte de informação dos estudantes não foram as propagandas, mas sim os professores.

Tabela 3 Fontes de informação dos estudantes

MEIO DE INFORMAÇÃO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL GERAL
Propagandas na tv	4	4	2	10
Professores	13	2	5	20
Redes sociais	1		1	2
Todos os anteriores	1	1		2
Não ouvi falar		1		1
Propagandas e professores	8	6	3	17
Professores e redes sociais	1	2	1	4
Propagandas e redes sociais		2		2
Debates acadêmicos		1		1
Movimentos estudantis (UBES-UNE)	1			1
(Em branco)	1			
TOTAL GERAL	30	19	12	61

Fonte: Elaborada pela autora

Como já foi anunciado acima, a opção com maior frequência indica os professores como fonte da informação, contudo, uma boa parte dos estudantes afirmaram que tanto professores como as propagandas se converteram na principal fonte de informação. Além deles, as redes sociais, os debates acadêmicos e os movimentos estudantis estiveram presentes na divulgação das mudanças ao EM, como se aprecia nas seguintes declarações:

Alguns professores vêm falando disso, e a gente fez bastante perguntas na época, acho que 2016, a gente ficou com bastante dúvida e a gente perguntou também. Aqui na escola a gente até teve ocupação, porque a gente não queria que passasse essa reforma. [G3P5F2]

Em aula vem discutindo mais, mas em primeira instancia foi pelas redes, e depois pelas propagandas na televisão. [PERGUNTO: QUE FALAM ESSAS PROPAGANDAS NA TV?] Sempre falam que esse novo ensino médio vai ser bom. [G1P2F3]

Existe um aspecto que pela sua recorrência merece atenção, trata-se de uma palestra que havia sido realizada na escola com o propósito de explicar aos estudantes as mudanças da reforma, expressado nos seguintes termos:

Teve uma palestra aqui na escola na que a supervisora e os professores explicaram como é que funcionava [trecho ininteligível]. Ela juntou o nono e todo o Ensino Médio para explicar. Ela disse que iam excluir todas as matérias, exceto português e matemática e inglês, eu acho. Ia ter um técnico; e aí a gente ia escolher a profissão que ia fazer de carreira... e aí tu fazia de tarde, e ia ser de manhã e tarde o estudo. [G2P1F2]

Falaram³⁶ que não haveria mais as disciplinas né? Só iam ser obrigatórias a língua portuguesa e a matemática, também tu poderia escolher as disciplinas que queria cursar, também falaram né, que

³⁶ A estudante faz referência à conversa organizada pela coordenação Pedagógica da escola junto com os professores.

as aulas... Quantas aulas eram? São seis horas de aula né? Que iam diminuir, tipo assim: Segunda feira seria duas de português... três de matemática ou três de português... ou dois de matemática, nesse caso, não seria só de segunda a sexta, seria mais segunda, terça, quinta; esses três períodos, mas falou também da importância que.... como é que é? [pensa um pouco] Que mudaria para nós todos. [G4P1F2]

A gente teve... não foi palestra, uma conversa porque tudo mundo participou. Eu acho que isso que o Governo está tentando fazer é a massa de manipulação, eles querem as pessoas só apertadores de parafusos, eles querem tirar o que eles acham que não é importante... português e matemática e só! Não querem que a gente tenha opinião, eles não querem que a gente pense! Eles acham: ah é só português e matemática, com isso deu! Também querem pôr o Ensino a Distância, que eu acho não vai dar certo, porque nem tudo mundo tem acesso à internet. [Corinto^{IA}₀₆]

A partir destas falas percebemos a influência dos professores a respeito do discurso adotado pelos estudantes entorno a Reforma do Ensino Médio. Embora este discurso é limitado a alguns aspectos da reforma, constitui uma base para a reflexão e constituição das próprias posições e percepções sobre ela.

Acerca da palestra que foi mencionada por todos os grupos, se optou por procurar a coordenadora pedagógica para maiores informações, numa conversa de caráter informal, mas com seu consentimento para gravar e utilizar os dados, identificou-se que:

Se teve um dia D que era para que os professores do Ensino Médio discutissem a Base, (se referindo à Base Nacional Comum curricular) só que esse Dia D tinha o intuito de fazer a aprovação no Conselho Nacional de Educação, a Base do Ensino Médio vá na reforma vinculada, só ao invés disso a gente discutiu, mas não foi ao encontro da proposta que via da SEDUC, a gente discutiu no sentido de fazer a crítica, dessa discussão com os professores saiu que a gente deveria fazer um aulão e passar para os alunos parte de todas essas medidas que estão vindo, porque a gente percebia que eles não tinham um envolvimento, não estavam muito e diz direto à formação deles, então, gente nomeou “S.O.S. Ensino Médio”, ai a gente organizou um dia da semana que tivesse maior presença de professores. [Coordenadora Pedagógica, 2018.]

É importante destacar que as ações subversivas realizadas pelo corpo docente da escola representam: a) uma estratégia de resistência à Reforma do Ensino Médio desde dentro das instituições; b) uma clara oposição às disposições emanadas de instituições hierárquicas como o CNE e a SEDUC; e c) uma contraposição ao discurso divulgado na propaganda oficial da reforma. Percebe-se que os professores assumiram a escola como um espaço de confrontação e compreensão do presente, de preparação do futuro e a reconceitualização do passado, exercendo assim a função educativa de estimular a consciência crítica e reflexiva, que leve aos jovens a transformar informações em conhecimento.

Demarcamos também que as ações vão ao encontro dos princípios que a escola declara no seu Projeto Político Pedagógico, o qual estabelece que:

A educação é um dos pilares da estrutura organizacional da sociedade e as escolas representam um meio de execução desse ideário. **Conforme se desenvolvem os**

processos sociais, com mais ou menos liberdade e democracia processam-se no interior das escolas maior ou menor resistência ao “status quo”, tal qual na sociedade como um todo. (ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT, 2009, p.5. Grifos nossos)

Além deste princípio, o projeto político pedagógico da escola contempla um contingente teórico baseado nas teorias crítico-reprodutivistas, portanto, a influência dos condicionantes sociais na educação. Afirma-se a posição ideológica de que a escola cumpre duas funções básicas: a) contribuir para a formação da força de trabalho; e b) contribuir na inculcação da ideologia burguesa. O marco teórico do Projeto termina com esta afirmação: não se pode inculcar da mesma maneira a ideologia burguesa aos futuros exploradores e aos futuros explorados. (FREITAS, 1994 apud ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT, 2009, p.4)

Por outro lado, as propagandas constituíram-se como a segunda fonte de informação mais influente nos estudantes. Estas representaram um forte investimento do Governo Federal em conseguir a aprovação da Reforma do Ensino Médio por meio de uma série de propagandas em meios de comunicação massiva. Como já foi evidenciado no capítulo 1, as propagandas oficiais se baseavam principalmente em vídeos divulgados na televisão e redes sociais.

O formato da atual sociedade da informação, não somente revolucionou as formas de comunicação e comércio, também reestruturou a forma de governar. Como parte das estratégias de persuasão para aprovação de propostas, ou validação de suas ações, os governos fazem uso da subjetivação midiática. Assim, as propagandas governamentais também ganharam espaço nos meios de comunicação massiva e nas redes, revelando-se como importante instrumento de amplo alcance para a divulgação de informação dirigida à população. Sobre as propagandas oficiais os estudantes manifestaram que:

Passa na televisão, mas não explicam o que é que é. Só passa na Globo, passam dizendo que quem aprova e um cara explicando o que é essa reforma, mas nem fala direto, só falam que vai ter uma nova reforma. [G2P2F1]

A mídia colocou como que fosse uma coisa benéfica, mas dependendo do ponto de vista para muita gente parece que vai ser uma coisa ruim. [FALA PARALELA: vai ser ruim para nós!] Pois é! [G3P3F2] [PORQUE ACHAM QUE VAI SER RUIM PARA VOCÊS?] Porque enquanto essas outras escolas que podem pagar, os caras que podem pagar, vão continuar ter o melhor; enquanto isto nós aqui [APONTA AO REDOR] que não tem condição, ou mais ou menos, vamos ter nada. Vamos ficar sem as outras matérias. [G3P3F3]

Que 70% dos brasileiros aprovaram, sendo que ninguém perguntou, queres? [fala sorrindo, outros riem também] [G1P2F4]

Eles falam que o não sei quanto por cento lá, aceitam. [PERGUNTO: ONDE VOCÊ ESCUTOU ISSO?] na tv [O QUE DIZEM NA TV?] dizem que setenta y poucos por cento de jovens aceitam o novo ensino. E eu não conheço ainda no Rio Grande quem participou dessa votação. [FALA COMPLEMENTARIA: exatamente isso que você terminou de falar, se a gente não participou como é que eles vão falar que foi a gente que aprovou, se nem participamos.] [ALGUEM RESPONDE:

só se foi o pessoal da escola particular] Ainda assim não faz sentido, porque não se vai aplicar neles, por que eles votariam num negócio desses [G3P5F4]

De princípio foi tipo: Pô só dois matérias! Agora vai ser muito bom! Eu pensei: Mmmm interessante... seguro tem alguma coisa errada! Tem que ter coisa errada nisso! [risos] [G1P3F2]

A função das propagandas midiáticas e o discurso publicitário é moldar a identidade dos leitores mediante percepções de uma realidade sócio-política e economicamente condicionada. Baseada nos estudos de Wilson Key (trad. 1996), Magalhães (2015) explica que o texto³⁷ publicitário alcança seu objetivo por meio da doutrinação, do controle cultural e das construções ideológicas da percepção. A percepção que se tem da realidade objetiva é produto de um condicionamento sócio-político-econômico. Portanto, o autor supracitado sugere que os destinatários dos textos publicitários perdem a capacidade de distinção entre a realidade objetiva e as fantasias perceptivas da realidade.

Os alunos expressaram seu descontentamento em relação às propagandas oficiais, o dado apresentado na propaganda do governo federal que afirma que “o 72% dos brasileiros aprovam as mudanças”, é questionável, pois a pesquisa foi baseada num universo de 1,2 mil pessoas, quantidade insuficiente para determinar a vontade da população brasileira. Em referência à pesquisa supracitada, os estudantes manifestaram que não conhecem ninguém que tenha participado de esse estudo, sugerem então que a pesquisa se baseou na opinião de estudantes da rede privada, isto porque, segundo eles as mudanças propostas pela Lei levariam a colocar em vantagem aos estudantes de escolas privadas em relação aos de escolas públicas. Este último evento se somou à geração de desconfiança nas propagandas oficiais.

A mídia tenta trazer para a gente de um jeito onde eles conseguem alienar a gente, dizendo que seria algo bom, porque pensa bem, a maioria dos alunos não gostam de todas as matérias do colégio, entendeu? Então, no caso as disciplinas de português e matemáticas sendo obrigatórias, os alunos ficariam bah que legal! Só que não, porque quando ao mesmo tempo o colégio particular ele teria condições de ter todas as disciplinas, enquanto o público certamente que não vai ter todas as disciplinas, ou seja, os filhos dos burgueses continuam manipulando a sociedade, tipo isso. [G1P1F3]

Professora, tem mais um detalhe, eu já temia isso mesmo antes de ser aprovado, porque alguns alunos por exemplo, não gostam de ter matéria, então eu acho que eles perguntaram à opinião pública, e a maioria falou que queria a matéria que pudesse estudar. [FALA PARALELA: Esse povo é burro [risos e gestos de aprovação] praticamente isso.] [G3P5F3]

³⁷ Entende-se o termo texto em sentido amplo, corresponde a qualquer tipo de manifestação do ser humano que permite a interpretação e transmissão de uma mensagem.

Salientamos como aspecto interessante que os estudantes reconhecem que a mídia possui um papel fundamental na construção de uma realidade sociopolítica favorável para determinados grupos sociais, ao tempo que subjetiva as necessidades, comportamentos e opiniões da população. Nesse sentido, identificam como uma estratégia do governo para conseguir o consenso, o fato de ter colocado na propaganda a questão sobre a redução de disciplinas, pois segundo suas expressões, muitos alunos não gostam de matérias e aprovariam essas propostas.

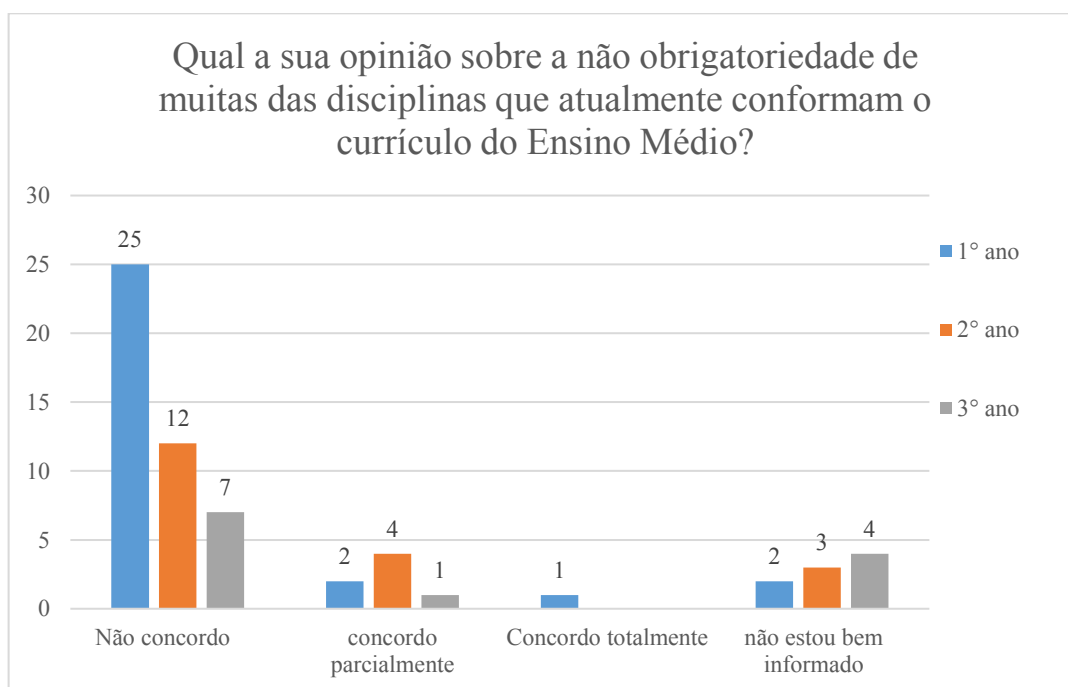
4.3 Mudanças no currículo

Para os fins desta análise, vamos considerar como uma das principais mudanças curriculares o estabelecimento da língua portuguesa e da matemática como as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio, a BNCC e os itinerários formativos e a proposta de tornar uma porcentagem da carga horária do EM para a Educação a Distância. Consideramos que o Ensino Médio Integral, embora relacionado as mudanças curriculares, se enquadra - pelo tipo de respostas obtidas - na categoria das condições físicas e organizativas da escola.

Enquanto a obrigatoriedade do português e da matemática, verificamos que os estudantes não estão de acordo com esta determinação, de igual forma se expressaram sobre a proposta de tornar uma porcentagem do ensino a distância. Afirmam que atualmente o ensino é precário e que essas disposições iriam fragiliza-lo ainda mais. Sobre isso, Krawczyk e Ferretti (2017) denunciam que estas medidas curriculares têm sido impostas sem uma avaliação séria e responsável da organização curricular atual e com justificativas baseadas na eficiência e em exemplos de países considerados avançados, indicativo que não representa uma justificativa confiável, os autores supracitados também alertam que:

A redução do tempo e conteúdo da formação comum a todos não é uma escolha dos jovens, tal como se intenta convencer através da mídia. Pelo contrário, esse argumento tem sido confrontado pelas mobilizações e demandas juvenis, que buscam, sobretudo, serem autônomos e críticos, possuir os conhecimentos científicos e culturais que a humanidade historicamente produziu e continuamente produz, como um bem social em si mesmo, e também como ferramenta de ação social que permita o enfrentamento dos desafios naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos com que o local, o regional e o global se defrontam cotidianamente. (KRAWCZYK e FERRETTI, 2017, p. 37)

Gráfico 10 Opinião sobre a não obrigatoriedade da maioria de disciplinas que conformam o currículo atual



Fonte: Produção da autora

Nas falas dos estudantes identificou-se uma associação da retirada de disciplinas com as intenções de controle sobre a população por parte do Estado. Segundo as declarações, a proposta minimiza a importância de disciplinas como história e filosofia, ou seja, aquelas que promovem o pensamento crítico e reflexivo. Krawczyk e Ferretti (2017), concordam com estas colocações, para os autores a reforma representa uma nova forma de distribuição do conhecimento socialmente produzido. As mudanças objetivam colocar o Ensino Médio a serviço da produção de sujeitos técnica e subjetivamente preparados sob uma ótica instrumental, tendo em vista os interesses do capital. Daí a pouca atenção voltada à formação de sentido amplo e crítico, ou sua secundarização, assim como a exclusão, como obrigatórias, de disciplinas como Filosofia e Sociologia (*ibidem*, p.38).

Assim, a gente...não podemos ser hipócritas e dizer assim: ah a gente não gosta disso! Tudo mundo gostaria de não ter matérias assim, muitas matérias. 16 matérias é muita coisa, não dá! [Outros riem] então a gente não gostaria, mas só português e matemática e ainda falando que são só as obrigatórias, olha quantas faculdades, cursos e trabalhos existem... digamos tirando, não sendo o foco português e matemática. Então, é muito injusto eles dizer que só isso é o que importa... então história não importa? Química não importa? Filosofia não importa? O que move são os questionamentos e essas coisas que a gente vive discutindo aqui, então quer dizer que **eles querem que a gente pare de questionar. Que a gente só aceite as respostas**, e não é isso, a gente está aqui para ser contra isso, para com nossos filhos, eu acho. [G1P1F5 grifos nosso]

Com menos matérias menos conhecimento, com menos conhecimento a gente fica mais manipulável. [G1P11F1]

Eles querem nos incapacitar, nos transformar em robôs, eles querem marionetes [fala paralela: e mão de obra barata] [G1P11F2]

Nas falas denotou-se também uma preocupação com a perspectiva do futuro, a possibilidade de ausência de alguns conteúdos na formação se torna alarmante, pois a fragmentação e fragilização do ensino, iria a colocar aos estudantes de escolas públicas numa desvantagem em relação dos alunos de escolas particulares, que provavelmente teriam a possibilidade de conformar os seus currículos abrangendo todas as disciplinas. Acerca disso Gonçalves (2017) adverte que:

As redes privadas que já competem divulgando seu desempenho no Enem e publicizando que ensinam mais que outras escolas não perderão a oportunidade de organizar currículos bastante sólidos para seu público, enquanto os estudantes das escolas públicas estaduais terão que se contentar com a ênfase que o sistema de ensino julgar possível ser ofertada. (GONÇALVES, 2017, p. 141)

Tomando em conta que aproximadamente o 83% da oferta do Ensino Médio pertence a rede pública de ensino, é fato, que estas mudanças vão afetar a um contingente muito amplo de jovens da classe trabalhadora que entrarão na universidade e no mundo de trabalho nas próximas décadas.

Por outro lado, é possível observar outro movimento no pensamento dos Grupos 2 e 3. No Grupo 2, se percebeu um sentimento de conformismo, pois, concordaram com que o ideal era ter todas as matérias e acrescentar conteúdos a sua formação, no entanto, consideraram que a obrigatoriedade de essas duas disciplinas significa que “pelo menos” se tem alguma coisa.

Eu acho que por esse lado estão obrigando a gente a fazer pelo menos uma coisa, mesmo assim não concordo com isso, prefiro ter todas as matérias e acrescentar alguma coisa no dia a dia e não tirar, acrescentar mais aulas. [G2P12F1]

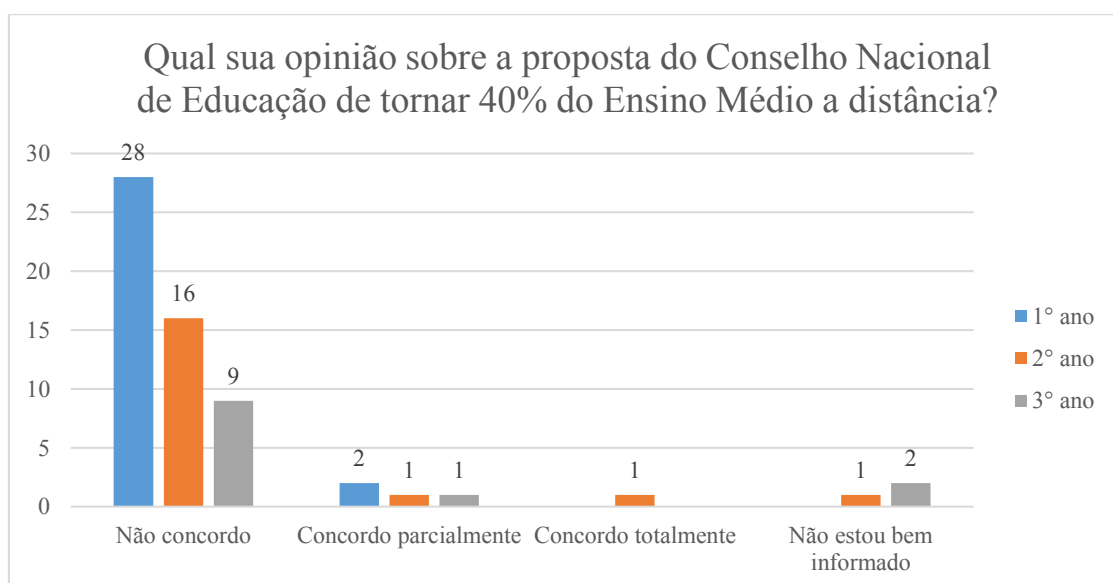
Por outro lado, o Grupo 3 se expressou de forma oposta aos primeiros grupos, eles consideraram essencial o ensino de português e matemática, como se mostra na fala. Observamos que não se considerou que ao determinar a língua portuguesa e matemáticas como únicas disciplinas obrigatórias, o resto passa a estabelecer-se como estudos atrelados dentro de uma grande área; assumimos pelas seguintes falas que os estudantes não enxergaram a articulação com as outras disciplinas, senão como um evento isolado.

Isso daí é essencial. [FALA PARALELA: Mas já é obrigatório.] Eu acho que é a única coisa certa que tem. [G3P13F1]

Se tu parar para pensar, o pessoal tira melhor nota no inglês que no português que é tua língua básica. Em que lugar acontece isso. No Brasil só. [G3P13F2]

Enquanto à possibilidade de realizar parte da carga horária a distância publicada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as posições dos estudantes seguiram uma direção semelhante do expressado em relação à posição privilegiada de português e matemática em comparação com o resto de disciplinas que atualmente conformam o currículo. Os resultados dos questionários, revelaram uma inconformidade nos estudantes (gráfico 11), pois o 87% deles afirmaram que não concordam com essa determinação do CNE. Esclarecemos que na época que se produziram os dados, somente tinha sido publicada a Minuta das Diretrizes, com relação a elas, se perguntou aos estudantes sobre a proposta de tornar o 40% da carga horária de Ensino Médio a distância, no entanto, neste momento de análise, reconhecemos que a decisão final do CNE foi regulamentar o 20% da carga horária diurna para esta modalidade de ensino.

Gráfico 11 Opinião sobre a proposta de tornar o 40% da carga horária a distância



Fonte: Produção da autora

Baseados nas falas dos estudantes, acredita-se que independentemente da porcentagem destinada ao ensino a distância, os resultados do gráfico anterior seriam semelhantes. Pois, os motivos expressos pelos alunos se encontram relacionados as seguintes temáticas:

- Falta de recursos para realizar este tipo de ensino:

Claro que não, é totalmente utópico, ainda mais que a escola pública, ela tem **alunos que não tem condições de ter internet em casa**. Como esse aluno vai estudar pela internet, sendo que ele não tem? Já começa por aí! [G1P12F2 grifos nossos]

Ou não tem internet, ou não vai quer. [G1P12F5]

- Reconhecimento que dada a possibilidade de realizar parte da carga horária obrigatória fora da escola muitos estudantes se dedicariam a realizar outras atividades, dentre elas atividades empregatícias, sendo que este motivo, foi o mais recorrente como se pode apreciar nas seguintes falas:

Se já é difícil o cara vindo entre aspas assim formalmente, já é difícil o cara vir e ficar dentro da sala de aula entre aspas, tu imagina em casa (trecho ininteligível) se a gente não faz nada as vezes. (Fala paralela: imagina comendo ou bebendo) (alguém responde: isso a gente faz de qualquer jeito) não é o mesmo, se estiver em casa e alguém bater à porta o cara larga lá e vai falar, entendeu? Não vai ter prioridade, no caso. [G3P8F2]

E agora quem tem emprego, imagina... “vou concertar uma máquina e ganhar dinheiro ou estudar?” [G3P9F5]

Claro que vai começar isso também, a pessoa vai pensar pô eu trabalho ou estudo? Que é mais obvio? Trabalhar e ganhar dinheiro que estudar e ter uma formação. [G3P9F6]

As vezes não quer ou tem que largar a escola para entrar no mercado de trabalho para complementar a renda em casa, ou então larga a escola de manhã e estuda de noite, vai fazer o que? Porque não conseguiu concluir por uma série de fatores. [G1P12F6]

Ontem a gente debateu sobre o ensino a distância, falamos sobre tipo que nós somos obrigados a vir a escola, tanto pela lei quanto por nossos pais, só que tipo quando a gente não tiver que ser obrigada a vir, então ninguém vai querer estudar, ninguém tipo que vai sentar em casa e vai estudar, então vai ser pior. [G3P8F1]

- Vai afetar o desenvolvimento de aptidões de caráter social, que segundo eles, encontram-se estreitamente ligadas à convivência com pessoas que possuem pensamentos divergentes.

É importante a gente ter aula presencial, porque tipo, tu tem opiniões de pessoas diferentes, isso ajuda a formar a tua, porque tu toma um pouco de cada e tu forma tua opinião. [FALA COMPLEMENTARIA: Se dá um debate totalmente diferente que tu daria sozinho.] [G3P8F7]

Tem outra coisa, não viver em sociedade, uma pessoa por se só. O que for certo para ele, e que nem tipo para mim algumas coisas são certas, para aprender alguém fala alguma coisa e é tipo “poderia ter pensado nisso”, e agora o que for certo para ele vai ser certo para ele, ele não vai estar vivendo em sociedade. [G3P8F4]

Esta última questão, coloca em debate a premisa de que a escola não representa somente o espaço onde o aluno aprende os conteúdos explícitos no currículo prescrito, ou seja, a escola

não ensina somente o que Althusser (1983) denomina cultura científica o lilterária, além destes elementos ela representa um instrumento de integração do individuo na sociedade. Segundo o autor supracitado “a escola ensina também as «regras» dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar” (*ibidem*, p. 21), estes argumentos se tornam mais claros ao contemplar as seguintes falas dos estudantes:

Por mais que uma pessoa ou as pessoas pôr [FALA PARALELA: “opinar diferente”] não, não opinar diferente alguém, senão tipo: ter alguém ali, claro tu vai ter o teu pai ou mãe, sei lá, mais não vai **ser no nível de uma escola que tu tem um horário para chegar, tu não pode sair da sala de aula, é um negócio que tu tem que focar.** [FALA COMPLEMENTARIA: Em resumo, não vai ter disciplina] **E querendo ou não, isso já vai tipo influir na tua vida profissional.** Porque tem horário, em algumas escolas tem que usar uniforme, isso vai ajudar logo na frente. [G3P8F5]

Sim, a gente desenvolve isso sozinho, na verdade, porque por mais que durante alguns anos os nossos pais nos insistem nisso, chega lá, nus doze ou treze anos, que a gente já faz automáticos, a gente já sabe qual horário tem que chegar, a roupa que tem que usar, sabe que tem que trazer no dia, que matérias, e **sem tudo isso a gente vai ficar perdido.** [G3P8F6]

A pressão que a escola exerce nos estudantes para eles se integrarem ao sistema educativo e social é visto pelos estudantes como uma insatisfação necessária, pois são essas atitudes que ajudaram a alcançar o êxito na vida adulta. Isto nos remete à noção funcionalista do currículo oculto. Para os teóricos funcionalistas:

Eram as características estruturais da sala de aula e de situação de ensino, mais do que o seu conteúdo explícito, as que ensinavam certas coisas: as relações de autoridade, a organização espacial, a distribuição do tempo, os padrões de recompensa e castigo [...] Nessa visão os comportamentos assim ensinados eram funcionalmente necessários para o bom funcionamento da sociedade e, portanto, desejáveis. (SILVA, 2005, p.78)

Opostamente ao discurso funcionalista, esta pesquisa se identifica com as análises críticas do currículo oculto, nas quais esta comum associação da tecnicidade do ensino em termos de imposição de horários, uso de uniforme, obrigação de permanência na sala de aula e obediência –citados pelos estudantes- são comportamentos não desejáveis, já que distorcem os genuínos princípios de uma educação emancipadora, impondo uma adaptação escolar à lógica das estruturas da sociedade capitalista.

Continuando com a discussão da educação a distância, finalmente encontramos alguns estudantes que estão de acordo com esta proposta, devido à dificuldade que alguns jovens têm para assistir à escola, em fidelidade as expressões dos alunos:

Concordo com o ensino a distância, pois muitas vezes temos problemas de utilizar meios de transporte ou até mesmo a pé. EII07

Eu acho que isso daí pode ser útil para aquelas pessoas que são de fora, que é muito complicado vir para escola, e tal; mas para nós que temos acesso fácil não tem porque ser assim. [FALAS COMPLEMENTARIAS: “Eu concordo com tudo o que ela falou”, “tem razão”.] G2P13F2

No que corresponde à Base Nacional Comum Curricular, em todos os grupos as falas apontaram que os estudantes não tinham informação sobre ela. Como já foi dito, a proposta é dividir a carga horária (2400h) em duas fases, não obrigatoriamente consequentes ou dependentes: até 1800 horas dedicados a uma Base Nacional Comum Curricular de caráter normativo, e o resto do ensino de dedicação exclusiva a uma área da escolha de cada estudante. A proposta oferece 5 itinerários formativos, ao tempo que estabelece que os municípios são obrigados a oferecer mais de uma opção, portanto, a oferta de dois itinerários por município estaria totalmente dentro da Lei, o que representa uma redução da tão difundida “liberdade de escolha”. Em relação ao desmembramento da carga horária em dois momentos, Lino (2017) opina que:

O direito à educação de qualidade e à formação humana são desconsiderados e frontalmente ameaçados com uma pretensa flexibilização curricular que a Lei 13.415/17 introduz na LDB, anulando a concepção de um ensino médio como etapa da educação básica, portanto comum a todos, e que será complementada com a adoção da BNCC, que padroniza os currículos, reduzindo-os, desconsiderando as diversidades do público-alvo, a realidade das instituições e o contexto sociocultural. (2017, p.88)

Tendo em consideração as possíveis implicações da nova estrutura do currículo de EM, colocou-se a temática na mesa de discussão nos grupos focais, realizando as seguintes perguntas aos estudantes:

- Vocês têm conhecimento sobre a proposta da escolha de itinerários para organização do currículo do Ensino Médio?
- Vocês sabem quais são esses itinerários?
- No artigo 4 da Lei que aprovou a reforma diz que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Com isso, as escolas não são obrigadas a possuir todos os 5 itinerários possibilitados pela Lei. Vocês tinham conhecimento disso? Qual sua opinião?

Verificou-se que os estudantes não reconheciam o termo “itinerário formativo”, mas, foi possível identificar no discurso colocado que sabem que a reforma propor aos estudantes se focar numa área específica. De modo que exteriorizaram suas preocupações respeito às possíveis implicações que os itinerários teriam na formação da juventude, resumidas nos aspectos a saber:

a) Sobre a falta de professores para responder a demanda pelos itinerários formativos

Pensem assim: são eles que fornecem os professores como ela disse nem todas as escolas terão essa possibilidade de ter os cinco itinerários. Então, vamos supor que aqui na nossa escola, eu resolvo fazer Ciências Humanas aplicadas, [cita o nome] ensino técnico e essas coisas todas, será que vai ter professor? [ALGUEM RESPONDE: Não, se só para nosso ensino já não tem professor] [G1P7F1]

Eu escutei que isso vai de escola para escola, e aí se tiver uma escola com menos professores, se eles acharem tipo: ah! Não temos professor e vocês não precisam, eles não mandam professor, e tu vai te que te adaptar com as matérias que tú tem. [FALA COMPLEMENTARIA: Sim por exemplo, a gente estava sem professor de literatura, aí se não tiver professor no caso a escola não é obrigada a ter.] [G3P5F13]

Prevendo a probabilidade de falta de professores para atender os diferentes arranjos curriculares a Lei nº 13.415 estabeleceu o denominado itinerário formativo integrado, trata-se como seu nome adverte da articulação de componentes curriculares dos cinco itinerários, porém, não necessariamente de todos; os sistemas de ensino poderão organizar este tipo de itinerário de acordo às necessidades do contexto. Respeito disso, Simões (2017) traz um interessante exemplo:

Isso significa que os sistemas de ensino, por exemplo, dado a falta de professores de Física, Química, Sociologia e Filosofia (se estes componentes continuarem sendo ofertados), em alguma comunidade ou cidade, possam articular componentes para ofertar um itinerário intitulado Ciências Humanas e da Natureza, composto por Geografia, História e Biologia? As ações governamentais podem deixar ainda mais claro, no processo de implementação da reforma, que não se objetiva contribuir de forma efetiva para que os jovens da escola pública possam acessar o ensino superior público, uma vez que as avaliações – como o Enem e os vestibulares – continuarão tendo como referência o total dos conhecimentos dispostos nas áreas da BNCC; assim, também, ampliar e/ou fortalecer cursos de licenciatura. (SIMÕES, 2017, p.55)

A desconfiança que existe na efetividade das instituições governamentais, é um outro aspecto que foi percebido. Em todos os grupos os estudantes faziam referência às entidades do Governo, utilizando o pronome “eles”, denotando um distanciamento entre eles como estudantes e as pessoas que dirigem os rumos do país, como expressa a interlocução entre dois estudantes na fala G1P7F1 “são *eles* que fornecem os professores... será que vai ter professor? *Questão que responde outro estudante: Não, se só para nosso ensino já não tem professor*”. Não por acaso que se expressam desta forma, pois os grupos relataram a falta de professor tornou-se uma rotina a cada ano. “A gente não tinha professor de inglês, de química, de física, que mais? [FALA COMPLEMENTARIA: *Português*] [G1P7F2]” outro estudante agrega “*História também e isso acontece todos os anos, todos os anos acontece.* [G1P7F4]”.

Outra associação frequente foi entre Governo e capital: *Eles* querem nos incapacitar, nos transformar em robôs, *eles* querem marionetes [FALA PARALELA: *e mão de obra barata*] [G1P11F2]”, outra fala no Grupo 3, também destaca esta opção: “*De um jeito eles* querem se favorecer e entre aspas deixar o povo burro, enquanto eles deixam o povo burro,

eles vão faturando acima de ti. Praticamente isso! [FALA PARALELA: Eles só querem encher a bunda de dinheiro.]”. Autores como Moura e Filho (2017) destacam esse controle dos interesses dominantes, instalada no Congresso Nacional (CN) principalmente a partir das eleições de 2014. Os autores, mostram uma tabela com a composição do CN para a legislatura 2015-2019.

Tabela 4 Principais grupos de interesse no CN na legislatura 2015-2019

Grupo	Parlamentares		Interesses
	Senadores	Deputados	
Empresários	30	221	Defesa do setor produtivo
Evangélicos	3	75	Identificado com as causas deste grupo, inclusive do ponto de vista empresarial
Ruralistas	17	109	Majoritariamente, defesa do agronegócio
Meios de Comunicação	60		Interesses empresariais dos concessionários de rádio e/ou televisão
Segurança pública	50		Três grupos: legislação educativa e preventiva; interesses da indústria armamentista; adeptos da pena de morte, redução da maioria penal etc. (22).
Saúde	11 (o DIAP não afirma que são 11, mas só cita 11 nomes)		Três grupos: saúde pública (6); interesses privados lucrativos (3); defesa das santas casas/filantropia (2)
Educação	20 (o DIAP não afirma que são 20, mas só cita 20 nomes)		Três grupos: educação pública e gratuita (9); organizações privadas com fins lucrativos (8); instituições filantrópicas e/ou vinculadas às igrejas

Fonte: Moura e Filho (2017) com base nos dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014)

- b) Em relação à idade apropriada para fazer a escolha de um itinerário formativo e a preocupação com tomar uma decisão errada

A gente está num momento da nossa vida, que a maioria aqui não sabe o que vai fazer na vida, não teria condições de escolher, ah vou fazer isto ou aquilo. Outra coisa, a maioria de nós nunca fomos numa faculdade para ver como é a vida lá, e tal. Por exemplo, eu quero fazer direito, mas eu nunca vi a vida de um estudante de direito e muito menos de um advogado, aí eu vou achando que é uma coisa e é outra, e aí? Se eu escolher no colégio, fazer na área das humanas porque eu tinha ascensão a isso. [G1P7F6]

Acho que tal vez no terceiro, não no segundo. [G2P8F2]

É exatamente o que [cita o nome da colega] estava dizendo, e se eu tiver dúvidas já no futuro, e não tivesse estudado física nem química e depois eu quero uma profissão que envolva essas matérias, eu não teria a base e isso complica. [FALA EM RESPOSTA; aí por exemplo, tu vai perder oportunidade de emprego porque não teve chance de estudar aquilo que precisava.] [G3P4F4]

Se bem a Lei nº 13.415 coloca muitos aspectos no plano das possibilidades ou a critério dos sistemas de ensino e das necessidades locais, foi exigente no que se refere à formação técnica profissional. No artigo 36, § 12, estabelece que as escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional. Esta obrigação da escola vá ao encontro do determinado no § 6º do mesmo artigo, que propõe a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional. (BRASIL, 2017)

É evidente que estas propostas encontram-se inseridas no campo da Educação para a Carreira; modalidade de ensino que vem sendo implementada em diferentes países a partir da década de 1970, para Irving (2010) citado por Munhoz e Melo-Silva (2011) os princípios da Educação para a Carreira tem se pautado pelos princípios liberais, do individualismo, da igualdade de oportunidades e da liberdade de escolha, acrescidos das concepções neoliberalistas que atribuem ao indivíduo a responsabilidade pela administração da sua carreira e sucesso (ou fracasso).

Nos países europeus por exemplo, é comum e recomendado que os programas de Educação para a Carreira estabeleçam pontes com o mundo do trabalho através da organização de experiências para ajudar os alunos a desenvolverem as próprias perspectivas acerca do mundo do trabalho e de suas preferências em termos profissionais. As iniciativas envolvem experiências no próprio local de trabalho (*work experience*), observação de trabalhadores (*work shadowing*), visitas ao local de trabalho, simulações (*work simulation*) - como mini-empresas ou ainda um esquema de tutoria (*mentoring*) de adultos para jovens em processo de escolha e/ou planejamento da carreira. Estas experiências são consideradas fundamentais nos programas de Educação para a Carreira e sua efetivação está intimamente ligada ao desenvolvimento de parcerias com a comunidade laboral. (MUNHOZ E MELO-SILVA, 2011, p. 42)

Em vista do anterior, evidencia-se que esta pesquisa se opõe a essa concepção do Ensino Médio como uma etapa preparatória para o trabalho, em lugar disso, sustentamos a noção de politecnia³⁸, como identidade para esta etapa de ensino. Nessa linha de pensamento, Silva (2014, p.70) aponta que uma formação integral da juventude brasileira pressupõe a “vinculação dos conhecimentos científicos, com a prática relacionada à contextualização dos fenômenos físicos, químicos e sociais, bem como a superação das dicotomias entre humanismo e tecnologia”.

³⁸ Entende-se a formação humana sendo simultaneamente intelectual, educação do corpo e educação tecnológica. Essa triagem integra o conceito de politécnica (Machado, 1989 *apud* Silva, 2014, p. 66)

- c) Sobre a aprovação da redução de disciplinas para se dedicar ao enfoque de uma área de interesse.

No caso, a nova reforma seria para a pessoa estudar somente aquilo no que vai trabalhar. No caso, quem trabalharia contas, teria aulas de matemática, em fim todas as matérias que conversam com isso. E aí a reforma seria para estudar somente aquilo que é necessário para o que tu quer, porque a gente estuda muita coisa; português, matemática, que é o principal obviamente. Também química e física, mas quem quer trabalhar com direito, por exemplo, não precisa de física. [FALA PARALELA: tá, mas eu te pergunto: e quem quer trabalhar com física e química?] Mas, aí estuda isso, entendeu? A nova reforma seria para estudar exatamente o que tu quer. [ALGUEM LHE PERGUNTA: ah e como é que a persona de 14... 15 anos vai saber o que quer fazer para o resto da sua vida.] Pergunta para alguém, tipo aqui a maioria já deve saber mais ou menos o que quer, mas pergunta para uma pessoa no nono ano, ou oitavo ano, ela vai dizer ah quero estudar isto daqui, só porque é mais fácil [VARIAS FALAS PARALELAS: “exatamente isso”] [G3P4F3]

Eu não concordo muito, porém, tudo que nós aprendemos na escola não usamos em algumas profissões, no caso, se a pessoa quer alguma profissão onde não precise de biologia, não haveria importância em retirar da escola. [EII02]

Tipo, podem dizer que o negócio não está bem, mas num ponto eu sou a favor disso, porque tem profissões que não precisam de todas as matérias. Quando eu sair daqui, quero ser da civil, então tipo já não precisa de história e geografia. [VARIAS FALAS PARALELAS COMENTAM: “Precisam sim!” “História precisa!”] Cara, eu sei mas tipo não precisa de todas as matérias. Por isso sou a favor. [Alguns parecem considerar a ideia]. [EU PERGUNTO: TEM ALGUMA OUTRA RAZÃO PARA SER A FAVOR?] Acho que só por isso. [G2P4F6]

Em pesquisa realizada por Sganzerla e Silva (2016), demonstrou-se que o desinteresse pela escola ocorre em virtude de que determinados conteúdos são vistos pelo aluno como desnecessários, isto é, não tem nenhuma relação prática, sendo que alguns professores simplesmente reproduzem conceitos dos livros didáticos, e não se importam com o aluno. Nesta pesquisa identificou-se que a maioria dos professores da escola utilizam estratégias pedagógicas qualificadas de “anacrônicas” pelos estudantes, o denominador comum entre as falas foi a falta de insumos escolares com que os professores contam para desenvolver o ensino, expressando que as vezes o professor não tem nem folha para passar a redação. Por esse motivo, a continuação dedicou-se uma categoria a análise deste cenário.

4.4 Insumos escolares em relação as condições físicas e organizativas da escola

Começamos esta discussão estabelecendo que os insumos escolares representam a infraestrutura que possui a escola, nesse sentido, para além das condições físicas, os insumos se referem a:

Infra-estrutura de todo tipo, seja o número médio de alunos por turma; o número de horas-aula; os docentes com formação superior; a construção e a melhoria das dependências da escola; a existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. (SOARES e SÁTYRO, 2008, p.09)

A deficiência de infraestrutura nas escolas afeta diretamente a qualidade da educação, manifestada nos prédios e instalações inadequadas, a inexistência ou pouco abastecimento de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos e a formação continuada dos professores são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos.

Em função disso, discutiu-se com os estudantes, como eles avaliam as condições físicas e organizativas da escola para a implementação da Reforma do Ensino Médio. Dentre as respostas três aspectos ganharam destaque, os mesmos se encontram fortemente articulados uns com os outros, mas consideramos que merecem um atendimento individualizado:

a) Respeito ao estado das dependências e serviços pedagógicos

Existe um caráter contraditório no discurso e da Lei. Por um lado, ela evidencia uma intencionalidade de protagonismo juvenil, flexibilidade e liberdade de escolha, a qual necessariamente demanda amplos e imprescindíveis investimentos, que em vista das precárias condições na grande maioria das escolas públicas não seria possível de outro modo. Não obstante, segundo Moura e Filho (2017), tal ampliação de recursos está negada por duas décadas face às consequências da EC 95. Sobre isso os estudantes opinam que a infraestrutura:

Totalmente debilitada, a escola não tem condições nenhuma disso! Veja bem, a estrutura da escola, não é de padrão, como por exemplo de um colégio americano. O nosso Governo não investe na educação como os outros Governos, como os países de primeiro mundo, então não teria condições. [G1P5F1]

E muito pouco para o que eles querem fazer, é escasso para o que eles querem fazer com a estrutura que temos. [G3P11F1]

Temos cinco computadores para uma turma de trinta alunos, e só funciona um. [FALA PARALELA: Ahhh, mas lá tem uma caixa com monte de computador e ninguém faz nada.] Pois então, não tem como a gente chegar lá e tirar. [G3P15F9]

Nem computar temos direto. Cinco horas para ligar, se é que liga. [G3P15F8]

Entre os estudantes ficou evidenciado que existe uma relação direta entre os insumos escolares, a qualidade do ensino o desempenho escolar; como é possível observar na seguinte fala, o baixo investimento na educação e a precariedade de recursos públicos destinados são insuficientes para garantir condições adequadas ao acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, além disso, o sentimento de desqualificação em relação ao contexto tecnológico escola fora se fez presente.

O mundo tá evoluindo, tecnologia, tudo está evoluindo. E tu está aprendendo sempre no básico, tipo isso daqui é o básico: “coloca no quadro o que eles precisam, e escrevam no caderno”, e depois no caderno tanto faz, tu vai trabalhar e pronto. [G3P15F6]

b) As condições da escola em relação ao Ensino Médio em tempo Integral

A Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral é uma política de fomento que “prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de **dez anos por escola**” (BRASIL, 2017. Grifo nosso).

Esta política estipula que haverá destinação de recursos financeiros para as escolas que tenham formalizado um Termo de Compromisso, o qual conterà, no mínimo, as seguintes condições:

- I – identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
- II – metas **quantitativas**;
- III – cronograma de execução físico-financeira;
- IV – previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programas (BRASIL, 2017, grifos nossos)

Ressalta-se que somente poderão acessar os recursos financeiros da Política de Fomento aquelas escolas que “tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral” a partir do dia 16 de fevereiro de 2017 e que tenha projeto político-pedagógico alterado conforme o estipulado na Lei nº 13.415.

Segundo sancionado na Lei nº 13.415, os valores financeiros a serem transferidos estão totalmente indefinidos, pois o valor por aluno matriculado que consta do Censo Escolar da Educação Básica dependerá da disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação (AMARAL, 2017; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE, 2017.)

A pergunta que fica no ar é: considerando que nos dez anos previstos para a existência da Política de Fomento estará em vigor o Novo Regime Fiscal (NRF) aprovado pela Emenda Constitucional nº 95, o MEC terá disponibilidade financeira para transferir recursos para desenvolver o atendimento em tempo integral nas escolas de Ensino Médio na configuração estabelecida pela nova Lei? A esse respeito os alunos opinaram que:

Eles querem dar tipo um passo mais grande que a perna, porque eles estão tentando impor um negócio que eles não têm nem estrutura para fazer. E como é que vão botar mil alunos numa escola que tipo não tem estrutura para aguentar mil alunos, sabe... [FALA PARALELA: não tem verba] então é tipo não sustenta nem os dois turnos individuais. [G3P10F9]

E ai eu acho que eles já não verba para quatro horas que a gente passa aqui, ai imagina turno integral, que tem que almoçar e tomar o café, eu acho que ai eles não iam dar. [FALA PARALELA: Merenda de boa qualidade, né? [Se escutam alguns risos]. [G4P4F3]

Se a escola já não tem muito para funcionar num turno de manhã e de tarde, que são separados, que tem horários separados, imagina assim, só direto, e ainda muitos alunos, não dá, a escola não aguenta mesmo. A pública não aguenta isso, porque depende do governo, aliás. [G1P4F2]

Fico pensando: vamos supor que mude isso. Até se acostumar, aí tu vai fazer o tu fazer o turno integral, mas será que vai funcionar? Essa é a questão, vai funcionar de que jeito? Como é que tu vai conseguir manter, vamos supor, mais de mil alunos dentro de uma escola integral? [G3P10F3]

Eu acho que não tem condições para manter por exemplo a merenda de tarde. [FALA COMPLEMENTARIA: Durante o almoço também, porque a gente vai ter que ficar] A gente almoça no chão porque o refeitório é pequeno demais. [VARIOS RISOS E FALAM: “não é o almoço”] se tivesse. [G2P6F1]

E ainda tem aquela coisa de congelar os montos de educação e não sei o que. Que tu congela o que já tem agora, que não se consegue fazer quase nada, imagina tu congelado e com mais alunos em integral. Ai sim que não vai ter nada praticamente. [G3P11F2]

Para Lino (2017), os argumentos em defesa da Reforma apontam para a possibilidade de redução das elevadas taxas de evasão, entretanto, a fragmentação em percursos formativos e a ampliação da jornada em tempo integral sem que estejam garantidos de forma permanente os investimentos, tornarão mais precária a oferta, comprometendo o acesso dos quase dois milhões de jovens entre 15 a 17 anos, que estão fora da escola ou trabalham e estudam.

Vamos supor assim, pela idade que a gente tem, a maioria 15 ou 16 por aí, não pode trabalhar de noite. [FALA PARALELA: Senão ai a gente vai perder a oportunidade.] No meu caso particular, meu trabalho complementa a renda da minha família, com um pequeno salario de jovem aprendiz, então não vai rolar, não iria dar certo. [G1P4F6]

Embora a percentagem de estudantes que trabalham não é muito elevada, não se pode desconsiderar que a ampliação do tempo na escola afetaria a estes jovens. Assim, ao invés de reduzir, “a reforma ampliará a evasão escolar, e o aumento da jornada se configura mais como engodo do que meta, que não traz qualidade, mas, sim, precariedade”. (LINO, 2017, p.83)

Em todos os grupos se destacou que parte do problema está na implementação de políticas baseadas nas experiências exitosas de outros países e, que, portanto, não refletem a realidade da maioria das escolas brasileiras, principalmente as públicas que albergam mais do 80% das matrículas.

O problema, é que querem tipo imitar os Estados Unidos, só que a gente não tem recurso para isso, eles vivem diferente do que nós, são pessoas que desde pequenas tem uma educação excelente e a gente não; [G3P10F5]

Pegam uma educação lá da Suécia e querem implantar no Brasil, que é o país sei lá... de primeiro mundo e aqui no Brasil fica fora da realidade, e nossa escola não tem estrutura nenhuma, não para ser integral. Eu estudaria integralmente se fosse lá na Suécia, aqui no Brasil não. [G1P5F2]

Gonçalves (2017) concorda com as colocações dos estudantes, a autora considera que:

Tal argumento não considera a diferença social, cultural e econômica do Brasil com os outros países. Além disso, não há como comparar, por exemplo, a escolarização brasileira com países europeus, por exemplo, onde a etapa que correspondente ao ensino fundamental acontece em tempo integral e os jovens chegam para cursar o ensino médio com um bom embasamento nas diferentes áreas do conhecimento e com o domínio de no mínimo 2 idiomas. (2017, p. 136)

c) Condições atuais do trabalho docente e possíveis efeitos perante a reforma

As condições de trabalho docente têm levado os pesquisadores como Esteve (1999) e Nóvoa (1995) a interpretarem que o trabalho docente sofre um processo de precarização. Nas últimas décadas, os professores brasileiros têm contado com significativas perdas salariais, trabalhistas, desvalorização da profissão, sobrecarrega, insegurança e violência nas escolas. Os jovens pesquisados concordam com a atual precarização do trabalho docente e do ensino em termos gerais, para Corinto^{IA}₁₃, integrante do grêmio escolar “Faltam professores, falta estrutura para sala de aula, falta tudo”. Outros colegas concordam com ele, ao momento de expressar que:

É precária, a situação. [G4P4F1]

Os professores de redação não têm nem folha para passar a redação para nós. [G4P4F2]

Eu acho que seria legal acrescentar e não tirar. Já a situação é muito precária. [FALA COMPLEMENTARIA: É isso, nossa educação já está precária, e aí mais que vão tirar matérias, a gente vai ficar cada vez mais ignorante.] Se acrescentassem fosse melhor, tipo nos Estados Unidos tem escola de arte, na escola tem curso profissionalizante de química... não é só a aula que tu precisa fazer e te formar, os alunos saem meio formados já de lá. [G2P4F8]

Perante esse cenário, considera-se que a Reforma do EM como uma das mais recentes políticas em matéria educativa, terá um efeito direto no trabalho docente, e, por conseguinte, na formação dos professores que daqui em diante serão requeridos pelos sistemas de ensino. Entre estes aspectos se destacam: as mudanças no currículo (redução de disciplinas e aumento da carga horária), as parcerias público-privadas que incluem o notório saber para que profissionais não docentes possam-se desempenhar como professores no itinerário formativo de formação técnica e profissional e a perspectiva de trabalho docente polivalente atendendo os itinerários formativos, mesmo que vai demandar uma formação generalista por parte dos professores.

Estas preocupações não são exclusivas dos estudiosos e pesquisadores da área, a partir dos depoimentos dos estudantes, identificou-se um sentimento de solidariedade com a precária situação que os professores de Ensino Médio podem afrontar daqui em diante. Se apresentam a continuação duas falas significativas, por seu conteúdo inquisitivo:

Uma dúvida que eu tinha, como vai ficar o emprego dos professores? Por que se é só português e matemática, que vai passar com o professor que está lá, de química por exemplo? [RESPOSTA À PERGUNTA: no slide mostrou também que se um cara por exemplo tiver, souber o que está fazendo, um veterinário pode dar aula de medicina por aí, no caso se um cara tiver prática no assunto, mano.] Não, estou falando do professor de física, química, biologia? Tipo, a gente tem 16 matérias, acho, e que vai acontecer com os professores de outra área, se for só português e matemática? [G3P3F6]

O que irá acontecer com cursos, professores, faculdades que dão aula sobre essas matérias que não vão ser obrigatórias? [EI13]

Para Lino (2017), a reforma impacta diretamente a carreira dos profissionais da educação, pois traz a possibilidade de redução de postos de trabalho na rede privada e de vagas para concursos nas redes públicas, tendo em vista que um conjunto de disciplinas não serão mais de oferta obrigatória e outras podem ser ministradas por outros profissionais não docentes – referindo-se ao notório saber-. Por outro lado, no que se refere à possível contratação de professores por área de conhecimento Simões (2017), ilustra um hipotético e muito provável cenário:

Em um dos desdobramentos possíveis, a oferta da área de C.H., assim como as demais áreas, poderá ocorrer de acordo com a disponibilidade de professores que já fazem parte do quadro próprio do magistério (concurados), dispensando cada vez mais a necessidade de novos concursos e elevando de forma violenta a dispensa imediata de professores contratados por processos seletivos simplificados (que já são submetidos a regras e condições que precarizam o trabalho docente). Se essa hipótese se confirmar, assistiremos a um dos mais significativos momentos de enxugamento da máquina pública no campo educacional, seguido por recontrações precárias como resultado da flexibilização da lei trabalhista (terceirização). (2017, p. 54)

Enquanto ao notório saber, identificou-se que os estudantes têm uma incipiente noção sobre o termo e suas implicações. Destaca-se que em todos os grupos se fez referência à possibilidade de um açougueiro ministrar aula de biologia, anatomia ou medicina, entendemos que os professores da escola ofereceram esse exemplo para eles, situação que ficou aderida ao sistema representacional dos jovens, no entanto, é impossível não categorizar este exemplo como uma pseudoinformação, posto que alguns jovens relataram que o notório saber nesse formato iria se aplicar nas faculdades também.

A professora falou que com esse ensino ia ter... tipo um acesso, ela falou a palavra, mas eu esqueci, fugiu. E onde falava que não precisava ter tanto conhecimento, **por exemplo um açougueiro ia poder ensinar medicina com esse novo ensino**, foi algo assim que ela explicou. Um açougueiro que lida com carnes e tal, **ia poder explicar sobre o corpo humano na faculdade**, então, eles iam descartar os professores e pegar ele para dar aula de anatomia por exemplo. Ai que acontece?... Ahhh ela citou também... [fica uns segundos pensando] ai ela deu um nome para isso, só que fugiu. [PERGUNTO: NOTÓRIO SABER?] É isso sim. [G2P4F1]

Na conversa daquele dia, o notório saber, só para lembrar vocês é assim: eu e (cita o nome) temos o notório saber de matemática e vou poder dar aula de matemática, sendo

que não tenho **nenhuma qualificação para isso**, mas eu vou poder dar aula de matemática, porque eu tenho o notório saber. [G1P9F1]

É tipo assim: eu preciso saber só o básico, eu **sabendo o básico** vou poder ensinar; eu acho um pouco errado isso. Que o cara vai saber somar e dividir e vai poder dar aula, eu vejo isso um pouco desnecessário. [G2P4F2]

As falas denotaram que os estudantes definem ao profissional com notório saber como uma pessoa que retém conhecimentos básicos, portanto, não qualificada para realizar as funções de ensino. Além disso, em nenhum grupo fizeram referência ao fato de que o notório saber aplica somente para o itinerário formativo de ensino técnico profissionalizante, portanto, assumem que aplicará para todos os itinerários formativos.

4.5 Reforma e dualidade do Ensino Médio

A identidade do Ensino Médio brasileiro tem sido uma questão em debate ao longo dos anos, as reformas educativas implementadas nesta etapa de ensino num sentido direto ou menos direto estavam focadas a diminuição da linha entre uma formação para o trabalho ou para ingresso na universidade. Esta ambiguidade na identidade do EM espelhava-se numa dualidade:

Para a elite dominante, prevalecia na prática, a escola voltada para a preparação ao ingresso no Ensino Superior. Aos alunos pertencentes à classe trabalhadora, quando conseguiam ter acesso a esse ensino, eram oferecidos cursos profissionalizantes, sendo, na maioria das vezes, de baixa qualidade. (MELO, CIRILO e PINTO, 2016, p.106)

A Lei nº 13.415/17 altera a LDB também no ao Capítulo IV, referente à educação superior. Esta alteração se refere ao processo seletivo nas universidades. Deste modo o Art. 44, § 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2017)

Por um lado, a lei desconsidera a autonomia das universidades em proceder à avaliação dos candidatos a suas vagas, ao impor a “exclusividade” do um exame e por outro lado, assegura que os jovens possam concorrer por uma vaga, apesar de suas escolhas formativas no Ensino Médio.

Respeito a esta temática consultamos aos estudantes se eles consideravam que esta reforma ia preparar melhor para o ingresso na universidade ou no mercado de trabalho. As discussões foram variadas, demonstrando concepções opostas, embora a maioria acredita que a

organização do ensino por itinerários formativos vai promover o ingresso no mercado de trabalho e vai reduzir as oportunidades de ingresso na universidade.

Houve, contudo, no grupo focal 2, uma solitária indicação de que a reforma vai dar maior oportunidade de ingresso na universidade, pois, desde o Ensino Médio se contará com um enfoque centrado para o ensino e aprendizagem de uma área específica, a qual será ampliada e especializada na educação superior.

Para a universidade por causa que eles estão focando no nosso futuro, para nós escolher o seguimento que a gente quer nossa vida, então acho que muito mais para universidade que pro mercado de trabalho. Eu acho que é isso, querem a gente se especializar na faculdade. [G2P9F2]

Destacamos que este foi o único depoimento dessa natureza. O padrão nos 4 grupos focais foi o discurso oposto: as mudanças que a reforma implica para o ensino médio vão promover uma profissionalização acelerada e a diminuição das possibilidades de ingresso no Ensino Superior. Constata-se nas seguintes falas que os estudantes desconhecem o estabelecido no Art. 50 da Lei nº 13.415, que altera o Art. 44 da LDB. Em outras palavras, eles assumem que para ingressar na universidade terão que apresentar um exame abrangendo tanto os conteúdos desenvolvidos na BNCC como os ministrados em cada itinerário formativo. Além deste aspecto, na fala G3P4F1 destaca-se novamente a percepção de que os itinerários formativos representarão uma forma de encaixar o aluno numa área específica, ficando sem possibilidades ante as incertezas do futuro.

Olha, veja vem, a escola pública no caso, não vai ter a estrutura de um colégio privado e sendo que **no ENEM vamos ter todas as disciplinas e nós não teremos o conhecimento suficiente para conseguir ingressar numa universidade**, porque se hoje em dia já é difícil e nós temos alguns professores, mal ou bem, imagina sem professores. [G1P8F2]

Eu não concordo com a nova proposta do novo ensino médio, a educação nas escolas públicas já não está boa, com falta de professores e etc... Está **difícil já entrar na faculdade pública, imagina sem o conhecimento das outras áreas** que não vão nos proporcionar. [EI11]

Eu acho que vai nos prejudicar muito, porque todas as matérias nos trazem conhecimento, um pouco de cada, por que por exemplo se eu for fazer o ENEM vai cair todas as matérias, então a gente tem que saber, porque se a gente escolher uma, por exemplo, se eu quiser professora de química, não sei se tem como escolher assim; mais **se eu mudar de ideia no futuro, eu não vou ter a base**, o conhecimento de uma matéria que eu poderia ter tido, se eu mudar de ideia no caso sobre meu futuro o que eu quero para mim. [G3P4F1]

Frente a estes depoimentos, denotamos também um sentimento de inferioridade em comparação com os estudantes formados em escolas particulares, considerando que eles não terão os suficientes fundamentos para concorrer por uma vaga no ensino superior. Isto representa uma supressão dos sonhos e aspirações dos estudantes, resultou constrangedor

escutar as falas de jovens que deveriam ter todas as esperanças de um futuro melhor, mas que conscientes de sua precária formação básica, lidam com a ansiedade de não ter suficientes escolhas depois de terminar o Ensino Médio.

Os alunos da escola pública, são os mais prejudicados, porque nas escolas particulares vão ensinar todas as matérias, e aí a gente que é de escola pública não, por que **a gente não tem como pagar**. [G3P4F2]

Quando a gente vai fazer um ENEM no caso a escola pública, a gente não vai ter toda essa informação que vai estar ali naquela prova, os estudantes de escolas particulares vão ter toda a informação para estudar e vão ficar **mais preparados para a prova do que nós de escola pública**. [G1P1F4]

Como é que estudante de escola pública vai ter condições de entrar na universidade se eles estão cortando tudo? Toda essa educação que a escola privada tem a gente não vai ter e **simplesmente vai ser muito difícil a gente alcançar uma entrevista**. [Corinto^{IA}₁₉]

Esta discussão sobre a democratização do acesso ao ensino superior, não é recente, historicamente no Brasil, tanto o Ensino Médio propedêutico como o Ensino Superior se caracterizou por seu caráter elitista. Para Freitas, Lobo, *et al.* (2017) no ensino superior a desigualdade social se torna muito evidente, dado que:

O ingresso neste nível de ensino se dá por mérito e as condições de escolarização básica da população brasileira apresenta distâncias abismais entre o ensino ofertado nas escolas privadas e a educação oferecida às camadas populares, que, submetidas ao ensino público, acabam por escolher opções de escolarização que possibilitam a entrada no mercado de trabalho de maneira mais ágil. (2017, p.1)

A Constituição Federal de 1988 estabelece um sistema meritocrático para o acesso ao Ensino superior, definindo que o acesso aos níveis mais elevados de ensino se dá a partir da capacidade de cada um. Em vista disso, segundo Freitas, Lobo et al. (2017) pode haver uma culpabilização do aluno pelas dificuldades de entrada e permanência no ensino superior, como se essas dificuldades estiverem relacionadas a falta de capacidade dos mesmos. Desconhecendo a historicidade socioeconômica e as dificuldades que os estudantes das camadas mais pobres têm tanto para o ingresso como para a permanência no ensino superior.

Para Sposito e Galvão (2004) o Ensino Médio é uma etapa marcada pelos dilemas da transição para um estágio no ciclo da vida para outro. Os estudos superiores não se configuram como um plano imediato para todos os estudantes. As diferenças e singularidades em cada jovem os conduzem por diversos percursos; alguns decidem por trabalhar ou acrescentar sua formação através de cursos técnicos, geralmente para os já inseridos no mercado de trabalho desde o Ensino Médio, torna-se mais urgente se inserir no mercado.

Na sequência se apresenta uma fala que faz referência às opções formativas que os jovens procuram hoje em dia, em vista da frequente impossibilidade de inserção digna no mundo do trabalho. Os estudantes afirmam que é mais viável optar por um curso técnico que por uma carreira no ensino superior, pois além de considerar-se menos dificultosa, requer também um investimento menor.

As pessoas já não fazem ou tentam fazer faculdade pois um curso técnico, talvez seja mais rápido. E é mais fácil conseguir emprego pelo curso técnico que do que uma faculdade, por exemplo. Um engenheiro não consegue emprego tão fácil do que um que por exemplo faz um curso no IF, faz o mesmo serviço só que o mesmo curso é mais barato, [FALA PARALELA: e a mão de obra é mais barata] e aí quem está fazendo faculdade não consegue se empregar facilmente, e as pessoas vão mudar cada vez mais. [G3P7F3]

Eu quero fazer faculdade também mais acho que o curso técnico é mais fácil. [A maioria assente com a cabeça] [G3P7F4]

Embora o ensino técnico seja considerado mais acessível do que o ingresso na faculdade, os dados demonstram que um reduzido número de pessoas opta por realizar estes cursos. Em 2017, no Brasil, 56,6 milhões de pessoas estavam aptas a frequentar um curso técnico de nível médio – eram estudantes do ensino médio (regular ou EJA) ou haviam concluído esse nível (ou equivalente) sem ter alcançado o ensino superior completo. Desse total, 3,5% estava frequentando curso técnico de nível médio, o equivalente a quase 2 milhões de pessoas. Frente a 2016, houve redução de aproximadamente 134 mil pessoas frequentando essa modalidade de educação profissional. (IBGE, 2018)

Na busca de outras opções formativas, se introduz o relato de um estudante que optou por ingressar no Instituto Federal, na sua fala, ele descreve a dura realidade com que se enfrentou ao sair da escola. O choque acadêmico em termos de exigência foi tanto que lhe impediu continuar com seus estudos no IF. Voltando à escola ele teve que lidar com o fracasso e a frustração de uma Educação Básica precária que minimiza as capacidades dos estudantes. Para maior detalhe se apresenta a o relato:

.... **Eu estive no IF e voltei para cá,** e aqui é muito fácil. Tipo, vou dar um exemplo: nas provas o professor: a casa de João é amarela? Isso perguntam que cor é a casa de João, é como se fosse assim. **Eu fui para lá e era um bagulho muito impossível, só tirava nota ruim, eu me decepcionei e acabei voltando.** A professora de matemática é muito esforçada, ela vai, vai, mas ela faz tipo a prova de matemática dela... é muito fácil! [FALA PARALELA: Falta fortalecer o ensino.] [G3P16F2]

Lá é tipo universidade, se tu quer tu tens que correr trás disso. Ai tu já te acostumas como faculdade. E aqui não, tipo é muito mimimimi sabe... lá **o desnível do particular ou do que é mais evoluído como o IF, para pública é MUITO discrepante.** Quando tu muda consegue ver a diferença. [FALA PARALELA: mas lá tem até processo seletivo.] Exatamente, mais igual é disponível a oportunidade para pessoas entrar. E quem vai daqui, fala que sente o impacto e acaba voltando, porque

quem volta é que vai sofrer é porque quem está lá, está tipo, aprendendo um negócio que a gente aqui no aprende, sabe. Estão muito mais na frente do que a gente aqui. Sim, a gente que saiu por exemplo do nono ano, porque lá é só ensino médio, né, chegou para fazer prova e ninguém sabia nada, porque a gente não foi preparado para aquela prova. E aqui se achavam como se fossem esmerados alunos, **eu me considerava um aluno excelente**. Tem outra amiga, que também... eu considerava ela uma gênio da turma. Ela não está repetindo mais ela rodou. [G3P16F6]

Para finalizar esta análise, aponta-se à recorrente associação que os grupos fizeram dos conceitos de empregabilidade e “mão de obra barata”; assumindo que a Reforma do Ensino Médio terá como efeito: a redução da possibilidade de ingresso na universidade, assim como, a dificuldade para se inserir dignamente no mercado de trabalho, situação que delimita suas possibilidades de desenvolvimento social, forçando aos jovens a formar parte de um contingente de mão de obra no setor produtivo.

Destacam também a percepção de que a precarização e fragmentação do ensino impedirá desenvolver capacidades cognitivas que lhes permita ser pessoas críticas e reflexivas sobre sua condição na sociedade.

Matemática e português são matérias limitadas para que a gente... **as matérias que ajudam fazer questionamentos e tudo, a gente não terá** e sem questionamento a gente sempre faz a escolhas mais fáceis, então, **sem todas essas matérias a gente vira mão de obra barata**. [FALA COMPLEMENTARIA: Exatamente, a gente vai entrar nesse mercado, como mão de obra barata, porque até agora não tem trabalho gente, então...] [G1P8F3]

Eles querem nos incapacitar, nos transformar em robôs, **eles querem marionetes** [fala paralela: e mão de obra barata] [G1P11F2]

As últimas falas deste texto serão dedicadas à descrição de uma cena vivenciada durante a Grupo focal 3: um estudante em tono apesarado e carregado de preocupação enuncia: Mais porque esta reforma, o que eles ganham?

Depois de alguns segundos de reflexão por parte de seus colegas, vários começam a se expressar: “Mão de obra barata” diz o primeiro, “menos recursos” propõe um segundo, “Vai ganhar soldadinhos que foram produzidos para fazer aquilo de aí” agrega o terceiro. Em tom desalentador outro agrega: “Praticamente tu vai morrer fazendo aquilo”, assentindo com sua cabeça o primeiro reafirma “Trabalho escravo”.

Durante o grupo focal, os jovens ofereciam uma resposta ao seu colega, minha mente navegava pelas possíveis respostas. Finalmente pensei, o que eles ganham não pode superar tudo o que estão perdendo. Escutar esta juventude crítica, reflexiva, pensante, combativa tem sido um prazer, finalizo este texto com a esperança de que o trabalho realizado seja útil e do agrado para o leitor e sobre tudo para as juventudes cujas opiniões e percepções ocuparam o foco desta pesquisa. Pesquisa que como tantas outras revela a necessidade que os jovens têm de ser escutados, pois eles têm muito por expressar, eles são sujeitos com opiniões carregadas

de história, origem de classe, anseios e conscientes de sua condição desvantajosa numa sociedade perversamente desigual, este último indicativo brinda um vislumbre de esperança, pois nas palavras do Poeta Social Gerson Tiburcio (2017, p. 5) “o resgate da consciência humana é necessário para a prosperidade de um povo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa que caracterizou esta pesquisa foi conhecer as percepções dos estudantes secundaristas da Escola Estadual Dr. Augusto Duprat da cidade do Rio Grande, RS, a respeito das mudanças que a Lei nº 13.415/2017 propõe para o Ensino Médio.

Para abordar tal premissa, os esforços se focaram em quatro aspectos na análise empírica, a saber: os principais meios de comunicação pelos quais os estudantes tomaram conhecimento sobre a Reforma do EM, analisando sua influência na percepção sobre as mudanças; as percepções dos sujeitos de pesquisa enquanto mudanças no currículo e sobre as condições reais da estrutura física e organizativa da escola que propiciam ou não as mudanças propostas, finalmente a opinião dos participantes da pesquisa em relação à possibilidade do “novo EM” de preparar melhor para o ingresso na universidade ou para o trabalho.

Espera-se que nesta seção sejam retomados alguns elementos que reafirmem a premissa, sendo cientes que embora se intitule considerações finais, não se tem a pretensão de colocar um ponto final, no sentido acabado ou encerrado, pois, seja pela empiria do estudo ou pela complexidade de estudar fenômenos sociais - ainda mais os que se encontram em desenvolvimento, como no presente caso - existe um conjunto de aristas analíticas que podem ter escapado de nossa compreensão como pesquisadoras. Portanto, se apresentam as considerações finais dentro das possibilidades que este estudo permitiu.

Espera-se que este estudo contribua nas discussões sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande, RS, reforçando a importância de dar voz aos jovens estudantes que são a essência e finalidade das mudanças. Além disso, espera-se que o trabalho possa subsidiar estudos prospectivos acerca da compreensão e opinião de estudantes de Ensino Médio no âmbito das políticas públicas educacionais.

Os depoimentos deram voz aos estudantes secundaristas, esta talvez possa ser considerada como a maior contribuição deste estudo, cuja empiria se centrou em explorar e problematizar o jeito como eles percebem a reforma em andamento, assim como, o contexto e momento histórico no qual está sendo implementada. No entanto, para maior compressão do objeto de estudo o trabalho contempla um capítulo dedicado à compreensão das principais políticas dirigidas ao Ensino Médio nos últimos 20 anos, prestando especial na associação das variações na matrícula no Ensino Médio regular, privado e profissionalizante e a relação destes elementos com o interesse do capital privado na inversão neste nível de ensino, assim como os aspectos na conjuntura brasileira em 2016, ano no qual se emitiu a Medida Provisória nº

746/2016 que daria passo posteriormente a Lei nº 13.415/2017. Destacamos também, que a Reforma do Ensino Médio, além de contemplar mudanças curriculares, ela visa suavizar as fronteiras entre o público e o privado e dar abertura ao mercado da Educação Básica. Segundo dados do IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2017 (2018) o Ensino superior privado no Brasil possui o 74,2% das matrículas deste nível de ensino, portanto, com o mercado da educação superior monopolizado, o interesse do empresariado nacional e internacional está se focando na Educação Básica, nesse sentido a Lei nº 13.415/2017 representa a viabilização legal para concretizar a privatização de uma parcela da Educação Básica.

Além destes aspectos, verificou-se os 22 artigos que compõem a Lei nº 13.415/2017 procurando evidenciar as mudanças que implicam em comparação com anterior redação da LDB, assim como os possíveis efeitos para a Educação Básica, principalmente para o Ensino Médio como última etapa deste nível. Deste modo, este capítulo resultou crucial para verificar o que de fato conheciam os estudantes secundaristas do conteúdo da Lei.

Para a produção de dados, propiciou-se um momento para questionários e outro momento para conversas com os estudantes secundaristas a partir de grupos focais, na caminhada da pesquisa foram adicionados os dados de uma entrevista aberta com os membros do Grêmio Escolar e uma conversa extraoficial com a coordenadora pedagógica do Ensino Médio da escola lócus de pesquisa. Consideramos que a seleção destes instrumentos foi apropriada para os objetivos da pesquisa, pois possibilitaram a obtenção de valioso material analítico.

A pesquisa revelou que o 27,8 % dos participantes se situam acima da faixa etária de 15 a 17 anos, idade própria para cursar o Ensino Médio segundo a Emenda Constitucional nº 59/2009, o que significa que a escola se encontra 3.8 pontos percentuais acima da taxa de matrícula líquida nacional.

Ao delimitar o objeto de estudo e estabelecer os objetivos específicos da pesquisa, reconheceu-se que o formato da atual sociedade da informação, não somente revolucionou as formas de comunicação e comércio, também reestruturou a forma de governar. Como parte das estratégias de persuasão para aprovação de propostas, ou validação de suas ações, os governos fazem uso da subjetivação midiática. Assim, as propagandas governamentais também ganharam espaço nos meios de comunicação massiva e nas redes, revelando-se como importante instrumento de amplo alcance para a divulgação de informação dirigida à população.

Em vista disso, antes da imersão no campo considerava-se como hipótese que a ampla divulgação midiática oficial que a reforma teve, tinha subjetivados aos jovens à aprovação das mudanças propostas, seduzidos pelo discurso de protagonismo juvenil, liberdade de escolha e

diminuição de disciplinas. Contudo, esta hipótese foi refutada no transcurso da pesquisa, pois a principal fonte de informação dos estudantes foram os professores, quem se posicionam em oposição da reforma. A pesquisa revelou que tanto professores como Grêmios Escolares possuem uma participação ativa na esfera política escolar, percebeu-se nas falas dos estudantes a adoção de um discurso influenciado por estes atores. Embora este discurso é limitado, quer dizer, não contempla todos os aspectos da reforma, constitui uma base para a reflexão e constituição das próprias posições e percepções sobre ela.

As propagandas se constituíram como a segunda fonte de informação mais influente nos estudantes. Os alunos expressaram seu descontento a respeito delas, considerando que oferecem informação enganosa e incompleta. Como é possível observar na seguinte fala, os estudantes reconheceram que a mídia possui um papel fundamental na construção de uma realidade sociopolítica favorável para determinados grupos sociais, ao tempo que subjetiva as necessidades, comportamentos e opiniões da população. Nesse sentido, identificaram como uma estratégia do governo para conseguir o consenso, o fato de colocar na propaganda a redução de disciplinas, pois segundo suas expressões, muitos alunos não gostam de matérias e desse modo aprovariam as propostas.

A mídia tenta trazer para a gente de um jeito onde eles conseguem alienar a gente, dizendo que seria algo bom, porque pensa bem, a maioria dos alunos não gostam de todas as matérias do colégio, entendeu? Então, no caso as disciplinas de português e matemáticas sendo obrigatórias, os alunos ficariam bah que legal! Só que não, porque quando ao mesmo tempo o colégio particular ele teria condições de ter todas as disciplinas, enquanto o público certamente que não vai ter todas as disciplinas, ou seja, os filhos dos burgueses continuam manipulando a sociedade, tipo isso. [G1P1F3]

Em relação as mudanças que a reforma propõe os estudantes expressaram que não estão de acordo com a determinação de dispor de português e matemática como únicas disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio, de igual forma se expressaram sobre a proposta de tornar uma percentagem do ensino a distância. Afirmaram que atualmente o ensino é precário e que essas disposições iriam fragilizá-lo ainda mais. Nas falas identificou-se uma associação da retirada de disciplinas com as intenções de controle sobre a população por parte do Estado. Segundo as declarações, a proposta minimiza a importância de disciplinas como história e filosofia, mesmas que promovem o pensamento crítico e reflexivo.

Nas falas denotou-se também uma preocupação com a perspectiva do futuro, a possibilidade de ausência de alguns conteúdos na formação se torna alarmante, pois a fragmentação e fragilização do ensino, iria a colocar aos estudantes de escolas públicas numa

desvantagem em relação dos alunos de escolas particulares, que provavelmente teriam a possibilidade de conformar os seus currículos abrangendo todas as disciplinas.

Enquanto as condições físicas e organizativas da escola para a implementação da Reforma do Ensino Médio, os estudantes manifestaram que existe uma relação direta entre os insumos escolares e a qualidade do ensino e desempenho escolar; o baixo investimento na educação e a precariedade de recursos públicos destinados são insuficientes para garantir condições adequadas ao acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, acerca disso, foi expressado que o mundo está em constante evolução, no entanto, o ensino continua sendo retrógrado e tecnicista, isto não se refere exclusivamente as estratégias pedagógicas, pois além disso, consideram que os materiais e a estrutura escolar não proporcionam espaços para um ensino diversificado com aulas práticas e uso de laboratórios.

Na opinião dos estudantes, a reforma não leva em consideração a realidade das escolas, pois a precária estrutura física da escola e a falta de professores que se vivencia, impossibilitaria a implementação do Programa de fomento a escola em tempo integral e a oferta de vários itinerários formativos, ainda mais no cenário da medida de redução do orçamento destinado à educação viabilizada pela EC Nº 95/2016. Entre os argumentos se destaca, a dificuldade para albergar os alunos dos dois turnos em um único horário estendido, o oferecimento de merenda escolar tanto pela manhã como pela tarde, pois atualmente confessaram que em ocasiões se vem obrigados a comer no chão devido ao reduzido espaço do refeitório, além disso, apontaram as dificuldades que teriam os estudantes que são obrigados a realizar atividades empregatícias para complementar a renda familiar.

A recorrente associação que os grupos fizeram dos conceitos de empregabilidade e “mão de obra barata” foi destacável; assumindo que a Reforma do Ensino Médio terá como efeito tanto a redução da possibilidade de ingresso na universidade quanto a dificuldade para se inserir dignamente no mercado de trabalho. O padrão nos 4 grupos focais foi o discurso de que as mudanças que a reforma implica promoveriam uma profissionalização compulsória e a diminuição das possibilidades de ingresso no Ensino Superior, situação que também delimitaria suas possibilidades de desenvolvimento social, forçando aos jovens a formar parte de um contingente de mão de obra não qualificada para ser inserida no setor produtivo.

Enfim, consideramos que a pesquisa apresentou e problematizou as opiniões dos jovens de uma escola pública urbana que por suas condições de estrutura física e pedagógica reflete o cenário de tantas outras ao longo do país. A maioria de estudantes que participaram do estudo expressaram preocupação e oposição frente as determinações da Lei nº 13.415 de 2017, esta preocupação estendeu-se às expectativas para seus futuros filhos e para a educação em sentido

geral. Destacamos novamente, o fundamental papel dos professores na luta e resistência contra as ações hegemônicas e autoritárias do Governo que visam atingir a escola pública brasileira, participando na construção de uma consciência crítica sobre o contexto atual brasileiro e as forças de interesse que atuam nele.

Consideramos também que as mudanças em curso terão repercussões diretas na formação dos estudantes secundaristas, assim como na formação e trabalho docente. Esperamos que as discussões geradas a partir deste estudo sirvam para compreender melhor a opinião de parte da juventude secundarista sobre esta política e que sirva como mecanismo de resistência contra tais medidas.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Catarina. **Número de matrículas no ensino básico cai 1,2%. Jornal Globo. Brasília, 2009. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/numero-de-matriculas-no-ensino-basico-cai-12-3119791>**. Acesso em 02 de janeiro de 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Editorial Presença/Martins Fontes: Lisboa. 1983
- ALVES, Sandra. A Educação profissionalizante durante a ditadura militar. In: **V CONEPI 2010**, Alagoas. V CONEPI. Maceió, 2010.
- ALVES, Z. e SILVA, M. Análise Qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia, FFCLRP – USP**. Rib. Preto, v. 2. Fev/Jul. 1992
- AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. *in* JINKINGS, I.; DORIA, K. e CLETO, M. (ORG) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- AMARAL, Nelson. O “novo” Ensino Médio e o PNE Haverá recursos para essa política? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 91-108. 2017a.
- AMARAL, Nelson. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 71, 2017b.
- ARANHA, Maria. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil** / 3 ed. Moderna. São Paulo: 2006.
- ARAÚJO, R. e COSTA A. Formação dos Jovens frente aos desafios da sociedade contemporânea: o Ensino Médio Integrado e o projeto de emancipação *in* ALMEIDA, L.; LAPLANE, A. e PAIXÃO, A. (ORGS) **Mudanças atuais na sociedade brasileira e o Sistema Nacional de Educação: Qualidade da educação pública como direito humano**. V Seminário de Educação Brasileira. CEDES. 1ª edição. 2016
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2011
- BASTOS, Remo. O Banco Mundial como articulador da mercantilização da educação na periferia capitalista *in* ALMEIDA, L.; LAPLANE, A. e PAIXÃO, A. (ORGS) **Mudanças atuais na sociedade brasileira e o Sistema Nacional de Educação: Qualidade da educação pública como direito humano**. V Seminário de Educação Brasileira. CEDES. 1ª edição. 2016
- BERNSTEIN, Basil. **Classes, códigos e controle**. A estruturação do discurso pedagógico. [online] Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BISHOP, M. e GREEN, M. **Filantropocapitalismo cómo los ricos pueden cambiar el mundo.** [online] Ediciones Urano. Barcelona: 2009.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 195-208, maio/ago. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 11.494. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.** 20 jun. 2007.

_____. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília. 2007

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília. 2008.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Brasília. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm

_____. **Parecer CNE/CEB nº: 5/2011.** Brasília. 2011. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192

_____. **Lei nº 12.796. 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília. 2013a

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.** Brasília. 2013b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF. 2016a.

_____. **EM nº 00084/2016/MEC. Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016 - Exposição de Motivos. Brasília, DF, 2016b.

_____. **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016**. Conversão da Medida Provisória nº 727, de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016c

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016d

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 16 Fev. 2017.

_____. **Resolução CNE-CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**: Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2018. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98291-texto-referencia-consulta-publica&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Assessoria de Imprensa: Medida Provisória**. S/D. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CARABETTA, Valter. Rever, Pensar e (Re)significar: a Importância da Reflexão sobre a Prática na Profissão Docente. **Revista Brasileira de Educação Médica**. p. 580-586; 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB: leitura critico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Reveja – Revista de Educação de Jovens e Adultos**. 2007

CHAUÍ, Marilena. **Uma nova classe trabalhadora**. Carta Maior. 2013. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Uma-nova-classe-trabalhadora/4/28062> Acesso em 17 de dezembro de 2018.

_____. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In* JINKINGS, I.; DORIA, K. e CLETO, M. (ORG) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. A reforma do ensino médio: Suprime direitos, privatiza a educação e terceiriza os/as trabalhadores/as escolares. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 337-343, jan./jun. 2017.

CONIF. **Conif divulga selo comemorativo dos 10 anos dos Institutos Federais**. 2017. Disponível em <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1794-conif-divulga-selo-comemorativo-dos-10-anos-dos-institutos-federais> Acesso em 17 de dezembro de 2018.

CORBUCCI, Paulo. **Sobre a redução das matrículas no Ensino Médio Regular**. Brasília: IPEA. 2009

CUNHA, Luiz. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.373-384, abr.-jun., 2017

CURY, Carlos Roberto. Vinte Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) **Jornal de Políticas Educacionais** v.10, n.20. p. 03–17. 2016

DANTAS, Jéferson. Os 20 anos da LDBEN (1996-2016): Limites e Desafios na Atual Conjuntura Política e Social do Brasil. **Revista POIÉSIS**. Tubarão. v.11, n. 19, p. 08 – 21. 2017.

D'HAINAUT, Louis. **Educação - Dos Fins aos Objectivos**, Coimbra, Livraria Almedina, [online] pp.19-71. 1980

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100. 2007

DIAS, Cláudia. GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Periódico Informação & Sociedade: Estudos** v.10 n.2, - ISSN: 1809-4783. 2000.

DIRETORIA DA ANPED. **Nota da ANPEd sobre a MP do Ensino Médio**. 2016. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-medida-provisoria-do-ensino-medio> Acesso em outubro 2017

DOURADO, Luiz. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE. 2017

DRECHSEL, Denise. Câmara vota nesta terça pontos polêmicos da proposta de reforma do Ensino Médio em **Gazeta do Povo**. 2016. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/camara-vota-nesta-terca-pontos-polemicos-da-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-8qjt9ws3g61e71tttow9vn4yv/> Acesso em 11 de janeiro de 2019.

ESCOLA DR. AUGUSTO DUPRAT. **Projeto Político Pedagógico**. 18º Coordenadoria Regional de Educação. 2009

ESTEVE, Jose. Mudanças sociais e função docente. In: Nóvoa A (ed.) **Profissão Professor**. 2ªed, Porto Editora: Porto 95-120 p., 1995.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil** [online]. 2017. Disponível em <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

FERREIRA, Eliza. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, v. 38, nº. 139, Campinas, 2017.

FOLHA <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml>

FREITAS, M.; LOBO, L. *et al.* Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora. **XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência** – Universidade do Vale do Paraíba. Paraíba. 2017

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011

_____. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno:** Decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. (2016) Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-deensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M., Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, vol. 24, n. 82. Campinas. 2003.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (ORGS). **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES e PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília. 2015.

GARCIA, Sandra. Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN no 9394/96 in AZEVEDO, J. REIS, J. (ORG) **Ensino Médio e os desafios da experiência: movimentos da prática**. 1.ed. São Paulo: Fundação Santillana: Moderna. 2014

GATTI, Bernadete. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. **Série Pesquisa em Educação**. V. 10. Brasília. 2005

GOMIDE, Angela. A UNESCO e as Políticas para Formação de Professores no Brasil na Década de 1990. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: 2011.

GONÇALVES, C.L.; PIMENTA, S.G. **Reverendo o ensino de 2º. Grau: propondo a formação de professores.** São Paulo: Cortez, 1990.

GONÇALVES, Suzane. Interesses mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145. 2017.

GONDIM, Sônia. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 2, n. 24, p. 149-161. 2003

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** [online] Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONE, M. C. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev. Esc. Enf. USP.** São Paulo, v.35, n.2 , p. 115-21, jun. 2001. 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2005 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231647> Acesso em 17 de novembro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2007 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240367> Acesso em 17 de novembro de 2018.

_____. **Censo Demográfico 2010: Educação e deslocamento, resultados da amostra.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230> Acesso em 17 de novembro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2015.** ISBN 978-85-240-4398-7. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2016.** ISBN 978-85-240-4441-0. 2017. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf Acesso em 15 de dezembro de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2017.** ISBN 978-85-240-4458-8. 2018. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf Acesso em 15 de dezembro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A Educação no Brasil na década de 90**. Brasília. 2003 Disponível em http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486788 Acesso em 13 de novembro de 2018.

_____. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília. 2003. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3> Acesso em 13 de novembro de 2018.

_____. **Inep divulga dados preliminares do Censo Escolar 2005**. Brasília. 2005. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-preliminares-do-censo-escolar-2005-educacao-profissional-nivel-tecnico-n-/21206 Acesso em 19 de março de 2019.

_____. **Divulgados os resultados finais do Censo Escolar 2006**. Notícias INEP. 2007. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/divulgados-os-resultados-finais-do-censo-escolar-2006/21206 Acesso em 10 de novembro de 2018.

_____. **Censo Escolar 2015: Notas Estatísticas**. Brasília. 2016 Disponível em https://files.comunidades.net/profemarli/censo_escolar_divulgacao_22032016.pdf Acesso em 13 de novembro de 2018.

_____. **Censo Escolar 2017: Notas Estatísticas**. Brasília. 2018 Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf Acesso em 13 de novembro de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília. 2018 Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em 13 de novembro de 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. **Currículo: flexibilização do Ensino Médio exige ajustes na carga horária**. Aprendizagem em foco. nº 16. set. 2016.

IPEA. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil Medidas pela Pnad/IBGE. Comunicados do Ipea**. No 159. 2013

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe *in* JINKINGS, I.; DORIA, K. e CLETO, M. (ORG) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Revista Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 60. 1997

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**. v.41 n.144 set./dez. 2011.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44. 2017.

KROTON EDUCACIONAL. Mercados de atuação. 2014. Disponível em <http://www.kroton.com.br/> Acesso em 10 de dezembro, 2018.

KUENZER, Acácia. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010.

LIMA, João. A gênese do texto da Constituição de 1988. Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, Brasília: 2013.

LINO, Lucília. As ameaças da reforma desqualificação e exclusão. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90. 2017.

MACARINI, José. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Revista SciELO**. Nova econ. vol.15 no.3 Belo Horizonte, p. 54-56. Sept./Dec. 2005

MAGALHÃES, Izabel. Análise do discurso publicitário. **Revista da ABRALIN**. Florianópolis, vol.4, n.1 e 2, p. 231-260, dez. 2005.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

MELO, S.; CIRILO, P. E PINTO, S. O Ensino Médio e o trabalho docente. **Poiésis**, Tubarão. v.10, n.17, p. 102 - 129, Jan/Jun 2016.

MELO, S. e DUARTE, A. Políticas para o Ensino Médio no Brasil: Perspectivas para a Universalização. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 231-251, maio-ago. 2011

MENEZES, E.; SANTOS, T. Verbete Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/fundef-fundo-de-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino-fundamental-e-de-valorizacao-do-magisterio/>. Acesso em: 25 de jan. 2018.

_____. Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-proep/>. Acesso em: 18 de dez. 2018.

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 1994.

MINAYO, M. (org.) DESLANDES, S., GOMES, M. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb> Acesso em 25 de jan. 2018

_____. **ENEM – Apresentação**. S/D. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Item

_____. **Acesso ampliado ao ensino técnico**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32261> Acesso em 24 de abril de 2018.

_____. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio Projeto Escola Jovem Síntese**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola%20Jovem.pdf> Acesso em 13 de dez. 2018

MOEHLECKE, Sabrina. O Ensino Médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan. -abr. 2012

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar: a lógica da mudança no EM em **Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)** – v.11, n.20, jan./jun. 2017.

MORAES, R. e GALIAZZI, M. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS, Brasil: Unijuí. 2014.

MORAES, S., e XIMENES, S., Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1079-1087, out.-dez., 2016

MOURA, D., LIMA FILHO, D. A reforma do Ensino Médio Regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129. 2017

MUNHOZ, I. e MELO-SILVA, L. Educação para a Carreira: Concepções, desenvolvimento e possibilidades no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Vol. 12, No. 1, p.37-48, jan.-jun. 2011.

NÓBREGA, M. G.; CARNEIRO, L. LDB: projetos em disputa: Da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428. 2016.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OECD. **Education at a Glance: OCDE indicators**. Tradução de Walkíria de Moraes Teixeira da Silva. 2018. Disponível em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf

PAULANI, Leda. Uma ponte para o abismo *in* JINKINGS, I.; DORIA, K. e CLETO, M. (ORG) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

PEREIRA, Wesley. Novo Ensino Médio deve chegar a 270 escolas já em 2019. [20 de agosto, 2018] São Paulo: **Jornal Valor Econômico**. Entrevista concedida a Hugo Passarelli.

PERONI, V.; CAETANO, M. e LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

PORTINARI, N. e SALDAÑA, P. Governo paga youtubers para fazer elogios às mudanças do Ensino Médio [17 de fevereiro, 2017] São Paulo: **Jornal Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml> Acesso em 19 de dezembro de 2018.

RAMOS, M. e FRIGOTTO, G. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR** [Online], nº 70, Campinas, 2016. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207/15754> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

ROITMAN, I. e RAMOS, M. **A urgência da educação** [versão digital]. São Paulo: Editora Moderna. 2011

SACRISTÁN, Gimeno. O que Significa o currículo? *in* SACRISTÁN, Gimeno (ORG). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Penso. 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias**. 2da ed.- Chapecó: Argos, 2012.

SAPIO, Gabriele. A LDB e a Constituição Brasileira de 1988: os dois pilares da atual Legislação Educacional Nacional. **E- Revista Aprobatum**. Instituto Universitário Brasileiro, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados. 1998

_____. O vigésimo ano da LDB: as 39 leis que a modificaram. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 379-392. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos** [versão digital]. São Paulo: Fundação Santillana. 2016.

SEMIS, Laís. Novo Ensino Médio começa a ser debatido em audiências públicas em **Revista Nova Escola**, 2016. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/3359/novo-ensino-medio-audiencia-publica-senador-pedro-chaves> acesso em 11 de janeiro de 2018.

SEMTEC/MEC. **Documento à Sociedade: Retorno da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação às Instituições da Sociedade Civil e Política, pelas contribuições apresentadas no processo de construção da versão final da minuta de decreto que regulamenta os artigos 35 e 36 e 39 1 41 da LDB e revoga o Decreto no 2.208/97.** Brasília. 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/not251d.pdf> acesso em 11 de janeiro de 2018.

SENAI. **Pesquisa “Os jovens, a educação e o Ensino Técnico”.** 2016. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/11/os-jovens-educacao-e-o-ensino-tecnico/> Acesso em 19 de fevereiro de 2017

SGANZERLA S. e SILVA, S. Evasão escolar e suas facetas: visão docente e discente desse fenômeno no Ensino Médio Noturno (2016-2017) *in Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*. Cadernos PDE. Vol. I. 2016.

SILVA, M. R. **Currículo e competências: a formação administrada.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Juventudes e Ensino Médio: possibilidades diante das novas DCN. *In AZEVEDO, J. REIS, J. (ORG) Ensino Médio e os desafios da experiência: movimentos da prática.* 1.ed. São Paulo: Fundação Santillana: Moderna. 2014

_____. O Ensino Médio como um Campo de Disputas: Interfaces entre Políticas Educacionais e Movimentos Sociais. Curitiba. **ANPED SUL**, 2016.

SILVA, M. R.; FERRETTI, C. J. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade** [online], v. 38, p. 385-404, 2017.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo.** 2.ed., Belo Horizonte: Autentica, 2005.

SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do Ensino Médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59. 2017.

SPOSITO, M. e GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 345-380, jul./dez. 2004

SOARES, S. e SÁTYRO, N. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental – 1998 a 2005.** Rio de Janeiro: IPEA. 2008

SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? [online]. **Editora UFMG**. 2010

STEIMBACH, Allan. **Escolas ocupadas no Paraná: juventudes na resistência política à Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TIBURCIO, Gerson. **O resgate do eu**. [online]. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas. 1987

TURMENA, L. e AZEVEDO, M. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017

UNIBANCO. **Projetos e iniciativas: Jovem de Futuro**. 2018. Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/jovem-de-futuro/> Acesso em novembro de 2018.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre educação para todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontiem: 1990.

VALENTE, Silza. Institutos Superiores de Educação: desafio para as universidades. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 71-80, jan./abr. 1999.

VALÉRIO, Telma. **A Reforma do 2º Grau pela Lei 5692/71 no Paraná: representações do processo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WERNECK, Vera. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun. 2006

APÊNDICES

Apêndice 1 - Lista de convidados às Audiências Públicas da Conversão da MP nº 746/2016 na Lei nº 13.415/2017

DATA	PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
01/nov	Maria Helena Guimarães de Castro	secretária executiva do Ministério da Educação
	Maria Inês Fini	presidente do Inep
	Rossieli Soares	secretário da Educação Básica
	Celso Augusto Souza de Oliveira	presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná
	Ivan Cláudio Pereira Siqueira	vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
	Antônio Lacerda Souto	representante do Fórum Nacional de Educação
	João Antônio Cabral De Monlevade	consultor legislativo do Senado Federal
08/nov	Maria Alice Setubal	socióloga
	Ronaldo Mota	reitor da Universidade Estácio de Sá
	Wilson de Matos Silva	reitor da Unicesumar e ex-Senador
	Danival Roberto Alves	diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira
	Mariza Abreu	consultora legislativa na área de Educação na Câmara dos Deputados
	Ricardo Henriques	superintendente Executivo do Instituto Unibanco
09/nov	Thays de Oliveira Soares	vice-presidente regional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)
	Carina Vitra	presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)
	Daniel Cara	coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
	Olavo Nogueira Filho	gerente de projetos do Movimento Todos pela Educação
	Monica Ribeiro da Silva	coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio
	Iria Brzezinski	presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
	Francisco Jacob Paiva	secretário da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.
16/nov	Rodolfo Fiorucci	diretor geral do Campus de Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná
	Rafael Ribas Galvão	diretor de ensino do Instituto Federal do Paraná
	Ângela Maria Paiva,	presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
22/nov	Walter Pinheiro	Secretário de Educação da Bahia
	Frederico Amâncio	Secretário de Educação de Pernambuco e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação
	Claudia Schiedeck	reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
	Remi Castioni	professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
23/nov	Eduardo Deschamps	presidente do Conselho Nacional de Educação

	Ricardo Chaves Martins	consultor legislativo da Câmara dos Deputados
	João Batista Araujo e Oliveira	presidente do Instituto Alfa e Beto
	Marcelo Bender Machado	presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
	Maria Helena Kruger	coordenadora de Educação Básica e Superior da Rede Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
	Moaci Alves Carneiro;	professor
	Mozart Neves Ramos	presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
	Simon Schwartzman	pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.
24/nov	Maria Helena Guimarães de Castro	secretária executiva do Ministério da Educação
	Helena Nader	presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
	Eduardo Rolim de Oliveira	presidente e diretor de Assuntos Jurídicos da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
	Guiomar Namó Mello	diretora da Escola Brasileira de Professores
	Jerônimo Rodrigues da Silva	vice-presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
	Marcos Magalhães	presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação.

Fonte: Semis, 2016 - Revista Nova Escola

Apêndice 2 – Questionário de Pesquisa

PESQUISA:

A Reforma do Ensino Médio diante a Lei nº 13.415/2017: o que pensam os estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Duprat, Rio Grande, RS.

I. DADOS GERAIS:

- | | |
|--|--|
| <p>1. Qual a sua faixa etária:</p> <p><input type="checkbox"/> 12 a 15 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 16 a 18 anos</p> <p><input type="checkbox"/> 18 a 20 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de 21 anos</p> <p>2. Qual o sexo?</p> <p><input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino</p> <p>3. Você se encontra matriculado no:</p> <p><input type="checkbox"/> Médio regular</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino técnico</p> | <p>4. Em qual ano do ensino médio você se encontra atualmente?</p> <p><input type="checkbox"/> 1º ano</p> <p><input type="checkbox"/> 2º ano</p> <p><input type="checkbox"/> 3º ano</p> <p>5. Qual o turno você cursa o Ensino Médio?</p> <p><input type="checkbox"/> Manhã</p> <p><input type="checkbox"/> Tarde</p> <p><input type="checkbox"/> Noite</p> <p>6. Você trabalha?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Caso afirmativo, qual a carga horária semanal?</p> <hr style="width: 200px; margin-left: 0;"/> |
|--|--|

II. REFORMA DO ENSINO MÉDIO

7. Você tem conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio
- Nenhum pouco alguns aspectos conheço completamente
8. Caso afirmativo, como tomou conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio?
- Propagandas na TV Professores Redes sociais Outro , especifique _____
9. Na sua escola houve alguma discussão sobre o Novo Ensino Médio?
- Nenhuma Pouca Alguns aspectos Muita discussão
10. Caso afirmativo, quem propiciou a discussão? Pode escolher mais de uma opção.
- Professores Grêmio estudantil Coordenação/Direção da escola Outro , especifique _____
11. Com relação à Medida Provisória nº 746/2016, lançada o dia 22 de setembro de 2016, você:
- Não leu Leu parcialmente Leu completamente
12. Com relação à Lei nº 13.415/2017, aprovada o dia 16 de fevereiro de 2017, você:
- Não leu Leu parcialmente Leu completamente
13. Quais são as disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio segundo a Lei 13.415?
- Língua Portuguesa Matemática Língua Portuguesa , matemática e inglês
- Língua portuguesa e matemática Nenhuma das anteriores Não sei
14. Qual a sua opinião sobre a não obrigatoriedade de muitas das disciplinas que atualmente conformam o currículo do Ensino Médio?
- Não concordo concordo parcialmente Concordo totalmente
- não estou bem informado

15. Qual sua opinião sobre a proposta do Conselho Nacional de Educação de tornar 40% do Ensino Médio a distância?

Não concordo concordo parcialmente Concordo totalmente
 não estou bem informado

16. O Governo Federal afirma: “Novo Ensino Médio: quem conhece aprova”. Considera que você conhece a proposta do Novo Ensino Médio?

Sim Não

17. Você aprova a proposta do Novo Ensino Médio?

Sim Não

18. Fique à vontade para registrar mais alguma questão acerca da Reforma do Ensino Médio que considere pertinente:

Apêndice 3 – Roteiro de perguntas dos grupos focais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA:

A Reforma do Ensino Médio diante a Lei 13.415/2017: o que pensam os estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Duprat, Rio Grande, RS.

Perguntas para roda de conversa – grupo focal

1. O que vocês sabem sobre a Reforma do Ensino Médio?
 2. Como tomaram conhecimento da Reforma Do Ensino Médio?
 3. Vocês acompanharam de algum jeito (noticiários, redes sociais, por exemplo) o processo de divulgação da MP nº 746 e sua conversão em lei, que conseguem lembrar-se disso?
 4. Logo depois do Governo Federal anunciar a reforma vocês eram a favor ou em contra e por que, algum de vocês mudou de idéia, por quê?
 5. Quais as mudanças propostas pela lei que aprovou a Reforma do Ensino Médio vocês conhecem?
 6. Vocês sabem que a Lei propõe a adoção do turno integral? Qual a sua opinião sobre a adoção de turno integral? Vocês gostariam de cursar o Ensino Médio em Turno Integral e por que?
 7. Como avaliam o espaço físico da escola e os recursos materiais para a implementação da Reforma do Ensino Médio?
 8. Vocês têm conhecimento sobre a proposta da escolha de itinerários para organização do currículo do Ensino Médio?
 9. Vocês sabem quais são os itinerários?
 10. No artigo 4 da Lei que aprovou a reforma diz que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Com isso, as escolas não são obrigadas a possuir todos os 5 itinerários possibilitados pela lei. Vocês tinham conhecimento disso? Qual sua opinião?
 11. Qual sua opinião em relação à “liberdade de escolha” de um itinerário formativo?
 12. Vocês consideram que o estudante do Ensino Médio está apto para escolher um itinerário formativo ou área de conhecimento no segundo ano do Ensino Médio?
 13. Vocês consideram que o “Novo Ensino Médio” lhe possibilitaria um melhor preparo para o ingresso no Mercado de Trabalho ou na Universidade, por quê?
 14. Que sabem sobre o itinerário formativo que tem a ver com a formação técnica profissionalizante? E sobre o notório saber?
 15. Vocês sabem como está composta a BNCC do Ensino Médio lançada a inícios deste ano? Que opinam disso?
 16. Qual a sua avaliação sobre a obrigatoriedade das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos de duração do Ensino Médio?
 17. Qual sua opinião sobre a proposta de tornar 40% do Ensino Médio a distância?
- Em relação à exposição de motivos para a Reforma do MEC:**
18. Como consideram a atual carga curricular de 13 disciplinas?
 19. Alguma vez tem considerado abandonar a escola?

Apêndice 4 –Quadro de análise: mudanças que os estudantes conhecem – frequência nas falas.

OBJETO DE ANÁLISE		CONTAGEM - AVALIAÇÃO DAS RESPOSTAS				OBSERVAÇÕES
		Grupo que afirma conhecer	Concorda	Não concorda	Respostas divididas	
MUDANÇAS PROPOSTAS PELA LEI DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO	Base Nacional Comum Curricular					Não conhecem o termo, mas na prática o associam com o ensino exclusivo de português e matemática
	Itinerários formativos	G1, G2, G3, G4		G1, G4	G2, G3	Total desconhecimento do termo, porém existiu a demonstração de noção da especialização numa área específica. Associado à escolha de uma profissão ou carreira
	Escola em tempo integral	G1, G2, G3, G4		G3, G4	G1, G2,	Respostas com um viés crítico mais do que definidor; definição como o estudo de manhã e tarde, portanto, ambígua e incompleta. Preocupação com a falta de insumos escolares para atender a demanda. Assumem a aprovação da proposta se se contasse com os insumos na escola.
	Notório saber	G1, G2, G3,		G1, G2, G3,		O definem como uma pessoa que retém conhecimentos básicos, portanto, não qualificada para realizar as funções de ensino, não o relacionam ao ensino técnico, assumindo que aplica para todos os itinerários formativos.
	Parcerias público e privadas	G4		G4		Faz referência aos "projetos" do SENAC E SESC, mas não o associam às parcerias privadas. Foi difícil encontrar concordância nas falas, onde se afirmava que estudariam nestas instituições o dia todo, mas só português e matemática, portanto, não teria tempo para fazer cursos e outras coisas.
	Obrigatoriedade de português e matemática	G1, G2, G3	G3	G1	G2,	Associação com a eliminação das outras disciplinas "vão excluir todas as matérias, exceto português e matemática e inglês", outros acreditam que o resto de disciplinas serão opcional.
	Ensino profissionalizante	G1,			G1	Associado à formação de mão de obra barata, pronta para exercer funções empregatícias sem formação no Ensino Superior.
	Aumento da carga horária gradativamente					Identificou-se que os alunos acreditam que com a reforma todas as escolas passaram a vigorar em tempo integral, nenhum grupo fez menção ao aumento gradativo da carga horária.
	Educação a distancia	G1, G2, G3, G4		G1, G3, G4	G2,	Respostas com perspectivas críticas às propostas, principalmente embasadas nas distrações que impediram o desenvolvimento do ensino fora da escola. Posições a favor, pois poderia ser útil para aquelas pessoas que são de fora, que é muito complicado vir para escola.

Fonte: adaptado pela autora com base em Bardin (2011)

Apêndice 5 – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: A Reforma do Ensino Médio diante a Lei 13.415/2017: o que pensam os estudantes da Escola Estadual de Ensino Augusto Duprat, Rio Grande, RS.

Pesquisador Responsável: Lurvin Gabriela Tercero Reyes

Orientação: Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

Telefone para contato do pesquisador (a): 32235001

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Este projeto surge pelo interesse no âmbito das políticas públicas, reconhecendo seu impacto nas práticas cotidianas das escolas e na constituição do tipo de sociedade que politicamente interessa-se construir. A pesquisa tem como objetivo conhecer as percepções dos estudantes do Ensino Médio sobre as mudanças que vão ocorrer nesta etapa do ensino, a partir do que a Lei nº 13.415/2017 propõe. Objetiva-se que os resultados deste estudo contribuam nas discussões sobre a organização, aplicação e melhor execução das mudanças ao EM, proporcionando material que reflita as vozes dos sujeitos que vivenciarão essas mudanças, assim como as necessidades de socialização e financiamento nos centros educativos rio-grandenses.

O procedimento de coleta de dados será realizado em dois momentos: o primeiro por meio de um questionário e o segundo a partir de uma roda de conversa (grupo focal).

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO (A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo A Reforma do Ensino Médio diante a Lei 13.415/2017: o que pensam os estudantes da Escola Estadual de Ensino Augusto Duprat, Rio Grande, RS. Fui informado (a) pela pesquisadora Lurvin Gabriela Tercero Reyes, dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade, que meu nome não será divulgado e que os dados são confidenciais sendo utilizados unicamente para fins de pesquisa.

Local e data: _____/_____/_____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Apêndice 6 – Transcrição completa das conversas nos grupos focais

ESCOLA AUGUSTO DUPRAT, RIO GRANDE RS

DATA: 29-08-2018

GRUPO 1: PRIMEIRO ANO, TURMA 211

1. TEM ESCUTADO SOBRE A REFORMA DO EM.... ?	
G1P1F1	Posso falar? Só que depois eu não paro [ri um pouco] [RESPONDO: CLARO QUE SIM!]
G1P1F2	Depende, a gente escuta duas partes, os que querem pôr a reforma do Ensino Médio e os que não querem. Então são duas partes totalmente diferentes.
G1P1F3	Eles, a mídia tenta trazer para a gente de um jeito onde eles conseguem alienar a gente, dizendo que seria algo bom, porque pensa bem, a maioria dos alunos não gostam de todas as matérias do colégio, entendeu? Então, no caso as disciplinas de português e matemáticas sendo obrigatórias, os alunos ficariam bah que legal! Só que não, porque quando ao mesmo tempo o colégio particular ele teria condições de ter todas as disciplinas enquanto o público, certamente que não vai ter todas as disciplinas, ou seja, os filhos dos burgueses continuam manipulando a sociedade, tipo isso.
G1P1F4	[PERGUNTO: TODOS CONCORDAM?] Sim, porque quando a gente vai fazer um ENEM no caso a escola pública, a gente não vai ter toda essa informação que vai estar ali naquela prova, os estudantes de escolas particulares vão ter toda a informação para estudar e vão ficar mais preparados para a prova do que nós de escola pública.
	ALGUM DE VOCÊS ESTÁ DE ACORDO COM A MUDANÇA DO ENSINO MÉDIO. [A grande maioria nega com a cabeça, uns poucos não se expressa]
G1P1F5	Assim, a gente...não podemos ser hipócritas e dizer assim: ah a gente não gosta disso! Tudo mundo gostaria de não ter matérias assim, muitas matérias. 16 matérias é muita coisa, não dá! (Outros riem) então a gente não gostaria, mas só português e matemática e ainda falando que são só as obrigatórias, olha quantas faculdades, cursos e trabalhos existem... digamos tirando, não sendo o foco português e matemática. Então, é muito injusto eles dizer que só isso é o que importa... então história não importa? Química não importa? Filosofia não importa? O Que move são os questionamentos e essas coisas que a gente vive discutindo aqui, então quer dizer que eles querem que a gente pare de questionar. Que a gente só aceite as respostas, e não é isso, a gente está aqui para ser contra isso, para com nossos filhos, eu acho.
G1P1F6	MAIS ALGUÉM TEM OUTRO COMENTÁRIO, OU QUER ADICIONAR ALGUMA COISA? Ela já falou tudo [RISOS]
2. E COMO SE DERAM CONTA ESSA REFORMA?	
G1P2F1	Acho que pelas redes sociais, pela internet.
G1P2F2	E pelas aulas.
G1P2F3	Sim claro, em aula vem discutindo mais, mas em primeira instancia foi pelas redes, e depois pelas propagandas na televisão. [PERGUNTO: E QUE FALAM ESSAS PROPAGANDAS NA TV? Sempre falam que esse novo ensino médio vai ser bom.]
G1P2F4	Que 70% dos brasileiros aprovaram, sendo que ninguém perguntou, queres? [fala sorrindo, outros riem também]
3. QUANDO O GOVERNO ANUNCIOU VOCÊS ERAM FAVOR OU EM CONTRA, SEM TER ESCUTADO OS PROFESSORES FALAR, OU OS COMENTÁRIOS DOS COLEGAS?	
G1P3F1	Logo de cara fui contra, porque a mídia ela vem a ver esta como uma sociedade utópica, isso que ela te propõe é utópico.
	ENTÃO NINGUÉM FOI A FAVOR?

G1P3F2	Sim porque de princípio foi tipo: Pô só dois matérias! Agora vai ser muito bom! Eu pensei: Mmmm interessante... seguro tem alguma coisa errada! Tem que ter coisa errada nisso! [RISOS]
4. TEMPO INTEGRAL?	
G1P4F1	Que vamos ter ensino integral, estuda de manhã e tarde. Mas, claro né? Se já não tem merenda na de manhã, como vai ter de tarde? Vai ter luz? Mal tem cadeiras, vai ter mais cadeiras? Vai ter mais mesas? Ou vai ter mais luz, mais água? [FALA PARALELA: Se já falta naturalmente, imagina tendo uma escola integral...]
G1P4F2	Se a escola já não tem muito para funcionar num turno de manhã e de tarde, que são separados, que tem horários separados, imagina assim, só direto, e ainda muitos alunos, não dá, a escola não aguenta mesmo. A pública não aguenta isso, porque depende do governo, alias.
G1P4F3	Eu não gostaria porque tem gente que trabalha também de tarde. [QUEM TRABALHA DE TARDE?] Seis levantam a mão.
	E VOCÊS QUE TRABALHAM, SE TIVESSE TURNO INTEGRAL CONSEGUIRIAM CONTINUAR NA ESCOLA DEIXANDO O TRABALHO?
G1P4F4	Ai dificulta muito. [“Difícil”, agrega alguém mais]
G1P4F5	É, vamos supor assim, pela idade que a gente tem, a maioria 15 ou 16 por aí, não pode trabalhar de noite. [FALA PARALELA: Senão ai a gente vai perder a oportunidade.]
G1P4F6	No meu caso particular, meu trabalho complementa a renda da minha família, com um pequeno salário de jovem aprendiz, então não vai rolar, não iria dar certo.
5. ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA E MATERIAIS?	
G1P5F1	Olha, totalmente debilitada, a escola não tem condições nenhuma disso! Veja bem, a estrutura da escola, não é de padrão, como por exemplo de um colégio americano. O nosso Governo não investe na educação como os outros Governos, como os países de primeiro mundo, então não teria condições.
G1P5F2	Exatamente o que falaste, pegam uma educação lá da Suécia e querem implantar no Brasil, que é o país sei lá... de primeiro mundo e aqui no brasil fica fora da realidade, e nossa escola não tem estrutura nenhuma, não para ser integral. Eu estudaria integralmente se fosse lá na Suécia, aqui no brasil não.
G1P5F3	É aquela história de lá na Suécia, a educação é em primer lugar, aqui é o que eles não querem, eles não querem a educação em primeiro lugar. Eles querem que eles são os que mandam e a gente obedece, é o famoso manda que pode obedece quem tem juízo.
6. LIBERDADE DE ESCOLHA, ITINERÁRIOS.	
	[SILENCIO] [Negam, ficam calados.]
7. EXPLICO COMO DIZ A LEI QUE VAI SE ORGANIZAR O CURRÍCULO, BASE E ITINERÁRIOS. NÃO TODOS PODEM OFERTAR OS 5 ITINERÁRIOS, SABEM	
G1P7F1	Não [QUAL SUA OPINIÃO?] Gente pensem assim, acho que já teve esse raciocínio aqui na sala, então pensem assim: são eles que fornecem os professores como ela disse nem todas as escolas terão essa possibilidade de ter os cinco itinerários. Então, vamos supor que aqui na nossa escola, eu resolvo fazer Ciências Humanas aplicadas, [cita o nome] ensino técnico e essas cosas todas, será que vai ter professor? [ALGUEM RESPONDE: Não, se só para nosso ensino já não tem professor [falam vários e se torna ininteligível]
G1P7F2	A gente não tinha professor de inglês, de química, de física, que mais? [FALA COMPLEMENTARIA: “Português”]

G1P7F3	QUANTO TEMPO ESTIVERAM SEM PROFESSOR? Um semestre inteiro.
G1P7F4	História também e isso acontece todos os anos, todos os anos acontece.
G1P7F5	VOCÊS ESTÃO NESTA ESCOLA DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL? Desde os 10 anos
	COM A LEI OS ESTUDANTES TERIAM QUE ESCOLHER UM ITINERÁRIO NO SEGUNDO ANO, VOCÊS ACHAM QUE OS ESTUDANTES ESTÃO CAPACITADOS OU SEGUROS, NO CASO, VOCÊS PODERIAM ESCOLHER NO PRÓXIMO ANO?
G1P7F6	Obviamente que não. A gente está num momento da nossa vida, que a maioria aqui não sabe o que vai fazer na vida, não teria condições de escolher, ah vou fazer isto ou aquilo. Outra coisa, a maioria de nós nunca fomos numa faculdade para ver como é a vida lá, e tal. Por exemplo, eu quero fazer direito, mas eu nunca vi a vida de um estudante de direito e muito menos de um advogado, aí eu vou achando que é uma coisa e é outra, e aí? Se eu escolher no colégio, fazer na área das humanas porque eu tinha ascensão a isso.
8. POSSIBILIDADE DE ENTRADA NA UNIVERSIDADE OU MERCADO DE TRABALHO?	
G1P8F1	[FALAS PARALELAS: “Não” ,”Mercado de trabalho”]
	PERGUNTO: POR QUE?
G1P8F2	Porque a gente... Olha veja vem, a escola pública no caso, não vai ter a estrutura de um colégio privado e sendo que no ENEM vamos ter todas as disciplinas e nós não teremos o conhecimento suficiente para conseguir ingressar numa universidade, porque se hoje em dia já é difícil e nós temos alguns professores, mal ou bem, imagina sem professores.
G1P8F3	Sim, e matemática e português são matérias limitadas para que a gente... as matérias que ajudam fazer questionamentos e tudo, a gente não terá e sem questionamento a gente sempre faz a escolhas mais fáceis, então, sem todas essas matérias a gente vira mão de obra barata. [FALA COMPLEMENTARIA: Exatamente, a gente vai entrar nesse mercado, como mão de obra barata, porque até agora não tem trabalho gente, então...]
G1P8F4	Não encontra trabalho agora, imagina depois sem saber, sem ter as outras matérias, quem sabe.... É difícil agora que tem, imagina daqui a pouco não tem trabalho nem matéria para estudar e saber sobre o assunto, onde a gente talvez pode ter uma vaga de trabalho.
9. NOTÓRIO SABER?	
	Silencio, alguns negam
G1P9F1	Na conversa daquele dia, o notório saber, só para lembrar vocês é assim: eu e Aaron temos o notório saber de matemática e vou poder dar aula de matemática, sendo que não tenho nenhuma qualificação para isso, mas eu vou poder dar aula de matemática, porque eu tenho o notório saber.
G1P9F2	Ou seja regressão, do que acontecia antigamente.
G1P9F3	Vai ser um sucateamento. [ALGUÉM COMPLEMENTA: Eu ia falar que é basicamente isso; se eu sei de alguma coisa mesmo não tenha qualificação, se sou formado eu vou poder exercer aquela profissão]
G1P9F4	Mas imagina... que legal: eu acho que sei um pouco de medicina vou fazer uma cirurgia em [cita o nome, em tom irônico]
G1P9F5	Sim, como o açougueiro, se eu sou açougueiro vou poder aula de cirurgia.

10. SOBRE BNCC	
G1P10F1	Eu só ouvi na palestra que é obrigatório português, matemática e inglês. Eu ouvi mais ou menos, não sei mais.
11. COMO AVALIA AS MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS DE PORTUGUÊS E MATE?	
G1P11F1	Com menos matérias menos conhecimento, com menos conhecimento a gente fica mais manipulável.
G1P11F2	Eles querem nos incapacitar, nos transformar em robôs, eles querem marionetes [fala paralela: e mão de obra barata]
12. SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA?	
G1P12F1	Eu não sabia disso.
G1P12F2	Claro que não, é totalmente utópico, ainda mais que a escola pública, ela tem alunos que não tem condições de ter internet em casa. Como esse aluno vai estudar pela internet, sendo que ele não tem? Já começa por aí!
	QUE OUTROS ASPECTOS POSITIVOS OU NEGATIVOS CONSEGUEM PENSAR SOBRE ESSA PROPOSTA?
G1P12F3	Se não vai à escola nem presencial, imagina a distância.
G1P12F4	Por uma série de fatores... a família está passando dificuldades, tem que cuidar o irmão mais pequeno, não vai poder vir a aula.
G1P12F5	Ou não tem internet, ou não vai quer.
G1P12F6	As vezes não quer ou tem que largar a escola para entrar no mercado de trabalho para complementar a renda em casa, ou então larga a escola de manhã e estuda de noite, vai fazer o que? Porque não conseguiu concluir por uma série de fatores.
13. DESISTIR DA ESCOLA?	
	Dos assentem os outros riem e negam.
G1P13F1	Sabe a escola.... Acho que os professores... as aulas são cansativas, as pessoas são cansativas, é tudo a mesma coisa, sempre, anos cursando a mesma matéria e não tem diferença sabe, não é que vai mudar alguma coisa, mais sempre com a mesma explicação e isso cansa, as mesmas regras e tudo muito anacrônico, sabe? Sentados na fileira, escutando... ano mais ano, a mesma coisa, nada muda.
	E AS AULAS PRÁTICAS?
G1P13F2	A gente até tem, mas é muito pouco, muito pouco, se é um ou dois professores que fazem e em nosso caso é apenas um professor que faz daquelas aulas práticas, os outros é muito raro.
G1P13F3	É aquela coisa, tipo tudo se parece a antigamente, quando um carro de antigamente não é o mesmo carro de hoje, só o ensino é o mesmo método de antigamente, entende? E o meio avaliativo das escola é algo que é injusto porque é a mesma coisa que mandar um macaco competir com um peixe para ver quem sobe numa árvore.
G1P13F4	Exatamente, a escola é do século XIX, professor do século XX e alunos do século XXI, sabe? Eles não conseguem botar todos no mesmo século, e por isso fica essa coisa muito chata, a gente estar em fila e um vai lá no quadro, fala, fala e a gente não entende nada ou você até entende mas é complicado. É uma coisa bem distante da gente. É alguns fazem isso para conseguir, né? A gente vê muito isso. Se esforçam para tentar desenvolver, porque a gente só aprende as coisas quando se envolve com elas.

G1P13F5	E mesmo que hajam professores assim muito bons, o ensino todo, a escola toda, como um todo assim ela força a gente a ter ficar aqui. Se a gente não sabe daquela matéria, a gente é burro. Então quer dizer: se tu não sabe matemática, tu é burro, tu não sabe fazer nada; se tu não sabe português, tu não sabe escrever uma palavra direito, tu é burro (sempre com muita ênfase na palavra "burro"); não fazer nada, sabe? Ah e as outras disciplinas, as outras áreas? Por exemplo: pô eu sou tribom em educação física, eu sei correr... não só correr (ri) mas tipo praticar atividades física muito bem, isso não significa que eu seja bom em algo? Agora se eu não me dou bem em matemática, significa que eu sou burro, mas e as outras áreas que eu pratico bem? Isso não vale? Isso não conta?
	ALGUÉM MAIS QUER COMPARTILHAR SUA HISTÓRIA?
	Ninguém quis compartilhar.
14. AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO ATUAL?	
G1P14F1	Olha... [ri] como é que vou te dizer? É que tudo o que acontece dentro da escola, dentro do ensino é por conta do sucateamento, entendeu? Então, a gente tava falando agora há pouco: ah não tem muitas aulas práticas. Ahhh as vezes é por causa de que ...a escola não tem estrutura para isso ou também, é também é bem cansativo. Eu sinto bem cansativo sair daqui meio dia e meia, tantas aulas tem tanta carga horária assim seguida: tal, tal... eu saio daqui meio dia e meia, as vezes até antes de almoçar vou embora para o serviço, então é cansativo tudo isso; mas ao mesmo tempo é necessário, é necessário porque a gente tem futuro, querendo ou não acho que temos futuro, temos futuro para nós, a gente tem futuro para nossos pais, a gente tem futuro para nossos futuros filhos. Então, a gente tem que pensar que se não tá bem agora acho daqui a uns dez, quinze anos? Vai tar pior ainda.
G1P14F2	Só apenas alguns os muito qualificados, assim... no topo, que vão conseguir alguma coisa, sabe? [fala complementar: que não é o nosso caso] É, concordo contigo (trecho ininteligível)
G1P14F3	É, só uma observação no caso que tu diz que é cansativo porque muitas vezes o professor chega aqui e fala, fala e fala e... fica só nisso..., e a gente não pode falar um pelo, porque mandam a gente cala a boca, a gente tem que escutar e pronto, acabou.
G1P14F4	Porque eles acham que são eles os da razão, só porque eles passaram anos estudando isso, e são eles que tem a grande conhecimento, e só eles têm o conhecimento, mas nós também temos o nosso conhecimento, nós também temos as nossas duvidas, e é essas dúvidas que a gente aprende.
G1P14F5	E é bem cansativo a história do.... Pessoal eu não sei como é que se fala... virou de costas pro quadro, matéria, matéria, matéria, copiem, prova tal dia. [E ESSA LÓGICA É EM TODAS AS MATÉRIAS OU SÓ EM ALGUMAS?] Infelizmente.
	TEM ALGUM OUTRO QUESTIONAMENTO... FECHO A CONVERSA.

ESCOLA AUGUSTO DUPRAT, RIO GRANDE RS

DATA: 28-08-2018

GRUPO 2: PRIMEIRO ANO, TURMA 212

1. VOCÊS JÁ ESCUTARAM FALAR NESTA REFORMA?	
G2P1F1	[VÁRIAS VOZES PARALELAS: “já”, “Aqui na escola”]
G2P1F2	Teve uma palestra aqui na escola na que a supervisora e os professores explicaram como é que funcionava [trecho ininteligível] Ela juntou o nono e todo o ensino médio para explicar. Ela disse que iam excluir todas as matérias, exceto português e matemática e inglês, eu acho. Ia ter um técnico; e aí a gente ia escolher a profissão que ia fazer de carreira... e ai tu fazia de tarde, e ia ser de manhã e tarde o estudo.
	TODOS OS PRESENTES ASSISTIRAM A PALESTRA?
G2P1F3	Eu não vim, mas eu já ouvi falar. Eles falam que pode fazer as matérias que vão acrescentar o seu curso que você vai escolher quando terminar a escola. Pelo que entendi é mais ou menos assim: Se eu vou fazer medicina é obrigatório português e matemática, inglês e biologia, mais ou menos assim, entendeu? Você já faz um caminho e não precisa estudar história, tipo, você entendeu? Só o que vai ser necessário para sua área. Isso foi o que eu entendi.
2. ALÉM DA PALESTRA, ESCUTARAM FALAR DISSO EM OUTRO LUGAR?	
G2P2F1	Passa na televisão, mas não explicam o que é que é. Só passa na Globo, passam dizendo que quem aprova e um cara explicando o que é essa reforma, mas nem fala direto, só falam que vai ter uma nova reforma.
	PERGUNTO: E ALGUÉM VISITOU OU LEU EM ALGUM BLOG OU NO FACEBOOK? Eles fazem gestos negativos.
3. LOGO DEPOIS DE ANUNCIAR, VOCÊS ERAM A FAVOR OU EM CONTRA?	
G2P3F1	Eu sou em contra.
G2P3F2	Eu sou também em contra, só que assim, tipo... quando a gente fala, quando os professores falam mesmo, que a gente vai poder escolher as matérias, é tipo tudo mundo fala Ahhh que legal né! Como diz na tele, só que na verdade só vai piorar. (alguém agrega: eu acho que eles querem convencer tudo mundo) Exatamente.
G2P3F3	Eu acho que vai ter profissionais muito mais incompletos do que agora, tipo...
G2P3F4	E no caso que tu mude de ideia? [FALA PARALELA: É verdade, nem tinha visto dessa parte] [RISOS] caso tu muda de ideia amanhã.
	ALGUÉM É A FAVOR DESSAS MUDANÇAS QUE FALARAM? “não” [alguns deles negam com a cabeça]
4. QUE OUTRAS MUDANÇAS CONHECEM?	
G2P4F1	A professora falou que com esse ensino ia ter... tipo um acesso, ela falou a palavra, mas eu esqueci, fugiu. E onde falava que não precisava ter tanto conhecimento, por exemplo um açougueiro ia poder ensinar medicina com esse novo ensino, foi algo assim que ela explicou. Um açougueiro que lida com carnes e tal, ia poder explicar sobre o corpo humano na faculdade, então, eles iam descartar os professores e pegar ele para dar aula de anatomia por exemplo. Ai que acontece? Ahhh ela cito também... [fica uns segundos pensando] ai ela deu um nome para isso, só que fugiu. [PERGUNTO: NOTÓRIO SABER?] É isso sim.
G2P4F2	É tipo assim: eu preciso saber só o básico, eu sabendo o básico vou poder ensinar; eu acho um pouco errado isso. Que o cara vai saber somar e dividir e vai poder dar aula, eu vejo isso um pouco desnecessário.

	ALGUÉM QUER AGREGAR OUTRA COISA?
G2P4F3	Ahhh sim, tem aquilo de tanto por cento das aulas sejam distância [COLEGA PERGUNTA: Sério? Não sabia disso, nossa!]
G2P4F4	Os alunos de hoje em dia já não querem vir a aula, assim ninguém vai querer. Tem aluno que já tem dificuldade em aula, e querem tirar pela internet.
G2P4F5	Tirando isso daí, no meu ver parece que vai diminuir o emprego dos professores. [FALA PARALELA: Diminuindo horas?] Sim, porque na verdade um só professor que vai passar matéria, tipo um vídeo. Ou seja, menos um professor para dar aula.
G2P4F6	Tipo, podem dizer que o negócio não está bem, mas num ponto eu sou a favor disso, porque tem profissões que não precisam de todas as matérias. Quando eu sair daqui, quero ser da civil, então tipo já não precisa de história e geografia. [VARIAS FALAS PARALELAS COMENTAM: “Precisam sim!” “História precisa!”] Quem sabe, alguém que faz para advocacia, então tu precisa de... [ALGUEM INTERROMPE: Não pode ser só (ininteligível) tem que se especializar em alguma coisa.] Cara, eu sei mas tipo não precisa de todas as matérias. Por isso sou a favor. (Alguns parecem considerar a ideia). [EU PERGUNTO: TEM ALGUMA OUTRA RAZÃO PARA SER A FAVOR?] Acho que só por isso.
	MAIS ALGUÉM QUER FALAR OUTRA COISA?
G2P4F7	Eu achei interessante isso de turno integral, porque, por exemplo se fosse com todas as matérias mais um técnico como tem em outras escolas aqui em Rio Grande, eu acho interessante isso, por exemplo, se aqui na Augusto Duprat tivesse técnico, (mais não tem... fala paralela) é essa parte que acho interessante.
G2P4F8	Eu acho que seria legal acrescentar e não tirar. Já a situação é muito precária. [FALA COMPLEMENTARIA: É isso, nossa educação já está precária, e aí mais que vão tirar matérias, a gente vai ficar cada vez mais ignorante.] Se acrescentassem fosse melhor, tipo nos Estados Unidos tem escola de arte, na escola tem curso profissionalizante de química... não é só a aula que tu precisa fazer e te formar, os alunos saem meio formados já de lá.
5. SOBRE O TURNO INTEGRAL.	
	[Todos falam: “sim” ou assentem com a cabeça]
G2P5F1	Sim, mas sem tirar aulas, acrescentando. Por exemplo se eu faço medicina não vai tirar geografia.
G2P5F2	Sim, eu concordo. Deixar como está e acrescentar para a gente se especializar, não tirar e fazer só o que a gente precisa fazer.
G2P5F3	A gente vai ser profissionais incompletos [FALA PARALELA: Pois é mano!]
G2P5F4	Professora, policial por exemplo, tá lá... ahhh mais tem que invadir tal lugar que tem relevo, então vão ter que chamar o que sabe de geografia, para ajudar a gente. [FALA PARALELA: Pois é, tá ligado!] Qual a posição do cara? Ahhh não sei. Qual latitude e altitude meu irmão? O cara não vai saber, porque não estudou geografia ou história direto.
6. SOBRE O ESPAÇO FÍSICO E MATERIAIS DA ESCOLA.	
G2P6F1	Eu acho que não tem condições para manter por exemplo a merenda de tarde. [FALA COMPLEMENTARIA: Durante o almoço também, porque a gente vai ter que ficar.] A gente almoça no chão porque o refeitório é pequeno demais. [VARIOS RISOS E FALAM: “não é o almoço”] se tivesse.

G2P6F2	A professora explicou que eles iam congelar 20 anos das economias, do dinheiro, das verbas das escolas. Ou seja, eles vão congelar esse dinheiro e não vão investir em nada, entendeu? Então a gente vai ficar sem condições de estudar por exemplo os materiais, a merenda, a manutenção da escola.
7. SOBRE OS ITINERÁRIOS. SABEM QUE SIGNIFICA?	
	Não sabem
8. EXPLICO O QUE DIZ O ARTIGO 4 DA LEI 13415. DA BASE E ITINERÁRIO. SABIAM DISSO?	
G2P8F1	A supervisora falou que não iam ser todas obrigadas, mas que elas dependiam da autorização do Governo para não ser obrigadas, entendeu? Por exemplo, tipo aqui na Augusto Duprat ela quer dar todas as matérias, mas como o salário dos professores vem do governo, eles precisam da aprovação deles, então, se alguém do Governo diz que não quer, então a escola não vai poder continuar.
	MAIS ALGUÉM GOSTARIA DE FALAR SOBRE ESTE TEMA? [Silencio] [EU EXPLICO SOBRE OS ITINERÁRIO, A BASE, QUAIS SÃO ESSES ITINERÁRIO] ACHAM QUE NO SEGUNDO ANO O ESTUDANTE ESTÁ PREPARADO PARA FAZER ESSA ESCOLHA?
G2P8F2	Acho que tal vez no terceiro, não no segundo.
G2P8F3	Eu acho sim, já sei.
G2P8F4	Eu acho que isso depende da cabeça de cada um.
G2P8F5	E depende da profissão que cada um vai fazer, porque por exemplo eu vou ser marinho, então para mim, não vale a pena tirar nenhuma matéria.
	E podemos ser obrigados a fazer dois? [ITINERÁRIOS? PERGUNTO] Sim [RESPONDO: ISSO DEPENDE DAS POSSIBILIDADES DO SISTEMA DE ENSINO PARA TE OFERECER... SE TEM VAGA SUFICIENTE E SE A ESCOLA ESTÁ OFERECENDO ESSE ITINERÁRIO QUE VOCÊ QUER FAZER. SOBRE ESTA QUESTÃO DO ITINERÁRIO VOCÊS GOSTARIAM DE COMPARTILHAR SUAS IDEIAS? [a maioria permanece calada]
9. SOBRE O PREPARO PARA INGRESSO NA UNIVERSIDADE OU MERCADO DE TRABALHO	
G2P9F1	[VARIAS FALAS: “para universidade”, “para mercado”, “os dois”]
G2P9F2	Para a universidade por causa que eles estão focando no nosso futuro, para nos escolher o seguimento que a gente quer nossa vida, então acho que muito mais para universidade que pro mercado de trabalho. Eu acho que é isso, querem a gente se especializar na faculdade.
G2P9F3	Eu acho que o Governo.... as pessoas.... se você está no ensino médio e você precisa fazer um estágio como jovem aprendiz em algum lugar, você termina o ensino médio e você já tem pelo menos uma vaga garantida na mesma empresa que você faz jovem aprendiz como se fosse um curso profissionalizante, agora tu pensa: alguém que precisa, que está necessitado, alguém de classe média baixa, que tem a possibilidade de ter emprego ou de fazer uma faculdade, a pessoa vai muito mais escolher o emprego, então, eu acho que a manobra do Governo é diminuir os empregos que realmente importam, sabe? Estão deixando o básico para a gente. Porque se você sai do ensino médio já mais ou menos, (corrige) muito mais formado no caso desse novo ensino médio que tu vai sair mais completo do que sai agora. Hoje tu consegui fazer o jovem aprendiz e sai bem legal, como novo ensino médio vai sair bem melhor.

	Qual possibilidade tu vai quer fazer faculdades arrumando um emprego ai de 1500 reais.
G2P9F4	Acho que vai ser dificil porque praticamente vai estar tudo mundo nesse ensino médio.
G2P9F5	Sim, ou seja, vão ser pessoas de classe média que vão fazer faculdades mesmo já tendo um curso profissionalizante. Falo isso por mim, tipo, magina acabei o ensino médio ter um emprego ou uma faculdade?
10. SOBRE O ITINERÁRIO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E O NOTÓRIO SABER.	
G2P10F1	[SILENCIO] O notório saber é aquele que não precisa ser profissional para explicar, né? [RESPONDO: SIM. PODE FALAR QUE SABE SOBRE ISSO] Não sei nada. (o resto fica calado).
11. SOBRE A BNCC?	
	Não sabem
12. SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICAS NOS TRÊS ANOS?	
G2P12F1	Eu acho que por esse lado estão obrigando a gente a fazer pelo menos uma coisa, mesmo assim não concordo com isso, prefiro ter todas as matérias e acrescentar alguma coisa no dia a dia e não tirar, acrescentar mais aulas
13. SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA?	
G2P13F1	Como disse, se já tem dificuldade para aprender em aula pratica, como é vai ser explicado, sei lá? E pela internet né? por videoaula? [SIM OU VOCÊS APRESENTAM UM CERTIFICADO QUE VOCÊS FIZERAM UM CURSO EM OUTRO LUGAR E VAI CONTAR PARA CUMPRIR A SUA CARGA HORARIA, AS HORAS SERIAM DESCONTADAS.] Tu quer dizer que fazendo uma aula fora, eles podem descontar?
G2P13F2	Eu acho que isso daí pode ser útil para aquelas pessoas que são de fora, que é muito complicado vir para escola, e tal; mas para nós que temos acesso fácil não tem porque ser assim. [FALA COMPLEMENTARIA: Eu concordo com tudo o que ela falou.]
14. SOBRE AS 13 DISCIPLINAS QUE LEVAM...	
G2P14F1	Temos 16, quatro áreas: 7 matérias em linguagens, 4 em ciências humanas, 3 em ciências da natureza e matemática sozinho. [PERGUNTO: COMO CONSIDERAM ESSA CARGA HORARIA ATUAL?] (VÁRIAS FALAS: “Boa”, “Eu gosto”)
15. VOCÊS ALGUMA VEZ CONSIDERARAM ABANDONAR A ESCOLA?	
G2P15F1	Não, (RISOS) é dificil de levantar e tal, mas nunca quis desistir da escola né? Pelo menos eu não.
G2P15F2	Eu sim quis muitas vezes, mais eu sei que vai tipo prejudicar meu futuro. Isso depende também de como a vida da pessoa está indo.
	ALGUÉM TEVE A NECESSIDADE POR EXEMPLO DE TRABALHAR E TER DIFICULDADE NA ESCOLA? Eles negam
	ESSAS ERAM AS PERGUNTAS, MAIS ALGUÉM QUER FAZER ALGUM COMENTÁRIO.
	[SILENCIO] negam de novo.

ESCOLA AUGUSTO DUPRAT, RIO GRANDE RS

DATA: 28-08-2018

GRUPO 3: SEGUNDO ANO, TURMA 221

1. VOCÊS TÊM ESCUTADO QUE O ENSINO MÉDIO VAI SOFRER UMA NOVA REFORMA, CHAMAM DE NOVO ENSINO MÉDIO, ASSIM CHAMA O GOVERNO, VOCÊS ESCUTARAM JÁ SOBRE ISSO?	
(G3P1F1)	A maioria assente. Claro, sim.... Algumas coisas (agrega um deles)
2. ALGUMAS COISAS... COMO TOMARAM CONHECIMENTO DISSO? VOCÊS ESCUTARAM ONDE?	
(G3P2F1)	Na época foi bem comentado, sabe; mas aqui eu acho que a gente nem chegou a debater muito disso, para saber mesmo se a gente era a favor ou não.
(G3P2F2)	tem a palestra que abordaram sobre o assunto, quinta feira. [FALA COMPLEMENTARIA: Quinta feira aqui na escola abordaram sobre esse assunto, aí colocaram uns slides para ficar sabendo mais ou menos o que vai acontecer.]
QUEM FEZ ESSA PALESTRA?	
(G3P2F3)	Acho que os professores e alguns alunos do grêmio estudantil.
3. E VOCÊS LEMBRAM DO QUE FOI FALADO NA PALESTRA? OU MESMO QUANTO VOCÊ FALOU O QUE ERA DITO NA ÉPOCA? QUE LEMBRAM DO PROCESSO, QUANDO FOI APROVADO, O QUE FALAVA A MÍDIA?	
(G3P3F1)	Eu lembro falando que tinham matérias que já não iam ser mais obrigatórias a fazer, que podia ser opcional. [FALA PARALELA: mas que tinham duas que eram obrigatórias: português e matemática]
(G3P3F2)	A mídia colocou como que fosse uma coisa benéfica, mas dependendo do ponto de vista para muita gente parece que vai ser uma coisa ruim. [FALA PARALELA: vai ser ruim para nós!] pois é!
(G3P3F3)	PORQUE ACHAM QUE VAI SER RUIM PARA VOCÊS? Porque enquanto essas outras escolas que podem pagar, os caras que podem pagar, vão continuar tendo o melhor; enquanto isto nós aqui [APONTA AO REDOR] que não tem condição, ou mais ou menos, vamos ter nada. Vamos ficar sem as outras matérias.
(G3P3F4)	a gente já tem um ensino fragmentado, e vão tirar matérias, vai ficar mais fragmentado ainda, em relação ao que tem condições. [FALA PARALELA: no ENEM vão pedir todas as matérias juntas, como a gente vai fazer?] é, e aqui só vamos ver a metade.
(G3P3F5)	por exemplo, quando a gente for fazer o ENEM, vão pedir todas as matérias, mas a gente vai poder escolher só algumas, isso vai ficar prejudicial para a gente.
(G3P3F6)	uma dúvida que eu tinha, como vai ficar o emprego dos professores? Por que se é só português e matemática, que vai passar com o professor que está lá, de química por exemplo? [RESPOSTA À PERGUNTA: no slide mostrou também que se um cara por exemplo tiver, souber o que está fazendo, um veterinário pode dar aula de medicina por aí, no caso se um cara tiver prática no assunto, mano.] Não, estou falando do professor de física, química, biologia? Tipo, a gente tem 16 matérias, acho, e que vai acontecer com os professores de outra área, se for só português e matemática?

	EU VOU RESPONDER A PERGUNTAS, MAS DEVO ACLARAR QUE NESTE MOMENTO VOCÊS NÃO ME PODEM FAZER PERGUNTAS, PORQUE PODERIA INFLUIR NO SEU PENSAMENTO. A DINÂMICA É MAIS DE QUE EU PERGUNTO, VOCÊS RESPONDEM E PODEM DEBATER ENTRE VOCÊS, E TUDO BEM. A PROPOSTA É QUE TERÃO ESSES ESTUDOS, MAS NÃO COM UMA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA. NESTE MOMENTO ESSA É UMA QUESTÃO QUE AINDA NÃO ESTÁ REGULAMENTADA, OU BEM FORMULADO COMO VAI SER, PORQUE A REFORMA ESTÁ APROVADA MAIS SÓ A PARTIR DE 2019 O 2020 VAI SER EFETIVADA NAS ESCOLAS, COMO VOCÊS PODEM VER AINDA NÃO TEM NENHUMA MUDANÇA.
(G3P3F7)	e quem trabalha como vai fazer se é turno integral? [ESSA É OUTRA QUESTÃO QUE VAMOS DISCUTIR.] Não tem como, eu por exemplo. [QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA?] Seis por dia
	ALGUÉM MAIS TRABALHA AQUI?, pergunto e duas meninas levantam a mão. VOCÊS QUE TRABALHAM, QUE PENSAM SOBRE ISSO, COMO FARIAM NO CASO DO TURNO INTEGRAL?
(G3P3F8)	Não trabalharia [PERGUNTO: OU SEJA, NÃO É INDISPENSÁVEL SEU TRABALHO, CONSEGUIE CONTINUAR NA ESCOLA SEM TRABALHAR?] Ambas falam que conseguem deixar o trabalho.
(G3P3F9)	para mim é indispensável. É o sustento, meu trabalho.
4. ALGUÉM MAIS QUER FALAR O QUE CONHECE SOBRE ESSAS MUDANÇAS?	
(G3P4F1)	Eu acho que vai nos prejudicar muito, porque todas as matérias nos trazem conhecimento, um pouco de cada, por que por exemplo se eu for fazer o ENEM vai cair todas as matérias, então a gente tem que saber, porque se a gente escolher uma, por exemplo, se eu quiser professora de química, não sei se tem como escolher assim; mais se eu mudar de ideia no futuro, eu não vou ter a base, o conhecimento de uma matéria que eu poderia ter tido, se eu mudar de ideia no caso sobre meu futuro o que eu quero para mim.
(G3P4F2)	sim, e os alunos da escola pública, são os mais prejudicados, porque nas escolas particulares vão ensinar todas as matérias, e aí a gente que é de escola pública não, por que a gente não tem como pagar.
(G3P4F3)	no caso, a nova reforma seria para a pessoa estudar somente aquilo no que vai trabalhar. No caso, quem trabalharia contas, teria aulas de matemática, em fim todas as matérias que conversam com isso. E aí a reforma seria para estudar somente aquilo que é necessário para o que tu quer, porque a gente estuda muita coisa; português, matemática, que é o principal obviamente. Também química e física, mas quem quer trabalhar com direito, por exemplo, não precisa de física. [FALA PARALELA: tá, mas eu te pergunto: e quem quer trabalhar com física e química?] Mas, aí estuda isso, entendeu? A nova reforma seria para estudar exatamente o que tu quer. [ALGUÉM LHE PERGUNTA: ah e como é que a persona de 14... 15 anos vai saber o que quer fazer para o resto da sua vida.] Pergunta para alguém, tipo aqui a maioria já deve saber mais ou menos o que quer, mas pergunta para uma pessoa no nono ano, ou oitavo ano, ela vai dizer ah quero estudar isto daqui, só porque é mais fácil [VARIAS FALAS PARALELAS: “exatamente isso”]
(G3P4F4)	É exatamente o que [cita o nome da colega] estava dizendo, e se eu tiver dúvidas já no futuro, e não tivesse estudado física nem química e depois eu quero uma profissão que envolva essas matérias, eu não teria a base e isso complica. [FALA EM RESPOSTA; aí por exemplo, tu vai perder oportunidade de emprego porque não teve chance de estudar aquilo que precisava.]

(G3P4F5)	vai perder mais um monte de tempo estudando até chegar nos 30 anos e vai estar mais desvalorizado ainda.
(G3P4F6)	lá fora por exemplo: que é que as empresas vão pedir? Ah tu tem que ter tal curso, aí já vai perder uma oportunidade de emprego por causa daquele curso que não fez. Tu não estudou química, tu não pode ter este emprego. E quem vai estar mais preparado? [gesticula apontando para fora da escola]
(G3P4F7)	e se for aprovada, vai começar em qual ano? [RESPONDO: NO 2020, MAS NO ANO QUE VEM AS ESCOLAS TEM QUE COMEÇAR A FAZER OS NOVOS CURRÍCULOS E TUDO MAIS PARA APLICAR NO 2020.] Como uma previa? [NÃO COMO UMA PREVIA, POR DIZER ASSIM, TEM QUE COMEÇAR A ORGANIZAR TUDO. POIS, O SISTEMA DE ENSINO JUNTO COM AS ESCOLAS TEM QUE DETERMINAR QUAIS ITINERÁRIOS FORMATIVOS VÃO OFERECER.]
5. Vocês têm conhecimento sobre a proposta da escolha de itinerários para organização do currículo do Ensino Médio?	
	Todos ficam calados, alguns negam com a cabeça. [EXPLICO BREVEMENTE: SÃO TIPO AS ÁREAS QUE OS ESTUDANTES TERÃO QUE ESCOLHER, SÃO CINCO: TEM LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS, CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS, CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE. SÓ PARA TER CERTEZA, ENTÃO NINGUÉM ESCUTO FALAR NISSO?]
(G3P5F1)	Eu ouvi falar, mas... nada específico. [FALA COMPLEMENTARIA: mais por cima]
(G3P5F2)	alguns professores vêm falando disso, e a gente fez bastante perguntas na época, acho que 2016, a gente ficou com bastante dúvida e a gente perguntou também. Aqui na escola a gente até teve ocupação, porque a gente não queria que passasse essa reforma.
(G3P5F3)	professora, tem mais um detalhe, eu já temia isso mesmo antes de ser aprovado, porque alguns alunos por exemplo, não gostam de ter matéria, então eu acho que eles perguntaram à opinião pública, e a maioria falou que queria a matéria que pudesse estudar. [FALA PARALELA: Esse povo é burro (RISOS E GESTOS DE APROVAÇÃO) praticamente isso.]
(G3P5F4)	eles falam que o não sei quanto por cento lá, aceitam. [PERGUNTO: ONDE VOCÊ ESCUTOU ISSO?] na tv [O QUE DIZEM NA TV?] dizem que setenta e poucos por cento de jovens aceitam o novo ensino. E eu não conheço ainda no Rio Grande quem participou dessa votação. [FALA COMPLEMENTARIA: exatamente isso que você terminou de falar, se a gente não participou como é que eles vão falar que foi a gente que aprovou, se nem participamos. [ALGUEM RESPONDE: só se foi o pessoal da escola particular] Ainda assim não faz sentido, porque não se vai aplicar neles, por que eles votariam num negócio desses
(G3P5F5)	Mesmo na escola particular que eu tenho amigos, se tu pergunta eles vão falar que nem eles votaram numa coisa assim ou do tipo. Eles querem implantar e estão mentindo para as pessoas.
(G3P5F6)	eles querem formar mão de obra, porque aí eles vão falar, ah tu isto daqui... tu vai ser engenheiro e tu só vai trabalhar nisso pelo resto da tua vida. Não querem dar opção para a gente se no futuro você mudasse de ideia, tipo ah eu sou engenheiro e quero ser físico.

(G3P5F7)	aí entra o que falou [cita o nome], se uma pessoa que estudou numa escola particular quer fazer isso, ela vai poder trocar porque ela teve o ensino de todas as matérias, ela vai ter a base das outras matérias para poder fazer isso, enquanto, o cara que estudou só para uma determinada área não vai conseguir fazer.
(G3P5F7)	a gente demora tanto tempo para entrar na faculdade por exemplo, mas a gente tem o direito para entrar na faculdade, agora eles vêm para o ensino médio e querem tirar, isso foi pensado há muito tempo. [FALA PARALELA: e querem tirar as faculdades públicas vai ser tudo pago.]
(G3P5F8)	mas essa nova etapa... novo ensino [VÁRIAS FALAS PARALELAS: reforma!] não vai se aplicar a nós... afetar nós [MULTIPLAS FALAS PARALELAS: não vai afetar nós... no momento, não]
(G3P5F9)	não vai afetar a nossa turma por exemplo, porque a gente está praticamente se formando. Só vai afetar, por exemplo, a nossos irmãos, a nossos filhos.
(G3P5F10)	como tu falou, no 2020 provavelmente entre em vigor, não é? Tú imagina, no 2020 vai estar provavelmente acabando o ensino médio, e vai fazer uma faculdade, e se entra em vigor? [ALGUEM RESPONDE: para nós não piora a gente termina o ano que vem, eu espero.] Ahhh é verdade, mas e se entra em vigor essa nova meta, se tu tiver uma faculdade vai ser obrigado a fazer o que? [RESPONDO: NO CASO, VOCÊS NÃO SERIAM “ATINGIDOS”, MAS COMO ESTUDANTES, EU QUERO SABER QUE PENSAM, QUE SABEM SOBRE.]
(G3P5F11)	Professora, a gente este ano que vem tem que se preparar para o ENEM, mas como vamos a nos preparar para o ENEM com essa reforma? [FALA PARALELA: Se já vai estar sendo usada entre aspas uma prévia dela.]
	POR ISSO, NO ANO QUE VEM VOCÊS ENTRARIA NO QUE SE CHAMA DESGASTE, VOCÊS CONTINUARIAM DO JEITO QUE ESTÁ PORQUE NÃO TERIA SENTIDO MUDAR VOCÊS QUE ESTARIA NO ÚLTIMO ANO, MAS, PARA AS TURMAS QUE VEM E QUE ESTÃO AGORA NO PRIMEIRO ANO, PODERIAM PASSAR PELA MUDANÇA. ISSO DEPENDE DO JEITO QUE A ESCOLA SE ORGANIZE PARA ATENDER A OFERTA DE EDUCAÇÃO.
(G3P5F12)	É obrigatório? [A REFORMA?] Não, tu é obrigado a eliminar matéria ou tu pode cursar todas?
(G3P5F13)	Eu escutei que isso vai de escola para escola, e aí se tiver uma escola com menos professores, se eles acharem tipo: ah! Não temos professor e vocês não precisam, eles não mandam professor, e tu vai te que te adaptar com as matérias que tú tem. [FALA COMPLEMENTARIA: Sim por exemplo, a gente estava sem professor de literatura, aí se não tiver professor no caso a escola não é obrigada a ter.]
<p>6. VAMOS FALAR ENTÃO SOBRE OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS, O ARTIGO 4 DA LEI ESTABELECE QUE O CURRÍCULO VAI SE COMPOSTO POR UMA BASE COMUM CURRICULAR E POR ITINERÁRIOS FORMATIVOS. POR DIZER ASSIM, METADE DO ENSINO MÉDIO VAI SER DEDICADO À BASE, ELA CONTÉM AS DISCIPLINAS DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA E O RESTO DO ENSINO MÉDIO PARA AS DISCIPLINAS DO ITINERARIO. DESPOIS DO PRIMEIRO ANO E MEIO VOCÊS TERÃO QUE ESCOLHER UM ITINERÁRIO FORMATIVO DOS CINCO QUE EU JÁ FALEI, OU MAIS SE A ESCOLA TEM CONDIÇÕES; A LEI DIZ QUE OS ITINERÁRIOS SERÃO ORGANIZADOS CONFORME A RELEVÂNCIA PARA O CONTEXTO LOCAL E AS POSSIBILIDADES DO SISTEMA DE ENSINO, ISSO QUER DIZER QUE NÃO TODAS AS ESCOLAS SÃO OBRIGADAS A OFERECER OS CINCO ITINERÁRIOS. VOCÊS SABIAM DISSO?</p>	

(G3P6F1)	[VARIAS FALAS PARALELAS: Não] QUE OPINAM DISSO? Piorou [RISOS] agora se a gente descer mais um pouco encontra petróleo. [FALA PARALELA: vamos começar a furar já]
(G3P6F2)	a gente começa o ano sem a metade dos professores, aí perde as matérias que são foda na visão deles a gente fica sem essas matérias até o final do ano incompletas, e forma-se sem essas matérias.
(G3P6F3)	Aqui mesmo, a gente recém agora no segundo trimestre, a gente foi ter professor de português, a mais importante de todas; recém agora a gente foi ter professor, então imagina. Desse jeito eles querem fazer com isso que é obrigatório né! Ele querem fazer com que não seja obrigatório, a gente ter mais matérias importantes todas juntas. E só os pobres porque tem dinheiro para pagar vai pagar, e deu.
7. NESSE SENTIDO VOCÊS CONSIDERAM QUE ESSE NOVO ENSINO MÉDIO, ENTÃO, POSSIBILITARIA UM INGRESSO PARA A UNIVERSIDADE OU PARA O MERCADO DE TRABALHO?	
(G3P7F1)	[SE ESCUTAM VÁRIAS FALAS PARALELAS: “mercado de trabalho”] Cada vez mais as pessoas vão desistir de estudar, e vão direto a trabalhar, arrumar uma coisa mais fácil.
(G3P7F2)	Se porque vai substituir o ensino médio por um curso técnico, aí tu tem a alfabetização (o primário) parte para um curso técnico e vai dar o mesmo, só vai te estar profissionalizando em aquele mercado, tipo área;
(G3P7F3)	numa aula, não lembro qual, eu falei que as pessoas já não fazem ou tentam fazer faculdade pois um curso técnico, talvez seja mais rápido. E é mais fácil conseguir emprego pelo curso técnico que do que uma faculdade, por exemplo. Um engenheiro não consegue emprego tão fácil do que um que por exemplo faz um curso no IF, faz o mesmo serviço só que o mesmo curso é mais barato, [FALA PARALELA: e a mão de obra é mais barata] e aí quem está fazendo faculdade não consegue se empregar facilmente, e as pessoas vão mudar cada vez mais.
ALGUM DE VOCÊS TÊM INTERESSE OU GOSTARIAM DE FAZER UM CURSO TÉCNICO?	
(G3P7F4)	Eu quero fazer faculdade também mais acho que o curso técnico é mais fácil. [A maioria assente com a cabeça]
8. QUE OUTRAS MUDANÇAS VOCÊS CONHECEM, JÁ FALAMOS SOBRE A QUESTÃO DOS ITINERÁRIOS, DA POSSIBILIDADE DE ESCOLA, QUE OUTRAS COISAS TÊM ESCUTADO QUE A REFORMA VAI MUDAR?	
(G3P8F1)	Tem, ontem na aula de filosofia a gente debateu sobre o ensino a distância também, falamos sobre tipo que nós somos obrigados a vir a escola, tanto pela lei quanto por nossos pais, só que tipo quando a gente não tiver que ser obrigada a vir, então ninguém vai querer estudar, ninguém tipo que vai sentar em casa e vai estudar, então vai ser pior.
(G3P8F2)	Se já é difícil o cara vindo entre aspas assim formalmente, já é difícil o cara vir e ficar dentro da sala de aula entre aspas, tu imagina em casa (trecho ininteligível) se a gente não faz nada as vezes. (Fala paralela: imagina comendo ou bebendo) (alguém responde: isso a gente faz de qualquer jeito) não é o mesmo, se estiver em casa e alguém bater à porta o cara larga lá e vai falar, entendeu? Não vai ter prioridade, no caso.
(G3P8F3)	tem outra coisa, não viver em sociedade, uma pessoa por se só.
(G3P8F4)	o que for certo para ele, e que nem tipo para mim algumas coisas são certas, para aprender alguém fala alguma coisa e é tipo “poderia ter pensado nisso”, e agora o que for certo para ele vai ser certo para ele, ele não vai estar vivendo em sociedade.

(G3P8F5)	Por mais que uma pessoa ou as pessoas pôr [FALA PARALELA: “opinar diferente”] não, não opinar diferente alguém, senão tipo: ter alguém ali, claro tu vai ter o teu pai ou mãe, sei lá, mais não vai ser no nível de uma escola que tu tem um horário para chegar, tu não pode sair da sala de aula, é um negócio que tu tem que focar. [FALA COMPLEMENTARIA: Em resumo, não vai ter disciplina] E querendo ou não, isso já vai tipo influir na tua vida profissional. Porque tem horário, em algumas escolas tem que usar uniforme, isso vai ajudar logo na frente.
(G3P8F6)	Sim, a gente desenvolve isso sozinho, na verdade, porque por mais que durante alguns anos os nossos pais nos insistem nisso, chega lá, nus doze ou treze anos, que a gente já faz automáticos, a gente já sabe qual horário tem que chegar, a roupa que tem que usar, sabe que tem que trazer no dia, que matérias, e sem tudo isso a gente vai ficar perdido.
(G3P8F7)	É importante a gente ter aula presencial, porque tipo, tu tem opiniões de pessoas diferentes, isso ajuda a formar a tua, porque tu toma um pouco de cada e tu forma tua opinião. [FALA COMPLEMENTARIA: Se dá um debate totalmente diferente que tu daria sozinho.]
9. Qual sua opinião sobre a proposta de tornar 40% do Ensino Médio a distância?	
(G3P9F1)	Agora vai ter 60% presencial, e eu acho que 40 pela internet, a distância.
(G3P9F2)	Se tu parar para pensar esse 60% pode ser só português e matemática, presencial. E os outros 40 vai ser o resto das outras matérias. [FALA PARALELA: Ou seja a gente não vai estudar nenhuma.]
(G3P9F3)	Tu vai sair um gênio só em português e matemática [RISOS]
(G3P9F4)	Em casa seguro tu vai parar para estudar (fala com som sarcástico) [FALA PARALELA: Ninguém faz isso.] Sim, nem hoje em dia. Isso já é difícil, o cara parar cinco minutos para pegar um caderno: pô tem um tema para fazer! Já é difícil, imagina não sendo obrigatório.
(G3P9F5)	E agora quem tem emprego, imagina... “vou concertar uma máquina e ganhar dinheiro ou estudar?”
(G3P9F6)	Claro que vai começar isso também, a pessoa vai pensar pô eu trabalho ou estudo? Que é mais obvio? Trabalhar e ganhar dinheiro que estudar e ter uma formação;
(G3P9F7)	Nisso a nossa sociedade retrocede muitos anos, olha quanto a gente evoluiu... e agora vai ficar retrocedendo.
10. SOBRE O TURNO INTEGRAL	
(G3P10F1)	(Alguns negam com a cabeça, outros tem expressão de estranheza) [PERGUNTO: ALGUÉM FAZ IDEIA DO QUE É ISSO?] A gente sabe, mas a proposta disso dentro da reforma não.
E QUAL SUA OPINIÃO, GOSTARIAM DE CURSAR TURNO INTEGRAL?	
(G3P10F2)	Depende muito da pessoa. Tem por exemplo o [cita o nome] que trabalha de tarde, para ele vai ficar muito ruim isso, ele se sustenta com o serviço, não pode largar o serviço para estudar. Sendo que agora ele consegue fazer os dois, entende. [FALA PARALELA: Praticamente tu vai ter que morar aqui dentro.]
(G3P10F3)	Fico pensando: vamos supor que mude isso. Até se acostumar, aí tu vai fazer o tu fazer o turno integral, mas será que vai funcionar? Essa é a questão, vai funcionar de que jeito? Como é que tu vai conseguir manter, vamos supor, mais de mil alunos dentro de uma escola integral?

(G3P10F4)	Já que os brasileiros gostam tanto desse ensino de lá, dos estados unidos, porque a gente não faz como eles então... por exemplo a faculdade de turno integral deles lá, eles dormem lá dentro da escola, em fim. Brasileiro ele gosta de assemelhar os Estados Unidos entendeu... Brasil digamos é um Estados Unidos [inaudível] digamos, porque o Governo não dá um jeito de colocar os cidadãos dentro das escolas, para que vivam lá dentro e possam fazer as atividades de turno integral. Por exemplo, não tem tempo ao sair daqui, meu tempo já é curto, imagina fazendo turno integral, para poder trabalhar. O Governo não faz por muitas coisas, não por um só motivo.
(G3P10F5)	O problema, é que querem tipo imitar os Estados Unidos, só que a gente não tem recurso para isso, eles vivem diferente do que nós, são pessoas que desde pequenas tem uma educação excelente e a gente não;
(G3P10F6)	Mesmo a educação pública é boa lá.
(G3P10F7)	De um jeito eles querem se favorecer e entre aspas deixar o povo burro, enquanto eles deixam o povo burro, eles vão faturando acima de ti. Praticamente isso. [FALA PARALELA: Eles só querem encher a bunda de dinheiro.]
(G3P10F8)	Sim, eles querem formar um povo sem opinião, para que a opinião deles seja a última e ponto final. [inaudível]
(G3P10F9)	Eles querem dar tipo um passo mais grande que a perna, porque eles estão tentando impor um negócio que eles não têm nem estrutura para fazer. E como é que vão botar mil alunos numa escola que tipo não tem estrutura para aguentar mil alunos, sabe... (fala paralela: não tem verba) então é tipo não sustenta nem os dois turnos individuais.
11. Como avaliam o espaço físico da escola e os recursos materiais para a implementação da Reforma do Ensino Médio?	
(G3P11F1)	E muito pouco para o que eles querem fazer, é escasso para o que eles querem fazer com a estrutura que temos.
(G3P11F2)	E ainda tem aquela coisa de congelar os montos de educação e não sei o que. Que tu congela o que já tem agora, que não se consegue fazer quase nada, imagina tu congelado e com mais alunos em integral. Ai sim que não vai ter nada praticamente.
(G3P11F3)	Se já está com sobrecarga de alunos, imagina.
(G3P11F4)	Mais porque esta reforma, o que eles ganham? [RESPONDEM: “Mao de obra barata”. “Menos cursos”, “Vai Ganhar soldadinhos que foram produzidos para fazer aquilo de ai”, “Praticamente tu vai morrer fazendo aquilo”, “Trabalho escravo”] Eles estão entre aspas criando escravos, só que socialmente agora no caso.
(G3P11F5)	Querem tapar o sol com uma peneira, te colocando uma venda.
(G3P11F6)	E tipo uma bolha, tu vai ficar ai e pronto. [FALA COMPLEMENTARIA: Fala que nós já somos escravos, se a gente não trabalha a gente não come, temos que trabalhar igual.]
(G3P11F7)	Isso já é capitalismo, se tu não trabalhar, não vai ter.
(G3P11F8)	Estamos falando de dinheiro, tá ligado. de lucro, eles querem ficar ricos só acima da gente.
12. VOCÊS SABEM COMO ESTÁ COMPOSTA A BNCC DO ENSINO MÉDIO LANÇADA A INÍCIOS DESTE ANO? QUE OPINAM DISSO?	
	Ninguém escutou.
13. COMO AVALIAM TER LÍNGUA PORTUGUESA E MATE NOS TRÊS ANOS, COMO OBRIGATÓRIAS.	

(G3P13F1)	Isso daí é essencial. [FALA PARALELA: Mas já é obrigatório.] Eu acho que é a única coisa certa que tem.
(G3P13F2)	Se tu parar para pensar, o pessoal tira melhor nota no inglês que no português que é tua língua básica. Em que lugar acontece isso. No Brasil só.
14. QUE SABEM SOBRE O ITINERÁRIO FORMATIVO QUE TEM A VER COM A FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE? E SOBRE O NOTÓRIO SABER?	
(G3P14F1)	E tipo, vamos supor, se o cara sabe fazer cirurgia em um animal, então tu pode pegar ele e fazer cirurgia em pessoa. [FALA PARALELA: Não sabia disso...]
(G3P14F2)	Sim, a professora lá embaixo falou. Foi a parte que me liguei mais. É o ensino básico, né... o cara tem o ensino básico, pega algumas das coisas que a medicina pega, entendeu? Para aprender, então ele pode fazer isso. [COMENTARIO SOBRE A FALA: Faz total sentido, com certeza]
15. COMO AVALIAM A ORGANIZAÇÃO DE 13 DISCIPLINAS	
(G3P15F1)	Faltam mais coisas.
(G3P15F2)	E precário, escassa na real.
(G3P15F3)	A gente precisa por exemplo fazer atividades extracurriculares.
(G3P15F4)	Falta desenvolvimento na parte da educação.
(G3P15F5)	Ficamos dentro da sala de aula, a gente pode aprender fora dela também.
(G3P15F6)	O mundo tá evoluindo, tecnologia, tudo está evoluindo. E tu está aprendendo sempre no básico, tipo isso daqui é o básico: “coloca no quadro o que eles precisam, e escrevam no caderno”, e depois no caderno tanto faz, tu vai trabalhar e pronto.
(G3P15F7)	A mesma forma que os nossos pais e avós estudaram, a gente está estudando, mesmo hoje em dia a gente vê mais tecnologia e a gente ainda assim não tem recurso, porque o governo tem dinheiro para que tenha recurso, mas não disponibiliza.
(G3P15F8)	Nem computar temos direto. Cinco horas para ligar, se é que liga.
(G3P15F9)	Temos cinco computador para uma turma de trinta alunos, e só funciona um. [FALA PARALELA: Ahhh, mas lá tem uma caixa com monte de computador e ninguém faz nada.] Pois então, não tem como a gente chegar lá e tirar.
(G3P15F10)	Eles tem no caso, como quem diz o queijo e a faca na mão mas eles não querem usar.
(G3P15F11)	Mas isso já é de nossa escola, individual.
(G3P15F12)	O professor de história falou que tem vinte e poucos notebooks e que estão guardados aqui na escola e ninguém usa.
16. ALGUMA VEZ TEM CONSIDERADO ABANDONAR A ESCOLA?	
(G3P16F1)	[VARIAS FALAS AO MESMO TEMPO: “Sim”] Eu já larguei a escola. Porque não foi bom, deu falta o estudo, não pensei no futuro. [PERGUNTO NÃO FOI BOM O QUE?] Para estudar [REPREGUNTO PORQUE VOCÊ ACHA ISSO?] Para mim, não o considere algo bom para estudar, sabe... como quando algo está faltando. (Trecho ininteligível).
(G3P16F2)	As mudanças que precisam melhorar agora, eu acho que é muito fácil, eu estive no IF e voltei para cá, e aqui é muito fácil. Tipo, vou dar um exemplo nas provas o professor: a casa de Joao é amarela? Isso perguntam que cor é a casa de Joao , é como se fosse assim. Eu fui para lá e era um bagulho muito impossível, só tirava nota ruim, eu me decepcionei e acabei voltando. A professora de matemática é muito esforçada, ela vai, vai, mas ela faz tipo a prova de matemática dela é muito fácil. [FALA PARALEL: Falta fortalecer o ensino.]

(G3P16F3)	É recursos cara, tudo isso daí.
(G3P16F4)	Eu acho que isso é bem mais positivo porque tu chega no ENEM.... (Alguém corta a fala)
(G3P16F5)	Não, no ENEM utilizam aquela base. [FALA PARALELA: É positivo, porque tem mais recurso e melhor ensino.]
(G3P16F6)	Lá é tipo universidade, se tu quer tu tens que correr trás disso. Ai tu já te acostumas como faculdade. E aqui não, tipo é muito mimimim sabe... lá o desnível do particular ou do que é mais evoluído como o IF, para pública é MUITO discrepante. Quando tu muda consegue ver a diferença. [FALA PARALELA: mas lá tem até processo seletivo.] Exatamente, mais igual é disponível a oportunidade para pessoas entrar. E quem vai daqui, fala que sente o impacto e acaba voltando, porque quem volta é que vai sofrer é porque quem está lá, está tipo, aprendendo um negócio que a gente aqui no aprende, sabe. Estão muito mais na frente do que a gente aqui. Sim, a gente que saiu por exemplo do nono ano, porque lá é só ensino médio, né, chegou para fazer prova e ninguém sabia nada, porque a gente não foi preparado para aquela prova. E aqui se achavam como se fossem esmerados alunos, eu me considerava um aluno excelente. Tem outra amiga, que também... eu considerava ela uma gênica da turma. Ela não está repetindo mais ela rodou.
(G3P16F7)	E tem escolas que por exemplo, eu vim de outra escola, eu entrei no primeiro ano aqui, eu não estudei desde o pré. E tem coisas que tu vê no primeiro ou no segundo as vezes algumas coisas que tu passa pela cabeça e tu lembra de lá. Tem coisas que a pessoa vê lá e tá vendo entre aspas aqui de novo. Eu aprendi lá e estou vendo aqui de novo, como se estivessem retrocedendo à pessoa, tá entendendo.
(G3P16F1)	Eu estudei em Santa Catarina e estudei numa escola pública e municipal. A municipal é bem fácil, é só ensino fundamental e eu rodei em três matérias, eu fiz exame e rodei em três matérias e mesmo assim eles me passaram. Ai eu fui para uma pública e... eu não vou dizer que o nível da escola pública de lá, é maior não é tão superior à daqui de Rio Grande, mas é um pouco melhor, então, eu consegui ver a diferença de um estado para outro, a qualidade de ensino.
MAIS ALGUÉM TEM OUTRA QUESTÃO PARA COLOCAR? (SILENCIO) PESSOAL, CONSIDERO QUE FECHAMOS COM AS PERGUNTAS, AGRADEÇO MUITO POR SUA DISPONIBILIDADE, E OPINIÕES...	

ESCOLA AUGUSTO DUPRAT

GRUPO 4: TERCEIRO ANO, TURMA 231

DATA: 29-08-2018

1. ESCUTARAM JÁ FALAR DISSO?	
G4P1F1	Teve uma conversa com a escola, aqui.
	TODOS VOCÊS ESTIVERAM NA CONVERSA?
	A maioria assente, [PERGUNTO: TODOS VIERAM ESSE DIA DA CONVERSA ENTÃO?] Assentem mas ficam calados.
	QUE LEMBRAM DESSA CONVERSA?
	[Risos] Ficam calados uns segundos.
G4P1F2	Falaram mais que não haveria mais as disciplinas né? Só iam ser obrigatórias a língua portuguesa e a matemática, também tu poderia escolher as disciplinas que queria cursar, também falaram né, que as aulas... Quantas aulas eram? São seis horas de aula né? Que iam diminuir, tipo assim: Segunda feira seria duas de português... três de matemática ou três de português... ou dois de matemática, nesse caso, não seria só de

	segunda a sexta, seria mais segunda, terça, quinta; esses três períodos, mas falou também da importância que.... como é que é? (pensa um pouco) Que mudaria para nós todos.
	[O Professor intervém: que na verdade, eu acho que tu está querendo falar, é que na verdade vai passar a ser 40% a distância do currículo, né?] Isso, exatamente. [PEÇO PARA O PROFESSOR POR FAVOR DEIXAR FALAR OS ALUNOS.]
	MAIS ALGUÉM LEMBRA OUTRA COISA? OU TEM UM COMENTÁRIO? Silencio.
2. COMO SE DERAM CONTA QUE EXISTIA ESTA REFORMA?	
	Ficam calados vários segundos, peço para alguém em específico que fique à vontade para responder. Vários riem e ele responde:
G4P2F1	Na televisão.
	HAVIA OUTRO LUGAR ONDE TAMBÉM SE FALAVA DISSO?
G4P2F2	[DEPOIS DE ALGUNS SEGUNDO: Também na escola]
	MAIS ALGUÉM? Silencio
	QUE FALAVAM NA TELEVISÃO SOBRE A REFORMA?
G4P2F3	Falavam que era uma boa reforma. (trecho ininteligível) davam a entender que era uma boa reforma. [PERGUNTO: PORQUE?] Não sei, estava tudo mundo feliz (Ri e falou algo ininteligível) mas eu entendi que era boa reforma, daí a gente vem para cá, eles explicaram que não tão assim.
G4P2F4	Não é nada bom.
	QUE OUTRA COISA SE FALOU? VAMOS TENTAR LEMBRAR UM POUCO MAIS.
	Riemos uns com outros e ficamos calados.
3. TÁ, LOGO DEPOIS DE ASSISTIR OS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS NA TV, ERAM A FAVOR OU EM CONTRA.	
G4P3F1	[VARIAS FALAS: “Contra”, “Em contra”]
	Todos falam que contra ou negam com a cabeça
	PORQUE?
G4P3F2	Eu acho que a gente precisa de matemática e português, mas a gente tem que estudar as outras matérias; tanto para inclusão social quanto para outra coisa, entendeu? Precisa disso, não só de português e matemática, é importante a gente ter todas as matérias incluído.
	E ALGUÉM ERA A FAVOR? QUANDO FALAVAM QUE PODERIAM ESCOLHER PARA SEU FUTURO, VOCÊS QUE PENSARAM NESSE MOMENTO? Ficamos em silencio, se enxergamos uns aos outros.
	MAIS ALGUÉM QUER FALAR UMA COISA? (Silencio) ok
4. VOCÊS SABEM QUE A LEI PROPOR A ADOÇÃO DE TURNO INTEGRAL? ESCUTARAM FALAR DISSO? SABE QUE SIGNIFICA ESSE TERMO?	
G4P4F1	O dia inteiro.
	QUE OUTRA IDEIA TEM SOBRE ISSO? Segundos de silencio
G4P4F2	Eu me lembro que falavam que iam tirar os projetos de SENAC e SESC e essas coisas... que a gente ia acabar estudando o dia todo, que não ia ter tempo para fazer cursos e outras coisas.
	PODE EXPLICAR UM POUQUINHO MELHOR?

G4P4F3	Eu não entendi direito, pelo que eu entendi era mais ou menos isso... que iam tirar esses projetos do SENAC e só estudando e estudando, mas aí pelo que eu entendi é só português e matemática porque querem tirar o resto das matérias.
	E VOCÊS GOSTARIAM CURSAR O ENSINO MÉDIO EM TURNO INTEGRAL?
G4P4F4	Não [riem e repetem “não” ou negam com a cabeça]
G4P4F5	Bah! Tá louco! A gente já faz um monte de trabalho da aula e ai vai chegar em casa de noite não vai ter tempo de fazer nada.
	E VOCÊ PORQUE NÃO GOSTARIA?
G4P4F6	Porque de manhã já é suficiente. [todos riem]
G4P4F7	Um turno só já é suficiente.
5. AVALIAM ESPAÇO FÍSICO E MATERIAIS?	
G4P4F1	É precária, a situação.
G4P4F2	Os professores de redação não têm nem folha para passar a redação para nós.
G4P4F3	E ai eu acho que eles já não verba para quatro horas que a gente passa aqui, ai imagina turno integral, que tem que almoçar e tomar o café, eu acho que ai eles não iam dar. [FALA PARALELA: Merenda de boa qualidade, né? (se escutam alguns risos)]
6. VOCÊS SABEM QUE SIGNIFICA O TERMO ITINERÁRIOS FORMATIVOS?	
	Negam [EU EXPLICO UM POUCO DA AMPLIAÇÃO DO TURNO E COMO SE VAI DIVIDIR O CURRÍCULO, BASE E ITINERÁRIOS. DAS POSSIBILIDADES, SABIAM?] Não
	QUE OPINAM DISSO? QUALQUER IDEIA?
	[Ficam calados, riem.. ficamos esperando alguns segundos até que alguém fale.]
G4P6F1	[Falam em tom baixo entre eles e se sinalizam para falar mas ninguém quis falar] REALIZO UMA PERGUNTA DIRETA: VOCE TEM ALGUMA IDEIA] “Não, não... deixa eu pensar mais” [LOGO DE UM TEMPO CONTINUAMOS]
	VAMOS CONTINUAR, ENTÃO COMO FALEI DEPOIS DE UM ANO E MEIO MAIS OU MENOS O ALUNO TERÁ QUE ESCOLHER UM DESTES ITINERÁRIOS, VOCÊS ACHAM QUE O ESTUDANDO ESTÁ HABILITADO OU PREPARADO PARA FAZER ESTA ESCOLHA, QUE OPINAM DISSO? Silencio
	VAMOS SUPOR O CASO QUE VOCÊS NO SEGUNDO UNO TERIAM QUE ESCOLHER UM ITINERÁRIO, ESTARIAM PREPARADOS? QUE OPINAM? Silencio
	VOCÊS JÁ SABEM O QUE QUEREM FAZER, AGORA QUE VÃO SAIR DO ENSINO MÉDIO? JÁ TODOS TÊM CERTEZA? Assentem E NO SEGUNDO ANO SABIAM? Não, (alguns negam com a cabeça)
7. ENTRAR NA UNIVERSIDADE OU MERCADO?	
G4P7F1	Mercado
G4P7F2	Eu acho que nenhum dos dois, porque para tu entrar no mercado de trabalho precisa de conhecimento, ainda mais agora. E para entrar na faculdade com essa nova reforma que eles querem vai ser bem difícil porque não vai ter todas as áreas e ai tu vai acabar tendo que correr atrás por conta da prova para poder entrar na universidade.
G4P7F3	E VOCÊ? IA FALAR UMA COISA? Não, Não, obrigada.
8. SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA? QUE ACHAM DESSA PROPOSTA?	

G4P8F1	Que é ruim.
G4P8F2	Sim, ruim.
G4P8F3	Eu acho um pouco ruim, porque se presencial já está difícil, esse ensino daí, pior.
G4P8F4	Se já é difícil vir a aula, imagina a distância então. [Alonga a mão num gesto que dá entender distância física]
G4P8F5	[VÁRIAS FALAS PARALELAS JUNTO COM RISOS: “Não” “ai meu Deus”] A distância no sentido, não ser presencial entendeu? Vem poucos dias a aula e não todos os dias tem aula, não de ser longe. (riem de novo. Principalmente quem fez a fala anterior)
	O QUE QUER DIZER É QUE O ESTUDANTE FICA EM CASA E PODE FAZER SEJAM CURSOS LÁ FORA, PODE SER EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS COMO SENAI, SESC, SEBRAE OU OUTRAS E QUE AQUI NA ESCOLA SERIAM TOMADOS COMO CRÉDITOS, POR EXEMPLO SE FAZ UM CURSO DE INGLÊS LÁ, NÃO TERIA QUE LEVAI INGLÊS NA ESCOLA. OU TEM OUTRAS OPÇÕES DE CURSOS MEDIADOS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS OU NÃO. A PREGUNTA É QUE VOCÊS ACHAM DISSO? PENSAM QUE VAI SER POSITIVO OU NEGATIVO? QUE SERIA O POSITIVE NO CASO, OU QUE NÃO O SERIA? Vários segundos de silencio. Peço para um estudante em especifico falar.
G4P8F6	Eu não tenho nada que falar [responde entre risos] fala você meu (indica para outro colega)
9. ENTÃO PARA FINALIZAR MAIS DUAS PERGUNTAS: A PRIMEIRA COMO AVALIAM O SISTEMA QUE TEMA ATUALMENTE DE 16 MATÉRIAS?	
G4P9F1	Silencio [PERGUNTO: GOSTAM? NÃO GOSTAM? O QUE GOSTAM, O QUE NÃO?] (Faz gesto de negação) peço para ele falar e responde: “oh professora, porque é muito difícil, um caminho difícil” [pergunto: QUE ACHA DE DIFÍCIL? Depois de alguns segundos de silencio] “só acho que é ruim, só, não tem um porque nisso professora”.
	ESTÁ BEM... MAIS ALGUÉM CONCORDA COM ELE, ACHA QUE NÃO É BOM, QUE NÃO ESTÁ BEM COMO FUNCIONA AGORA?
G4P9F2	Não é bom por ser muita matéria, é sobrecarregado mas a gente precisa de todas.
10. MAIS ALGUÉM? NEGAM ALGUMA VEZ ALGUÉM DE VOCÊS PENSOU EM DESISTIR DA ESCOLA?	
G4P10F1	Já, este ano principalmente. (Conversa ininteligível junto com risos e repetições “este ano várias vezes”)
	PODERIA COMPARTILHAR PARA NÓS, O PORQUÊ?
G4P10F2	Ah só porque é sobrecarga mesmo, e é chato.
	SENTE QUE TEM MUITAS MATÉRIAS E TRABALHOS? Assente. MAIS ALGUÉM QUER COMPARTILHAR?
G4P10F3	Eu já pensei mais nunca desisti.
	POR QUESTÕES DE TRABALHO.... OU OUTRAS SITUAÇÕES? CUIDAR OS IRMÃOS É TAMBÉM UM TRABALHO.
G4P10F4	Não, meu irmão são todos grandes já. [Silencio]
	OK, ENTÃO TÁ. ERA ISSO PESSOAL, EU AGRADEÇO MUITO PELO SEU TEMPO. VOCÊS TEM ALGUMA OUTRA QUESTÃO PARA COLOCAR, OU PERGUNTA PARA MIM?

Apêndice 7 – Transcrição da conversa com a coordenadora pedagógica da escola.

A que se referem os alunos quando falam de uma palestra na escola?

A palestra conversa com os alunos foi no marco do Dia D praticamente imposto pela Secretaria de Educação, com os professores, que era um dia para discutir a BNCC, mas o intuito dela ser aprovada no Conselho Nacional para aquele movimento de pressão que estava havendo em todo o país, para que fosse justiça o tal dia D.

Então teve um dia D que era para que os professores do Ensino Médio discutissem a Base, só que esse dia D tinha o intuito de fazer a aprovação no conselho nacional de Educação, a base do Ensino Médio vá na reforma vinculada, só ao invés disso a gente discutiu mas não foi ao encontro da proposta que via da SEDUC, a gente discutiu no sentido de fazer a crítica, dessa discussão com os professores saiu que a gente deveria fazer um aulão e passar para os alunos parte de todas essas medidas que estão vindo, porque a gente percebia que eles não tinham um envolvimento, não estavam muito e diz direto à formação deles, então, gente nomeou “S.O.S. Ensino Médio”, aí a gente organizou um dia da semana que tivesse maior presença de professores porque o nosso quadro é terrível, a gente tem professor que só vem na terça, que só vem na quinta, que só vem na quarta; a gente escolheu a quinta que tem o maior número de professores do médio, mexemos no horário de maneira que depois da dez eles não estivessem em sala de aula e descemos todos para o saguão o ensino médio e fizemos o salão, colocamos dois vídeos de propaganda que aparecem na Globo, depois um vídeo contrapondo, que é um rapaz que vai fazendo, falando que é uma medida provisória, porque inclusive aparece o Temer dizendo ‘Eu tenho pressa’ ‘O Brasil tem pressa’, e aí é então essa parte toda assim bem política e depois fizemos uma apresentação de Power point com itens que foram fornecidos pela CNTE e pelo CPERS que é o Sindicato e depois no final entregamos um panfleto com o conteúdo que tinha na apresentação de Power point e fizemos a discussão, só que aí nós pensamos que o nono ano também teria que estar presente porque o nono ano vai sentir até mais do que o pessoal do terceiro que está saindo, né. Então a gente desceu o nono ano também e aí eles também participaram e nós fizemos esse aulão grande com a presença de todos os professores.

Até como eu principalmente priorizo a participação estudantil, eu entrei em contato (nós não decidimos nada com o Grêmio, foi tudo decidido com os professores), no dia anterior e disse que ia acontecer, porque nós não divulgamos para os alunos, porque quando a gente divulga eles não vêm, acham que não é aula, e não sei o que e não ficam.

Então a gente não divulga nada, é surpresa, simplesmente desceu e deu, só que eu entrei em contato com o Grêmio e pedi, porque o Grêmio apoia, o Grêmio é do Médio e o Grêmio tem a questão da radio e tudo e para eles sentirem um envolvimento direto, um protagonismo estudantil, que não vinha uma coisa de cima. A gente queria que o grêmio participasse para eles perceber que eles fizeram, só que não, ele foi organizado pelos professores e o Grêmio chegou quando estava tudo pronto.

Professora, você acha que eu poderia entrevistar os membros do Grêmio?

Do grêmio a gente tem essa participação efetiva mesmo de dois, que são os protagonistas que é o Presidente e o Vice, o resto nos ajudam... eles estavam em aula agora há pouco, não sei com quem que estão. Tá então vou averiguar onde é que estão...

Vejo alguém e ela teve que parar a conversa.

Apêndice – 8 Transcrição completa de entrevista com membros do grêmio estudantil da escola

Há quanto tempo vocês atuam no grêmio?
Corinto ^{IA} ₀₁ : Acho que vai fazer um dois para três
Delfos ^{IA} ₀₁ : é vai fazer três este ano
E antes disso já tinha a escola um grêmio organizado ou foi por iniciativa de vocês?
Corinto ^{IA} ₀₂ : Quer falar tu? Pode falar
Delfos ^{IA} ₀₂ : antes a escola tinha um grêmio estudantil né? Mas era em 2007, aí depois eles saíram da escola pois eram III ano, Ensino Médio, em fim. E ficou inativo por dois anos eu acho, daí a gente entrou e a escola foi ocupada... e a gente ficou: pô foi ocupada! Os alunos! Sabe? Vamos fazer um grêmio estudantil. Ai logo que acabou a ocupação a gente decidiu fazer um grêmio estudantil com ajuda da professora Flávia (Coordenadora Pedagógica de Ensino Médio) foi de extrema importância porque a gente não sabia nada, não tinha noção de nada, daí ela nos ajudou a fazer estatuto e tudo direitinho e nós montamos o grêmio.
Nessa época a escola foi ocupada por que?
Corinto ^{IA} ₀₃ : Pelas medidas provisórias que estavam sendo impostas pelo Governo, pela precarização da educação e uma serie de pautas que a gente achava (palavra ininteligível) não só para nossa escola, para educação e as escolas em geral.
É disso que precisamente vamos falar sobre essa medida provisória e a lei que depois foi aprovada e divulgada. Vocês que lembram sobre esse processo de ocupação, da reforma, qual é o conteúdo dessa medida provisória?
Corinto ^{IA} ₀₄ : Eles queriam como ainda tão querendo acho que privatizar as escolas e querem o sucateamento, como eles estão tentando fazer, que não sei, tomara que não vão conseguir fazer isso, e eu acho que na época, se eu não me engano, se não me falha a memória, tinha uma PL, que agora não me lembro muito bem a PL, acho que naquela época também surgiu os 20 anos de congelamento, não sei, (Delfos faz gesto de assentir) isso, surgiu os 20 anos de congelamento da educação, da saúde, todos os serviços públicos eles queriam. A gente do nada, (começou um movimento nacional, né? Em fala paralela) começou um movimento que nunca antes tinha acontecido aqui dentro da escola, que foi surpresa para tudo mundo e Ensino Fundamental junto com o Ensino Médio, mas com mais força o Ensino Fundamental mesmo, tomaram a frente e bateu lá na Direção: Vamos ocupar a escola!
Vocês estavam qual ano na época? I do Ensino Médio?
Não, não... oitavo ano (Delfos agrega: Oitavo, é, entramos primeiro neste ano)
Vocês estão agora em qual ano?
Delfos ^{IA} ₀₃ : No primeiro, tudo mundo fica assim porque... o Grêmio estudantil? mas como assim do fundamental se a escola tem médio?
Que motivou vocês na luta contra essas propostas?

Corinto^{IA}₀₅: Eu acho que não foi exatamente quem mais sim o que... eu acho que sim o que; eu acho que tudo isso daí, antes vivia e via todos os dias os nossos professores naquela... como te dizer... naquela angustia de: Ah amanhã não tem... vamos supor amanhã não tem o que comer! Vamos lá! Por que assim oh! Agora a pouco o nosso professor de sociologia, aí ele não teve como vir trabalhar porque não tinha passagem no cartão, e a gente vive isso e acho que foi isso que motivou. Claro o incentivo que a gente teve... quer dizer, na escola a gente teve o incentivo da nossa direção de apoiar no sentido do (como é que vou te dizer) apoio dos professores, da [cita o nome] a nossa orientadora, também a gente teve muito apoio enquanto outras escolas não têm... a gente teve isso.

No Rio Grande até onde eu sei, três ou quatro escolas de ensino médio tem grêmio, né?

Delfos^{IA}₀₄: É, atualmente duas escolas têm grêmio sim. Eu comecei nos movimentos sociais, né? Faço parte de uma juventude que é a JS, é um movimento nacional que luta pelo Socialismo aqui, né? A gente se organiza na UNE, na UBES que são os movimentos secundaristas: a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e a União Nacional de Estudantes. Eu entrei no JS, muito aleatório né! Fui numa reunião e falei: nossa! Sim, eu defendo tudo isso que vocês estão falando! Quer dizer, era contra o Golpe né, que aconteceu; e eu nem sabia que Golpe, para mim era impeachment normalmente, e aí depois eu fui sabendo essas coisas, e assim me incentivaram: Bom Delfus, tu monta um grêmio na tua escola...! Faz essas coisas, sabe... movimento social no Rio Grande... faz um movimento secundarista no Rio Grande, tanto que na UBES a gente tentou reativar ela, mas bom.... Depois eu falo disso.

Delfos^{IA}₀₅: Aí eu falei pô, vou fazer! Não tem como! E aí a gente fez o grêmio estudantil. E a presidenta inclusive, a presidenta de lá 2007 a Joice, ela entrou na JS, é a presidenta da JS aqui em Rio Grande e eu sou (trecho ininteligível) ela incentivou muito, muito a gente (Corinto sorri e concorda).

Sobre a proposta de Reforma ao Ensino Médio, vocês conhecem quais são essas mudanças?

Corinto^{IA}₀₆: Algumas sim, a gente teve agora há pouco... não foi palestra, uma conversa porque tudo mundo participou. Eu acho que isso que o Governo está tentando fazer é a massa de manipulação, eles querem as pessoas só apertadores de parafusos, eles querem tirar o que eles acham que não é importante... português e matemática e só, não querem que a gente tenha opinião, eles não querem que a gente pense! Eles acham: ah é só português e matemática, com isso deu! Também querem pôr o Ensino a Distância, que eu acho não vai dar certo, porque nem tudo mundo tem acesso a internet.

Delfos^{IA}₀₇: Eles pegaram uma educação de lá, de primeiro mundo e botaram aqui.

Corinto^{IA}₀₆: Sim, eles querem copiar o pessoal de fora e não é mesmo sistema, é uma realidade totalmente diferente. O que acontece nos Estados Unidos, acontece nos Estados Unidos, eles têm uma boa distribuição de que assim não é no caso do Brasil. É como a gente fala: Fora da maia!

Vocês como grêmio discutem essas questões com seus colegas e o corpo estudantil?

<p>Corinto^{IA}₀₇: A gente procura muito fazer conversas, a gente traz materiais, a gente traz vídeos para as aulas, vamos supor para as aulas de religião, bah! Não tem conteúdo fixo, bom, então vamos usar esse espaço para trazer um pouquinho de conhecimento para o pessoal, o pessoal não ficar meio assim ah (faz gesto de ficar aborrecido) vai acontecer né! Que bom, menos aula! O pessoal tem que entender que tudo isso vai prejudicar, não só agora, como muito lá na frente. Eu vou ter filhos e aí que vai acontecer com eles? Será que eles vão ter uma educação? Será que eles vão ter uma educação melhor da que eu estou tendo agora? Que nem é boa!</p>
<p>Delfos^{IA}₀₈: recentemente a gente traz tipo palestras, não é palestras, mas tipo uma roda de conversa sobre a PEC... vamos lá: então a PEC, o congelamento... (falou a maneira de exemplo). Eu acho que o incentivo foi só dos professores, eles resolveram fazer. Porque são muito de última hora, a gente nem sabia o que acontecia, só “ah tipo vamos fazer uma palestra! ” E eu: tá! Daí a gente ajudou eles, aí eu confeccionei um cartaz que é “Augusto contra a Reforma do Ensino Médio”.</p>
<p>Delfos^{IA}₀₉: Ai a gente tentou fazer isso, sabe, abordá-lo não com forma chata. Tipo “ah vai ter uma palestra e vamos sentar, vamos ter que ouvir ai, sem entender nada”. Não, a gente tenta falar a linguagem deles, eu e o Corinto, por exemplo a gente passa nas salas, mas os outros estudantes do grêmio não passam tanto porque a gente não gosta de ficam na frente da aula, e daí passamos tipo:</p>
<p>–Olhem gente vai acontecer isto, isto e isto e vai ser horrível! Que que vocês acham?</p>
<p>–Ah a gente acha errado.</p>
<p>–Então vamos fazer um cartaz e falar que a gente não quer isso na escola.</p>
<p>É uma coisa mais por cima, mas eles entendem, é uma coisa bem direta, não é: “Ah tem essa PEC e o Deputado tal...” são coisas que eles não entendem.</p>
<p>Corinto^{IA}₀₈: A gente vai entrando aos poucos.</p>
<p>Vocês têm ajuda dos outros membros do grêmio?</p>
<p>Delfos^{IA}₁₀: é complicado, no começo era todo mundo, daí as pessoas foram deixando de mão, assim.</p>
<p>Corinto^{IA}₀₉: infelizmente, pelo menos no caso das escolas a juventude não quer mais compromisso, eles querem terminar o ensino médio e ver o que dá lá fora. Trabalhar, vamos supor, não seja num serviço tão honesto, mas tipo no Guanabara, sabe? O supermercado aqui. É praticamente um serviço escravo, sabe, trabalha sete horas para sair, não é bom melhor a gente procurar, então vamos estudar? Pensar “vamos estudar para ter um futuro melhor”</p>
<p>Vocês escutaram falar sobre o turno integral no contexto da reforma?</p>
<p>Delfos^{IA}₁₁: ah sim (fala com tristeza)</p>
<p>Corinto^{IA}₁₀: eu não poderia fazer isso sem me entregar, ne Delfus?</p>
<p>Delfos^{IA}₁₂: fala tu que também trabalha?</p>
<p>Você trabalha?</p>
<p>Corinto^{IA}₁₁: Sim... eu estudo, trabalho e sou ator. Espera que tu vai saber (ri). Vamos supor (falando do Ensino Médio integral) no meu caso não daria certo, porque a situação em casa é difícil, então tem que ter mais alguém para complementar a renda dentro de casa, então, de manhã eu estudo, a tarde eu trabalho, eu trabalho quatro horas diárias porque é jovem aprendiz, pela minha idade mais tem carteira assinada. Então, já interferiria numa coisa e daqui a pouco interfere em outra. Como é que posso dizer... não tem nexo isso, essa história de escola integral não tem nexos. Tem gente que pode, tem gente que não pode.</p>

Delfos ^{IA} ₁₃ : e uma coisa assim, a nossa escola não tem nem merenda, como é que eles vão dar comida para a gente em turno integral? Como é que a gente ia conseguir lanche a tarde, ficar a manhã, né? Uma parte da manhã, se a gente não tem nada. A escola não tem. Eu acho que nenhuma escola aqui em Rio Grande teria turno integral.
Corinto ^{IA} ₁₂ : não tem ordem, não tem estrutura para isso, já é muito difícil conseguir merenda para o recreio de manhã, imagina para o turno inteiro.
Delfos ^{IA} ₁₄ : e falta professor também.
Corinto ^{IA} ₁₃ : eh! Faltam professores, falta estrutura para sala de aula, falta tudo.
Vocês acompanham alguma discussão sobre a BNCC?
Delfos ^{IA} ₁₅ : Não, só conheço bem por cima, a gente não chegou a se desenvolver nessa parte.
Vocês que opinam sobre os itinerários formativos, também chamados de liberdade de escolha?
Corinto ^{IA} ₁₄ : Liberdade de escolha vamos por entre aspas, a liberdade de escolha que tu fala é vamos supor “vou estudar inglês ou espanhol”?
Não, na lei se afirma que vão aumentar para tempo integral, ela não fala do ensino integral em se, portanto fala de aumentar a carga horária do ensino médio, então com esse aumento ficaria em 4200 horas nos três anos, então 1800 h seria para uma base e o resto para os itinerários formativos, então a ideia é que mais ou menos na metade do ensino médio o estudante escolha um dos cinco itinerários essa é a liberdade pregada na reforma, poder escolher um destes itinerários, vocês sabiam disso? Que opinam?
Delfos ^{IA} ₁₆ : não sabia
Corinto ^{IA} ₁₅ : estou sabendo agora, mas eu entendi muito bem o que você falou. O estudante vai poder escolher o que ele quer estudar. Eu acho, como eu já disse na minha fala anterior, acho que hoje em dia os estudantes não querem, não é que eles não queiram, eles sabem que isso é importante, sabem que é importante estudar, mais é “o mais fácil vem primeiro”, então eles querem curtir agora.
Delfos ^{IA} ₁₇ : Quais são os que eles vão poder escolher?
Linguagens e suas tecnologias....
Corinto ^{IA} ₁₆ : isso se eles mandassem professor.
Delfos ^{IA} ₁₈ : eu acho que só vai dar português e matemática certo, mas se for uma escola privada aí sim.
Corinto ^{IA} ₁₇ : se tiver condições, tu vai ter tudo o que tu quer, senão aí minha filha, aí tem que correr atrás. Os estudantes de hoje em dia, não é que eles não querem estudar, eles não querem escolher, dizer bom: “isto daqui vamos estudar, vamos terminar”, entendeu, “quanto menos aula melhor”, infelizmente é a realidade dos jovens hoje em dia, já pensei muito nisso aí: “quanto menos aula melhor” “vai ser uma maravilha”, mas agora que eu comecei a tomar consciência eu pensei “não, não é uma maravilha gente, é uma coisa que está acontecendo”; tá faltando professor, tá faltando alguma coisa.
Desistir da escola?
Delfos ^{IA} ₁₉ : pensei em fazer EJA, para sabe de estudar.

Corinto^{IA}₁₈: eu nunca, acho porque em casa sempre teve o incentivo do meus pais, sempre ali “vai estudar”. Ver a realidade dos meus pais, o que está acontecendo com eles, ver as dificuldades que a gente está passando em casa, eu acho que isso me dá mais um incentivo para eu ver que tenho que estudar, eu tenho que alcançar o melhor para mim, para meu futuro e para o de meus filhos.

Acham que a reforma vai dar possibilidade para entrar na universidade ou no mercado de trabalho?

Corinto^{IA}₁₉: Nunca, nunca porque como é que estudante de escola pública vai ter condições de entrar na universidade se eles estão cortando tudo. Toda essa educação que a escola privada tem a gente não vai ter e simplesmente vai ser muito difícil a gente alcançar uma entrevista.

Delfos^{IA}₂₀: são os ricos que vão entrar na universidade.

Corinto^{IA}₂₀: a gente vai ser mão de obra barata, apertadores de parafuso.